
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

20 a 23
FEV
2018

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POR DECISÃO DO STF

Mais de 200 mães presas poderão deixar penitenciárias no Estado

Mulheres grávidas e com filhos de até 12 anos vão poder cumprir prisão preventiva em casa

de **KATILAINE CHAGAS**
kchagas@redgazeta.com.br

Mais de 200 mulheres presas no Estado terão o direito de ir para casa graças à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que confirmou uma possibilidade já prevista no Código de Processo Penal: mulheres grávidas ou mães de crianças de até 12 anos que estejam cumprindo prisão preventiva poderão esperar o julgamento em prisão domiciliar.

Conforme levantamento da Defensoria Pública do Espírito Santo, havia 248 mães de crianças até 12 anos no sistema prisional até maio do ano passado, mês em que o pedido de habeas corpus coletivo chegou o STF. Já segundo a segunda a Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), há dezoito gestantes e 12 mães de recém-nascidos na situação. Ao todo, há 1.107 mulheres no sistema prisional do Estado.

A Defensoria Pública vai

fazer um novo levantamento este ano e entrar com pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça do Estado (TJES) com base na determinação do STF.

A decisão do Supremo não vale para mulheres já condenadas e que cumprem pena ou que sejam acusadas de crimes de violência ou grave ameaça, mesmo que não tenham sido ainda julgadas. A decisão também não contempla quem cometeu crimes contra familiares ou em casos "excepcionais", que deverão ser fundamentados pelo juiz que tomou a decisão.

A determinação é válida também para mães adolescentes em medida socioeducativa e para mães que tenham guarda de pessoas deficientes, independente da idade. Os tribunais estaduais e federais devem cumprir a decisão em até 60 dias.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que mantém o Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, há no país 622 mulheres presas grávidas ou mães de recém-nascidos. São 373 esperando um filho e 249 estão amamentando



RICARDO MEDEIROS/ARQUIVO

Mulher algemada: mães incluídas na decisão deverão ser soltas em até 60 dias

seu filho. Os dados são de janeiro de 2018.

HABEAS CORPUS

A decisão do STF é uma resposta a um pedido de habeas corpus coletivo em favor de presas grávidas e mães de crianças até 12 anos. Foram quatro votos a favor e um contra na 2ª Turma do STF.

O pedido foi apresentado por grupo de advogados da

área de direitos humanos com apoio da Defensoria Pública da União (DPU). A ação foi relatada pelo ministro Ricardo Lewandowski.

"Temos mais de dois mil pequenos brasileiros que estão atrás das grades com suas mães, sofrendo indevidamente, contra o que dispõe a Constituição, as agruras do cárcere", defendeu Lewandowski. Ele foi seguido por Gilmar Mendes, Dias

Toffoli e Celso de Mello.

O ministro Edson Fachin discordou e defendeu a análise caso a caso dos interesses das crianças, "sem revogação automática das prisões já decretadas".

A conversão da prisão preventiva em domiciliar não é automática, de acordo com o Código de Processo Penal. Ela é uma alternativa à prisão e é concedida por juízes de acordo o caso.

ANÁLISE

Um direito implementado

▲ A decisão foi essencial para implementar um direito. A Lei de Execução Penal estabelece que, para pessoas que são presas provisórias, a regra é medida cautelar alternativa à prisão, que é a última e mais extrema medida. O Código de Processo Penal estabelece várias outras alternativas além da prisão, como a prisão domiciliar. Quando vamos ver as alegações (das decisões judiciais) geralmente são muito genéricas. O nosso sentimento é de que se analisassem realmente o caso concreto, seria impossível indeferir o pedido. Na maioria desses casos, as presas estão sendo enquadradas por crime de tráfico. Aí, quando vai ver, a quantidade de drogas é ínfima.

— **ROBERTA FERRAZ**
DEFENSORA PÚBLICA

Política.

AGAZETA | 18
QUARTA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Editora: Samanta Nogueira | snogueira@redgazeta.com.br
WhatsApp: (27) 98135.8261 | Telefone: (27) 3321.8332
ATENDIMENTO AO ASSINANTE: (27) 3321-8699

PAÍS EM CRISE

CITADOS PELA ODEBRECHT NÃO FORAM INVESTIGADOS

Dos 6 políticos do Estado delatados, só um teve inquérito aberto

de NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Anunciada como a "delação do fim do mundo", por ter aberto a possibilidade de investigações contra políticos de vários partidos e tumultuar ainda mais o ambiente nos Poderes, a colaboração premiada da Odebrecht mostrou, dez meses depois, que apesar do grande impacto imediato causado, gerou poucos resultados práticos.

No caso dos políticos capixabas que figuraram entre as 83 decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, o panorama de hoje é o mesmo daquele de abril, quando tudo veio à tona. Apenas o senador Ricardo Ferraço (PSDB) responde a um inquérito e é formalmente investigado, com autorização do Supremo.

No entanto, desde setembro do ano passado Fachin concluiu que a acusação que pesa contra ele não tem relação com a Operação Lava Jato, e pediu que fosse escolhido um novo relator.

Nos casos de todos os outros cinco políticos mencionados por executivos e ex-executivos, nenhum se tornou formalmente uma investigação e, até agora, ficaram apenas sendo deslocados de um órgão ou instância para outro para



O ministro Luís Roberto Barroso relata caso envolvendo senador capixaba

que fossem enquadrados naquele que possui a competência adequada.

Entre os citados estão o prefeito de Vitória, Luciano Rezende (PPS), e o ex-governador Renato Casagrande (PSB), mencionados na delação do ex-executivo Sérgio Ne-

ves; o deputado estadual Rodrigo Coelho (PDT) e o ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Casteghione (PT), citados pelo ex-diretor Renato Amaury Medeiros; e o ex-prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), delatado por Benedicto Júnior, o BJ, e Sérgio Neves.

Em agosto de 2017, o governador Paulo Hartung (PMDB), que também havia sido citado por BJ, teve o procedimento arquivado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

SEM CONCLUSÃO
83
inquéritos
Foi o número de apurações abertas na "lista de Fachin" no país. A maioria, no entanto, não foi concluída. Somente uma pessoa foi denunciada.

MOROSIDADE
O inquérito do senador Ricardo Ferraço, que hoje tem como relator o ministro Luís Roberto Barroso,

já registra uma sucessão de atrasos. Ele foi citado por Benedicto Júnior e Sérgio Neves. Os dois relataram o pagamento de R\$ 400 mil de caixa dois da empreiteira para a campanha de Ferraço ao Senado em 2010, quando ele ainda estava no PMDB.

Em outubro, o magistrado declarou em despacho que havia diligências requeridas que não tinham sido examinadas por Fachin, e pediu a realização delas em 60 dias. Em seguida, o ministro colhia a manifestação conclusiva do Ministério Público Federal (MPF). O caso ficou com a Polícia Federal, que pediu mais prazo.

E isso não foi exclusivida-

de do senador tucano. Dos 83 inquéritos abertos no STF para investigar políticos com foro privilegiado, não há nenhum réu em ação penal ou condenações.

Entre os inquéritos, 78 investigações da "lista de Fachin" estão inconclusas e, até o momento, os citados não sofreram qualquer sanção judicial. Tampouco foram inocentados. A maioria dos casos está ou em vista na Procuradoria-Geral da República (PGR) ou em diligências cumpridas pela Polícia Federal a pedido da PGR. O senador Romero Jucá (PMDB) foi o único denunciado, mas o STF ainda não recebeu a denúncia.

As suspeitas contra outros quatro parlamentares do país já foram arquivadas por prescrição da pena.

TRANSFERÊNCIA

A delação que deu origem ao pedido de abertura de inquérito contra Luciano

CAIXA DOIS

R\$ 400 mil

É quanto os delatores disseram que foi repassado à campanha de Ricardo Ferraço em 2010. O senador nega.

Rezende e Casagrande foi enviada primeiramente à Procuradoria Regional da República da 2ª Região (PRR), no Rio de Janeiro, visto que o prefeito possui foro em segunda instância.

Agora, a PRR informou que o caso seria encaminhado ao MPF no Espírito Santo, mas que o declínio de competência estaria pendente de homologação na PGR.

Entretanto, Luciano alegou, em nota, que a Procuradoria decidiu arquivar o feito por verificar que não existiam quaisquer indícios contra ele, e que, em seguida, o caso foi encaminhado à 5ª Câmara de Ordenação e Revisão da PGR para homologação, que cancelou o arquivamento das apurações em dezembro de 2017.

Já o procedimento envolvendo Rodrigo Coelho e Casteghione foi encaminhado ao Ministério Público Estadual (MPES), porque a questão não envolve matéria federal e segue tramitando na Procuradoria-Geral de Justiça, devido ao foro de Rodrigo.

O caso de Luiz Paulo também foi para o MPF e hoje está com o MPES, na Promotoria Eleitoral da 52ª Zona. Lá, foi solicitada à Polícia Federal a instauração de inquérito policial, que até hoje não foi enviado ao órgão.

POLÍTICOS DO ESTADO CITADOS NA DELAÇÃO

RICARDO FERRAÇO (PSDB)

Os executivos Benedicto Júnior e Sérgio Neves afirmaram que o senador recebeu R\$ 400 mil de caixa dois por meio do setor de operações estruturadas da construtora para a campanha ao Senado em 2010, e era apelidado de "Duro"

GERALDO MAGELA/AG. SENADO



RENATO CASAGRANDE (PSB)

O executivo Sérgio Neves o acusou de ter recebido ao todo R\$ 2,3 milhões nas eleições de 2010 e 2012 via caixa dois. Desse valor, R\$ 1,8 milhão seriam para a própria campanha ao governo, em 2010, pago em 7 parcelas

HUMBERTO PRADERA/FJM



LUCIANO REZENDE (PPS)

De acordo com o delator Sérgio Neves, a Odebrecht teria efetuado, a pedido de Casagrande, um repasse de R\$ 500 mil pelo departamento de propina para a campanha de Luciano a prefeito, em 2012.

FERNANDO MADEIRA



CASO MILENA GOTTARDI

Hoje é o último dia de audiências em fórum

O último dia de audiência do caso Milena Gottardi será hoje, a partir das 9 horas, no Fórum Criminal de Vitória. Serão ouvidas duas testemunhas de defesa do policial civil e ex-marido dela, Hilário Frasson, entre eles o padre Pedro Luchi, que ce-

lebrou o casamento, e, em seguida, os seis réus. A médica foi baleada no estacionamento do Hucam, no dia 14 de setembro do ano passado, e teve morte cerebral declarada no dia seguinte. O ex-marido é acusado de ser um dos mandantes do crime.

ESPECIAL SEGURANÇA

“O ESTADO ESTÁ LONGE DE SER COMO O RIO”

Secretário André Garcia diz que governo controla o crime

ALINE NUNES
alinunes@redgazeta.com.br

A realidade do Espírito Santo não pode ser comparada à do Rio de Janeiro. É o que afirmam o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, diante de casos recentes de violência, como o toque de recolher em Central Carapina, na Serra, e a explosão de caixas eletrônicas em Coqueiral de Itaparica, Vila Velha.

Para Garcia, os dois episódios são fatos isolados no cotidiano da população capixaba. “O Espírito Santo está longe de ser um caso parecido ao do Rio. Em Central Carapina, a polícia está entrando na comunidade, realizando prisão, se fazendo presente. Como já disse antes: não há nenhum território negado à polícia aqui no Estado.”

“A explosão também não é nossa realidade. Na mesma noite (madrugada de quarta), aconteceram outras quatro em São Paulo. A quadrilha que agiu aqui, possivelmente também é de fora e estamos investigando”, acrescenta.

O coronel Nylton reforça que as realidades são totalmente diferentes: “Aqui não temos vias interrompidas por bandidos, não temos blitzes realizadas por esses criminosos, não temos arrastões nas praias. O



FERNANDO MADEIRA - 21/02/2018

PMs atuam no reforço de segurança em Central Carapina, Serra, onde bandidos deram toque de recolher

Rio vivencia um momento muito difícil, o que não se vê no Espírito Santo. A Polícia Militar e a Civil do Estado são instituições seríssimas e muito mais fortes que qualquer agressor da sociedade. A população pode confiar”, avalia.

Questionado sobre a intranquilidade de quem vive em regiões como a de Central Carapina, o comandante destaca que a PM aumentou a presença no bairro, após o confronto que resultou na morte de Deusimar Cunha Neves, e reforçou o trabalho de inteligência.

“Estamos com um serviço muito forte de investigação para identificar as pessoas que estão promovendo transtorno para a sociedade. Já prendemos dois, que estavam com mandado de prisão em aberto, e estamos atrás dos demais para retirar esses indivíduos de circulação”, destaca o coronel Nylton Rodrigues.

EXEMPLO

O secretário André Garcia pondera ainda que o Espírito Santo tem sido exemplo para outros Estados. “Estou em São Paulo

LIDERANÇA



“No Espírito Santo, não há o descontrole nem a falta de liderança como no Rio de Janeiro”

ANDRÉ GARCIA
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA

tratando da intervenção no Rio por iniciativa do nosso governo. O Estado está sendo ouvido e é, até o momento, o único que apresentou um planejamento de contingenciamento das divisas.”

Garcia disse que ofereceu apoio no processo de intervenção, na elaboração do plano nas operações no Rio de Janeiro, e também a experiência no trabalho preventivo, em reunião com o ministro da Justiça, Torquato Jardim.

“Na segunda etapa da intervenção, quando superada a fase policial, nos-

sa sugestão foi a implantação de um programa como o Ocupação Social, com ações nas áreas de educação, cultura, empreendedorismo, oferecendo oportunidades aos jovens de maneira sistematizada nas comunidades cariocas. A proposta foi muito bem recebida pelo ministro”, conta.

MIGRAÇÃO

No encontro de ontem, Garcia disse que também ficou claro que nada aponta para uma migração de criminosos do Rio de Janeiro para o Espírito Santo. Além disso, foi marcada uma reunião para a próxima terça-feira, dia 27, quando serão discutidos os encaminhamentos da intervenção em território carioca com os secretários de segurança da região Sudeste mais o Comando Militar do Leste. “Vamos consolidar a parceria que já temos, fazendo parte do processo de definição do planejamento operacional da intervenção”, afirma.

Para finalizar, o secretário resalta que o Espírito Santo tem liderança, planejamento e foco. “Aqui, a máquina está rodando, atraímos investimentos para o Estado, planejamos nossas ações. Portanto, não há o descontrole nem a falta de liderança como no Rio”, conclui.

PM vai monitorar aluguel de casas e sítios

A força-tarefa da Operação Divisa Segura, que envolve 150 policiais no Espírito Santo, para evitar a entrada e a fuga criminosos durante a intervenção federal contra a escalada de violência no Rio de Janeiro, também está de olho nos alugueis nesta temporada. Sítios, casas e apartamentos nos municípios do interior estão sendo monitorados.

“Estamos até monitoran-

do a locação de sítios e apartamentos. Os moradores que virem pessoas suspeitas nos municípios podem informar ao 181”, afirmou o comandante geral da PM, coronel Nylton Rodrigues.

Ele esteve em coletiva ontem com outros comandantes do Sul do Estado, na BR 101, em Mimoso do Sul, na divisa com Campos dos Goytacazes, Rio. Para atuar nos oito pontos de divisa, além

do efetivo policial, um helicóptero, três drones e cães farejadores em 40 viaturas.

No bloqueio da principal via de acesso ao Estado, a BR 101, veículos são parados pelos militares. Os casos suspeitos são encaminhados a um recuo ao lado do posto fiscal e a revista é feita no interior dos veículos.

MIGRAÇÃO

O ministro da Defesa,

Raul Jungmann, disse ontem ser “plausível” que organizações criminosas migrem para outros Estados com a intervenção no Rio.

Na saída de almoço com membros das Forças Armadas, ele reconheceu que o tema preocupa. “Onde há uma eficácia maior, o crime de certa maneira migra. Há uma preocupação que a gente tem de cuidar para que não se corporifique.”



ARI MELO/TV GAZETA

Policial no patrulhamento aéreo da divisa com o Rio

PAÍS EM CRISE

JUIZES PLANEJAM PARAR PARA MANTER BENEFÍCIOS

Magistrados temem perder auxílio-moradia, que STF irá julgar

LETCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Após a ministra Cármen Lúcia marcar para 22 de março o julgamento de ações sobre o auxílio-moradia da magistratura no Supremo Tribunal Federal (STF), juízes federais articulam uma paralisação para o próximo dia 15.

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) informou à reportagem de A GAZETA, por meio de nota, que não se trata de greve e não há assembleia convocada para tanto. Mas uma consulta é feita aos magistrados sobre a paralisação. "O que existe é uma consulta que está sendo feita aos associados com a possibilidade de uma paralisação no dia 15/3. A paralisação não diz respeito somente ao auxílio-moradia, mas à valorização da carreira."

Uma nota de esclarecimento foi publicada no site da Ajufe ontem. O ponto central do descontentamento dos juízes federais é o fato de o STF restringir a discussão ao auxílio-moradia, e não abordar outros "penduricalhos", que se destacam na magistratura estadual. Os auxílios dos juízes do Rio de Janeiro, por exemplo, ficam de fora da pauta.

"O Supremo Tribunal Federal incluiu na pauta de julgamentos do dia 22/03/2018 a Ação Ordi-



Sessão plenária do Supremo Tribunal Federal: Corte vai julgar ações sobre auxílio-moradia da magistratura

nária nº 1.773, que trata acerca do recebimento do auxílio-moradia pelos magistrados. Entretanto, deixou de incluir em pauta de julgamento a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4.393, que trata da Lei dos Fatos Funcionais da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, que servirá para definir o que pode e o que não pode ser pago aos juízes de todo o país, de forma clara, transparente e de acordo com os anseios de toda a população brasileira", diz o texto assinado pelo presidente da associação, Roberto Veloso.

FOCO

"Os juízes federais entraram no foco de poderosas forças em razão de sua atuação imparcial e combativa"

ROBERTO CARVALHO VELOSO
PRESIDENTE DA AJUFE

berto Veloso.

"Não basta apenas julgar as ações que tratam do auxílio-moradia, que atingirão apenas os juízes fe-

derais, deixando sem resolução os diversos pagamentos realizados nos âmbitos dos demais segmentos do Judiciário", continua, ainda, a nota.

No Espírito Santo há 43 juízes federais. Além da Ação Originária 1.773, Cármen Lúcia pautou outras quatro de relatoria do ministro Luiz Fux, inclusive a que estendeu, liminarmente, a todos os juízes do país o auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil mensais. Há também mais uma em pauta, sob relatoria do ministro Luís Roberto Barroso.

Por meio de leis esta-

duais, no entanto, juízes estaduais têm direito, em algumas unidades da federação, a verbas extras com as quais os demais não contam. Há casos, como A GAZETA já mostrou, em que nem mesmo o valor do auxílio-moradia como estipulado por Fux e pelo Conselho Nacional de Justiça é respeitado. No Tribunal de Justiça de Rondônia, por exemplo, tendo como base uma lei estadual, o benefício chega a R\$ 6 mil.

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turibio, diz que o

posicionamento da Ajufe não representa uma divisão na magistratura do país. Ele tampouco diverge da proposta de que o STF faça uma discussão mais ampla quanto às verbas extras.

"Não há divisão. Essa discussão, sobre se os Estados podem ou não ampliar tais direitos, terá que ser feita em algum momento. Cabe ao Supremo fazer essa discussão e vejo isso até de forma salutar", afirma.

Turibio lembra, no entanto, que a própria Constituição prevê certa autonomia aos Estados no que tange à organização do Poder Judiciário.

DESDE 2014

As decisões liminares (provisórias) do ministro Fux foram proferidas ainda em setembro de 2014 e somente recentemente foram liberadas por ele para que fossem pautadas no plenário do Supremo.

Somente entre os magistrados estaduais, mais de 11.666 contam com o auxílio-moradia no país. Por simetria, o benefício também é pago, no mesmo valor, a membros do Ministério Público, Tribunais de Contas e Ministério Público de Contas.

Até quem tem imóvel próprio na cidade em que trabalha tem direito à verba de caráter indenizatório.

Maia e Cármen Lúcia discutem supersalários

Depois de uma visita ao Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu que a Casa só analise o projeto que regulamenta o teto remuneratório do setor público após o julgamento do auxílio-moradia pago a juízes. A ministra do STF, Cármen Lúcia, fez uma

apresentação sobre a situação remuneratória de cada um dos tribunais do país.

A expectativa de Rodrigo Maia é que a comissão especial responsável por analisar o projeto que regulamenta o teto remuneratório do setor público vote o parecer do deputado Rubens Bueno (PPS-PR) em março.

"Já estamos há meses

conversando sobre esse tema. Hoje a presidente fez uma apresentação com a situação de cada um dos tribunais. O que é remuneração, o que é dívida, o que é indenização", ressaltou.

"Vamos votar ao longo do mês de março, sempre respeitando o diálogo e a situação de cada Poder para que a lei do teto dos gastos não

inviabilize o exercício de nenhum Poder. Está se construindo isso, abrindo as informações. O Supremo e o MP estão garantindo transparência em todas as informações", destacou Maia.

Rubens Bueno já adiantou que vai propor a restrição do pagamento e a redução das férias do Judiciário. (Agência O Globo)



Rodrigo Maia preside a Câmara dos Deputados

GIRO RÁPIDO

Audiência para aprovar o PDU de Vitória

Moradores de Vitória participaram ontem da primeira audiência pública para debater o Plano Diretor Urbano (PDU), lei que determina como deve ser o crescimento da cidade.

Entre os temas debatidos estão a rejeição ou aprovação de novas boates na Praia do Canto, altura dos prédios na Reta da Penha e na Leitação da Silva e liberação de mais postos de gasolina na Dante Michelini.

SALÁRIO DE RODOVIÁRIOS

Tarifa de ônibus será mantida após reajuste

Mesmo após a decisão do Tribunal Superior do Trabalho de reduzir o reajuste dos rodoviários de 3% para 1,8%, o valor da passagem de ônibus do Transcol – R\$ 3,40 – não vai cair para os usuários, afirma a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb). A justificativa é que a decisão sobre o reajuste dos rodoviários é provisória e, segundo cálculos preliminares, a diferença no valor da tarifa é de R\$ 0,02. Esse

valor, calculado pelos técnicos que analisaram o impacto da redução do reajuste dos rodoviários sobre a passagem do Transcol, serão reduzidos do subsídio pago pelo governo do Estado aos consórcios que operam o sistema. Atualmente, o subsídio da tarifa é de R\$ 110 milhões por ano. Segundo a Ceturb, o subsídio pago pelo é mantido para garantir uma passagem mais acessível aos usuários do Transcol. (Natalia Bourguignon)

BERNARDO COUTINHO - 27/12/2017



Ônibus do Transcol: tarifa continua sendo R\$ 3,40

ELEIÇÕES 2018

Desconfiança geral contra classe política “invade” urna eletrônica

Segundo o TSE, adoção do voto impresso pode representar um gasto total de R\$ 2,5 bilhões

▲ VINÍCIUS VALFRE
vpereira@redgazeta.com.br

No cenário de descrença generalizada contra o sistema político, de partidos desgastados e de pesquisas indicando aumento de votos brancos e nulos, a desconfiança lançada sobre o sistema político tem sido estendida para a urna eletrônica.

Nas redes sociais, principalmente, movimentos lançam suspeitas sobre a segurança dos equipamentos da Justiça Eleitoral e pedem a implementação de mecanismo de impressão de voto.

A urna é uma máquina tecnológica. Portanto, sujeita a falhas. E há teorias da conspiração. Mudá-las custaria caro. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já estimou em R\$ 2,5 bilhões o custo de mudar todas as urnas para equipamentos capazes de fazer as impressões e para adaptar o sistema.

“São bandeiras levantadas por grupos mais ou menos organizados, cuja ação não se pauta só por descrença, mas em bandeiras conservadoras. Não é porque os EUA não têm que isso indica algo para nós. Seria síndrome de colonizado”, comentou o cientista político Vitor Amorim de Angelo.

O fato é que foi aprovada e sancionada em 2015 a Lei 13.165. Conhecida como minirreforma eleitoral, ela incluiu a implantação do voto impresso nas elei-



Urna eletrônica: plano é mudar equipamento para impressão de comprovante

ções brasileiras. Conforme especificado na lei, não se trata de um “recibo” que o eleitor leva para casa.

O sistema apenas mostra num papel os candidatos que o eleitor escolheu e, se houver correspondência entre a impressão e o que foi digitado na urna, o eleitor dá o “ok” para a impressão. O papel impresso é lançado pelo mecanismo dentro de um “local previamente lacrado”.

O professor da Unicamp Diego Aranha participou de dois Testes Públicos de Segurança (TPS), em 2012 e 2017. São eventos da Justiça Eleitoral nos quais experts em computação tentam violar as urnas.

Ele diz que a despesa estimada pelo TSE é superestimada e relativiza o impac-

to do gasto. “O sistema eletrônico não produz registro verificável por auditoria independente. Com o voto impresso teríamos eleições auditáveis. Qual o preço disso?”, comentou.

Ele afirma que em todos os TPS vulnerabilidades são encontradas. Na última da qual participou, no final

DÚVIDAS

“O sistema foi vencido em testes de segurança. Em todas as edições alguma vulnerabilidade foi encontrada”

DIEGO ARANHA
PROFESSOR DA UNICAMP

do ano passado, sua equipe “adulterou o software que contabiliza o resultado”.

O TSE, na ocasião, disse que não houve risco algum. Informou que o grupo teve acesso ao “log (uma espécie de caixa preta e ao registro digital de votação da urna”. No entanto, sem acessar a ordem de votação nem identificar o voto dos presentes.

Para o ex-juiz eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), Danilo Araújo Carneiro, defender o voto impresso é querer o retrocesso. A eleição só seria fraudada se conseguissem alterar urnas de todo o país, o que não tem se mostrado possível.

“Só tem uma razão para defender voto impresso: a ignorância. Digo isso com muita tranquilidade. É ca-

CERTEZAS

“Só tem uma razão para defender voto impresso: a ignorância. É caro, desnecessário e não previne nada”

DANILO ARAÚJO CARNEIRO
EX-JUIZ ELEITORAL

ro, desnecessário e não previne nada. Se for pensar que pode ter fraude, pode ter fraude em qualquer impressão também. Efetivamente, é inviável fraudar uma eleição”, afirmou.

O também ex-juiz eleitoral do TRE-ES, Marcelo Abelha, pensa diferente.

“Existe a possibilidade de a transmissão dos dados pela internet ser modificada? Não sei. E o curioso é que Holanda, EUA e Alemanha não adotaram a votação eletrônica. Há custo na impressão. Mas uma eventual recontagem de votos pode ser a ampliação da segurança. Se tem a mínima possibilidade de acontecer (fraude na urna), não sou contra”, afirmou.

USO

O TSE já anunciou que 30 mil das 600 mil urnas terão voto impresso este ano. O órgão tenta comprar os equipamentos, mas empresas selecionadas tiveram seus protótipos reprovados. Uma audiência pública sobre o tema ocorrerá no TSE na próxima segunda-feira.

“Confiança no resultado é essencial”

▲ O promotor Francisco Berdeal, dirigente do Centro de Apoio Eleitoral (Cael) do Ministério Público Estadual (MPES) vê o voto impresso como um pleito de boa parte da sociedade e que, por isso, deve ser respeitado.

“A confiança no resultado do pleito é essencial para a democracia. Se o voto impresso trouxe ao cidadão mais segurança no resultado, melhor será para a própria democracia e, portanto, será algo positivo”, disse.

DINHEIRO

O promotor considera um avanço o fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresas, mas ainda espera “aperfeiçoamentos pontuais”, como na ausência de limites de autofinanciamento dos candidatos ricos.

“Creio que será corrigida essa situação. No mais, a minha impressão é positiva”, comentou.

Berdeal também informou que os promotores eleitorais vêm fazendo reuniões periódicas para traçar estratégias de atuação do Ministério Público eleitoral para o pleito de outubro. O próximo encontro será no dia 2 de março.

APOSENTADORIA

Temer prova vida e recebe benefício

BRASÍLIA

/// O presidente Michel Temer (PMDB) provou que está vivo e voltou a receber sua aposentadoria de promotor do Estado de São Paulo. A São Paulo Previdência (SP-Prev), responsável por administrar os pagamentos, informou que o presidente fez o recadastramento anual e que os pagamentos foram regularizados.

Em valores brutos, Temer tem direito a R\$ 45 mil pelo benefício previdenciário. Mas, para se adequar ao teto do funcionalismo, que é de R\$ 33,7 mil, o valor líquido fica em R\$ 22,1 mil. A SP-Prev informou que o pagamento dos meses em que o benefício ficou suspenso foi realizado em folha suplementar, incluindo os retroativos. (Agência Estado)

LAVA JATO

Odebrecht entrega novas provas sobre Instituto Lula

Mensagens podem servir como prova de que prédio da entidade saiu de propina

SÃO PAULO E CURITIBA

◀ O empresário Marcelo Odebrecht, que cumpre prisão domiciliar, apresentou novos e-mails aos investigadores da Operação Lava Jato que mostram a negociação para a compra de um imóvel para o Instituto Lula com participação do ex-ministro Antonio Palocci; do "advogado", que seria o advogado do ex-presidente, Roberto Teixeira; e do pecuarista, que seria José Carlos Bumlai, amigo de Lula.

Os e-mails, com datas entre julho de 2010, último ano do ex-presidente Lula (PT) no Planalto, a março de 2012, apresentados na última quarta-feira, mostram conversas do empresário com executivos do grupo e a determinação para que o valor gasto na compra do prédio fosse debitado de conta do departamento de propina da empresa, comandado por Hilberto Silva.

Em uma das trocas de mensagem, em 9 de setembro de 2010, o diretor superintendente da Odebrecht Realizações Imobiliárias (OR), Paulo Ricardo Barqueiro de Melo, pergunta ao empresário de qual conta o custo referente ao projeto será debitado. Marcelo Odebrecht responde no mesmo dia "É uma conta que HS mantém e debita a 3



Odebrecht está em prisão domiciliar e entregou mensagens aos investigadores

fontes distintas". HS é Hilberto Silva, que aparece copiado no e-mail.

AQUISIÇÃO

Os e-mails indicam que Odebrecht negociava com Palocci o andamento da aquisição do prédio, na rua Haberbeck Brandão. Barqueiro de Melo lhe informa que o imóvel estava ocupado por três famílias e que es-

VANTAGEM

R\$ 12,5 milhões

Valor de vantagem indevida que Lula teria recebido da Odebrecht.

tava sendo contratada uma empresa para negociar a desocupação, ao custo total de R\$ 200 mil. O empresário responde: "Okvou avisando o italiano".

Neste processo, a Operação Lava Jato atribui a Lula vantagem indevida de R\$ 12,5 milhões da Odebrecht, por meio de um terreno que abrigaria o Instituto que leva o nome do ex-presidente

– R\$ 12 milhões – e uma cobertura vizinha à residência do petista em São Bernardo de R\$ 504 mil.

As conversas incluem ainda comentários sobre o vazamento de informações sobre a compra do prédio. Diz que a compra seria feita por um grupo de apoiadores e que faltava apenas o aval final do presidente e da primeira-dama Marisa Leticia.

"Segundo a fonte, Lula e Marisa já visitaram o local. Em princípio, o presidente avaliou que o prédio seria 'muito grande'. Já Marisa – que deverá dar a palavra final – gostou do espaço", diz o texto.

Esta é a segunda ação contra Lula na Lava Jato em Curitiba. A terceira inclui reformas feitas no sítio de Atibaia.

DEFESA

A defesa de Lula afirmou, em nota, que os documentos apresentados por Marcelo Odebrecht terão de ser retirados do processo, já que foram apresentados depois da fase de instrução do processo. Se isso não ocorrer, os advogados irão contestar a idoneidade do material.

"Além dos vícios que poderão anular o processo, os documentos juntados por Marcelo Odebrecht em nada mudam a realidade de que Lula jamais solicitou ou recebeu a propriedade ou a posse de qualquer imóvel para o Instituto Lula", afirmou a defesa. (Agência O Globo)

JUSTIÇA FEDERAL/PR - 27/08/2015



Pedro Corrêa prestou depoimento em Curitiba

"Pessoas iam lá jogar futebol"

◀ O ex-deputado Pedro Corrêa afirmou ontem, em audiência com o juiz Sérgio Moro, que sabia que o ex-presidente Lula (PT) tinha um sítio no interior de São Paulo e que "as pessoas iam lá jogar futebol" e visitar o petista. O depoimento foi prestado no terceiro processo em que o líder petista responde na Lava Jato, no caso do sítio de Atibaia, cuja propriedade é atribuída a Lula.

Nesta ação penal, Lula é acusado de receber vantagens indevidas por meio de uma reforma no sítio feita pela Schahin, OAS e Odebrecht. O custo foi de R\$ 1 milhão. Lula nega as acusações e afirma ser vítima de perseguição.

"Eu não tenho conhecimento de reforma nenhuma em um sítio de Atibaia. Sabia que o ex-presidente Lula tinha um sítio no interior de São Paulo. As pessoas diziam que iam lá jogar futebol, visitar o presidente", disse o ex-deputado. (Agência O Globo)

FELIPE RALI/AGÊNCIA ESTADO



O empresário Wellington Volpato (esquerda) foi preso

Assessor no Paraná sacou R\$ 3,3 milhões

◀ A Polícia Federal deflagrou ontem, no Paraná, a Operação Integração, a 48ª fase da Lava Jato. A investigação apura a suspeita de um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro em concessão de rodovias federais no Estado. Perícias indicaram superfaturamento de obras e indícios de preços abusivos nos pedágios.

Um assessor da Secretaria da Casa Civil da administração

Beto Richa (PSDB) foi alvo de mandato de busca e apreensão no Palácio Iguaçu, sede do governo. Richa não é alvo da operação.

Foram presos o diretor-geral do DER, Nelson Leal Júnior; o agente do DER, do Paraná, Oscar Alberto da Silva Gayer; o atual diretor-presidente da Ecomorte, Helio Ogama; o dirigente da empresa Rio Tibagi, Leonardo Guerra; o dire-

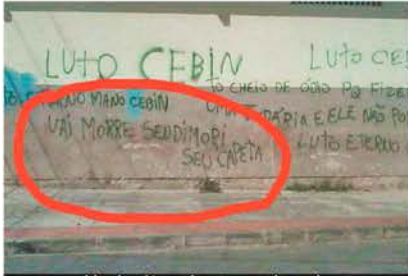
tor financeiro da Triunfo Participações, Sandro Antônio de Lima; e o empresário Wellington de Melo Volpato.

Carlos Nasser, assessor da Casa Civil, teve pedido de prisão feito pelo Ministério Público Federal, mas negado pelo juiz Sérgio Moro. Foram autorizadas buscas em seu endereço e ele prestou depoimento. Nasser foi afastado do cargo. Ele é acusado de realizar saques em espécie

de R\$ 3,3 milhões entre 2005 e 2015. Os procuradores acreditam que ele serviu como intermediário.

A Lava Jato suspeita que as concessionárias do Anel da Integração, rodovias que ligam cidades do Estado, se valiam do mesmo esquema de lavagem de dinheiro usado para pagar propinas na Petrobras com o objetivo de corromper agentes públicos. (Agência Estado)

Prisão após ameaças a delegado na Serra



Frases contra o delegado Rodrigo Sandi Mori em muro de Central Carapina | INTERNET

Um jovem de 19 anos foi preso após ter feito ameaças de morte ao delegado Rodrigo Sandi Mori. Segundo a polícia, Lucas Paixão Lopes confessou ser o autor das pichações num muro do bairro Central Carapina, na Serra. Ainda ontem, numa rede social, Lucas fez comentários contra o delegado. Cerca de 20 minutos após a publicação da mensagem, ele foi detido. Investigações apontam que Lucas faz parte de uma facção criminosa liderada por

Paulo Sérgio de Oliveira Júnior, um dos alvos da operação da Polícia Civil na última terça-feira. Nesse dia, policiais cumpriram mandado de prisão no bairro quando foram recebidos a tiros. Eles revidaram. Um suspeito foi morto; e outro fugiu.

Depois disso, viaturas foram apedrejadas - Lucas teria admitido, segundo a polícia, que danificou os veículos. Houve protesto na BR-101, em frente a Central Carapina, bloqueando a via. No

dia seguinte, moradores do bairro ficaram sem ônibus, sem aulas e sem consulta nas unidades de saúde. Coletivos circularam durante parte do dia, sob escolta policial. Alunos só tiveram aulas após ser garantido reforço na segurança das escolas.

As ações das polícias Civil e Militar continuam em Central Carapina. Ontem, o chefe de Polícia Civil do Estado, Guilherme Daré, afirmou que a polícia não vai se intimidar diante de ameaças. **METRO**



Lucas Paixão Lopes também fez post contra policial na internet | DIVULGAÇÃO

General de ação na Maré é cotado para Segurança

No mesmo dia em que o corpo do 17º policial militar morto no Rio de Janeiro neste ano foi enterrado, o nome do possível novo secretário de Estado de Segurança veio à tona. O general Richard Fernandez Nunes é cotado para o posto, anteriormente ocupado por Roberto Sá.

A informação é do âncora do "Jornal da Band", Ricardo Boechat. A nomeação está prevista para a terça-feira. Essa seria a primeira indicação do interventor federal na segurança do Estado, o general Walter Souza Braga Netto.

Fernandez Nunes comandou a ocupação no complexo da Maré, na zona norte, finalizada em 2015. A ofensiva foi alvo de críticas. Na época, a Amnistia Internacional, entidade global pela defesa dos direitos humanos, reprovou os confrontos desencadeados pela atuação das tropas



Enterro do 17º PM morto aconteceu no Jardim da Saudade, em Sulacap | ERIBS JR./AGF/FOLHA PRESS

federais. Em ação, ontem, a Polícia Civil apreendeu 50 kg de maconha e 780 sacolés de cocaína na comunidade.

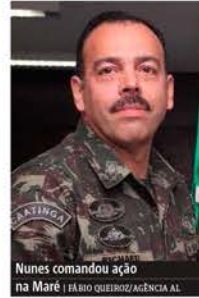
Despedida

Familiares e amigos se despediram do subcomandante da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da Vila Ken-

nedy, Guilherme Lopes da Cruz, de 26 anos, que foi enterrado, ontem, no cemitério Jardim da Saudade, em Sulacap, na zona oeste. O PM foi baleado em uma lanchonete, em Campo Grande, mesma região da capital fluminense.

Ontem também, investigadores descobriram que

uma mulher foi torturada por traficantes na favela Kelsons, na zona norte. Bandidos desconfiaram que a moradora da comunidade era informante das forças de segurança, que fizeram operação no local, com auxílio das Forças Armadas, no começo da semana. Por isso, cor-



Nunes comandou ação na Maré | FÁBIO QUEIROZ/AGÊNCIA AL

taram seu cabelo e fizeram ameaças contra a vítima.

Fiscalização

Para evitar novos casos de violência, dessa vez por parte de servidores públicos, o Legislativo e setores da sociedade civil organizam estratégias para fiscalizar a inter-

venção federal no Rio.

A OAB-RJ (Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro) anunciou, ontem, a criação de uma comitiva para também fazer acompanhar as atividades. Com a criação do equipe, a ideia é garantir que a intervenção aconteça de acordo com o processo legal, resguardando direitos.

Um grupo de vereadores da capital também fará o acompanhamento das forças de segurança. Embora a medida tenha abrangência estadual, a comissão se debruçará sobre as ações, com o objetivo de monitorar os serviços públicos prestados aos cariocas.

Na última quarta-feira, um requerimento foi aceito em Brasília, e a criação de uma comissão na Casa para analisar a abordagem foi aprovada. © METRO RIO

Juízes ameaçam greve contra fim de auxílio-moradia

'Penduricalho'. Categoria convoca paralisação nacional em reação à decisão do Supremo Tribunal Federal de julgar, em 22 de março, a legalidade do benefício

Os juízes federais ameaçam parar no próximo dia 15 e entrar em greve efetiva a partir de 3 de abril. Contrariada com a decisão da presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cármen Lúcia, de pautar ações que tratam da legalidade ou não do pagamento de auxílio-moradia a magistrados, a categoria cobrou isonomia.

A Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil) afirma que a ação é seletiva e pede que o julgamento – já marcado para 22 de março – inclua ações contra o penduricalho pago também a juízes estaduais.

“Para que sejam definidos, pelo STF, quais são os pagamentos legais e constitucionais devidos a todos os magistrados brasileiros (ministros, desembargadores e juízes), colocando uma resolução definitiva nesta questão, que tanto atormenta a população e a opinião pública brasileiras”, afirmou a entidade por meio de nota.

Mais questionamentos

Além do auxílio-moradia, a ação contra juízes questiona a validade de be-



No início do mês, categoria fez ato em frente ao prédio do STF | SÉRGIO AMARAL/AJUFEBRASIL

nefícios de auxílios de saúde, pré-escolar e gratificação de permanência, por exemplo.

Três anos de benefício

Por decisão liminar do ministro do STF Luiz Fux, concedida em setembro de 2014, todos os juízes recebem o benefício mensal de R\$ 4.377,76, mesmo que tenham residência própria na cidade em que trabalham.

Estima-se que em torno de 17 mil pessoas – entre juízes, desembargadores e ministros de tribunais – recebam o benefício, que, nos últimos quatro anos, custou aproximadamente R\$ 5,4 bilhões ao cofre público, segundo levantamento da ONG Contas Abertas.



MARCELO FREITAS
METRO BRASÍLIA

“Não basta apenas julgar as ações que tratam do auxílio-moradia, que atingirão apenas os juízes federais, deixando sem resolução os diversos pagamentos realizados nos âmbitos dos demais segmentos do Judiciário.”

ROBERTO VELOSO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL

GIRO RÁPIDO

Audiência para aprovar o PDU de Vitória

Moradores de Vitória participaram ontem da primeira audiência pública para debater o Plano Diretor Urbano (PDU), lei que determina como deve ser o crescimento da cidade.

Entre os temas debatidos estão a rejeição ou aprovação de novas boates na Praia do Canto, altura dos prédios na Reta da Penha e na Leição da Silva e liberação de mais postos de gasolina na Dante Michelini.

No Estado, 145 mil vendem vale-refeição



ECONOMISTA-CHEFE do SPC Brasil, Marcela Kawauti destaca prática ilícita

Dos 653 mil trabalhadores com carteira assinada no Espírito Santo, cerca de 483 mil recebem o vale-refeição da empresa. Desse total, a previsão é de que 30% deles vendem o benefício. Isso equivale a um número de 145 mil funcionários de empresas que comercializam o auxílio de maneira ilegal.

As informações são de um levantamento realizado em todo o País pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

O levantamento demonstra que há uma série de razões para explicar esse comportamento, todas elas ligadas de alguma forma a ne-

cessidade de consumir ou aumentar a renda pessoal.

Na avaliação dos próprios entrevistados, 29% tomam essa atitude para complementar a renda e 25% para realizar compras no dia a dia. Outros 22% o fazem para pagar contas ou dívidas e 22% poupam o dinheiro que recebem em troca.

A economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, disse que, segundo a legislação trabalhista, o vale-refeição é um benefício que deve ser utilizado exclusivamente para alimentação em restaurantes ou fazer compras em supermercados.

“Além de ser uma prática ilícita, tanto para quem vende quanto para quem compra, trocar o tiquete-re-

feição por dinheiro é mau negócio, pois sempre existe um percentual de desconto exigido pelo comprador, o que faz com que com o consumidor perca parte do valor real do benefício”, afirmou Marcela.

Para o presidente da Federação do Comércio do Espírito Santo, José Lino Sepulcri, acredita que o número de trabalhadores capixabas que comercializam o vale-refeição é em razão do salário pequeno, já que o dinheiro da venda serve como complemento à renda.

“Mas são poucos casos. A grande maioria desvirtuou esse benefício, infelizmente, para direcioná-lo para consumo, como bebida alcoólica”, disse Sepulcri.

JANELA PARTIDÁRIA

Deputados admitem mudar de partido

Na bancada federal, Evair de Melo, Givaldo e Norma Ayub se articulam em busca de um melhor espaço que garanta a reeleição

Luiz Fernando Brumana

Pelo menos três deputados federais do Espírito Santo podem mudar de legenda durante o período de “janela partidária”. São eles: Evair de Melo (PV), Norma Ayub (DEM) e Givaldo Vieira (PT). Convites e negociações já começaram e, em alguns casos, estão bem avançados.

A “janela” abre no próximo dia 7 e permanece até 7 de abril. A brecha na norma da fidelidade partidária virou lei em 2016 e possibilitou que os políticos migrassem entre as legendas, durante um mês, sem perder o mandato.

Evair de Melo, por exemplo, não esconde que quer deixar o Partido Verde. “Estou conversando. O meu movimento pessoal é para disputar a reeleição na Câmara. Mas, nunca se sabe”, ressalta. Ele pretende anunciar sua eventual mudança nos “50 minutos do segundo tempo”, como definiu. Informação de bastidores dão conta de que ele está perto de fechar com o Podemos.

Depois de não conseguir a presidência do PT estadual, Givaldo Vieira passou a abrir o leque de opções. Seu caminho será o ninho socialista, afinal o petista foi vice do ex-governador Renato Casagrande (PSB). Outra possibilidade seria o PCdoB.

Já a parlamentar federal Norma



EVAIR, que deve deixar o PV: “Estou conversando com vários partidos”

Ayub vai esperar a convenção do DEM, na primeira semana de março. Isso é o que garante o seu marido, o deputado estadual Theodorico Ferraço, quando questionado se ambos vão permanecer na sigla. “Está tudo bem. Vamos ver até a convenção do partido para ter certeza”, disse.

Para o presidente do PMDB estadual, deputado federal Lelo

Coimbra, o cálculo estratégico para mudar de partido é delicado.

Entre os fatores determinantes para as mudanças: a segurança do futuro partido, se vai ou não ser extinto pela cláusula de barreira; se há possibilidade de financiar a campanha, já que não haverá doações de empresas privadas; e se não conta com outras lideranças que disputem o mesmo eleitorado.

ANTONIO AUGUSTO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

CASO MILENA GOTTARDI

Hoje é o último dia de audiências em fórum

O último dia de audiência do caso Milena Gottardi será hoje, a partir das 9 horas, no Fórum Criminal de Vitória. Serão ouvidas duas testemunhas de defesa do policial civil e ex-marido dela, Hilário Frasson, entre eles o padre Pedro Luchi, que ce-

lebrou o casamento, e, em seguida, os seis réus. A médica foi baleada no estacionamento do Hucam, no dia 14 de setembro do ano passado, e teve morte cerebral declarada no dia seguinte. O ex-marido é acusado de ser um dos mandantes do crime.

APOSENTADORIA

Temer prova vida e recebe benefício

BRASÍLIA

/// O presidente Michel Temer (PMDB) provou que está vivo e voltou a receber sua aposentadoria de promotor do Estado de São Paulo. A São Paulo Previdência (SP-Prev), responsável por administrar os pagamentos, informou que o presidente fez o recadastramento anual e que os pagamentos foram regularizados.

Em valores brutos, Temer tem direito a R\$ 45 mil pelo benefício previdenciário. Mas, para se adequar ao teto do funcionalismo, que é de R\$ 33,7 mil, o valor líquido fica em R\$ 22,1 mil. A SP-Prev informou que o pagamento dos meses em que o benefício ficou suspenso foi realizado em folha suplementar, incluindo os retroativos. (Agência Estado)

PAÍS EM CRISE

JUÍZES PLANEJAM PARAR PARA MANTER BENEFÍCIOS

Magistrados temem perder auxílio-moradia, que STF irá julgar

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Após a ministra Cármen Lúcia marcar para 22 de março o julgamento de ações sobre o auxílio-moradia da magistratura no Supremo Tribunal Federal (STF), juízes federais articulam uma paralisação para o próximo dia 15.

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) informou à reportagem de A GAZETA, por meio de nota, que não se trata de greve e não há assembleia convocada para tanto. Mas uma consulta é feita aos magistrados sobre a paralisação. "O que existe é uma consulta que está sendo feita aos associados com a possibilidade de uma paralisação no dia 15/3. A paralisação não diz respeito somente ao auxílio-moradia, mas à valorização da carreira."

Uma nota de esclarecimento foi publicada no site da Ajufe ontem. O ponto central do descontentamento dos juízes federais é o fato de o STF restringir a discussão ao auxílio-moradia, e não abordar outros "penduricalhos", que se destacam na magistratura estadual. Os auxílios dos juízes do Rio de Janeiro, por exemplo, ficam de fora da pauta.

"O Supremo Tribunal Federal incluiu na pauta de julgamentos do dia 22/03/2018 a Ação Ordi-



Sessão plenária do Supremo Tribunal Federal: Corte vai julgar ações sobre auxílio-moradia da magistratura

nária nº 1.773, que trata acerca do recebimento do auxílio-moradia pelos magistrados. Entretanto, deixou de incluir em pauta de julgamento a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4.393, que trata da Lei dos Fatos Funcionais da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, que servirá para definir o que pode e o que não pode ser pago aos juízes de todo o país, de forma clara, transparente e de acordo com os anseios de toda a população brasileira", diz o texto assinado pelo presidente da associação, Roberto Veloso.

FOCO

"Os juízes federais entraram no foco de poderosas forças em razão de sua atuação imparcial e combativa"

ROBERTO CARVALHO VELOSO
PRESIDENTE DA AJUFE

berto Veloso.

"Não basta apenas julgar as ações que tratam do auxílio-moradia, que atingirão apenas os juízes fe-

derais, deixando sem resolução os diversos pagamentos realizados nos âmbitos dos demais segmentos do Judiciário", continua, ainda, a nota.

No Espírito Santo há 43 juízes federais. Além da Ação Originária 1.773, Cármen Lúcia pautou outras quatro de relatoria do ministro Luiz Fux, inclusive a que estendeu, liminarmente, a todos os juízes do país o auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil mensais. Há também mais uma em pauta, sob relatoria do ministro Luís Roberto Barroso.

Por meio de leis esta-

duais, no entanto, juízes estaduais têm direito, em algumas unidades da federação, a verbas extras com as quais os demais não contam. Há casos, como A GAZETA já mostrou, em que nem mesmo o valor do auxílio-moradia como estipulado por Fux e pelo Conselho Nacional de Justiça é respeitado. No Tribunal de Justiça de Rondônia, por exemplo, tendo como base uma lei estadual, o benefício chega a R\$ 6 mil.

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turibio, diz que o

posicionamento da Ajufe não representa uma divisão na magistratura do país. Ele tampouco diverge da proposta de que o STF faça uma discussão mais ampla quanto às verbas extras.

"Não há divisão. Essa discussão, sobre se os Estados podem ou não ampliar tais direitos, terá que ser feita em algum momento. Cabe ao Supremo fazer essa discussão e vejo isso até de forma salutar", afirma.

Turibio lembra, no entanto, que a própria Constituição prevê certa autonomia aos Estados no que tange à organização do Poder Judiciário.

DESDE 2014

As decisões liminares (provisórias) do ministro Fux foram proferidas ainda em setembro de 2014 e somente recentemente foram liberadas por ele para que fossem pautadas no plenário do Supremo.

Somente entre os magistrados estaduais, mais de 11.666 contam com o auxílio-moradia no país. Por simetria, o benefício também é pago, no mesmo valor, a membros do Ministério Público, Tribunais de Contas e Ministério Público de Contas.

Até quem tem imóvel próprio na cidade em que trabalha tem direito à verba de caráter indenizatório.

Maia e Cármen Lúcia discutem supersalários

Depois de uma visita ao Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu que a Casa só analise o projeto que regulamenta o teto remuneratório do setor público após o julgamento do auxílio-moradia pago a juízes. A ministra do STF, Cármen Lúcia, fez uma

apresentação sobre a situação remuneratória de cada um dos tribunais do país.

A expectativa de Rodrigo Maia é que a comissão especial responsável por analisar o projeto que regulamenta o teto remuneratório do setor público vote o parecer do deputado Rubens Bueno (PPS-PR) em março.

"Já estamos há meses

conversando sobre esse tema. Hoje a presidente fez uma apresentação com a situação de cada um dos tribunais. O que é remuneração, o que é dívida, o que é indenização", ressaltou.

"Vamos votar ao longo do mês de março, sempre respeitando o diálogo e a situação de cada Poder para que a lei do teto dos gastos não

inviabilize o exercício de nenhum Poder. Está se construindo isso, abrindo as informações. O Supremo e o MP estão garantindo transparência em todas as informações", destacou Maia.

Rubens Bueno já adiantou que vai propor a restrição do pagamento e a redução das férias do Judiciário. (Agência O Globo)



Rodrigo Maia preside a Câmara dos Deputados

Juízes ameaçam greve contra fim de auxílio-moradia

'Penduricalho'. Categoria convoca paralisação nacional em reação à decisão do Supremo Tribunal Federal de julgar, em 22 de março, a legalidade do benefício

Os juízes federais ameaçam parar no próximo dia 15 e entrar em greve efetiva a partir de 3 de abril. Contrariada com a decisão da presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cármen Lúcia, de pautar ações que tratam da legalidade ou não do pagamento de auxílio-moradia a magistrados, a categoria cobrou isonomia.

A Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil) afirma que a ação é seletiva e pede que o julgamento – já marcado para 22 de março – inclua ações contra o penduricalho pago também a juízes estaduais.

“Para que sejam definidos, pelo STF, quais são os pagamentos legais e constitucionais devidos a todos os magistrados brasileiros (ministros, desembargadores e juízes), colocando uma resolução definitiva nesta questão, que tanto atormenta a população e a opinião pública brasileiras”, afirmou a entidade por meio de nota.

Mais questionamentos

Além do auxílio-moradia, a ação contra juízes questiona a validade de be-



No início do mês, categoria fez ato em frente ao prédio do STF | SÉRGIO AMARAL/AJUFEBRASIL

nefícios de auxílios de saúde, pré-escolar e gratificação de permanência, por exemplo.

Três anos de benefício

Por decisão liminar do ministro do STF Luiz Fux, concedida em setembro de 2014, todos os juízes recebem o benefício mensal de R\$ 4.377,76, mesmo que tenham residência própria na cidade em que trabalham.

Estima-se que em torno de 17 mil pessoas – entre juízes, desembargadores e ministros de tribunais – recebam o benefício, que, nos últimos quatro anos, custou aproximadamente R\$ 5,4 bilhões ao cofre público, segundo levantamento da ONG Contas Abertas.



MARCELO FREITAS
METRO BRASÍLIA

“Não basta apenas julgar as ações que tratam do auxílio-moradia, que atingirão apenas os juízes federais, deixando sem resolução os diversos pagamentos realizados nos âmbitos dos demais segmentos do Judiciário.”

ROBERTO VELOSO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL

General de ação na Maré é cotado para Segurança

No mesmo dia em que o corpo do 17º policial militar morto no Rio de Janeiro neste ano foi enterrado, o nome do possível novo secretário de Estado de Segurança veio à tona. O general Richard Fernandez Nunes é cotado para o posto, anteriormente ocupado por Roberto Sá.

A informação é do âncora do "Jornal da Band", Ricardo Boechat. A nomeação está prevista para a terça-feira. Essa seria a primeira indicação do interventor federal na segurança do Estado, o general Walter Souza Braga Netto.

Fernandez Nunes comandou a ocupação no complexo da Maré, na zona norte, finalizada em 2015. A ofensiva foi alvo de críticas. Na época, a Amnistia Internacional, entidade global pela defesa dos direitos humanos, reprovou os confrontos desencadeados pela atuação das tropas



Enterro do 17º PM morto aconteceu no Jardim da Saudade, em Sulacap | ERIBS JR./AGF/FOLIA PRESS

federais. Em ação, ontem, a Polícia Civil apreendeu 50 kg de maconha e 780 sacolés de cocaína na comunidade.

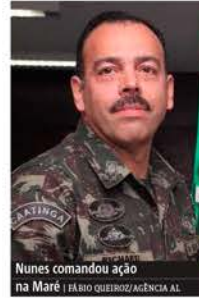
Despedida

Familiares e amigos se despediram do subcomandante da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da Vila Ken-

nedy, Guilherme Lopes da Cruz, de 26 anos, que foi enterrado, ontem, no cemitério Jardim da Saudade, em Sulacap, na zona oeste. O PM foi baleado em uma lanchonete, em Campo Grande, mesma região da capital fluminense.

Ontem também, investigadores descobriram que

uma mulher foi torturada por traficantes na favela Kelsons, na zona norte. Bandidos desconfiaram que a moradora da comunidade era informante das forças de segurança, que fizeram operação no local, com auxílio das Forças Armadas, no começo da semana. Por isso, cor-



Nunes comandou ação na Maré | FÁBIO QUEIROZ/AGÊNCIA AL

taram seu cabelo e fizeram ameaças contra a vítima.

Fiscalização

Para evitar novos casos de violência, dessa vez por parte de servidores públicos, o Legislativo e setores da sociedade civil organizam estratégias para fiscalizar a inter-

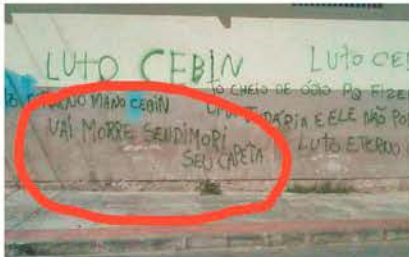
venção federal no Rio.

A OAB-RJ (Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro) anunciou, ontem, a criação de uma comitiva para também fazer acompanhar as atividades. Com a criação do equipe, a ideia é garantir que a intervenção aconteça de acordo com o processo legal, resguardando direitos.

Um grupo de vereadores da capital também fará o acompanhamento das forças de segurança. Embora a medida tenha abrangência estadual, a comissão se debruçará sobre as ações, com o objetivo de monitorar os serviços públicos prestados aos cariocas.

Na última quarta-feira, um requerimento foi aceito em Brasília, e a criação de uma comissão na Casa para analisar a abordagem foi aprovada. © METRO RIO

Prisão após ameaças a delegado na Serra



Frases contra o delegado Rodrigo Sandi Mori em muro de Central Carapina | INTERNET

Um jovem de 19 anos foi preso após ter feito ameaças de morte ao delegado Rodrigo Sandi Mori. Segundo a polícia, Lucas Paixão Lopes confessou ser o autor das pichações num muro do bairro Central Carapina, na Serra. Ainda ontem, numa rede social, Lucas fez comentários contra o delegado. Cerca de 20 minutos após a publicação da mensagem, ele foi detido.

Investigações apontam que Lucas faz parte de uma facção criminosa liderada por

Paulo Sérgio de Oliveira Júnior, um dos alvos da operação da Polícia Civil na última terça-feira. Nesse dia, policiais cumpriram mandado de prisão no bairro quando foram recebidos a tiros. Eles revidaram. Um suspeito foi morto; e outro fugiu.

Depois disso, viaturas foram apedrejadas – Lucas teria admitido, segundo a polícia, que danificou os veículos. Houve protesto na BR-101, em frente a Central Carapina, bloqueando a via. No

dia seguinte, moradores do bairro ficaram sem ônibus, sem aulas e sem consulta nas unidades de saúde. Coletivos circularam durante parte do dia, sob escolta policial. Alunos só tiveram aulas após ser garantido reforço na segurança das escolas.

As ações das polícias Civil e Militar continuam em Central Carapina. Ontem, o chefe de Polícia Civil do Estado, Guilherme Daré, afirmou que a polícia não vai se intimidar diante de ameaças. METRO



Lucas Paixão Lopes também fez post contra policial na internet | DIVULGAÇÃO

Auxílio-moradia

STF divulga data de julgamento

O STF (Supremo Tribunal Federal) marcou para 22 de março o julgamento sobre a legalidade do auxílio-moradia. Três ações tramitam na Corte. Desde 2014, todos os juízes ganham o benefício de R\$ 4,8 mil.  **METRO BRASÍLIA**

Auxílio-moradia para juízes será julgado mês que vem no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar em 22 de março o auxílio-moradia, hoje no valor de R\$ 4.378, pago a juízes de todo o País, conforme a pauta de julgamentos do plenário disponibilizada pela presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia.

Associações de magistrados defendem que a questão deve ser vista de modo mais amplo. Segundo seus representantes, os juízes federais estão sem reajuste desde 2015. Estimativa da ONG Contas Abertas indica que, de setembro de 2014 até dezembro passado, o auxílio-moradia custou à União e aos estados cerca de R\$ 5 bilhões.

Militares encontram 48 celulares em cadeia

◀ O presídio Milton Dias Moreira, em Japeri, na Baixada Fluminense, foi alvo ontem de uma operação que contou com cães farejadores e militares das Forças Armadas. A ação veio três dias após uma rebelião no local. Foram apreendidos 48 celulares, 205 invólucros de pó branco com característica de cocaína, 151 invólucros de erva seca picada e três tablets de erva semelhante à maconha.

Um dia após a interven-

ção federal na segurança do Rio de Janeiro ser aprovada pelo Senado, o Estado viveu um dia de violência. Um homem morreu e outras duas pessoas - uma criança de 7 anos e um adulto de 18 - ficaram feridos durante operação policial em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Houve troca de tiros entre PMs e traficantes.

A criança atingida na perna, Gleiciane Vitória Albuquerque Viegas, tem quadro de saúde estável. Os outros dois homens baleados são



PABLO JACOB/AGÊNCIA O GLOBO

Militares entram no presídio onde houve rebelião. Em Botafogo, homem ferido durante assalto é socorrido

Bruno Ferreira Borges, de 18 anos, e Gessy Alves, de 35 anos. Gessy não resistiu. Também segundo a PM, com Bruno, foram apreendidas drogas e uma pistola. Moradores incendiaram um

ônibus em protesto.

Ainda ontem, o subcomandante da UPP da Vila Kennedy, sargento Guilherme Cruz foi encontrado morto em Jacarepaguá ao lado de um carro em uma fila



ALESSANDRO BUZAS/AE

de um drive-thru.

Na Praça Seca, dois mototaxistas foram assassinados por homens que passaram atirando contra as vítimas. Em Botafogo, Zona Sul, pelo menos cinco pessoas

também ficaram feridas durante uma tentativa de assalto. A arma de um policial teria disparado acidentalmente e ferido quatro pessoas. O bandido também foi baleado por um segurança.

ELEIÇÕES 2018

Hartung afirma que respeita Rose no páreo

Governador disse que a intenção da senadora de disputar o governo do Estado é “ótima”

/// **LETÍCIA GONÇALVES**
lgoncalves@redgazeta.com.br

O governador Paulo Hartung (PMDB) falou pela primeira vez sobre a pré-candidatura da correli-gionária Rose de Freitas ao governo do Estado. Hartung, que ainda não revelou se será ou não candidato à reeleição e qual caminho eleitoral adotará, disse que respeita “todas as pretensões”. “Sou um democrata. Ontem (terça-feira) estive com o Audifax (prefeito da Serra), que é doido

para ser governador também. O Vidigal (deputado federal) pensa nisso, o Colnago (vice-governador) também. Isso é ótimo”, declarou ontem à reportagem de A GAZETA.

Hartung foi sucinto ao comentar o cenário eleitoral e repetiu que o momento de definições não é agora. “Tenho a visão que a questão política está muito longe desse tempo. Vão ser tratadas a partir de julho. Antes disso, é miragem, jogar conversa fora. Só tem uma coisa para fazer: trabalhar. O povo está descrente e o que as pessoas precisam fazer é mostrar resultado”, afirmou.

SEGUNDA INSTÂNCIA

Decano quer decisão de prisão no plenário

O ministro Celso de Mello prefere que Corte analise ações genéricas que tratam do tema

BRASÍLIA

▲ O ministro Celso de Mello, o mais antigo integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu novamente ontem que o plenário da Corte julgue as ações sobre prisões de réus condenados em segunda instância. Para ele, é melhor o Supremo discutir o tema nas duas ações que tratam

da regra geral, em vez de analisar um caso específico sem definir a tese antes.

Além das ações abstratas, aguarda julgamento do plenário um habeas corpus preventivo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que foi condenado por um tribunal de segunda instância e poderá ser preso caso o recurso ao mesmo tribunal seja negado.

“Essa questão há de ser decidida independentemente de qualquer pessoa eventualmente interessada.



CARLOS MOURA/SCO/STF

Celso de Mello disse que questão é constitucional

Entendo que é mais adequado que nós discutamos isso no plano puramente abstrato, o que é permitido pelas ações declaratórias de constitucionalidade. Uma das quais, inclusive, ajuizada por uma instituição respeitabilíssima, que é o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, portanto, não há qualquer vinculação de ordem partidária. A questão não é partidária, a questão não é política, a questão é eminentemente constitucional e envolve um

direito que assiste a todos e a cada um de nós”, defendeu.

O ministro defende a tese que os réus só podem ser presos depois do julgamento de todos os recursos possíveis. Em 2016, o STF decidiu o contrário, pela possibilidade das prisões antecipadas, depois da condenação por tribunal de segunda instância. Desde então, houve mudança no entendimento de ao menos um ministro, Gilmar Mendes, com possibilidade de reverter a última decisão. (Agência O Globo)

PLANOS ECONÔMICOS

STF julga em 1º de março homologação de acordos

/// A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, marcou para o dia 1º de março o julgamento no plenário da corte da homologação do acordo firmado entre poupadores e bancos referente aos

planos econômicos dos anos de 1980 e 1990. Na semana passada, o ministro e relator Ricardo Lewandowski já tinha ratificado o acordo. Mas só após a decisão do plenário é que será divulgado o calendário de pagamentos.

ELEIÇÕES 2018

Hartung afirma que respeita Rose no páreo

Governador disse que a intenção da senadora de disputar o governo do Estado é “ótima”

/// **LETÍCIA GONÇALVES**
lgoncalves@redgazeta.com.br

O governador Paulo Hartung (PMDB) falou pela primeira vez sobre a pré-candidatura da correligionária Rose de Freitas ao governo do Estado. Hartung, que ainda não revelou se será ou não candidato à reeleição e qual caminho eleitoral adotará, disse que respeita “todas as pretensões”. “Sou um democrata. Ontem (terça-feira) estive com o Audifax (prefeito da Serra), que é doido

para ser governador também. O Vidigal (deputado federal) pensa nisso, o Colnago (vice-governador) também. Isso é ótimo”, declarou ontem à reportagem de A GAZETA.

Hartung foi sucinto ao comentar o cenário eleitoral e repetiu que o momento de definições não é agora. “Tenho a visão que a questão política está muito longe desse tempo. Vão ser tratadas a partir de julho. Antes disso, é miragem, jogar conversa fora. Só tem uma coisa para fazer: trabalhar. O povo está descrente e o que as pessoas precisam fazer é mostrar resultado”, afirmou.

SEGUNDA INSTÂNCIA

Decano quer decisão de prisão no plenário

O ministro Celso de Mello prefere que Corte analise ações genéricas que tratam do tema

BRASÍLIA

▲ O ministro Celso de Mello, o mais antigo integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu novamente ontem que o plenário da Corte julgue as ações sobre prisões de réus condenados em segunda instância. Para ele, é melhor o Supremo discutir o tema nas duas ações que tratam

da regra geral, em vez de analisar um caso específico sem definir a tese antes.

Além das ações abstratas, aguarda julgamento do plenário um habeas corpus preventivo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que foi condenado por um tribunal de segunda instância e poderá ser preso caso o recurso ao mesmo tribunal seja negado.

“Essa questão há de ser decidida independentemente de qualquer pessoa eventualmente interessada.



CARLOS MOURA/SCO/STF

Celso de Mello disse que questão é constitucional

Entendo que é mais adequado que nós discutamos isso no plano puramente abstrato, o que é permitido pelas ações declaratórias de constitucionalidade. Uma das quais, inclusive, ajuizada por uma instituição respeitabilíssima, que é o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, portanto, não há qualquer vinculação de ordem partidária. A questão não é partidária, a questão não é política, a questão é eminentemente constitucional e envolve um

direito que assiste a todos e a cada um de nós”, defendeu.

O ministro defende a tese que os réus só podem ser presos depois do julgamento de todos os recursos possíveis. Em 2016, o STF decidiu o contrário, pela possibilidade das prisões antecipadas, depois da condenação por tribunal de segunda instância. Desde então, houve mudança no entendimento de ao menos um ministro, Gilmar Mendes, com possibilidade de reverter a última decisão. (Agência O Globo)

PLANOS ECONÔMICOS

STF julga em 1º de março homologação de acordos

/// A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, marcou para o dia 1º de março o julgamento no plenário da corte da homologação do acordo firmado entre poupadores e bancos referente aos

planos econômicos dos anos de 1980 e 1990. Na semana passada, o ministro e relator Ricardo Lewandowski já tinha ratificado o acordo. Mas só após a decisão do plenário é que será divulgado o calendário de pagamentos.

NOVAS REGRAS

Consumidor terá mais controle da conta com energia pré-paga

Apesar da chance de ter mais controle, entidades de defesa do consumidor criticam a proposta

« A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quer saber a opinião do consumidor sobre a compra pré-paga de energia elétrica. A agência reguladora afirma que considera que esse sistema seria capaz de ajudar os clientes a controlarem os gastos com a conta de luz. O consumidor poderia definir a quantidade de energia que será comprada e fazer um acompanhamento melhor do seu orçamento. Porém, entidades de defesa do consumidor criticam a proposta.

Em entrevista à Rádio CBN Vitória, a especialista da superintendência de Regulação da Distribuição da Aneel, Djane Maria Soares Fontan Melo, explicou que o pré-pagamento da energia elétrica já existe em vários países,



Conta de luz: segundo a Aneel, consumidor vai poder economizar com a medida

como Argentina, Moçambique e Estados Unidos. Segundo ela, com esse sistema é possível controlar melhor o consumo.

“Temos pesquisas do pré-pagamento em outros países, em que os consumidores relatam que conseguiram reduzir o consumo porque ao adquirir crédito ele começa a ter uma consciência maior do seu gasto”, disse.

A especialista da Aneel

destacou que apesar do pagamento ser pré-pago, nenhum consumidor ficará sem energia elétrica, pois, será disponibilizado o serviço de crédito especial, que garante até 48 horas de consumo da concessionária.

“Existe a previsão do crédito especial. O consumidor entra em contato com a distribuidora e solicita esse crédito emergencial. Em média, esse crédito

FERNANDO MADEIRA - 23/03/2017

duraria dois dias e ele conseguiria se organizar para, em dois dias, adquirir mais créditos”, contou.

CRÍTICAS

Apesar dos benefícios apontados pela Aneel, o sistema de energia elétrica pré-pago é criticado por entidades de defesa do consumidor. O pesquisador do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Clauber Leite, des-

taca que esse tipo de proposta vai contra os princípios do Código de Defesa do Consumidor, que proíbe a interrupção na prestação de serviços essenciais ao consumidor. “A energia elétrica é um bem essencial e o consumidor não pode ser exposto desta maneira”, defende.

O pesquisador do Idec também salientou que apesar de a Aneel acreditar que o gasto com energia elétrica será menor, o consumidor não terá nenhum benefício com a migração, pois as taxas e tarifas serão as mesmas.

“Talvez teria alguma vantagem para as concessionárias, que não precisariam fazer a leitura do medidor e teriam um custo menor com prestadores de serviços. Para o consumidor, não há vantagens nesse tipo de cobrança. É preciso entender qual o benefício real de uma medida como essa”, destaca Leite.

RESULTADO DO PIB

FGV aponta que Brasil cresceu 1% em 2017

« De acordo com o Monitor do PIB (Produto Interno Bruto) da Fundação Getúlio Vargas, depois de dois anos de retração, a economia brasileira voltou a crescer em 2017, 1%. De acordo com o levantamento, a retomada do crescimento é resultado do “excelente” desempenho da agropecuária, da recuperação do setor industrial, de um setor de serviços que, “surpreendentemente”, voltou a contribuir positivamente, e de uma melhora no consumo das famílias e das exportações.

A apuração da FGV ficou bem próxima a do Banco Central, que mede a atividade do país por meio do IBC-BR, que aponta expansão de 1,04% em 2017. “Os resultados anuais de 2017 retratam uma economia em franca recuperação, porém com resultados muito piores quando comparado com a série histórica iniciada em 2001. Em quase todos os indicadores, os resultados são melhores do que aqueles do ano de 2016”, diz a FGV.

4 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUINTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Reportagem Especial

INSEGURANÇA

Drones, reforço e bloqueio em 198 km de divisas no Estado

Polícia apresentou o plano para evitar que criminosos entrem no Estado após a intervenção federal no Rio de Janeiro

Horas depois da explosão em uma agência bancária em Vila Velha, a cúpula da Segurança Pública do Estado apresentou o plano de contingência para evitar que criminosos de fora entrem no Estado, após a intervenção federal no Rio de Janeiro.

A partir de hoje, 198 quilômetros de divisa do Estado serão monitorados, com reforço do policiamento, pontos de bloqueios em estradas e rodovias, drones, helicóptero, além da cavalaria e cães.

Por dia, cerca de 150 policiais, sendo 20 da Polícia Rodoviária Federal e, os demais, das polícias Militar e Civil, irão atuar nos bloqueios, segundo o secretário de Estado da Segurança Pública (Sesp), André Garcia.

"Fora isso, também teremos equipes em grande número da inteligência trabalhando", observou. André Garcia explicou que o plano de contingência está sendo elaborado desde a decretação da intervenção no Rio de Janeiro, mas tem caráter preventivo.

"Não há hoje nenhuma informação ou indício que aponte para a migração de criminosos para o Estado. Essa iniciativa leva em consideração uma possibilidade eventual. É possível que aconteça, mas não é provável", garantiu.

Ele explicou, ainda, que o planejamento levou em consideração os levantamentos feitos pelo setor de inteligência da Sesp e das polícias Civil e Militar.

"Nessa ação, vamos monitorar 198 quilômetros de divisas com o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse monitoramento será feito pelo serviço de inteligência e com oito pontos de bloqueios implantados. Um deles é a BR-101, que é o principal acesso ao Estado pelo Rio."

Sobre os demais pontos em estradas e rodovias em que ocorrerão os bloqueios, o secretário afirmou que não serão divulgados para não atrapalhar a operação.

Ele explicou, ainda, que os bloqueios serão feitos com a presença de viaturas e homens, fazendo as abordagens nas entradas e saídas do Estado. "Essas abordagens tem duas características: uma delas é a normal, feita de forma aleatória e por amostragem. E outra é a direcionada, com base em informações de inteligência."

O plano foi apresentado pelo secretário André Garcia, juntamente com o comandante-geral da PM, coronel Nilton Rodrigues, do chefe da Polícia Civil, Guilherme Daré, entre outros membros da cúpula de segurança.



SOLDADO Patrick Carreiro mostra os drones que serão usados nas divisas do Estado no plano de contingência

ENTENDA

Plano de contingência

Desde assinatura do decreto de intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro, na sexta-feira, o governo do Espírito Santo começou a elaborar um plano de contingência para evitar a migração de criminosos para o Estado.

O plano foi apresentado ontem pela cúpula da Segurança Pública do Estado, e contam com bloqueios em estradas e rodovias, patrulhamento das divisas com viaturas, helicópteros, drones entre outros, a partir de hoje.

Monitoramento

> SERÃO MONITORADOS 198 quilômetros de divisas com os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O monitoramento será feito pelo serviço de inteligência, patrulhamentos com viaturas, aeronave e drones, além de pontos de bloqueios implantados em estradas e rodovias.

Bloqueios

> AO TODO, serão oito pontos de bloqueios no primeiro momento. A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) não divulgou todos os pontos para não atrapalhar a operação, mas adiantou que entre eles está a BR-101 e a BR-262.

> OS BLOQUEIOS serão feitos com viaturas e policiais, fazendo abordagens nas entradas do Estado. As abordagens podem ser aleatórias, por amostragem, ou direcionada, com base em informações de inteligência.

Participação

> ALÉM DAS polícias Civil e Militar, ainda tem participação da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e do Exército, com troca de informações do Serviço de Inteligência.

Prazo

> DE ACORDO COM A SESP, a operação tem prazo inicial de dois meses e meio, podendo ser prorrogado por tempo indeterminado. Isso será avaliado diariamente.

Região metropolitana

> A SESP reforçou que as operações nas divisas não alteram o policiamento diário na região metropolitana e interior do Estado. afirmou que policiais estão trabalhando sob regime de escala extra, por exemplo. No total, inicialmente serão gastos com a operação R\$ 2,5 milhões.



DIVULGAÇÃO POLÍCIA MILITAR - 15/02/2018

POLICIAIS MILITARES já reforçam a divisa do Estado com o Rio de Janeiro, desde a última sexta-feira

Secretário se reúne hoje com ministro da Justiça

Além das medidas adotadas a partir de hoje nas divisas com o Espírito Santo, o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, e os secretários de Segurança de Minas Gerais e São Paulo, se reúnem hoje com o ministro da Justiça, Torquato Jardim.

O objetivo é discutir a questão da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro e possíveis efeitos para os estados.

André Garcia afirmou que entre os temas tratados está a apresentação do planejamento feito no Estado para garantir a integridade das divisas capixabas. "Vamos solicitar que seja estabelecido um canal permanente, com informações em tempo real de inteligência".

Ele também irá solicitar o retorno de policiais rodoviários federais do Estado que estão "emprestados" ao Rio de Janeiro desde 2017.

"Esse pedido foi feito desde setembro do ano passado pelo governador Paulo Hartung e reiterado por mim quando recebi o ministro na Sesp. Amanhã (hoje) volto a reiterar o pedido pelo reforço da presença da PRF no Estado."

Em reunião entre o presidente Michel Temer e Paulo Hartung, na tarde de ontem, um dos temas abordados foi o da intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. O governador falou sobre a experiência capixaba de atuação conjunta com as Forças Armadas, entre outros pontos.

O comandante da Polícia Militar, coronel Nilton Rodrigues, também irá participar, a partir das 13h30 de hoje, da operação nas divisas do Estado com o Rio de Janeiro.

REFORÇOS

NO PATRULHAMENTO DIÁRIO, SERÃO USADOS:

40 VIATURAS

150 POLICIAIS

> DO TOTAL, serão cerca de 130 policiais civis e militares, além de 20 policiais rodoviários federais, que irão participar das ações todos os dias.

> 760 POLICIAIS, POR MÊS, estarão envolvidos com a operação nas divisas.

> OS POLICIAIS da inteligência, em número significativo, não estão na conta, mas estarão trabalhando de forma ativa na operação.

> ALÉM DO MONITORAMENTO aéreo feito por helicóptero, serão empregados três drones no monitoramento das divisas após o treinamento das equipes.

ANÁLISE

Pablo Lira, professor do Mestrado em Segurança Pública da UVV



"Leis brandas e Justiça morosa"

"O roubo à agência bancária em Vila Velha, com o uso de explosivos, representa o nível em que a criminalidade violenta pode chegar a um Brasil de leis brandas e Justiça morosa."

É relevante lembrar que, recentemente, as polícias capixabas têm realizado operações exitosas de apreensão de carregamentos de drogas ilícitas destinadas ao mercado interno.

A intensificação dessas ações de repressão pode estar forçando grupos criminosos a recorrerem a outras modalidades de delitos, como o roubo a banco.

Diferente da deterioração da segurança do Rio de Janeiro, observada ao longo dos últimos anos, no Espírito Santo as agências de segurança pública se encontram empenhadas no enfrentamento e na prevenção aos crimes, inclusive anunciando bloqueios nas divisas para evitar a migração de criminosos do Rio para cá."

Economia

FALE COM O EDITOR RAFAEL GUZZO E-MAIL: economia@redetribuna.com.br

Sindicatos desafiam lei, vão cobrar imposto e novas taxas

Para entidades, fim da contribuição obrigatória, definida na reforma, é inconstitucional. E ainda vão criar tarifa batizada como "negocial"

Caio Miranda

Com a nova legislação trabalhista, o imposto sindical foi extinto. Porém, em assembleias, as principais centrais sindicais do País estão aprovando a cobrança de taxas, batizadas de "contribuição negocial", que, em tese, substituem o antigo imposto.

Enquanto o fim do imposto sindical é alvo de ações na Justiça, os primeiros acordos e convenções protocolados no Ministério do Trabalho vão na contramão do que diz a nova legislação, que trabalhadores devem autorizar previamente qualquer tipo de cobrança.

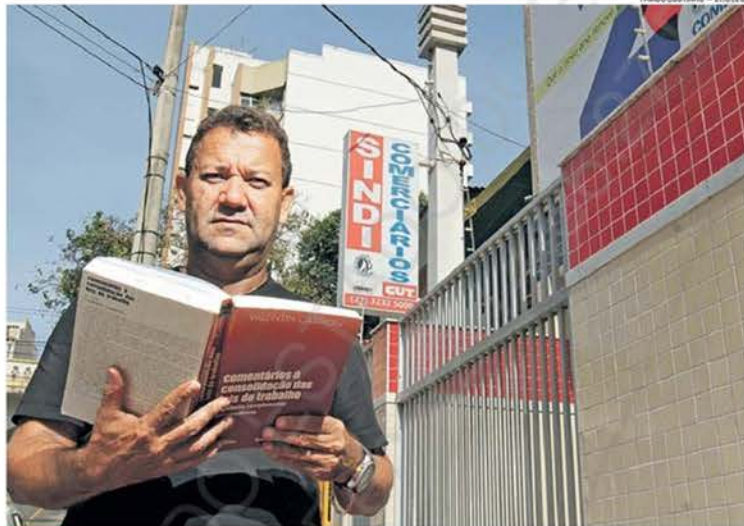
Essas novas taxas só não são descontadas do funcionário — sindicalizado ou não — caso ele se manifeste contrariamente.

Segundo o presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado (CUT-ES), Jasseir Alves Fernandes, os sindicatos podem convocar assembleia para aprovar a cobrança e definir o valor. Ele disse que alguns já estão cobrando ou em estado avançado de negociação.

Para o diretor do Sindicato dos Comerciantes do Estado (Sindicomercário-ES), Jakson Andrade, o fim do imposto sindical é inconstitucional e, por isso, o sindicato vai manter a cobrança.

Ele esclareceu que a entidade deve publicar edital de cobrança por três vezes, orientando sobre o recolhimento, e que as empresas que não o fizeram serão acionadas na Justiça.

Jakson informou que o sindicato negocia em convenção coletiva, há seis anos, a cobrança da taxa nego-



JAKSON disse que a contribuição negocial é cobrada em quatro parcelas, de todos os empregados do comércio

cial dos trabalhadores.

"É cobrada em quatro parcelas, para todos os trabalhadores, dando o direito de que, assim que receber a primeira parcela, se tenha o período de até 10 dias para reclamar o cancelamento".

Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado (Sindimetal-ES), Max Célio de Carvalho, disse que o sindicato vai seguir a orientação nacional e trabalhar por mudanças estatutárias antes de discutir, junto aos trabalhadores, a sustentação da entidade.

"O foco, depois do fim do imposto sindical, é dialogar bastante com os trabalhadores sobre a importância da sindicalização. O imposto criou uma certa acomodação nos sindicatos. A principal argumentação é ter 100% da categoria sindicalizada", completou.

ENTENDA

Discussão chegou ao Supremo

Fim do imposto sindical

> COM A NOVA LEGISLAÇÃO trabalhista, que entrou em vigor em novembro, deixou de ser obrigatória qualquer contribuição aos sindicatos.

> ASSIM, elas só serão descontadas se o trabalhador tiver interesse em contribuir para o sindicato e autorizar previamente a cobrança.

> COM ISSO, foi extinto o imposto sindical, cobrado anualmente e com valor equivalente a um dia de trabalho do empregado.

> VÁRIOS SINDICATOS já ingressaram na Justiça, alegando inconstitucionalidade. A discussão chegou até ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Contribuição negocial

> SEM A PRINCIPAL fonte de renda, os sindicatos começam a recorrer à chamada "contribuição negocial", que, na prática, substitui o imposto sindical.

> ALGUNS SINDICATOS já estão cobrando a taxa. Outros, estão com discussões e negociações bastante avançadas nessa direção.

> JÁ OUTRAS entidades preferem discutir junto aos trabalhadores, fazendo um trabalho de conscientização sobre a importância do papel dos sindicatos.

Fonte: Sindicatos consultados e pesquisa AT.

Ministério Público do Trabalho já prepara ações

De olho na movimentação dos sindicatos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) está se preparando para entrar com ações coletivas, com o objetivo de revogar os descontos da contribuição negocial.

"O acordo coletivo não tem o poder de substituir a vontade do trabalhador. A partir do momento que houver uma cobrança, vou instaurar o inquérito", disse o procurador do Trabalho Henrique Correia.

Segundo ele, para o sindicato fazer a cobrança da nova taxa, seria necessário que ela fosse aprovada individualmente por cada um dos trabalhadores da categoria, e não em assembleia.

Está previsto na reforma trabalhista que o empregado não pode sofrer descontos estabelecidos em convenções ou acordos coletivos sem sua expressa autorização prévia, tanto no caso de contribuição negocial como de taxa assistencial.

Na prática, seria o fim do modelo em que é preciso enviar uma carta para recusar o desconto.



HENRIQUE CORREIA: inquérito

ANÁLISE

Antônio Marcus Machado, economista



É preciso convencer, não impor pagamento

"Em praticamente todo o mundo civilizado, a existência dos sindicatos estabelece condições para que o diálogo entre a relação capital-trabalho se dê em um ambiente cuja prioridade é a conciliação de interesses.

Não existe empresa que não queira aumentar seus lucros e também não existe trabalhador que não busque melhoria de salário e condições.

Nesse sentido, não procede a imposição de um pagamento mensal, mas a capacidade de convencer um associado a pagar taxas fixas ou variáveis.

Não vejo como um absurdo jurídico ou ético. Mas há que se evitar o exagerado uso de ambas. A democracia pressupõe capacidade de diálogo para que se tenha plenitude nos efeitos".

Parecer do TST deve ser contra reforma trabalhista

BRASÍLIA

A Comissão de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) deverá apresentar parecer contrário ao artigo 702 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterado pela reforma trabalhista. A discussão é se pontos da reforma trabalhista valem tanto para antigos e quanto para novos contratos.

O texto que apontará a inconstitucionalidade do dispositivo — sobre revisão de súmulas e outros enunciados — será concluído esta semana, de acordo com o presi-

dente da comissão, ministro Waldir Oliveira da Costa.

Segundo o argumento de alguns ministros, o novo trecho fere a Constituição. Ele interfere em um rito já estabelecido de um tribunal superior da Justiça. O artigo 702 versa sobre os procedimentos do próprio Tribunal para revisão e alteração de súmulas.

O trecho aprovado cita que ao Tribunal Pleno compete "estabelecer ou alterar súmulas e outros enunciados de jurisprudência uniforme, pelo voto de pelo menos dois terços de seus membros".

Novas regras prorrogadas

O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente do Congresso, assinou um ato para prorrogar a vigência da Medida Provisória (MP) 808 — que ajusta pon-



EUNÍCIO: vencimento seria hoje

tos da reforma trabalhista. Editada em novembro do ano passado, a matéria está parada no Congresso e perderia hoje a validade.

O ajuste da nova legislação trabalhista ficou em segundo plano, após o governo federal se concentrar, nos últimos meses, na tentativa — frustrada — de avançar com a reforma da Previdência.

A Comissão Mista da MP sequer foi instalada e vários partidos ainda não confirmaram quais serão suas indicações. Também não foram escolhidos o presidente e o relator, mas há expectativa de que o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que relatou a reforma na Câmara, seja apontado.

NOVAS REGRAS

Consumidor terá mais controle da conta com energia pré-paga

Apesar da chance de ter mais controle, entidades de defesa do consumidor criticam a proposta

« A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quer saber a opinião do consumidor sobre a compra pré-paga de energia elétrica. A agência reguladora afirma que considera que esse sistema seria capaz de ajudar os clientes a controlarem os gastos com a conta de luz. O consumidor poderia definir a quantidade de energia que será comprada e fazer um acompanhamento melhor do seu orçamento. Porém, entidades de defesa do consumidor criticam a proposta.

Em entrevista à Rádio CBN Vitória, a especialista da superintendência de Regulação da Distribuição da Aneel, Djane Maria Soares Fontan Melo, explicou que o pré-pagamento da energia elétrica já existe em vários países,



Conta de luz: segundo a Aneel, consumidor vai poder economizar com a medida

como Argentina, Moçambique e Estados Unidos. Segundo ela, com esse sistema é possível controlar melhor o consumo.

“Temos pesquisas do pré-pagamento em outros países, em que os consumidores relatam que conseguiram reduzir o consumo porque ao adquirir crédito ele começa a ter uma consciência maior do seu gasto”, disse.

A especialista da Aneel

destacou que apesar do pagamento ser pré-pago, nenhum consumidor ficará sem energia elétrica, pois, será disponibilizado o serviço de crédito especial, que garante até 48 horas de consumo da concessionária.

“Existe a previsão do crédito especial. O consumidor entra em contato com a distribuidora e solicita esse crédito emergencial. Em média, esse crédito

duraria dois dias e ele conseguiria se organizar para, em dois dias, adquirir mais créditos”, contou.

CRÍTICAS

Apesar dos benefícios apontados pela Aneel, o sistema de energia elétrica pré-pago é criticado por entidades de defesa do consumidor. O pesquisador do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Clauber Leite, des-

taca que esse tipo de proposta vai contra os princípios do Código de Defesa do Consumidor, que proíbe a interrupção na prestação de serviços essenciais ao consumidor. “A energia elétrica é um bem essencial e o consumidor não pode ser exposto desta maneira”, defende.

O pesquisador do Idec também salientou que apesar de a Aneel acreditar que o gasto com energia elétrica será menor, o consumidor não terá nenhum benefício com a migração, pois as taxas e tarifas serão as mesmas.

“Talvez teria alguma vantagem para as concessionárias, que não precisariam fazer a leitura do medidor e teriam um custo menor com prestadores de serviços. Para o consumidor, não há vantagens nesse tipo de cobrança. É preciso entender qual o benefício real de uma medida como essa”, destaca Leite.

RESULTADO DO PIB

FGV aponta que Brasil cresceu 1% em 2017

« De acordo com o Monitor do PIB (Produto Interno Bruto) da Fundação Getúlio Vargas, depois de dois anos de retração, a economia brasileira voltou a crescer em 2017, 1%. De acordo com o levantamento, a retomada do crescimento é resultado do “excelente” desempenho da agropecuária, da recuperação do setor industrial, de um setor de serviços que, “surpreendentemente”, voltou a contribuir positivamente, e de uma melhora no consumo das famílias e das exportações.

A apuração da FGV ficou bem próxima a do Banco Central, que mede a atividade do país por meio do IBC-BR, que aponta expansão de 1,04% em 2017. “Os resultados anuais de 2017 retratam uma economia em franca recuperação, porém com resultados muito piores quando comparado com a série histórica iniciada em 2001. Em quase todos os indicadores, os resultados são melhores do que aqueles do ano de 2016”, diz a FGV.

FERNANDO MADEIRA - 23/03/2017

4 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUINTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Reportagem Especial

INSEGURANÇA

Drones, reforço e bloqueio em 198 km de divisas no Estado

Polícia apresentou o plano para evitar que criminosos entrem no Estado após a intervenção federal no Rio de Janeiro

Horas depois da explosão em uma agência bancária em Vila Velha, a cúpula da Segurança Pública do Estado apresentou o plano de contingência para evitar que criminosos de fora entrem no Estado, após a intervenção federal no Rio de Janeiro.

A partir de hoje, 198 quilômetros de divisa do Estado serão monitorados, com reforço do policiamento, pontos de bloqueios em estradas e rodovias, drones, helicóptero, além da cavalaria e cães.

Por dia, cerca de 150 policiais, sendo 20 da Polícia Rodoviária Federal e, os demais, das polícias Militar e Civil, irão atuar nos bloqueios, segundo o secretário de Estado da Segurança Pública (Sesp), André Garcia.

"Fora isso, também teremos equipes em grande número da inteligência trabalhando", observou. André Garcia explicou que o plano de contingência está sendo elaborado desde a decretação da intervenção no Rio de Janeiro, mas tem caráter preventivo.

"Não há hoje nenhuma informação ou indício que aponte para a migração de criminosos para o Estado. Essa iniciativa leva em consideração uma possibilidade eventual. É possível que aconteça, mas não é provável", garantiu.

Ele explicou, ainda, que o planejamento levou em consideração os levantamentos feitos pelo setor de inteligência da Sesp e das polícias Civil e Militar.

"Nessa ação, vamos monitorar 198 quilômetros de divisas com o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse monitoramento será feito pelo serviço de inteligência e com oito pontos de bloqueios implantados. Um deles é a BR-101, que é o principal acesso ao Estado pelo Rio."

Sobre os demais pontos em estradas e rodovias em que ocorrerão os bloqueios, o secretário afirmou que não serão divulgados para não atrapalhar a operação.

Ele explicou, ainda, que os bloqueios serão feitos com a presença de viaturas e homens, fazendo as abordagens nas entradas e saídas do Estado. "Essas abordagens tem duas características: uma delas é a normal, feita de forma aleatória e por amostragem. E outra é a direcionada, com base em informações de inteligência."

O plano foi apresentado pelo secretário André Garcia, juntamente com o comandante-geral da PM, coronel Nilton Rodrigues, do chefe da Polícia Civil, Guilherme Daré, entre outros membros da cúpula de segurança.



SOLDADO Patrick Carreiro mostra os drones que serão usados nas divisas do Estado no plano de contingência

ENTENDA

Plano de contingência

Desde assinatura do decreto de intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro, na sexta-feira, o governo do Espírito Santo começou a elaborar um plano de contingência para evitar a migração de criminosos para o Estado.

O plano foi apresentado ontem pela cúpula da Segurança Pública do Estado, e contam com bloqueios em estradas e rodovias, patrulhamento das divisas com viaturas, helicópteros, drones entre outros, a partir de hoje.

Monitoramento

> SERÃO MONITORADOS 198 quilômetros de divisas com os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O monitoramento será feito pelo serviço de inteligência, patrulhamentos com viaturas, aeronave e drones, além de pontos de bloqueios implantados em estradas e rodovias.

Bloqueios

> AO TODO, serão oito pontos de bloqueios no primeiro momento. A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) não divulgou todos os pontos para não atrapalhar a operação, mas adiantou que entre eles está a BR-101 e a BR-262.

> OS BLOQUEIOS serão feitos com viaturas e policiais, fazendo abordagens nas entradas do Estado. As abordagens podem ser aleatórias, por amostragem, ou direcionada, com base em informações de inteligência.

Participação

> ALÉM DAS polícias Civil e Militar, ainda tem participação da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e do Exército, com troca de informações do Serviço de Inteligência.

Prazo

> DE ACORDO COM A SESP, a operação tem prazo inicial de dois meses e meio, podendo ser prorrogado por tempo indeterminado. Isso será avaliado diariamente.

Região metropolitana

> A SESP reforçou que as operações nas divisas não alteram o policiamento diário na região metropolitana e interior do Estado. afirmou que policiais estão trabalhando sob regime de escala extra, por exemplo. No total, inicialmente serão gastos com a operação R\$ 2,5 milhões.



DIVULGAÇÃO POLÍCIA MILITAR - 15/02/2018

POLICIAIS MILITARES já reforçam a divisa do Estado com o Rio de Janeiro, desde a última sexta-feira

Secretário se reúne hoje com ministro da Justiça

Além das medidas adotadas a partir de hoje nas divisas com o Espírito Santo, o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, e os secretários de Segurança de Minas Gerais e São Paulo, se reúnem hoje com o ministro da Justiça, Torquato Jardim.

O objetivo é discutir a questão da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro e possíveis efeitos para os estados.

André Garcia afirmou que entre os temas tratados está a apresentação do planejamento feito no Estado para garantir a integridade das divisas capixabas. "Vamos solicitar que seja estabelecido um canal permanente, com informações em tempo real de inteligência".

Ele também irá solicitar o retorno de policiais rodoviários federais do Estado que estão "emprestados" ao Rio de Janeiro desde 2017.

"Esse pedido foi feito desde setembro do ano passado pelo governador Paulo Hartung e reiterado por mim quando recebi o ministro na Sesp. Amanhã (hoje) volto a reiterar o pedido pelo reforço da presença da PRF no Estado."

Em reunião entre o presidente Michel Temer e Paulo Hartung, na tarde de ontem, um dos temas abordados foi o da intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. O governador falou sobre a experiência capixaba de atuação conjunta com as Forças Armadas, entre outros pontos.

O comandante da Polícia Militar, coronel Nilton Rodrigues, também irá participar, a partir das 13h30 de hoje, da operação nas divisas do Estado com o Rio de Janeiro.

REFORÇOS

NO PATRULHAMENTO DIÁRIO, SERÃO USADOS:

40 VIATURAS

150 POLICIAIS

> DO TOTAL, serão cerca de 130 policiais civis e militares, além de 20 policiais rodoviários federais, que irão participar das ações todos os dias.

> 760 POLICIAIS, POR MÊS, estarão envolvidos com a operação nas divisas.

> OS POLICIAIS da inteligência, em número significativo, não estão na conta, mas estarão trabalhando de forma ativa na operação.

> ALÉM DO MONITORAMENTO aéreo feito por helicóptero, serão empregados três drones no monitoramento das divisas após o treinamento das equipes.

ANÁLISE

Pablo Lira, professor do Mestrado em Segurança Pública da UVV



"Leis brandas e Justiça morosa"

"O roubo à agência bancária em Vila Velha, com o uso de explosivos, representa o nível em que a criminalidade violenta pode chegar a um Brasil de leis brandas e Justiça morosa."

É relevante lembrar que, recentemente, as polícias capixabas têm realizado operações exitosas de apreensão de carregamentos de drogas ilícitas destinadas ao mercado interno.

A intensificação dessas ações de repressão pode estar forçando grupos criminosos a recorrerem a outras modalidades de delitos, como o roubo a banco.

Diferente da deterioração da segurança do Rio de Janeiro, observada ao longo dos últimos anos, no Espírito Santo as agências de segurança pública se encontram empenhadas no enfrentamento e na prevenção aos crimes, inclusive anunciando bloqueios nas divisas para evitar a migração de criminosos do Rio para cá."

Economia

FALE COM O EDITOR RAFAEL GUZZO E-MAIL: economia@redetribuna.com.br

Sindicatos desafiam lei, vão cobrar imposto e novas taxas

Para entidades, fim da contribuição obrigatória, definida na reforma, é inconstitucional. E ainda vão criar tarifa batizada como "negocial"

Caio Miranda

Com a nova legislação trabalhista, o imposto sindical foi extinto. Porém, em assembleias, as principais centrais sindicais do País estão aprovando a cobrança de taxas, batizadas de "contribuição negocial", que, em tese, substituem o antigo imposto.

Enquanto o fim do imposto sindical é alvo de ações na Justiça, os primeiros acordos e convenções protocolados no Ministério do Trabalho vão na contramão do que diz a nova legislação, que trabalhadores devem autorizar previamente qualquer tipo de cobrança.

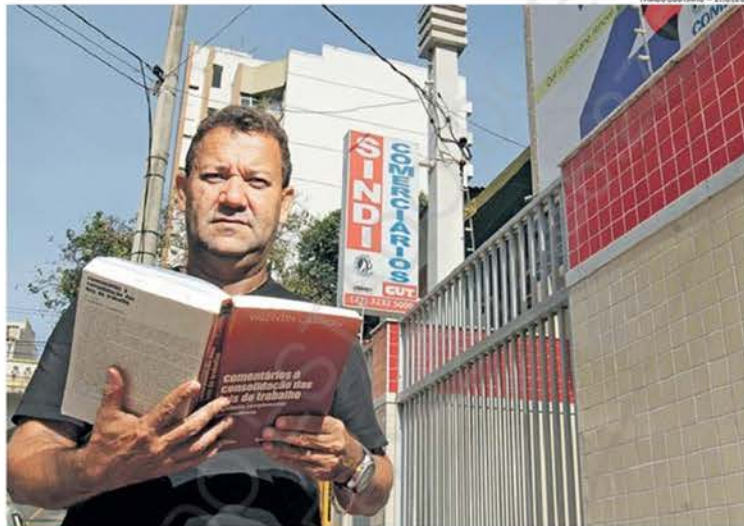
Essas novas taxas só não são descontadas do funcionário — sindicalizado ou não — caso ele se manifeste contrariamente.

Segundo o presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado (CUT-ES), Jasseir Alves Fernandes, os sindicatos podem convocar assembleia para aprovar a cobrança e definir o valor. Ele disse que alguns já estão cobrando ou em estado avançado de negociação.

Para o diretor do Sindicato dos Comerciantes do Estado (Sindicato-ES), Jakson Andrade, o fim do imposto sindical é inconstitucional e, por isso, o sindicato vai manter a cobrança.

Ele esclareceu que a entidade deve publicar edital de cobrança por três vezes, orientando sobre o recolhimento, e que as empresas que não o fizeram serão acionadas na Justiça.

Jakson informou que o sindicato negocia em convenção coletiva, há seis anos, a cobrança da taxa nego-



JAKSON disse que a contribuição negocial é cobrada em quatro parcelas, de todos os empregados do comércio

cial dos trabalhadores.

"É cobrada em quatro parcelas, para todos os trabalhadores, dando o direito de que, assim que receber a primeira parcela, se tenha o período de até 10 dias para reclamar o cancelamento".

Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado (Sindimet-ES), Max Célio de Carvalho, disse que o sindicato vai seguir a orientação nacional e trabalhar por mudanças estatutárias antes de discutir, junto aos trabalhadores, a sustentação da entidade.

"O foco, depois do fim do imposto sindical, é dialogar bastante com os trabalhadores sobre a importância da sindicalização. O imposto criou uma certa acomodação nos sindicatos. A principal argumentação é ter 100% da categoria sindicalizada", completou.

ENTENDA

Discussão chegou ao Supremo

Fim do imposto sindical

> COM A NOVA LEGISLAÇÃO trabalhista, que entrou em vigor em novembro, deixou de ser obrigatória qualquer contribuição aos sindicatos.

> ASSIM, elas só serão descontadas se o trabalhador tiver interesse em contribuir para o sindicato e autorizar previamente a cobrança.

> COM ISSO, foi extinto o imposto sindical, cobrado anualmente e com valor equivalente a um dia de trabalho do empregado.

> VÁRIOS SINDICATOS já ingressaram na Justiça, alegando inconstitucionalidade. A discussão chegou até ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Contribuição negocial

> SEM A PRINCIPAL fonte de renda, os sindicatos começam a recorrer à chamada "contribuição negocial", que, na prática, substitui o imposto sindical.

> ALGUNS SINDICATOS já estão cobrando a taxa. Outros, estão com discussões e negociações bastante avançadas nessa direção.

> JÁ OUTRAS entidades preferem discutir junto aos trabalhadores, fazendo um trabalho de conscientização sobre a importância do papel dos sindicatos.

Fonte: Sindicatos consultados e pesquisa AT.

Ministério Público do Trabalho já prepara ações

De olho na movimentação dos sindicatos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) está se preparando para entrar com ações coletivas, com o objetivo de revogar os descontos da contribuição negocial.

"O acordo coletivo não tem o poder de substituir a vontade do trabalhador. A partir do momento que houver uma cobrança, vou instaurar o inquérito", disse o procurador do Trabalho Henrique Correia.

Segundo ele, para o sindicato fazer a cobrança da nova taxa, seria necessário que ela fosse aprovada individualmente por cada um dos trabalhadores da categoria, e não em assembleia.

Está previsto na reforma trabalhista que o empregado não pode sofrer descontos estabelecidos em convenções ou acordos coletivos sem sua expressa autorização prévia, tanto no caso de contribuição negocial como de taxa assistencial.

Na prática, seria o fim do modelo em que é preciso enviar uma carta para recusar o desconto.



HENRIQUE CORREIA: inquérito

ANÁLISE

Antônio Marcus Machado, economista



É preciso convencer, não impor pagamento

"Em praticamente todo o mundo civilizado, a existência dos sindicatos estabelece condições para que o diálogo entre a relação capital-trabalho se dê em um ambiente cuja prioridade é a conciliação de interesses.

Não existe empresa que não queira aumentar seus lucros e também não existe trabalhador que não busque melhoria de salário e condições.

Nesse sentido, não procede a imposição de um pagamento mensal, mas a capacidade de convencer um associado a pagar taxas fixas ou variáveis.

Não vejo como um absurdo jurídico ou ético. Mas há que se evitar o exagerado uso de ambas. A democracia pressupõe capacidade de diálogo para que se tenha plenitude nos efeitos".

Parecer do TST deve ser contra reforma trabalhista

BRASÍLIA

A Comissão de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) deverá apresentar parecer contrário ao artigo 702 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterado pela reforma trabalhista. A discussão é se pontos da reforma trabalhista valem tanto para antigos e quanto para novos contratos.

O texto que apontará a inconstitucionalidade do dispositivo — sobre revisão de súmulas e outros enunciados — será concluído esta semana, de acordo com o presi-

dente da comissão, ministro Waldir Oliveira da Costa.

Segundo o argumento de alguns ministros, o novo trecho fere a Constituição. Ele interfere em um rito já estabelecido de um tribunal superior da Justiça. O artigo 702 versa sobre os procedimentos do próprio Tribunal para revisão e alteração de súmulas.

O trecho aprovado cita que ao Tribunal Pleno compete "estabelecer ou alterar súmulas e outros enunciados de jurisprudência uniforme, pelo voto de pelo menos dois terços de seus membros".

Novas regras prorrogadas

O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente do Congresso, assinou um ato para prorrogar a vigência da Medida Provisória (MP) 808 — que ajusta pon-



EUNÍCIO: vencimento seria hoje

tos da reforma trabalhista. Editada em novembro do ano passado, a matéria está parada no Congresso e perderia hoje a validade.

O ajuste da nova legislação trabalhista ficou em segundo plano, após o governo federal se concentrar, nos últimos meses, na tentativa — frustrada — de avançar com a reforma da Previdência.

A Comissão Mista da MP sequer foi instalada e vários partidos ainda não confirmaram quais serão suas indicações. Também não foram escolhidos o presidente e o relator, mas há expectativa de que o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que relatou a reforma na Câmara, seja apontado.

Concursos

Ufes e prefeituras com salários de até R\$ 9.585

Universidade abre seis chances para professor efetivo. Em Viana e Colatina, há 107 vagas para cargos de nível fundamental

Fernando Bianchi

Duas prefeituras e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) vão realizar novas seleções para contratar profissionais efetivos e temporários no Estado. Os salários oferecidos chegam a R\$ 9.585.

A Ufes publicou edital de concurso público para contratar professores efetivos do ensino superior para atuação em Vitória, Alegre e São Mateus.

São oferecidas seis vagas, com remunerações que variam entre R\$ 2.236 e R\$ 9.585, dependendo das titulações dos candidatos.

As oportunidades são para os departamentos de Medicina Veterinária, Agronomia, Farmácia e Nutrição, Educação e Ciências Humanas e Clínica Médica, para graduados nas áreas relacionadas.

A seleção contará com prova escrita, de aptidão didática e de títulos, entre outras etapas.

As inscrições poderão ser feitas entre os dias 7 de março e 4 de abril, exceto para o Departamento de Clínica Médica, que inscreverá entre os dias 7 e 20 de março.

Os interessados devem compa-



FACHADA DA PREFEITURA DE COLATINA: 75 cozinheiros serão selecionados em regime de designação temporária

recer aos departamentos correspondentes às vagas.

CONTRATAÇÕES

Duas prefeituras do Estado realizarão processos seletivos para contratar profissionais temporários.

Em Viana, a prefeitura divulgou edital com 32 vagas para funções de nível fundamental de escolaridade.

As oportunidades são para as

funções de operador de máquinas pesadas, operário braçal e gari. As remunerações são de até R\$ 1.463, com carga horária de 40 horas semanais para todos os cargos.

Os interessados poderão se inscrever pela internet, a partir da próxima segunda-feira até o dia 2 de março, no site www.viana.es.gov.br.

Já a Prefeitura de Colatina selecionará 75 cozinheiros em regime de designação temporária, para

atender às unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação. A remuneração será de um salário mínimo.

Para concorrer, é necessário possuir no mínimo seis meses de experiência profissional comprovada na função.

As inscrições se encerram hoje, e devem ser feitas na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Melvin Jones, número 50. Não é cobrada taxa de inscrição.

SAIBA MAIS

Ufes

> A UNIVERSIDADE FEDERAL do Espírito Santo (Ufes) abriu concurso público para contratar professores efetivos de diversas áreas, para atuação em Vitória, Alegre e São Mateus.

> VAGAS: 6

> SALÁRIOS: de até R\$ 9.585

> DEPARTAMENTOS: Medicina Veterinária, Agronomia, Farmácia e Nutrição, Educação e Ciências Humanas e Clínica Médica.

> INSCRIÇÕES: entre os dias 7 de março e 4 de abril entre os dias 7 e 20 de março (Clínica Médica).

Prefeitura de Viana

> PROCESSO seletivo para selecionar operador de máquinas pesadas, operário braçal e gari.

> VAGAS: 32

> SALÁRIOS: de até R\$ 1.463

> INSCRIÇÕES: a partir da próxima segunda-feira (26) até 2 de março.

Prefeitura de Colatina

> PROCESSO SELETIVO para selecionar cozinheiros para atuação temporária na rede escolar.

> VAGAS: 75

> REMUNERAÇÃO: um salário mínimo (R\$ 954)

> INSCRIÇÕES: encerram-se hoje e devem ser feitas na Secretaria Municipal de Saúde, na rua Melvin Jones.

Fonte: Editais.



UFES: inscrição a partir de 7 de março

Tribunal publica resultado de provas discursivas e objetivas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) divulgou o resultado preliminar das provas objetivas e discursivas de concurso para cargos de níveis médio e superior.

As avaliações foram aplicadas em Brasília no dia 19 de novembro do último ano, e a seleção registrou mais de 105 mil inscritos para 52 vagas iniciais, com salários que chegam a R\$ 13 mil.

O prazo para que os candidatos apresentem recursos contra os resultados se encerra hoje. Os recursos devem ser apresentados no site da Fundação Carlos Chagas, www.concursosfccc.com.br.

A publicação do resultado após análise de recursos está prevista para o dia 6 de abril.

O provimento dos cargos ficará a critério da administração do TST e obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação por cargo.

De acordo com o TST, os aprova-



SEDE DO TST: publicação do resultado após análise de recursos será em abril

dos, conforme disponibilidade de vagas, terão a nomeação publicada no Diário Oficial da União, contando-se o prazo máximo de 30 dias para a posse, a partir da publicação.

CONFIRA O RESULTADO

Accesse no Tribuna Online os resultados do TST LINK: www.tribunaonline.com.br

Empresa convoca mais de 850 aprovados

Com novo concurso em fase de planejamento, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) divulgou a convocação de 859 aprovados em diversos cargos em concursos em andamento para atuação em 14 hospitais universitários do País.

A listagem dos convocados foi publicada no Diário Oficial da União nas edições de ontem e da última segunda-feira.

Foram convocados aprovados para diversos cargos, como assistente administrativo, técnico de enfermagem, enfermeiros e médicos.

De acordo com o ministro da Educação, Mendonça Filho, serão contratados 5 mil aprovados em concursos da EBSERH neste ano.

A empresa é subordinada ao Ministério da Educação e faz a gestão de 50 hospitais universitários federais vinculados a 35 universidades federais em todo o País.

Além das novas convocações, a EBSERH também está em fase de planejamento de novo concurso de nível nacional para atuação nos hospitais.

A previsão é de que nos próximos dias seja definida a organizadora da seleção.



MÉDICO: lista de convocados

João Baptista Herkenhoff

É juiz de Direito aposentado e escritor
E-mail: jbphekenhoff@gmail.com

⚡ Não me parecem inoportunas e impróprias as críticas de Lula ao Judiciário. Nem nada estranha a manifestação favorável ao controle externo da magistratura

Lula e o Judiciário

O texto que se segue foi editado pelo “Jornal do Brasil”, em 30 de abril de 2003. A republicação é oportuna num momento em que Lula está sendo julgado pelo poder que ele criticou. Por ocasião da publicação original, o artigo teve ligação com críticas feitas ao Poder Judiciário, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segue-se o artigo, em itálico:

Não me parecem inoportunas e impróprias as críticas feitas pelo presidente Lula ao Poder Judiciário. Nem vejo nada de estranho em sua manifestação favorável ao controle externo da magistratura.

Lula foi eleito diretamente pelo povo. Carrega as esperanças do eleitorado que lhe conferiu o mandato. O povo tem reservas gravíssimas ao Poder Judiciário. Lula não fez senão expressar os sentimentos da população.

Observe-se que a crítica foi feita ao Poder Judiciário como instituição, como engrenagem. Não se referiu Lula a pessoas de magistrados, nem em conjunto, nem em caráter individual.

Não é novo o desapontamento do povo relativamente à Justiça. Nova é a prática diuturna da democracia. Agora, o povo sabe que tem direito à palavra e expressa suas insatisfações.

No período ditatorial, publicamos um livro (“A Função Judiciária no Interior”,

1977), no qual constatamos que, segundo a percepção do povo: a) ricos e pobres são tratados diferentemente pela Justiça; b) a Justiça não resolve os conflitos que lhe são apresentados; c) a Justiça não está ao alcance do povo; d) a Justiça é demorada; e) a Justiça é cara.

O posicionamento de Lula foi rechaçado com veemência pela cúpula do Poder Judiciário num momento da História do Brasil em que as divergências podem ser colocadas.

Em congresso nacional de magistrados, em Goiânia, durante a ditadura militar, apresentamos proposta pedindo a volta do “estado de Direito” e a devolução das garantias da magistratura. A proposta foi recusada, de maneira fragorosa, pelo plenário. O episódio é registrado em livro pelo magistrado Lédio Rosa de Andrade.

Quanto ao “controle externo do Poder Judiciário”, esse mecanismo destinado a corrigir eventuais falhas ou abusos no funcionamento da Justiça é defendido por muitas vozes do mundo jurídico. De minha parte, ainda como magistrado da ativa, propugnei pela medida. Nenhum poder ou autoridade pode ser incontestável e incontrolável. O que caracteriza a democracia é o controle de um poder pelo outro e o controle do conjunto dos poderes pela sociedade civil.

Durante muito tempo, a Justiça esteve “acima de qualquer suspeita”. Não que estivesse imune a desvios, mas porque o sentimento de cidadania não tinha chegado ao ponto de entender que a Justiça pode e deve ser fiscalizada, elogiada, criticada.

As declarações de Lula constituem, a meu ver, um serviço à cidadania, e não um desserviço, como afirmaram presidentes de tribunais.

Economia

SINDICOMERCÍARIOS

Investigada fraude em eleição de sindicato

Documentos serão alvo de perícia para checar irregularidades. Direção afirma que verificação é processo normal de investigação

Andreia Ferroira

A eleição da direção do Sindicato dos Comerciantes do Espírito Santo (Sindicomercários-ES), realizada no ano passado, está sob suspeita de fraude.

Segundo o comerciante e presidente da chapa 2 — que perdeu a eleição, chamada de "A Oposição" —, Gedson Rodrigues de Freitas, há suspeita de fraudes em votos e urnas violadas. Tumultuado, o resultado da eleição já está nas mãos da Justiça e segue em investigação.

Documentos relacionados à situação financeira do sindicato e ao processo eleitoral, como a lista dos votantes e dos filiados em todo o Estado, serão averiguados por um perito nomeado pela Justiça do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES), segundo Gedson.

Foi realizada ontem a primeira reunião entre a direção do sindicato e a chapa derrotada, e foram pedidos todos os documentos que deverão ser analisados. Por meio de nota, o MPT informou que "os procedimentos envolvendo o Sindicomercários encontram-se sob sigilo".

A documentação passará por perícia, cujo resultado deve ser conhecido em um prazo entre 25 e 30 dias, de acordo com Gedson. Ele disse que o processo corre na 8ª Vara da Justiça do Trabalho.

"Uma mulher está na lista de votantes, mas mora nos Estados Unidos há oito anos. O pai dela depôs na Justiça sobre o caso, de que a filha não estava presente na votação. Acreditamos que há outros casos como esse", afirmou Gedson.

Ele abordou ainda que o Sindicomercários confere grande importância para uma classe de trabalhadores, que segundo ele, é composta por 120 mil pessoas.

Disse acreditar que a Justiça, caso sejam comprovadas as fraudes, deve empossar a chapa perdedora, da qual é presidente.

"Se estamos em uma olimpíada, fico em segundo lugar e descubro que o primeiro lugar cometeu uma fraude, acredito que tenho que ga-

nhar a medalha de ouro. O nosso entendimento é de que nossa chapa deve assumir a diretoria, caso seja comprovada a fraude", disse.

Outra possibilidade é que a Justiça convoque outra eleição.

Empossado presidente do Sindicomercários-ES desde outubro do ano passado, Rodrigo Rocha disse que não há acréscimo de informações e que a verificação de documentos sobre a eleição é trâmite normal do processo de investigação.

"Não tem novidade sobre o caso e nem um fato novo. O processo está caminhando e está nos autos jurídicos", disse Rodrigo.

ENTENDA O CASO

Situação está na Justiça

> A ELEIÇÃO do Sindicato dos Comerciantes do Espírito Santo, realizada no segundo semestre de 2017 está sob suspeita de fraude, com supostos "votos fantasmas" e urnas violadas.

> A CHAPA 2 que perdeu a eleição denunciou o caso na Justiça do Trabalho e a investigação segue em sigilo.

Fonte: Gedson Rodrigues e pesquisa AT.



SINDICATO dos Comerciantes, categoria formada por 120 mil no Estado

Multinacional anuncia investimento no Estado

A multinacional Olam, que tem sede em Cingapura e atua no agronegócio em mais de 70 países, se prepara para abrir mais uma unidade no Estado. A empresa tem armazém em Nova Venécia e constrói outro em Muniz Freire, previsto para entrar em operação em maio.

Os empresários apresentaram ontem o plano de investimento ao governador Paulo Hartung. "Serão criados importantes postos de trabalho", disse o governador.

A Olam opera no Estado desde 2005, trabalhando com a exportação de todas as qualidades de café.

Responsável pela empresa no Estado, Fabrício Tristão disse que o novo armazém, com 11,2 mil m² de área construída, cria de 50 a 60



NOVO armazém em Muniz Freire

empregos, parte já contratada.

Para o secretário de Estado de Desenvolvimento, José Eduardo Azevedo, ter empresas desse porte é um sinal de que o Estado está no caminho certo.

Minha Casa, Minha Vida não teve eficiência, afirma estudo

BRASÍLIA

Lançado em 2009 para oferecer moradia para a população, o programa Minha Casa, Minha Vida pouco contribuiu para reduzir o déficit habitacional, principalmente para a população de baixa renda, segundo uma pesquisa da Fundação João Pinheiro, publicada no site do Senado.

A pesquisa diz que a demanda por residências próprias ou alugadas não sofreu alterações significativas. Era de 6 milhões de moradias em 2009 e passou para 6,1 milhões em 2014 — aumento de 1,6%. No período, a média do crescimento populacional foi de 1% ao ano.



CONSTRUÇÃO de moradias

Além da falta de moradias, existe também o déficit habitacional qualitativo (residências, próprias ou não, com carência de infraestrutura básica ou de regularização

fundiária). Em 2014, segundo a Fundação João Pinheiro, havia 11,3 milhões de famílias morando em locais com falta de iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede de esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos.

O IBGE estima que cada família brasileira possui, em média, 3,3 pessoas. Assim, em 2014, mais de 57 milhões de brasileiros viviam em condições inadequadas.

Para a consultora do Senado Rita Fonseca, o programa não minimizou significativamente o déficit habitacional porque a prioridade dele não era essa. Segundo ela, o real objetivo era mitigar os efeitos da crise financeira internacional.

GIRO RÁPIDO

Taxa é cobrada no lugar do imposto sindical

Enquanto o fim do imposto sindical é alvo de questionamentos na Justiça, sindicatos ligados às principais centrais do País estão aprovando em assembleias taxas que substituem o imposto.

Algumas bem superiores ao cobrado com a antiga CLT. No Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a taxa foi fixada no equivalente a 3,5 dias de trabalho, bem maior que o dia de trabalho deduzido antes.

Diretor da Vale no Estado pede demissão

O diretor de Operações Logísticas da Vale no Espírito Santo, Fábio Brasileiro, pediu demissão do cargo. Ele ficou 2 anos na função, e a previsão é que agora ele se torne conselheiro de Relações Institucionais da mineradora. A mineradora não quis comentar a movimentação do executivo, que não foi localizado para falar sobre o assunto.



FABÍO ficou dois anos no cargo

Economia capixaba cresce mais que a do País

O Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR), divulgado pelo Banco Central, confirmou que a economia capixaba se recupera acima da média nacional.

Em 2017, o IBCR-ES subiu 1,5%, contra 1,04% do IBC-BR. "Funciona como prévia do PIB capixaba", disse o diretor-executivo do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Estado (Ideies), Marcelo Saintive.

Venda de imóveis volta a crescer em São Paulo

Após três anos em queda, o mercado de imóveis residenciais novos na cidade de São Paulo reagiu e cresceu em 2017, impulsionado pelo segmento econômico.

Foram 28,7 mil unidades lançadas, alta de 48% em relação a 2016, informou ontem o Secovi-SP (sindicato do mercado imobiliário). As vendas subiram 46%, com 23,6 mil apartamentos que foram comercializados.

Política

FALE COM O EDITOR GLEBERSON NASCIMENTO E-MAIL: politica@redetribuna.com.br



ENTENDA O CASO

Auditoria aponta falhas

- O TRIBUNAL de Contas do Estado (TC-ES) começou ontem a julgar um processo de tomada de contas do Ministério Público Estadual (MP-ES), referente ao exercício de 2013.
- O RELATOR, conselheiro Carlos Ranna, votou pela rejeição parcial das contas do órgão ministerial no período, quando comandado por Eder Pontes, então procurador-geral.
- O CONSELHEIRO Sérgio Borges pediu vista dos autos. O tema deve voltar à pauta do TC-ES após duas sessões.
- A EQUIPE técnica do Ministério Público de Contas (MPC-ES) encontrou supostas irregularidades em processos licitatórios envolvendo a compra de equipamentos, como notebooks, por exemplo, segundo relatório do MPC-ES.
- NÃO FORAM OBSERVADOS pela equipe de Eder, de acordo com os autos, elementos como prazos e licenças ambientais na aquisição do material.
- NO RELATÓRIO, Eder Pontes é responsabilizado por ter homologado as compras sem se ater às irregularidades, segundo os autos.
- "TORNA-SE EVIDENTE que as referidas irregularidades não podem ser negligenciadas", disse Carlos Ranna em seu relatório.
- O RELATOR indicou ainda a aplicação de multa, no valor de R\$ 3 mil, a ser paga em dinheiro, por parte do subprocurador-geral e de outros membros supostamente envolvidos.

► CONSELHEIRO CARLOS RANNA votou para que Eder Pontes (destaque) pague multa por supostas irregularidades ocorridas nas contas de 2013

TRIBUNAL DE CONTAS

Relator vota pela rejeição parcial das contas de Eder

O conselheiro Carlos Ranna observou indício de irregularidade em licitações de 2013. À época, subprocurador comandava o MP-ES

Erick Alencar
Tiago Alencar

O processo que pede a rejeição das contas do ex-procurador-geral do Ministério Público Estadual (MP-ES) Eder Pontes começou a ser julgado on-

tem pelo Tribunal de Contas do Estado (TC-ES), em meio à corrida eleitoral para o comando do órgão ministerial.

Eder é um nome forte na disputa. Ele, que hoje é subprocurador-geral, tem parte de sua prestação de contas referente a 2013 questionada pela Corte. O relator da ação é o conselheiro Carlos Ranna, que abriu a votação pedindo rejeição parcial das contas.

Em seguida ao voto de Ranna, o conselheiro Sérgio Borges pediu vista dos autos. As contas de Eder entraram na mira do TC-ES após a equipe técnica do Ministério Público de Contas (MPC-ES) encontrar

supostas irregularidades em processos licitatórios envolvendo a aquisição de equipamentos como notebooks, por exemplo.

Ainda de acordo com o documento, elementos como prazos e licenças ambientais não teriam sido bem observados pela equipe de Eder, quando o material foi adquirido. Ele é responsabilizado por ter homologado as compras sem se ater às irregularidades, segundo os autos.

Por conta disso, o relator indica, como punição, o pagamento de multa pecuniária (a ser quitada apenas em dinheiro) no valor de R\$ 3 mil. Além de Eder Pontes, ou-

tros membros do MP-ES são responsabilizados nos autos, também com indicações de quitação de multas no mesmo valor.

Em seu voto, Carlos Ranna sustenta que o conjunto probatório apresentado pela área técnica traz "farta fundamentação". Em seguida, o conselheiro considera que "torna-se evidente que as referidas irregularidades não podem ser negligenciadas".

A eleição no MP-ES está marcada para o dia 23 de março. Concorrem com Eder: Alexandre Guimarães, Marcello Queiroz, Márgia Mauro, Nícia Sampaio e Sueli Lima e Silva.

Fonte: Voto do relator, conselheiro do TC-ES Carlos Ranna.

O OUTRO LADO

Não localizado

Procurado via assessoria do Ministério Público Estadual (MP-ES), o subprocurador-geral, Eder Pontes, não foi localizado. A equipe do órgão tentou contato com Eder, que, por estar no interior do Estado, segundo a assessoria, não foi encontrado para se pronunciar.

PPS deve filiar Luiz Paulo e Da Vitória

O PPS estadual está prestes a reforçar o quadro do partido com nomes de peso. O congresso estadual da sigla está marcado para o dia 10 de março, quando deve ocorrer a filiação de Luiz Paulo Vellozo Lucas e do deputado estadual Josias da Vitória, que está prestes a sair do PDT.

"A filiação de Luiz Paulo já foi anunciada e ele vai participar do congresso. Estamos conversando com Roberto Freire (presidente nacional do partido) e queremos trazer lideranças nacionais", explicou o presidente estadual do PPS, Fabrício Gandini. A assinatura da filiação depende da confirmação desses membros da Nacional.

Luiz Paulo não se opõe à data. "O Luciano Rezende ficou de ver. Dia 10 está ótimo para mim. Estou querendo trazer alguém da Nacional", explicou.



LUIZ PAULO: filiação já anunciada



DA VITÓRIA está feliz com convite

Já a aproximação do parlamentar estadual Josias da Vitória com o PPS está ficando cada vez mais evidente. Nos bastidores, sua filiação é dada como certa. Tanto que, indagado sobre outros nomes que

podem compor a sigla, Gandini citou: "Estamos conversando com Da Vitória, Edmar Camata e o Gildeão Svenson, da Serra, que foi candidato a prefeito".

O partido busca musculatura

para o pleito deste ano, principalmente nas chapas proporcionais (para deputados). Pela legislação eleitoral, a filiação deve ocorrer até o dia 7 de abril.

O deputado Josias da Vitória não esconde que quer deixar o PDT. "Minha conversa com o PPS tem sido de muito acolhimento. Os prefeitos Luciano Rezende, de Vitória; Juninho, de Cariacica; e o presidente nacional Roberto Freire têm demonstrado entusiasmo para que eu participe do pleito pela sigla, contribuindo com o partido no Espírito Santo. Isso me deixa muito feliz", afirmou.

Ele afirmou que o PMDB e PSB também fizeram contato: "Ao mesmo tempo, lideranças de outros partidos, dentre eles a senadora Rose de Freitas e o ex-governador Renato Casagrande, têm mostrado muita simpatia".

Ricardo Ferraço volta ao Senado no próximo dia 8

O senador Ricardo Ferraço (PSDB) vai voltar ao mandato no próximo dia 8. A informação foi confirmada pela assessoria de imprensa do parlamentar.

O tucano capixaba pediu licença em 7 novembro de 2017, após grande parte do seu partido votar a favor de Aécio Neves em processo no Conselho de Ética do Senado.

A licença foi de 120 dias. No seu lugar ficou o suplente Sérgio de Castro (PDT). Ao longo do período afastado do trabalho parlamentar, Ricardo — que já ocupou a presidência da Comissão de Relações Exteriores — viajou para a China, a convite daquele país, e aos Estados Unidos, a pedido da Fundação Lemann, além de percorrer o Estado.



Nem o pufe escapou!

A Justiça mandou penhorar os bens do ex-prefeito de Barra de São Francisco Luciano Pereira, que é acusado de suposto desvio de verbas públicas, e não deixou de fora nem os móveis da casa. Entre os itens levados estão um carro, sofá, cadeiras, mesa, poltronas e até dois pufes.

4 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Cidades/Polícia

FALE COM OS EDITORES GIOVANA RANGEL E RODRIGO COUTO
E-MAILS: cidades@redtribuna.com.br / policia@redtribuna.com.br

Confusão por lugar marcado termina em socos no cinema

Briga entre 3 mulheres e um homem durante sessão do filme "Cinquenta Tons de Liberdade" foi parar na polícia

Luciana Pimentel
Weslei Radavelli

Um programa de lazer terminou em agressões verbais e físicas dentro de uma sala de cinema em Vitória. Quatro pessoas – três mulheres e um homem – discutiram por causa das cadeiras numeradas e sobrou pipoca e refrigerante para todos os lados durante a sessão das 19h10 do filme "Cinquenta Tons de Liberdade", na última segunda-feira.

De acordo com o registro policial, o desentendimento começou depois que uma das mulheres, de 22 anos, e seu marido, um universitário de 21 anos, chegaram às cadeiras que estavam identificadas em seus ingressos e encontraram outros clientes no local.

Eles teriam solicitado que as pessoas sentadas desocupassem os lugares e uma das jovens sentadas irregularmente teria se recusado a sair e agredido verbalmente o casal.

Diante da ofensa, o universitário teria jogado um balde de pipoca e refrigerante sobre a mulher de 24 anos que estava sentada, que teria revidado. A jovem alega que, nesse momento, a mãe do rapaz puxou

os seus cabelos e que ele lhe deu um soco no rosto.

Testemunhas disseram que as três mulheres rolaram pelas escadas da sala de cinema em meio à discussão. A segurança do cinema foi acionada, mas, de acordo com a jovem de 24 anos, nada foi feito. Ela, então, acionou a polícia e todos foram levados para a Delegacia de Jucutuquara, onde o caso foi registrado.

O advogado da jovem, Felipe Morais Matta, aguarda as imagens que foram solicitadas pelo delegado para confirmar a omissão de um funcionário que estava presente no momento em que as agressões teriam ocorrido.

"O crime se torna ainda mais grave, já que o estabelecimento é obrigado a te prestar um serviço e garantir a segurança de todos que estão ali", afirmou.

O OUTRO LADO

Cortesia para o filme

Em nota oficial encaminhada ao Tribuna Online, a rede de cinemas apresentou sua versão oficial sobre o caso ocorrido no Shopping Vitória. "No momento em que a gerente do complexo tomou conhecimento do fato, solicitou a presença dos seguranças do shopping, que retiraram da sala as pessoas que causaram o tumulto. O filme foi reiniciado e os clientes que optaram por deixar a sessão receberam cortesia para voltar em outra data", diz a nota.



COM O OLHO ROXO, jovem diz que levou soco durante confusão no cinema

JOVEM DE 24 ANOS

"Rolamos pelas escadas"

A jovem de 24 anos que se envolveu em uma briga por cadeiras marcadas disse esperar que seja feita justiça. Ela está com o olho roxo, joelhos e canelas machucadas e inchados, e também tem ferimentos em uma das mãos.

A TRIBUNA - Como tudo aconteceu?

JOVEM DE 24 ANOS - Eram três cadeiras que eram dele: uma em que eu estava sentada; a outra, minha amiga; e uma terceira, uma senhora. Ele chegou alterado pedindo que a gente saísse e eu disse: custa você sentar em outro lugar? Sentaram no meu e não falei nada.

> Quando as agressões começaram?

Quando o funcionário do cinema estava subindo para olhar nossos ingressos, o agressor levantou da cadeira e jogou toda a pipoca em

cima de mim de propósito e ali começamos a discutir verbalmente.

> Você saiu da cadeira?

Quando eu fui levantar para ir para outro lugar, ele jogou um copo de refrigerante na minha cara. Eu peguei a pipoca da minha amiga e joguei nele também. Nesse momento, a mãe dele puxou meu cabelo e ele deu um soco na minha cara. Quando a mãe e a esposa vieram me agredir, nós acabamos rolando pelas escadas.

> Acha que ele te agrediu por qual motivo?

Desde o início ele estava errado, molhou as pessoas e não pediu desculpa a ninguém. Já estava alterado. Se tivesse pedido para a gente sair com educação, nada disso teria acontecido.

> Reconhece que estava errada?

A partir do momento que tem cadeira vazia não custa ir lá e sentar. Não tinha necessidade disso, se tivesse pedido com educação eu teria saído. Ele veio com ignorância para cima da gente.

> Você perdoaria?

Não, porque ele me agrediu. Homem que bate em mulher é um covarde.

"Perdi a cabeça e joguei pipoca nela", diz universitário

O universitário de 21 anos que se envolveu na briga por uma cadeira no cinema negou que tenha dado um soco no rosto da jovem de 24 anos, mas confirma que jogou refrigerante e pipoca nela porque sofreu agressões verbais. De acordo com ele, a jovem usou palavras de baixo calão e ofendeu a ele, sua mulher e sua mãe.

Ele explicou que chegaram à sessão atrasados e quando estava subindo as escadas, tropeçou e acabou derrubando refrigerante em um homem que estava sentado. Pediu desculpas e andou até o lugar marcado, onde estavam três pessoas sentadas.

O rapaz relatou que sua família ficou parada, esperando que as pessoas "se tocassem", mas apenas uma delas se levantou. Quando abordou as outras duas, a jovem de 24 anos disse que ele não tinha mais direito aos lugares porque estava atrasado para a sessão.

"Ela começou a me xingar, usou palavras baixas. Eu agüentei isso por muito tempo até minha mulher descer para chamar o funcionário do cinema. Quando ele estava chegando, essa mulher levantou e me xingou mais ainda", disse.

"Perdi a cabeça e joguei pipoca nela, ela jogou pipoca em mim e eu e minha esposa jogamos o refrigerante. Nessa hora, ela voou de soco na minha esposa, minha mãe foi separar a briga, e elas acabaram rolando da escada", relatou.

Para ele, foi um triste episódio de falta de educação. "Minha esposa está toda roxa. Várias testemunhas viram o que aconteceu, as provas existem, não tenho nada a temer. Ela rolou a escada e veio dizer que eu dei um soco nela, mas isso não aconteceu e as câmeras do cinema vão provar isso. Ninguém a tratou com falta de respeito, pedimos nossos lugares porque era nosso direito".

O universitário disse que não pretende representar contra a jovem ou contra a rede de cinemas, apenas esquecer o episódio.

"Ela começou a briga e temos testemunhas de que essa moça estava errada desde o começo. Foi um transtorno, um episódio triste que todos nós queremos esquecer", frisou.



MULHER mostra marca no braço

AS DUAS VERSÕES

DA JOVEM DE 24 ANOS

Diz que foi agredida

> A JOVEM disse que ao chegar ao cinema com uma amiga, os seus lugares estavam ocupados por outras pessoas. As duas decidiram sentar em cadeiras próximas às que haviam comprado, para não criar problema com quem havia sentado antes.

> ELA DISSE QUE, já sentadas, viram quando o universitário, de 21 anos, subiu as escadas e derramou refrigerante nas pessoas que estavam sentadas na fileira.

> NA OPINIÃO da jovem, ele teria chegado às cadeiras nervoso pelo que aconteceu antes e, por isso, pediu que elas se retrinhassem das cadeiras de forma indelicada.

> UMA SENHORA que estava sentada saiu, mas ela contou que continuou no lugar e perguntou se ele não poderia sentar em um lugar vazio.

> DIANTE da negativa de deixar a cadeira, o universitário teria jogado um balde de pipoca e refrigerante na jovem. Ela relata que a mãe do universitário puxou os seus cabelos e que ele a agrediu com um soco no olho.

DO UNIVERSITÁRIO

Ele nega ter dado soco

> O UNIVERSITÁRIO, sua mulher e a mãe dele teriam chegado à sessão atrasados. Quando ele estava subindo as escadas, tropeçou e acabou derrubando refrigerante em um idoso que estava sentado.

> ELE CONTOU que pediu desculpas e andou até o lugar marcado, onde estavam três pessoas sentadas. Teria esperado as pessoas saírem, mas uma das jovens se recusou a deixar a cadeira.

> A JOVEM, segundo ele, teria iniciado uma série de agressões verbais contra sua família e ele reagiu jogando um balde de pipoca e refrigerante em cima dela.

> NESSE MOMENTO, na versão dele, a jovem, então, desferiu socos contra sua mulher e quando sua mãe tentou separar a briga, as três acabaram rolando as escadas do cinema.

> O UNIVERSITÁRIO negou que tenha agredido a jovem com socos e garantiu que tem testemunhas que confirmam a sua versão.

“Desde o início, ele estava alterado. Se tivesse pedido para a gente sair com educação, nada disso teria acontecido”

6 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Cidades



PRAIAS DE CAMBURI: cinco grandes farmácias se instalaram recentemente na região, uma bem próxima da outra

Novo PDU de Vitória libera mais farmácias

A cada mês surge, em média, uma farmácia no capital e não há restrição legal para este tipo de atividade nos bairros

Rafael Gomes

Tenho medo de ir trabalhar e quando voltar minha casa ter virado uma farmácia". A frase bem humorada que circula pela internet exemplifica bem a realidade atual de Vitória: em diversos bairros da capital as farmácias têm sido inauguradas em uma média de uma por mês. Para se ter uma ideia da expansão das grandes redes do setor, 153 estão em funcionamento no momento. E esse crescimento deve continuar nos próximos anos, já que o novo Plano Diretor Urbano

(PDU) não restringe esse tipo de atividade e nem limita em determinadas regiões. Somente na orla da Praia de Camburi, por exemplo, já são cinco farmácias, todas de grandes redes.

"Há um espanto dos moradores com a quantidade de farmácias. Na orla de Camburi é ruim, pois o local é uma referência para o turismo, então isso prejudica. Será que a cidade está tão doente assim para ter tanta farmácia?", questionou o coordenador geral da Associação de Moradores de Jardim da Penha, André Luiz Alves.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Proprietários de Farmácia do Espírito Santo, Júlio Campagnaro, a chegada das grandes redes em locais de grande circulação é uma estratégia das empresas.

"Elas pagam um aluguel acima do mercado e vão se espalhando pela cidade. Quando elas não atingem o retorno que desejam, fe-

cham as portas e abrem em outros locais. É uma estratégia utilizada principalmente nas capitais", disse.

Com isso, os novos negócios seguem um mesmo padrão: farmácias grandes, filiais de redes consagradas e em locais movimentados.

Legalmente, a restrição desse tipo de atividade em determinadas regiões pode ser implantada, segundo o especialista em Economia e Direito do Consumo, Adriano Pedra.

"O Código de Postura do município pode direcionar as atividades econômicas de determinados bairros, podendo, por exemplo, determinar que um setor é residencial e não pode ter comércio. Isso tudo, é claro, desde que haja uma justificativa razoável".

A Prefeitura de Vitória foi questionada sobre a possibilidade de restrição, mas não respondeu e disse apenas que o PDU está em tramitação na Câmara dos Vereadores. A votação será no dia 27 de março.

Quantidade é quatro vezes maior

A impressão que boa parte dos moradores de Vitória vivem é de que há mais farmácia do que demanda. E levando em conta o que Organização Mundial de Saúde (OMS) determina, essa alegação está correta.

Isso porque a OMS recomenda que haja pelo menos uma farmácia para atender até 10 mil habitantes. Em Vitória, são 153 farmácias, uma para cada 2.373 moradores. Isso é quatro vezes a mais do que o ideal.

Um levantamento do Conselho Regional de Farmácia (CRF-ES) aponta que há 1.985 farmácias em funcionamento no Estado. Desse total, 774 são na Grande Vitória. O número total em todo Estado tam-



FARMÁCIAS: 153 em Vitória

bém é quatro vezes acima do recomendado.

Para o presidente do Sindicato dos Proprietários de Farmácia do Espírito Santo, Júlio Campagnaro, a tendência é de que as grandes redes dominem o mercado. "Para o comerciante local não é bom. As grandes redes vão abocanhando o mercado, com políticas de preços com os laboratórios, "roubando" o cliente", disse.

Ele ressalta, também, que por conta do tamanho das lojas e para atingir um público maior as farmácias estão expandindo os itens de venda. "Hoje não é só mais medicamento, são produtos variados, como cosméticos."



LIVRE ACESSO

Mariana Reis | livreacessoatribuna@gmail.com

Quatro anos da coluna Livre Acesso

Se o primeiro ano a gente não esquece, imaginem o quarto. Neste mês, a coluna Livre Acesso completa 4 anos de comprometimento semanal com os capixabas. Toda quarta-feira, uso este espaço para falar de um tema muito presente na vida de todos nós: acessibilidade. Quando recebi o convite – que, aliás, foi tão inesperado quanto surpreendente – fiquei muito feliz e igualmente de cabelos em pé.

Feliz por ver um assunto tão importante ser valorizado por um dos maiores jornais do nosso Estado e um dos jornais com maior público leitor. E de cabelos em pé pela responsabilidade que passaria a ter em compartilhar experiências, buscar novos assuntos e também pelo alcance que teria a coluna pelo jornal A Tribuna.

Lembro-me das noites sem dormir pensando se conseguiria trazer informações que pudessem fazer a diferença e, mais ainda, que essas informações fossem transformadas em mudanças e essas mudanças incorporadas no dia a dia dos meus leitores.

O primeiro e único jornal do Espírito Santo a abordar o assunto - Depois de quase 200 colunas publicadas, e-mails de leitores, muitas abordagens pelas ruas, não ser lida por quem você vê todos os dias e ser lida por quem você nunca viu, concluo que as dúvidas que tinha lá no começo não existem mais, e que realmente posso dizer: há luz no fim do túnel!

Nesses 4 anos de existência (um ciclo olímpico, rs), juntei notícias, fatos e acasos, pensamentos e opiniões, e arrisquei dar a eles uma coe-

relato de diversos leitores com e sem deficiência. Muitos com dúvidas sobre o tema tratado naquela semana; outros buscando ajuda para problemas enfrentados, resgatando direitos, além de várias sugestões de assuntos sobre os quais deveria escrever.

Alguns leitores já relataram que a coluna ajudou a resolver questões que os incomodavam muito. Muitos se transformaram em colecionadores da coluna e fãs, também. Esse contato com vocês é, com certeza, o combustível para continuar por vários anos. A inclusão das pessoas com deficiência, que hoje equivalem a 46 milhões de brasileiros, é fundamental para o contínuo desenvolvimento de nosso País e de nossa população. Muitas mudanças já aconteceram.

Nas palestras e nos cursos que ministro, vejo que muitos já têm domínio sobre o assunto. Mas que muitos outros ainda precisam aprimorar seus trabalhos e ampliar o campo de visão para esse público.

A luz no fim do túnel é a informação - Acredito nisso. O prazer em poder contribuir com informações, cidadania e garantia de direitos, de assuntos que permeiam nossa

vida e nossa sociedade, além da aceitação do leitor, vão possibilitar a continuidade deste espaço, que sem dúvidas, é de vocês.

Tentar dar força aos textos para mudar uma realidade é uma das missões da coluna Livre Acesso. E que eu possa ser presenteada sempre e sempre com a leitura de vocês.

Por isso, as felicitações e parabéns vão para vocês que me recebem, mas também não é difícil. Aprendi a garimpar nos jornais, nos livros, nas ruas, nos acontecimentos, na arte, no dia a dia, nas pessoas, nos lugares, na vida. Enfim, nas relações. E é assim que me inspiro, vivendo - mesmoooo - cada texto que escrevo.

Obrigada a todos!

MARIANA REIS é consultora em acessibilidade



Assembleia vai oferecer apoio a quem quiser entrar com ação na Justiça

Precisa ingressar com uma ação na Justiça? A Assembleia Legislativa pode ser a solução. É que o Legislativo vai implantar brevemente seu Núcleo de Prática Jurídica, que vai ajudar as pessoas a fazer petições ao Judiciário. Todos podem recorrer ao núcleo, formado pela equipe de advogados e estagiários de Direito que também servem ao Procon na Ales. O atendimento será feito para causas com até 20 salários-mínimos (R\$ 19,8 mil).

Pelo consumidor

Em dois meses de funcionamento, o Procon Assembleia já atendeu 72 casos, com taxa de sucesso de 90%. A Casa espera que esses números cresçam à medida que o cidadão se habitue ao funcionamento do novo órgão no Palácio Domingos Martins.

Justiça autoriza abertura de curso de Medicina no Sul

CACHOEIRO

O juiz Rodrigo Reiff Botelho, da 3ª Vara Federal Cível de Vitória, revogou liminar que suspendia o processo de abertura da primeira faculdade de Medicina de Cachoeiro de Itapemirim, com previsão de 100 vagas.

A decisão saiu no dia 7 de fevereiro e foi publicada ontem, após um ano e três meses de disputa judicial entre duas faculdades capixabas, a Multivix e a Emescan.

A Multivix foi a vencedora do edital número 6/2014 do Ministé-

rio da Educação (MEC) que prevê a instalação de cursos de Medicina em todo o País, dentro do programa Mais Médicos.

No entanto, na época, a Emescan, que concorreu com a Multivix, não concordou com o resultado e entrou com ação na Justiça cobrando a revisão dos pontos, com pedido de liminar para suspender o processo de instalação.

Em agosto do ano passado, o MEC autorizou a abertura de 11 faculdades de Medicina em todo o País, mas Cachoeiro ficou de fora em função da disputa judicial.

Por meio de nota, a Multivix informou que recebeu com satisfação a decisão e que durante todo o processo esteve segura de que prevaleceria o resultado inicial.

A faculdade afirmou ainda que todos os investimentos necessários para a oferta do curso já foram realizados e que a unidade está pronta para iniciar as aulas, aguardando apenas a portaria do MEC.

A assessoria do MEC foi procurada, mas informou que não teve tempo hábil para responder a demanda. A Emescan não se pronunciou sobre a nova decisão do juiz.

Polícia

VIOLÊNCIA EM CENTRAL CARAPINA

Tiroteio, morte e pedradas levam pânico a bairro na Serra

Polícia cumpria mandado de prisão quando ocorreu confronto. Uma pessoa morreu e o bairro viveu momentos de terror

Jéssica Cardoso

Tiros, morte e pedradas marcaram a tarde de ontem com medo e tensão no bairro Central Carapina, na Serra. Deusimar Lucas Cunha Neves, de 18 anos, foi morto, após policiais serem surpreendidos, durante o cumprimento de cinco mandados de prisão contra o mais procurado da delegacia.

Um grupo de moradores respondeu com rojões, jogou pedras em viaturas e fechou a BR-101 em protesto. Até aulas foram suspensas no bairro.

De acordo com o delegado titular da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Serra, Rodrigo Sandi Mori, tudo começou por volta das 14h30, quando uma equipe de sete policiais saiu em diligência para cumprir mandados de prisão por homicídio na Rua Ceará contra o investigado Paulo Sérgio Júnior, 25.

A casa dele foi cercada, mas, antes da prisão, os policiais foram surpreendidos.

"No momento em que os policiais adentravam a residência, pela parte dos fundos, se depararam com três indivíduos armados, inclusive, o alvo dos mandados", explicou o delegado.

Segundo o titular, um dos que estavam à frente, Deusimar, sacou uma pistola ponto 40, apontou em direção aos policiais, momento em que a equipe revolveu a ameaça, e Deusimar foi morto com oito disparos.

Já o procurado Paulo deixou uma pistola nove milímetros com cano alongado e silenciador cair no chão, e conseguiu escapar com o terceiro bandido, ainda não identificado.

Depois, de acordo com o delegado, ele acionou o Samu, o Cíodes, e a chefia imediata. Assim que a uma equipe de perícia e policiais da Divisão de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) chegaram ao local, um grupo se revoltou, e apedrejou uma viatura da DCCV e outra da DHPP.

Enquanto a reportagem estava no bairro, também foram ouvidos rojões, e a equipe precisou se abrigar embaixo de uma árvore. As duas pistolas que estavam com ele e Paulo foram apreendidas, e dois suspeitos foram conduzidos.

Sobre a ação dos criminosos, o delegado mandou um recado dizendo que é melhor que os bandidos não enfrentem a polícia, durante suas ações: "Nós não iremos recuar, e estamos altamente preparados para repelir qualquer injusta agressão para cima de nós", afirmou o delegado.



DELEGADO RODRIGO SANDI MORI mostra pistolas de uso restrito apreendidas na operação em Central Carapina

Carros da polícia são apedrejados

A morte de Deusimar Lucas Cunha Neves, 18, em Central Carapina, causou tanta revolta entre alguns moradores que um grupo deles resolveu fechar a BR-101, na entrada do bairro, e chegou a bloquear o trecho com fogo e pneus.



VEÍCULO da polícia foi atingido

Escolas fechadas e sem ônibus

Por conta do clima de tensão e insegurança no bairro Central Carapina, escolas tiveram as aulas suspensas na tarde de ontem e um alerta de segurança foi emitido aos motoristas que trafegavam por perto do bairro.

Segundo a Prefeitura da Serra, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Vieira de Rezende e o Centro de Municipal de Educação Infantil (Cmei) tiveram as aulas do turno vespertino interrompidas.

Com isso, as aulas serão repostas futuramente, e a previsão é de que hoje as escolas funcionem normalmente, segundo a prefeitura.

por volta das 17 horas de ontem.

Inicialmente, uma equipe de policiais militares que estava no local conseguiu conter o grupo, que se dispersou e voltou para o bairro.

Além disso, houve registro de ônibus quebrado e homens encapuzados teriam tentado atear fogo em outro coletivo, com um líquido inflamável, mas uma equipe da Polícia Civil passou na hora e conseguiu evitar. Quando já estavam dentro do bairro, foi iniciada outra manifestação na Avenida Brasil, a principal do bairro.

Para conter o grupo, homens da PRF, Força Tática, Patrulhamento Ordinário, Tropa de Choque e Companhia Independente de Missões Especiais fecharam as duas entradas do bairro, e usaram bombas de efeito moral contra os

manifestantes que chegaram a atacar contra os policiais.

Para moradores, Deusimar é inocente. Posteriormente, porém, o delegado Rodrigo Sandi Mori afirmou que, além de estar armado, o jovem tinha envolvimento com o tráfico de drogas e assassinatos.

"Deusimar foi conduzido há 15 dias para essa delegacia e foi qualificado. Ele estava envolvido com o tráfico de drogas, na 'Região da Valla', em Central Carapina, teve uma passagem pelo mesmo crime, em 2016, e era investigado no último homicídio, que ocorreu em Central Carapina, na companhia do outro indivíduo (Paulo) que é procurado por nós", salientou.

O corpo de Deusimar foi recolhido e encaminhado para o Departamento Médico Legal (DML).



PAULO SÉRGIO fugiu da polícia

Criminoso que está foragido ostenta armas em rede social

Demonstrando ousadia, o foragido Paulo Sérgio de Oliveira Júnior, de 25 anos, que escapou da operação de ontem em Central Carapina, na Serra, vem ostentando armas no Facebook e já mandou avisar que não vai se entregar.

Na imagem publicada recentemente, ele aparece segurando duas armas, uma em cada mão, e veste um colete balístico.

"O objetivo da operação hoje (ontem) foi para cumprir os cinco mandados de prisão, por homicídio, que o Paulo César de Oliveira Júnior, de 25 anos, tem", destacou o delegado Rodrigo Sandi Mori, da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Serra.

"Ele é o alvo número um da nossa delegacia, e é investigado, inclusive, nos dois últimos homicídios, que ocorreram em Central Carapina. Num deles, ele tirou a vítima de dentro de casa e executou na rua, na frente de todo mundo, e o objetivo da operação era para efetuar a prisão dele", completou.

O delegado disse que a mesma arma que Paulo César deixou para trás na fuga de ontem, uma pistola nove milímetros, é uma das que ele aparece ostentando nas fotos.

O delegado explicou que a arma teve o poder de fogo duplicado por uma adaptação. "As duas armas apreendidas são de alto poder destrutivo. Essa nove milímetros estava com um silenciador e carregador alongado, com capacidade para 30 munições. Então, eles têm um poder de fogo muito grande, e estavam com duas armas de grande calibre", disse o delegado.

Além das armas, outro fator que chamou a atenção dos policiais foi o "campo de tiro", que os bandidos mantinham nos fundos da casa, onde Paulo Sérgio foi localizado. "Enquanto trabalhávamos na região, a equipe pôde ver que, próximo à casa, os bandidos tinham uma parede que usavam para treinar tiros. Um absurdo", relatou o delegado.

Paulo Sérgio prometeu que não vai se entregar fácil. "Chegou ao nosso conhecimento que ele disse que só se entregaria morto. Mas continuamos os trabalhos", afirmou Sandi Mori. Há 15 dias, a polícia realizou uma operação para prender Paulo, mas ele não foi encontrado.

"Ele é um criminoso de alta periculosidade e, por isso, pedimos a população que denuncie por meio Disque-Denúncia 181, ou na página da delegacia no Facebook", pediu o delegado.



POLICIAIS durante operação na Serra

12 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Polícia

INSEGURANÇA

Motorista de Uber é morto durante assalto em Vila Velha

Gilson Matos Pereira, 56 anos, deixou um passageiro no Jockey de Itaparica, quando foi rendido por assaltante que atirou em seu peito

Tainá Campos

Um aposentado que trabalhava como motorista do Uber foi morto a tiro durante um assalto, na noite de ontem, no bairro Jockey de Itaparica, em Vila Velha. O motorista foi identificado como Gilson Matos Pereira, de 56 anos.

Segundo testemunhas no local, Gilson tinha acabado de deixar um passageiro, na rua Rio de Janeiro, por volta das 20 horas, quando foi abordado por um assaltante, que tentou levar o carro da vítima, um Ford EcoSport, preto.

Ainda de acordo com as testemunhas, Gilson não reagiu. E mesmo assim, o assaltante efetuou um disparo, que atingiu a região do tórax, próximo ao coração.

O assaltante fugiu em direção a um valão, que fica próximo, sem levar nada. "Ele atirou e tentou abrir o carro, como não conseguiu, ele fugiu a pé como se nada tivesse acontecido", disse um dos moradores, que não quis se identificar.



POLICIAIS EXAMINAM o Ford EcoSport dirigido por Gilson Matos Pereira, que trabalhava na Uber havia dois anos

Um outro morador disse que viu a movimentação do assalto e tentou reanimar o motorista com massagem cardíaca por aproximadamente 30 minutos.

"Ele chegou a responder aos primeiros estímulos, mas infelizmente não resistiu", contou.

Parentes da vítima informaram que o motorista era aposentado de

uma empresa de siderurgia, onde trabalhou desde o seu primeiro emprego.

Ainda de acordo com os parentes, Gilson decidiu trabalhar como motorista do Uber e já estava exercendo a função havia dois anos.

Muito abalados, os familiares não quiseram dar mais detalhes, mas disseram que esperam que "a justi-

ça seja feita pela vida de mais um inocente ter sido tirada em vão".

"Ele estava trabalhando! É a vida de um inocente que foi perdida, é difícil de aceitar", disseram.

Assustados, os moradores da rua Rio de Janeiro disseram que Gilson era bastante conhecido na região, e que nunca tinham presenciado tanta violência no local.

Amigos da vítima apontam riscos de quem trabalha à noite

Colegas de trabalho do motorista Gilson Matos Pereira estiveram no local onde ocorreu a tentativa de assalto seguida de morte e ficaram revoltados.

Um deles, que preferiu não se identificar, informou que quem trabalha pela empresa de transporte individual, na Grande Vitória, no horário noturno está a mercê dos bandidos.

"Nós encaramos diariamente muito pouco policiamento nos bairros e isso aí é o resultado disso", comentou.

Inconformado, o motorista disse que a categoria já teve problemas com a legislação, com os taxistas e agora eles enfrentam a sensação de insegurança diariamente quando estão trabalhando.

"São pais de família que estão perdendo a vida e isso é doloroso demais de se vê", disse.

Ele acrescentou que na região de Jockey de Itaparica, há relatos de colegas que foram assaltados e que inclusive foram levados para outros bairros para serem abandonados.

Para amenizar evitar possíveis assaltos, o motorista disse que a categoria se organiza por meio de grupos no WhatsApp, para tentar identificar junto com a polícia, os assaltantes que atuam na região.

"O que nós queremos ver é essas pessoas encarceradas para que a gente tenha um pouco mais de segurança. Parece até que é cíclico, os mesmo bandidos fazem uma rotatividade para assaltar os motoristas que circulam por aqui", lamentou.

Carro é roubado e metralhado

Uma perseguição de policiais militares a cinco criminosos em um carro roubado terminou com o veículo metralhado e com dois dos suspeitos baleados, na madrugada de ontem, na BR-101, na altura do bairro Jardim Limoeiro, na Serra.

Segundo a PM, o veículo, um Nissan March prata, foi roubado de um motorista do aplicativo 99 Pop, de 40 anos, na madrugada de segunda-feira, no mesmo bairro onde ocorreu a troca de tiros. O carro ficou com pelo menos 20 perfurações provocadas por tiros.

O motorista relatou que o carro foi alugado por ele para trabalhar no 99 Pop havia apenas três dias, e foi roubado por três criminosos após uma corrida pelo aplicativo.

A viagem começou próximo a um bar em Jardim da Penha, em Vitória, por volta da 1h30, de segunda-feira. Em Jardim Limoeiro, o grupo anunciou o assalto.

De acordo com o cabo Lopes, da PM, os militares receberam a informação sobre o carro roubado. "Estávamos em Jardim Limoeiro, quando vi esse veículo passando. Mandamos o motorista parar, mas ele não obedeceu", disse o cabo.

A partir daí teve início uma perseguição por oito quilômetros e passou por seis bairros da Serra. Durante a fuga, os suspeitos fura-

ram bloqueios da PM e trafegaram na contramão da BR-101 e de avenidas a uma velocidade de 140 km/h, segundo a polícia.

"Um dos adolescentes saiu do carro atirando contra os policiais e foi baleado no tórax", disse Lopes.

O menor ferido, de 17 anos, foi socorrido e não corre risco de morte, segundo o cabo.

O suspeito que dirigia o carro, Carlos Estevão das Neves da Silva, 24, levou um tiro na perna direita, foi medicado e teve alta. Com os dois a PM encontrou um revólver calibre 38 e uma arma de brinque-

do. Carlos Estevão foi autuado por tentativa de homicídio, receptação, corrupção de menores e uso de drogas e também será investigado pelo roubo do veículo.

O menor, de 17 anos, foi autuado por tentativa de homicídio, receptação e uso de drogas. Contra ele tinham dois mandados de busca e apreensão em aberto. Também será investigado pelo roubo do veículo. O menor de 15 anos foi liberado. O de 16 anos vai responder pelo ato infracional análogo ao crime de receptação e uso de drogas.



CARRO ROUBADO por gangue ficou com marcas de tiros por todos os lados

OUTRO MOTORISTA ASSALTADO

"Tenho que pagar prejuízo"

Após receber a notícia de que o carro que havia locado há três dias para trabalhar em um aplicativo de viagem havia sido recuperado pela polícia, o motorista, de 40 anos, esteve na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), na manhã de ontem.

A vítima também lamentou o prejuízo. "Tenho que pagar o prejuízo", disse ele.

A TRIBUNA - Como foi anunciado o assalto?

MOTORISTA - Eles pediram para encerrar a corrida. Falei que deu R\$ 24. Um deles tirou R\$ 10 em notas de R\$ 2. Falei me dá mais R\$ 5, que morre aqui. O passageiro falou que não tinha, mas o outro falou para ele dar o dinheiro e me pagar. Peguei os R\$ 10 e falei que estava tranquilo e ia embora. O bandido, que estava sentado atrás de mim, me deu uma gravata e falou: perdeu. O que estava no carro do meu lado sacou a pistola.

> Eles pareciam indecisos?

Quando percebi que seria assaltado, eu tentei uma conversa para eles entenderem que eu poderia ser dali e eles desistirem, por isso eles ficaram apreensivos. Se eu tivesse reagido, do jeito que ele tirou a arma, não conseguiria dar um tiro. Mas me acalmei, porque o prin-



MOTORISTA ficou com o prejuízo

cipal é a vida. Falei que ia sair do carro e desliguei o carro. Mas eles falaram: "Desliga o carro não, rapaz!" Eu desci do carro e eles fugiram.

> O que você fez?

Corri para o orelhão para acionar a locadora para saber se o carro tinha algum sistema de rastreamento para depois acionar a polícia.

> Sua carteira foi achada?

Um policial me ligou e disse que tinham achado minha carteira intacta aqui perto (do Barro Vermelho). Um andarilho achou e entregou na delegacia.

Justiça concede prisão domiciliar a grávidas

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira, 20, que mulheres grávidas ou com filho de até de 12 anos, ou mães de filhos deficientes que estejam presas preventivamente têm direito de ir para a prisão domiciliar.

Ao menos 4 mil mulheres podem ser beneficiadas com a determinação. A decisão foi dada em um pedido da Defensoria Pública da União.

Jardel Sabino de Deus

É professor de Direito Penal na Doctum Vitória, assessor jurídico no TJES e doutorando em Direito pela FDV

As pessoas não podem aceitar (ou acreditar) com passividade o que o teatro eleitoreiro vem tentando emplacar

O que há por trás da intervenção militar no Rio?

Nos últimos dias, assistimos a decretação de intervenção militar no sistema de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o que deixou muitas pessoas esperançosas pela chegada de dias melhores quanto ao controle da violência urbana e da criminalidade. Vã expectativa.

Afora a latente inconstitucionalidade incorporada no decreto de um governo despido de representatividade e que só age em nome do capital e sempre em prol do mercado, algumas questões relevantes se levantam para o debate.

Intervenções indiretas do Exército, não declaradas como a atual, já ocorreram naquele Estado desde o início dos anos 90, e um traço comum a todas elas são a concentração das tropas nas comunidades periféricas, além da repressão desmedida, típica de tropas que não possuem o menor preparo para lidar nem com aquilo para que foram originalmente criadas e, menos ainda, com situações de crises urbanas como essa.

Também não é novidade que o Rio de Janeiro enfrenta uma verdadeira síncope nos seus diversos órgãos de gestão

(e por que não intervir em todos?), o que inclui aqueles destinados à segurança pública, provocada pelo aparelhamento político-partidário estatal em razão de sucessivos governos de inoperância, covardia com os mais pobres e seus servidores que amargam meses de atraso salarial, corrupção e verdadeiras orgias com o dinheiro público em benefício algumas pessoas.

A questão que fica é saber se de fato, como midiaticamente nos tentam convencer os governos estadual e federal (sobretudo este último), é o tráfico existente nas comunidades que seria o responsável por todas as mazelas cariocas. Afinal, como apregoam os "bolsonarianos" surgidos nos últimos tempos, se a violência militar é que resolve, por que os maiores índices de violência

urbana ainda permanecem a níveis piores que os de guerras declaradas?

Por certo a presença forte do Estado somente enquanto órgão de repressão nas comunidades, e não como implementador de políticas sociais e de segurança pública sérias e perenes, possui um efeito reverso daquele que se deseja, promovendo uma sociedade de riscos incalculáveis, propiciando aos seus atores - governador, presidente, generais etc -, a autopromoção, o favorecimento e os votos.

As pessoas não podem aceitar (ou acreditar) com passividade aquilo que o teatro eleitoreiro já anunciado vem tentando emplacar. Afinal, como dito na letra do sambista carioca Arlindo Cruz: "nem sempre a maldade humana está em quem porta um fuzil (...) tem gente (e muita) de terno e gravata matando o Brasil".

AGAZETA

Diretor de Jornalismo: ABDO CHEQUER abdo@redgazeta.com.br | Editor-chefe: ANDRÉ HEES ahees@redgazeta.com.br | Editora Executiva de Integração: ELAINE SILVA elainesilva@redgazeta.com.br | Editores de Produção: ABDO FILHO afilho@redgazeta.com.br e GERALDO NASCIMENTO gnascimento@redgazeta.com.br | Editor de Fechamento: EDUARDO FACHETTI efachetti@redgazeta.com.br | Editor Digital: AGLISSON LOPES aslopes@redgazeta.com.br | Editor Visual: ALISON SILVA apsilva@redgazeta.com.br | Editora de Qualidade: ANDRÉIA PEGORETTI apeorette@redgazeta.com.br

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

João Baptista Herkenhoff

É juiz de Direito aposentado e escritor
E-mail: jbphekenhoff@gmail.com

⚡ Não me parecem inoportunas e impróprias as críticas de Lula ao Judiciário. Nem nada estranha a manifestação favorável ao controle externo da magistratura

Lula e o Judiciário

O texto que se segue foi editado pelo “Jornal do Brasil”, em 30 de abril de 2003. A republicação é oportuna num momento em que Lula está sendo julgado pelo poder que ele criticou. Por ocasião da publicação original, o artigo teve ligação com críticas feitas ao Poder Judiciário, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segue-se o artigo, em itálico:

Não me parecem inoportunas e impróprias as críticas feitas pelo presidente Lula ao Poder Judiciário. Nem vejo nada de estranho em sua manifestação favorável ao controle externo da magistratura.

Lula foi eleito diretamente pelo povo. Carrega as esperanças do eleitorado que lhe conferiu o mandato. O povo tem reservas gravíssimas ao Poder Judiciário. Lula não fez senão expressar os sentimentos da população.

Observe-se que a crítica foi feita ao Poder Judiciário como instituição, como engrenagem. Não se referiu Lula a pessoas de magistrados, nem em conjunto, nem em caráter individual.

Não é novo o desapontamento do povo relativamente à Justiça. Nova é a prática diuturna da democracia. Agora, o povo sabe que tem direito à palavra e expressa suas insatisfações.

No período ditatorial, publicamos um livro (“A Função Judiciária no Interior”,

1977), no qual constatamos que, segundo a percepção do povo: a) ricos e pobres são tratados diferentemente pela Justiça; b) a Justiça não resolve os conflitos que lhe são apresentados; c) a Justiça não está ao alcance do povo; d) a Justiça é demorada; e) a Justiça é cara.

O posicionamento de Lula foi rechaçado com veemência pela cúpula do Poder Judiciário num momento da História do Brasil em que as divergências podem ser colocadas.

Em congresso nacional de magistrados, em Goiânia, durante a ditadura militar, apresentamos proposta pedindo a volta do “estado de Direito” e a devolução das garantias da magistratura. A proposta foi recusada, de maneira fragorosa, pelo plenário. O episódio é registrado em livro pelo magistrado Lédio Rosa de Andrade.

Quanto ao “controle externo do Poder Judiciário”, esse mecanismo destinado a corrigir eventuais falhas ou abusos no funcionamento da Justiça é defendido por muitas vozes do mundo jurídico. De minha parte, ainda como magistrado da ativa, propugnei pela medida. Nenhum poder ou autoridade pode ser incontestável e incontrolável. O que caracteriza a democracia é o controle de um poder pelo outro e o controle do conjunto dos poderes pela sociedade civil.

Durante muito tempo, a Justiça esteve “acima de qualquer suspeita”. Não que estivesse imune a desvios, mas porque o sentimento de cidadania não tinha chegado ao ponto de entender que a Justiça pode e deve ser fiscalizada, elogiada, criticada.

As declarações de Lula constituem, a meu ver, um serviço à cidadania, e não um desserviço, como afirmaram presidentes de tribunais.

22 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Política

HARTUNG afirmou que pode ceder um secretário para o ministério



SEGURANÇA PÚBLICA

“Novo ministério não é essencial”, diz Hartung

Governador disse que não acha ruim nova pasta, mas questionou necessidade. Rodney Miranda é cotado para assumir como ministro

Giordany Bossato

O governador Paulo Hartung (PMDB) se posicionou pela primeira vez após o anúncio da intervenção federal no Rio de Janeiro. Ele classificou a medida como extrema e disse que a criação do Ministério da Segurança não é essencial.

“Acho ruim o governo federal ter o ministério? Não. Agora, o novo ministério é essencial? Também, não. Acho que pode fazer a mesma

coisa dentro do Ministério da Justiça. Mas se tomou a decisão de criar o ministério, então ponha para funcionar, para fazer um trabalho junto aos estados e municípios”, comentou Hartung.

O governador também disse não ver problema se tiver de ceder mais um membro de sua equipe para o governo federal. Isso porque o secretário de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Rodney Miranda, é um dos cotados para assumir o ministério. “Se precisar ceder, não tem dificuldade nenhuma. Não conversei com o Rodney ainda. Ele não está aqui, está em Brasília ajudando o presidente da Câmara (Rodrigo Maia, DEM) nesse debate sobre medidas na área da segurança”, informou Hartung.

“O Maia me ligou solicitando. Ele confia muito no trabalho do Rodney,

e o secretário está lá dando uma contribuição. Mas não tenho problema em ceder o Rodney ou outro nome da nossa equipe que seja importante para ajudar o Brasil”, completou o chefe do Executivo, lembrando que cedeu nomes como Ana Paula Vescovi, Eugênio Ricas e Halpher Luigi ao governo federal.

A criação do Ministério da Segurança foi anunciada pelo presidente Michel Temer (PMDB) dias depois de ele determinar a intervenção federal no Rio de Janeiro.

Hartung disse que medidas assim devem ser evitadas. “Como democrata que sou, acho que medidas como essa precisam ser sempre evitadas. É só em último caso que ela deve ser usada. Nós devemos buscar a autonomia dos entes federados. Mas evidentemente que existiu um clamor dos cariocas e até dos brasileiros”, concluiu.

O QUE ELE DISSE SOBRE...

Plano será divulgado hoje

Ministério da Segurança

> “ACHO RUIM o governo federal ter o ministério? Não. Agora, o ministério é essencial? Também, não. Acho que pode fazer a mesma coisa dentro do Ministério da Justiça”.

Rodney Miranda como ministro

> “SE PRECISAR ceder (para o governo federal), não tem dificuldade nenhuma. Não conversei com o Rodney, ainda. Ele não está aqui, está em Brasília ajudando o presidente da Câmara (Rodrigo Maia, DEM) nesse debate sobre a segurança”.

Efetivo policial do Estado

> “NÓS ESTAMOS com o maior efetivo policial da história do Espírito Santo. Numericamente, historicamente. E estamos também com gestores extraordinários”.

Solução para a segurança

> “SÓ TEM um jeito de a gente melhorar

a Segurança Pública do País. Nós temos de repetir na Segurança o mesmo que fizemos na Saúde. Precisamos ter um sistema único de Segurança Pública no País”.

Migração de traficantes

> “O NEGÓCIO dos traficantes do Rio está lá, não está cá. Eles não vão abandonar as atividades deles lá para vir para cá ou para Minas Gerais, Nordeste. Não é isso. Evidentemente que nós somos cautelosos. Diz-se que cautela e caldo de galinha não faz mal a ninguém”.

Plano de contingência

> “NÓS MONTAMOS um plano de contingência que é um reforço em toda a nossa área de divisa nas entradas existentes com o Rio de Janeiro. O plano está todo pronto e vai ser apresentado amanhã (hoje). Na quinta-feira (amanhã), vamos começar a operar na divisa”.

Policiais vão reforçar a divisa do Estado amanhã

Policiais militares vão reforçar a divisa do Estado com o Rio de Janeiro, a partir de amanhã. Segundo o governador Paulo Hartung (PMDB), é quando vai ser posto em prática um plano de contingência.

“Nós montamos um plano de contingência, que é um reforço em toda a nossa área de divisa nas entradas existentes com o Rio de Janeiro. O plano está pronto e vai ser apresentado amanhã (hoje). Na quinta (amanhã), vamos começar a operar na divisa”, disse Hartung.

O governador também falou sobre a compra de cerca de 200 viaturas para o Estado. “Compramos mais viaturas para as nossas polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros. São quase 200 veículos. Além disso, compramos caminhonetes para reforçar a patrulha no interior do Estado”, comentou.

PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

Dois coelhos com uma visita só

O prefeito de Viana, Gilson Daniel, e o deputado estadual Hudson Leal, que comandam o Podemos no Estado, se reuniram na segunda-feira com o governador Paulo Hartung.

A visita, que contou com mais assuntos partidários do que administrativos, tocou em temas como parcerias, coligações e futuras filiações e fez questão de dissipar algumas especulações que rondavam o mercado político.

A primeira é que uma aproximação do Podemos ao Palácio Anchieta mina a possibilidade de o prefeito de Vila Velha, Max Filho, migrar para o partido para disputar o governo, algo que vinha ganhando força nos bastidores.

Uma aliança do Anchieta com o Podemos também pode enfraquecer um possível palanque da senadora Rose de Freitas, que anunciou candidatura ao governo. Gilson Daniel sempre foi mais aliado de Rose do que de Hartung. Se a aliança dará frutos ainda não se sabe. Mas, ontem mesmo Hartung fez questão de aparecer ao lado de Gilson numa agenda em Viana.

* * *

Gato escaldado...

Em outra frente, o presidente do PMDB, Lelo Coimbra, está rondando a ex-prefeita Solange Lube. Ela pode ser um projeto futuro na eleição municipal de Viana em 2020.

Solange está sendo incentivada a disputar uma vaga à Assembleia em outubro e, caso eleita e já como deputada, dispute as próximas eleições à prefeitura.

Junto com Audifax

Na parte da manhã, o governador Paulo Hartung esteve com o prefeito da Serra, Audifax Barcelos, numa visita ao Hospital Materno Infantil.

O governador anunciou que será parceiro na manutenção dos serviços e na compra de equipamentos. Com 120 leitos, o hospital vai atender 8.700 gestantes e bebês por ano com estimativa de 725 partos por mês.

* * *



Estação de esgoto em Aracruz

O vereador de Aracruz Paulo Flávio fez uma indicação ao prefeito Jones Cavagliari para construir uma estação de tratamento de esgoto em Barra do Riacho, no litoral de Aracruz.

Alega que o Rio Riacho está morrendo, devido ao esgoto lançado no leito do manancial. Disse que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto coleta água deste mesmo rio para abastecer a comunidade.

Nem o pufe escapou!

A Justiça mandou penhorar os bens do ex-prefeito de Barra de São Francisco Luciano Pereira, que é acusado de suposto desvio de verbas públicas, e não deixou de fora nem os móveis da casa. Entre os itens levados estão um carro, sofá, cadeiras, mesa, poltronas e até dois pufes.

* * *

PRB quer fisgar Carneiro, Jorge Silva e Gilsinho

O presidente nacional do PRB, o ex-ministro Marcos Pereira, vem ao Estado nos próximos dias para, entre outras coisas, assinar algumas fichas de filiação. Quem já está praticamente certo de que irá para o partido é o secretário estadual de Esporte, Roberto Carneiro, que deixa o PDT. Mas há conversas bem adiantadas com o deputado federal Jorge Silva (PHS) e com o estadual Gilson Lopes (PR). Há ainda um secretário estadual no radar.

GALERIA

ENCONTRO DO CASÃO

O ex-governador Renato Casagrande faz, no próximo sábado, um encontro com o tema “Desenvolvimento Metropolitano”. Será no Matrix Hall, às 9 horas.

DEFINIÇÕES DO PRP

O deputado estadual Dary Pagung, que preside o PRP no Estado, vai a Brasília no próximo sábado para um encontro dos dirigentes da sigla no País. Vão debater estratégias para as

eleições e devem definir como o partido sairá no Estado.

MUDANÇAS

O ex-prefeito de São Gabriel da Palha, Henrique Vargas (PRP), foi convidado para se filiar ao PPS.

EAIVR VAI OU FICA?

O deputado federal Evair de Melo, que ensaia já há algum tempo deixar o PV, é um dos cotados para compor o Podemos.

6 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Cidades



PRAIAS DE CAMBURI: cinco grandes farmácias se instalaram recentemente na região, uma bem próxima da outra

Novo PDU de Vitória libera mais farmácias

A cada mês surge, em média, uma farmácia na capital e não há restrição legal para este tipo de atividade nos bairros

Rafael Gomes

Tenho medo de ir trabalhar e quando voltar minha casa ter virado uma farmácia". A frase bem humorada que circula pela internet exemplifica bem a realidade atual de Vitória: em diversos bairros da capital as farmácias têm sido inauguradas em uma média de uma por mês. Para se ter uma ideia da expansão das grandes redes do setor, 153 estão em funcionamento no momento. E esse crescimento deve continuar nos próximos anos, já que o novo Plano Diretor Urbano

(PDU) não restringe esse tipo de atividade e nem limita em determinadas regiões. Somente na orla da Praia de Camburi, por exemplo, já são cinco farmácias, todas de grandes redes.

"Há um espanto dos moradores com a quantidade de farmácias. Na orla de Camburi é ruim, pois o local é uma referência para o turismo, então isso prejudica. Será que a cidade está tão doente assim para ter tanta farmácia?", questionou o coordenador geral da Associação de Moradores de Jardim da Penha, André Luiz Alves.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Proprietários de Farmácia do Espírito Santo, Júlio Campagnaro, a chegada das grandes redes em locais de grande circulação é uma estratégia das empresas.

"Elas pagam um aluguel acima do mercado e vão se espalhando pela cidade. Quando elas não atingem o retorno que desejam, fe-

cham as portas e abrem em outros locais. É uma estratégia utilizada principalmente nas capitais", disse.

Com isso, os novos negócios seguem um mesmo padrão: farmácias grandes, filiais de redes consagradas e em locais movimentados. Legalmente, a restrição desse tipo de atividade em determinadas regiões pode ser implantada, segundo o especialista em Economia e Direito do Consumo, Adriano Pedra.

"O Código de Postura do município pode direcionar as atividades econômicas de determinados bairros, podendo, por exemplo, determinar que um setor é residencial e não pode ter comércio. Isso tudo, é claro, desde que haja uma justificativa razoável".

A Prefeitura de Vitória foi questionada sobre a possibilidade de restrição, mas não respondeu e disse apenas que o PDU está em tramitação na Câmara dos Vereadores. A votação será no dia 27 de março.

Quantidade é quatro vezes maior

A impressão que boa parte dos moradores de Vitória vivem é de que há mais farmácia do que demanda. E levando em conta o que Organização Mundial de Saúde (OMS) determina, essa alegação está correta.

Isso porque a OMS recomenda que haja pelo menos uma farmácia para atender até 10 mil habitantes. Em Vitória, são 153 farmácias, uma para cada 2.373 moradores. Isso é quatro vezes a mais do que o ideal.

Um levantamento do Conselho Regional de Farmácia (CRF-ES) aponta que há 1.985 farmácias em funcionamento no Estado. Desse total, 774 são na Grande Vitória. O número total em todo Estado tam-



FARMÁCIAS: 153 em Vitória

bém é quatro vezes acima do recomendado.

Para o presidente do Sindicato dos Proprietários de Farmácia do Espírito Santo, Júlio Campagnaro, a tendência é de que as grandes redes dominem o mercado. "Para o comerciante local não é bom. As grandes redes vão abocanhando o mercado, com políticas de preços com os laboratórios, "roubando" o cliente", disse.

Ele ressalta, também, que por conta do tamanho das lojas e para atingir um público maior as farmácias estão expandindo os itens de venda. "Hoje não é só mais medicamento, são produtos variados, como cosméticos."



LIVRE ACESSO

Mariana Reis | livreacessoatribuna@gmail.com

Quatro anos da coluna Livre Acesso

Se o primeiro ano a gente não esquece, imaginem o quarto. Neste mês, a coluna Livre Acesso completa 4 anos de comprometimento semanal com os capixabas. Toda quarta-feira, uso este espaço para falar de um tema muito presente na vida de todos nós: acessibilidade. Quando recebi o convite – que, aliás, foi tão inesperado quanto surpreendente – fiquei muito feliz e igualmente de cabelos em pé.

Feliz por ver um assunto tão importante ser valorizado por um dos maiores jornais do nosso Estado e um dos jornais com maior público leitor. E de cabelos em pé pela responsabilidade que passaria a ter em compartilhar experiências, buscar novos assuntos e também pelo alcance que teria a coluna pelo jornal A Tribuna.

Lembro-me das noites sem dormir pensando se conseguiria trazer informações que pudessem fazer a diferença e, mais ainda, que essas informações fossem transformadas em mudanças e essas mudanças incorporadas no dia a dia dos meus leitores.

O primeiro e único jornal do Espírito Santo a abordar o assunto - Depois de quase 200 colunas publicadas, e-mails de leitores, muitas abordagens pelas ruas, não ser lida por quem você vê todos os dias e ser lida por quem você nunca viu, concluo que as dúvidas que tinha lá no começo não existem mais, e que realmente posso dizer: há luz no fim do túnel!

Nesses 4 anos de existência (um ciclo olímpico, rs), juntei notícias, fatos e acasos, pensamentos e opiniões, e arrisquei dar a eles uma coe-

relato de diversos leitores com e sem deficiência. Muitos com dúvidas sobre o tema tratado naquela semana; outros buscando ajuda para problemas enfrentados, resgatando direitos, além de várias sugestões de assuntos sobre os quais deveria escrever.

Alguns leitores já relataram que a coluna ajudou a resolver questões que os incomodavam muito. Muitos se transformaram em colecionadores da coluna e fãs, também. Esse contato com vocês é, com certeza, o combustível para continuar por vários anos. A inclusão das pessoas com deficiência, que hoje equivalem a 46 milhões de brasileiros, é fundamental para o contínuo desenvolvimento de nosso País e de nossa população. Muitas mudanças já aconteceram.

Nas palestras e nos cursos que ministro, vejo que muitos já têm domínio sobre o assunto. Mas que muitos outros ainda precisam aprimorar seus trabalhos e ampliar o campo de visão para esse público.

A luz no fim do túnel é a informação - Acredito nisso. O prazer em poder contribuir com informações, cidadania e garantia de direitos, de assuntos que permeiam nossa

vida e nossa sociedade, além da aceitação do leitor, vão possibilitar a continuidade deste espaço, que sem dúvidas, é de vocês.

Tentar dar força aos textos para mudar uma realidade é uma das missões da coluna Livre Acesso. E que eu possa ser presenteada sempre e sempre com a leitura de vocês.

Por isso, as felicitações e parabéns vão para vocês que me recebem, mas também não é difícil. Aprendi a garimpar nos jornais, nos livros, nas ruas, nos acontecimentos, na arte, no dia a dia, nas pessoas, nos lugares, na vida. Enfim, nas relações. E é assim que me inspiro, vivendo - mesmoooo - cada texto que escrevo.

Um arquivo de experiências - Durante esses 4 anos acompanho

MARIANA REIS é consultora em acessibilidade



kimenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

LEONEL XIMENES



Do presidente da OAB-ES, Homero Mafra, sobre os mandados de busca e apreensão coletivos no Rio: "Isso é inadmissível".

Assembleia vai oferecer apoio a quem quiser entrar com ação na Justiça

Precisa ingressar com uma ação na Justiça? A Assembleia Legislativa pode ser a solução. É que o Legislativo vai implantar brevemente seu Núcleo de Prática Jurídica, que vai ajudar as pessoas a fazer petições ao Judiciário. Todos podem recorrer ao núcleo, formado pela equipe de advogados e estagiários de Direito que também servem ao Procon na Ales. O atendimento será feito para causas com até 20 salários-mínimos (R\$ 19,8 mil).

Pelo consumidor

Em dois meses de funcionamento, o Procon Assembleia já atendeu 72 casos, com taxa de sucesso de 90%. A Casa espera que esses números cresçam à medida que o cidadão se habitue ao funcionamento do novo órgão no Palácio Domingos Martins.

Coisa estranha

Era bem maior o número de fiéis das igrejas neopentecostais do que de artistas nas galerias da Assembleia, segunda-feira, durante a votação do veto ao projeto que censurava as artes no Estado. Gente, o mundo cultural desistiu de lutar pela liberdade de expressão?

Já temos o vice

A Prefeitura de Linhares informa que o Vasco de Bebedouro será o representante da cidade no Campeonato Amador Rural do Estado, que começa dia 10 de março.

A esquerda no divã

Pré-candidato a presidente da República pelo PSOL, Plínio Jr. vai participar hoje de um debate sobre os rumos da esquerda, às 18h30, no Sindicato dos Bancários em Vitória.

O turista

O ex-presidente da Câmara de Barra de São Francisco Adilton Gonçalves,



SÓ PENSA NAQUILO...

O deputado Euclério Sampaio (PDT) reclamou muito (e com razão) do "bundalelé" que um manifestante fez segunda-feira nas galerias populares da Assembleia. Mas ontem, na hora do discurso, sua excelência pediu para exibir, novamente, as cenas calientes registradas na véspera no Legislativo. FOTO DO LEITOR

processado pelo Tribunal de Contas por ter feito uma viagem à China e gasto indevidamente R\$ 15,2 mil, tem outra paixão além de passear com o dinheiro público.

O galo de briga

Adilton, como faz questão de mostrar nas redes sociais, gosta de briga de galos, atividade proibida no país desde 1961 no governo Jânio Quadros. Ele até cultivava esses animais (os quais chama de "aves combatentes") em sua propriedade rural.

Cem vezes mais

Um dono de restaurante em Vitória tomou um susto ontem ao conferir o extrato da sua conta bancária. Logo cedo, ele descobriu que a CEF debitou R\$ 3.850 por uma taxa que não passava de R\$ 38,50. Depois de muito sufoco, a Caixa, que cometeu o erro, estornou para ele a diferença na final da tarde.

O outro lado

A assessoria de imprensa da CEF no Estado admite que foram identificados lançamentos indevidos em algumas contas de clientes pessoa jurídica. "O problema foi solucionado durante o dia, não gerando qualquer prejuízo aos titulares das contas".

Até tu, Tarso?

De um dirigente do PT capixaba ao saber que Tarso Genro disse que "Lula operou em sistema político amoral e que isso é diferente de cometer crime": "Acho que o PT sofre da síndrome de Saramago, o ensaio sobre a cegueira".

Habemus cães

O Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-Guia, localizado no Ifes-Campus de Alegre, está doando seis cães da raça labrador. Os adoráveis totós, tadinhos, são talentosos, mas não se adaptaram ao treinamento para a função de guia.

Casão & Mengão

Casagrande, alvinegro de coração, disse que não foi vaiado pela torcida do Flamengo no Kleber Andrade. O ex-governador afirma que foi bem recebido e posou até para selfies com os rivais rubro-negros.

Tadinho do garoto

Ontem, uma mulher entrou no ônibus pela porta do meio, acompanhando o filho especial. Quando ela viu quatro passageiros descendo, empurrou o garoto e ordenou a ele: "Vamos, sobe, não pede licença a ninguém não!" Pode essa falta de educação, Arnaldo?

Plantão médico

A Justiça decidiu: Cachoeiro vai ter sua faculdade de Medicina. O curso será oferecido pela Multivix.

Festa dos clandestinos

Ontem, em Aribiri, leitora da coluna ficou esperando ônibus para o Centro de Vila Velha, que não passava de jeito nenhum. Para surpresa dela, passaram várias vans lotadas, até com passageiros em pé, e depois um microônibus de 20 lugares (18 ocupados).

Arte no Tribunal

O Tribunal de Contas agora tem um espaço cultural destinado à exposição da produção artística dos seus servidores. É o Espaço Cultural "Lenir Martins de Oliveira Pagotto", mais uma opção de cultura no ES.

Constatação

A reforma da Previdência acabou quando Temer e Joesley falaram sobre tudo na calada da noite no Palácio do Jaburu; menos sobre carne.

Alô, eleitor!

Os deputados que mudaram de opinião e votaram contra a censura às artes foram movidos por convicção jurídica ou para agradar ao governo?

Regional



BR-259, EM ITAPINA, distrito de Colatina: as pedras rolaram no dia 6 de fevereiro, interditando totalmente a pista

Pedras que bloqueiam BR vão ser retiradas

O Dnit promete iniciar hoje a retirada das pedras que impedem a circulação de veículos na BR-259, região Noroeste do Estado

Tainá Campos

Os trabalhos para a retirada das rochas que interditam há duas semanas a BR-259, no quilômetro 79, no distrito de Itapina, entre Colatina e Baixo Guandu, no Noroeste do Estado, começam hoje.

O diretor executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), Halpher Luiggi, informou que equipes de engenheiros e técnicos da empresa contratada vão estar no local a partir de hoje e que a ideia inicial é liberar, ao longo dos próximos

dias, pelo menos meia pista. Além disso, a área receberá mais sinalização.

“Vamos trabalhar para liberar meia pista privilegiando os veículos prioritários como ambulâncias, veículos de polícia, depois carros pequenos, ônibus e à medida que o serviço avançar será liberado para caminhões também, mas queremos fazer isso tudo muito rápido. Até sexta-feira teremos um prazo para liberação total da pista”, informou Halpher Luiggi.

Ele reforçou que a empresa foi contratada por licitação e tem seis meses para concluir todo o trabalho, que inclui várias ações além da retirada das pedras.

“No local, será construído um grande muro para conter rochas que venham se a deslocar para a pista. Além disso, será colocada uma tela metálica naquele trecho para segurar rochas menores. Há uma série de outros serviços a serem feitos no local, apesar da nos-

sa prioridade ser liberar a pista”, reforçou.

As pedras rolaram no dia 6 de fevereiro, interditando completamente a BR-259. Na época, além da retirada das rochas sobre a pista de rolamento, o Dnit informou que era preciso estabilizar a encosta com técnicas específicas que incluem desmonte com uso de explosivos.

“Esse trabalho depende de clima menos chuvoso e plano de trabalho definido (pelo uso de explosivos)”, dizia a nota.

Diante da interdição da pista, o Dnit e a Polícia Rodoviária Federal orientam aos motoristas de carros de passeio a utilizarem a Rodovia ES-446, passando por Baixo Guandu, Itaimbé e Colatina, que possui parte pavimentada e parte em leito natural.

Já o tráfego de carretas deve ser feito por Itaguaçu e Santa Teresa, no sentido norte, e descendo pela BR-101.

Multa de R\$ 10 mil por venda de guaiaumum

ARACRUZ

A multa para a captura ilegal de guaiaumum é de R\$ 5 mil por pessoa. Se comprovada a venda, o valor será de R\$ 10 mil. O alerta é do secretário municipal de Meio Ambiente de Aracruz, Wagner Carmo.

Ele conta que desde o início do ano, cerca de 30 armadilhas para captura de guaiaumum foram apreendidas pela equipe de Fiscalização Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente (Semam) em áreas de restinga do litoral do município.

Segundo Wagner Carmo, as ratoeiras, como são conhecidas essas armadilhas, foram encontradas nos patrulhamentos de rotina. “São materiais de uso proibido, já que contribuem na pesca e cata predatória de espécies que estão ameaçadas de extinção, como é o caso do guaiaumum”, alertou.

Ele explicou que para manter a preservação das áreas de restinga e de espécies como o guaiaumum, a equipe de Fiscalização Ambiental atua realizando rondas em áreas comuns para a cata dos crustáceos.

“As armadilhas apreendidas são destruídas e os animais apreendidos são devolvidos ao habitat natural. Já no caso de flagran-

te de cata ilegal dos crustáceos, a penalidade para quem não cumprir a portaria está prevista na lei 5.197, que trata sobre a caça de animais silvestres. A multa é no valor de R\$ 5 mil por pessoa. Se comprovada a venda, o valor será de R\$ 10 mil”.

No litoral do município, são diversos os pontos habitados pelos guaiaumuns. Na praia da Baleia, localizada na altura da comunidade de Itaparica, a restinga é abrigo de centenas desses crustáceos, já que é um lugar ideal para reprodução e habitação.

“Essas áreas abrigam importantes espécies de fauna, algumas em extinção, como o guaiaumum, e também da flora, muitas vezes utilizadas para fabricação de medicamentos e até mesmo base para alimentação”, explicou.

Wagner Carmo destacou ainda que várias medidas governamentais vêm sendo tomadas no País, incluindo a criação de áreas protegidas e a adoção da prática do período de defeso do crustáceo.

Caso sejam flagradas práticas ilegais da cata de guaiaumum em áreas de preservação, a pessoa pode entrar em contato com a equipe de Fiscalização Ambiental diariamente. Os telefones para denúncias são: 99971 - 4462 e 3270 - 7065.



ARMADILHAS para capturar guaiaumum foram destruídas pelos fiscais

Justiça autoriza abertura de curso de Medicina no Sul

CACHOEIRO

O juiz Rodrigo Reiff Botelho, da 3ª Vara Federal Cível de Vitória, revogou liminar que suspendia o processo de abertura da primeira faculdade de Medicina de Cachoeiro de Itapemirim, com previsão de 100 vagas.

A decisão saiu no dia 7 de fevereiro e foi publicada ontem, após um ano e três meses de disputa judicial entre duas faculdades capixabas, a Multivix e a Emescan.

A Multivix foi a vencedora do edital número 6/2014 do Ministé-

rio da Educação (MEC) que prevê a instalação de cursos de Medicina em todo o País, dentro do programa Mais Médicos.

No entanto, na época, a Emescan, que concorreu com a Multivix, não concordou com o resultado e entrou com ação na Justiça cobrando a revisão dos pontos, com pedido de liminar para suspender o processo de instalação.

Em agosto do ano passado, o MEC autorizou a abertura de 11 faculdades de Medicina em todo o País, mas Cachoeiro ficou de fora em função da disputa judicial.

Por meio de nota, a Multivix informou que recebeu com satisfação a decisão e que durante todo o processo esteve segura de que prevaleceria o resultado inicial.

A faculdade afirmou ainda que todos os investimentos necessários para a oferta do curso já foram realizados e que a unidade está pronta para iniciar as aulas, aguardando apenas a portaria do MEC.

A assessoria do MEC foi procurada, mas informou que não teve tempo hábil para responder a demanda. A Emescan não se pronunciou sobre a nova decisão do juiz.



Seleciona

PACIENTES

Para atendimento nos cursos:

IMPLANTES DENTÁRIOS • APARELHOS ORTODÔNTICOS
CIRURGIA DE SISO • ESTÉTICA • CANAL • TRATAMENTO EM CRIANÇAS
PRÓTESES DENTAIS • TRATAMENTOS DE GENGIVAS

CONVÊNIO COM A FACULDADE REDENTOR

EPAO 1100 • Responsável Técnico: Juliana D. S. Caldas • CRO-ES 6650

Agende sua avaliação e faça seu orçamento **(27) 3064 0202**

Av. Adalberto Simão Nader, 565, Ed. Sunset - Mata da Praia - Vitória-ES

Polícia

VIOLÊNCIA EM CENTRAL CARAPINA

Tiroteio, morte e pedradas levam pânico a bairro na Serra

Polícia cumpria mandado de prisão quando ocorreu confronto. Uma pessoa morreu e o bairro viveu momentos de terror

Jéssica Cardoso

Tiros, morte e pedradas marcaram a tarde de ontem com medo e tensão no bairro Central Carapina, na Serra. Deusimar Lucas Cunha Neves, de 18 anos, foi morto, após policiais serem surpreendidos, durante o cumprimento de cinco mandados de prisão contra o mais procurado da delegacia.

Um grupo de moradores respondeu com rojões, jogou pedras em viaturas e fechou a BR-101 em protesto. Até aulas foram suspensas no bairro.

De acordo com o delegado titular da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Serra, Rodrigo Sandi Mori, tudo começou por volta das 14h30, quando uma equipe de sete policiais saiu em diligência para cumprir mandados de prisão por homicídio na Rua Ceará contra o investigado Paulo Sérgio Júnior, 25.

A casa dele foi cercada, mas, antes da prisão, os policiais foram surpreendidos.

"No momento em que os policiais adentravam a residência, pela parte dos fundos, se depararam com três indivíduos armados, inclusive, o alvo dos mandados", explicou o delegado.

Segundo o titular, um dos que estavam à frente, Deusimar, sacou uma pistola ponto 40, apontou em direção aos policiais, momento em que a equipe revolveu a ameaça, e Deusimar foi morto com oito disparos.

Já o procurado Paulo deixou uma pistola nove milímetros com cano alongado e silenciador cair no chão, e conseguiu escapar com o terceiro bandido, ainda não identificado.

Depois, de acordo com o delegado, ele acionou o Samu, o Ciodes, e a chefia imediata. Assim que a uma equipe de perícia e policiais da Divisão de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) chegaram ao local, um grupo se revoltou, e apedrejou uma viatura da DCCV e outra da DHPP.

Enquanto a reportagem estava no bairro, também foram ouvidos rojões, e a equipe precisou se abrigar embaixo de uma árvore. As duas pistolas que estavam com ele e Paulo foram apreendidas, e dois suspeitos foram conduzidos.

Sobre a ação dos criminosos, o delegado mandou um recado dizendo que é melhor que os bandidos não enfrentem a polícia, durante suas ações: "Nós não iremos recuar, e estamos altamente preparados para repelir qualquer injusta agressão para cima de nós", afirmou o delegado.



DELEGADO RODRIGO SANDI MORI mostra pistolas de uso restrito apreendidas na operação em Central Carapina

Carros da polícia são apedrejados

A morte de Deusimar Lucas Cunha Neves, 18, em Central Carapina, causou tanta revolta entre alguns moradores que um grupo deles resolveu fechar a BR-101, na entrada do bairro, e chegou a bloquear o trecho com fogo e pneus.



VEÍCULO da polícia foi atingido

Escolas fechadas e sem ônibus

Por conta do clima de tensão e insegurança no bairro Central Carapina, escolas tiveram as aulas suspensas na tarde de ontem e um alerta de segurança foi emitido aos motoristas que trafegavam por perto do bairro.

Segundo a Prefeitura da Serra, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Vieira de Rezende e o Centro de Municipal de Educação Infantil (Cmei) tiveram as aulas do turno vespertino interrompidas.

Com isso, as aulas serão repostas futuramente, e a previsão é de que hoje as escolas funcionem normalmente, segundo a prefeitura.

por volta das 17 horas de ontem.

Inicialmente, uma equipe de policiais militares que estava no local conseguiu conter o grupo, que se dispersou e voltou para o bairro.

Além disso, houve registro de ônibus quebrado e homens encapuzados teriam tentado atear fogo em outro coletivo, com um líquido inflamável, mas uma equipe da Polícia Civil passou na hora e conseguiu evitar. Quando já estavam dentro do bairro, foi iniciada outra manifestação na Avenida Brasil, a principal do bairro.

Para conter o grupo, homens da PRF, Força Tática, Patrulhamento Ordinário, Tropa de Choque e Companhia Independente de Missões Especiais fecharam as duas entradas do bairro, e usaram bombas de efeito moral contra os

manifestantes que chegaram a atacar contra os policiais.

Para moradores, Deusimar é inocente. Posteriormente, porém, o delegado Rodrigo Sandi Mori afirmou que, além de estar armado, o jovem tinha envolvimento com o tráfico de drogas e assassinatos.

"Deusimar foi conduzido há 15 dias para essa delegacia e foi qualificado. Ele estava envolvido com o tráfico de drogas, na 'Região da Valla', em Central Carapina, teve uma passagem pelo mesmo crime, em 2016, e era investigado no último homicídio, que ocorreu em Central Carapina, na companhia do outro indivíduo (Paulo) que é procurado por nós", salientou.

O corpo de Deusimar foi recolhido e encaminhado para o Departamento Médico Legal (DML).



PAULO SÉRGIO fugiu da polícia

Criminoso que está foragido ostenta armas em rede social

Demonstrando ousadia, o foragido Paulo Sérgio de Oliveira Júnior, de 25 anos, que escapou da operação de ontem em Central Carapina, na Serra, vem ostentando armas no Facebook e já mandou avisar que não vai se entregar.

Na imagem publicada recentemente, ele aparece segurando duas armas, uma em cada mão, e veste um colete balístico.

"O objetivo da operação hoje (ontem) foi para cumprir os cinco mandados de prisão, por homicídio, que o Paulo César de Oliveira Júnior, de 25 anos, tem", destacou o delegado Rodrigo Sandi Mori, da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Serra.

"Ele é o alvo número um da nossa delegacia, e é investigado, inclusive, nos dois últimos homicídios, que ocorreram em Central Carapina. Num deles, ele tirou a vítima de dentro de casa e executou na rua, na frente de todo mundo, e o objetivo da operação era para efetuar a prisão dele", completou.

O delegado disse que a mesma arma que Paulo César deixou para trás na fuga de ontem, uma pistola nove milímetros, é uma das que ele aparece ostentando nas fotos.

O delegado explicou que a arma teve o poder de fogo duplicado por uma adaptação. "As duas armas apreendidas são de alto poder destrutivo. Essa nove milímetros estava com um silenciador e carregador alongado, com capacidade para 30 munições. Então, eles têm um poder de fogo muito grande, e estavam com duas armas de grande calibre", disse o delegado.

Além das armas, outro fator que chamou a atenção dos policiais foi o "campo de tiro", que os bandidos mantinham nos fundos da casa, onde Paulo Sérgio foi localizado. "Enquanto trabalhávamos na região, a equipe pôde ver que, próximo à casa, os bandidos tinham uma parede que usavam para treinar tiros. Um absurdo", relatou o delegado.

Paulo Sérgio prometeu que não vai se entregar fácil. "Chegou ao nosso conhecimento que ele disse que só se entregaria morto. Mas continuamos os trabalhos", afirmou Sandi Mori. Há 15 dias, a polícia realizou uma operação para prender Paulo, mas ele não foi encontrado.

"Ele é um criminoso de alta periculosidade e, por isso, pedimos a população que denuncie por meio Disque-Denúncia 181, ou na página da delegacia no Facebook", pediu o delegado.



POLICIAIS durante operação na Serra

12 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Polícia

INSEGURANÇA

Motorista de Uber é morto durante assalto em Vila Velha

Gilson Matos Pereira, 56 anos, deixou um passageiro no Jockey de Itaparica, quando foi rendido por assaltante que atirou em seu peito

Tainá Campos

Um aposentado que trabalhava como motorista do Uber foi morto a tiro durante um assalto, na noite de ontem, no bairro Jockey de Itaparica, em Vila Velha. O motorista foi identificado como Gilson Matos Pereira, de 56 anos.

Segundo testemunhas no local, Gilson tinha acabado de deixar um passageiro, na rua Rio de Janeiro, por volta das 20 horas, quando foi abordado por um assaltante, que tentou levar o carro da vítima, um Ford EcoSport, preto.

Ainda de acordo com as testemunhas, Gilson não reagiu. E mesmo assim, o assaltante efetuou um disparo, que atingiu a região do tórax, próximo ao coração.

O assaltante fugiu em direção a um valão, que fica próximo, e sem levar nada. "Ele atirou e tentou abrir o carro, como não conseguiu, ele fugiu a pé como se nada tivesse acontecido", disse um dos moradores, que não quis se identificar.



POLICIAIS EXAMINAM o Ford EcoSport dirigido por Gilson Matos Pereira, que trabalhava na Uber havia dois anos

Um outro morador disse que viu a movimentação do assalto e tentou reanimar o motorista com massagem cardíaca por aproximadamente 30 minutos.

"Ele chegou a responder aos primeiros estímulos, mas infelizmente não resistiu", contou.

Parentes da vítima informaram que o motorista era aposentado de

uma empresa de siderurgia, onde trabalhou desde o seu primeiro emprego.

Ainda de acordo com os parentes, Gilson decidiu trabalhar como motorista do Uber e já estava exercendo a função havia dois anos.

Muito abalados, os familiares não quiseram dar mais detalhes, mas disseram que esperam que "a justi-

ça seja feita pela vida de mais um inocente ter sido tirada em vão".

"Ele estava trabalhando! É a vida de um inocente que foi perdida, é difícil de aceitar", disseram.

Assustados, os moradores da rua Rio de Janeiro disseram que Gilson era bastante conhecido na região, e que nunca tinham presenciado tanta violência no local.

Amigos da vítima apontam riscos de quem trabalha à noite

Colegas de trabalho do motorista Gilson Matos Pereira estiveram no local onde ocorreu a tentativa de assalto seguida de morte e ficaram revoltados.

Um deles, que preferiu não se identificar, informou que quem trabalha pela empresa de transporte individual, na Grande Vitória, no horário noturno está a mercê dos bandidos.

"Nós encaramos diariamente muito pouco policiamento nos bairros e isso aí é o resultado disso", comentou.

Inconformado, o motorista disse que a categoria já teve problemas com a legislação, com os taxistas e agora eles enfrentam a sensação de insegurança diariamente quando estão trabalhando.

"São pais de família que estão perdendo a vida e isso é doloroso demais de se vê", disse.

Ele acrescentou que na região de Jockey de Itaparica, há relatos de colegas que foram assaltados e que inclusive foram levados para outros bairros para serem abandonados.

Para amenizar evitar possíveis assaltos, o motorista disse que a categoria se organiza por meio de grupos no WhatsApp, para tentar identificar junto com a polícia, os assaltantes que atuam na região.

"O que nós queremos ver é essas pessoas encarceradas para que a gente tenha um pouco mais de segurança. Parece até que é cíclico, os mesmo bandidos fazem uma rotatividade para assaltar os motoristas que circulam por aqui", lamentou.

Carro é roubado e metralhado

Uma perseguição de policiais militares a cinco criminosos em um carro roubado terminou com o veículo metralhado e com dois dos suspeitos baleados, na madrugada de ontem, na BR-101, na altura do bairro Jardim Limoeiro, na Serra.

Segundo a PM, o veículo, um Nissan March prata, foi roubado de um motorista do aplicativo 99 Pop, de 40 anos, na madrugada de segunda-feira, no mesmo bairro onde ocorreu a troca de tiros. O carro ficou com pelo menos 20 perfurações provocadas por tiros.

O motorista relatou que o carro foi alugado por ele para trabalhar no 99 Pop havia apenas três dias, e foi roubado por três criminosos após uma corrida pelo aplicativo.

A viagem começou próximo a um bar em Jardim da Penha, em Vitória, por volta da 1h30, de segunda-feira. Em Jardim Limoeiro, o grupo anunciou o assalto.

De acordo com o cabo Lopes, da PM, os militares receberam a informação sobre o carro roubado. "Estávamos em Jardim Limoeiro, quando vi esse veículo passando. Mandamos o motorista parar, mas ele não obedeceu", disse o cabo.

A partir daí teve início uma perseguição por oito quilômetros e passou por seis bairros da Serra. Durante a fuga, os suspeitos fura-

ram bloqueios da PM e trafegaram na contramão da BR-101 e de avenidas a uma velocidade de 140 km/h, segundo a polícia.

"Um dos adolescentes saiu do carro atirando contra os policiais e foi baleado no tórax", disse Lopes.

O menor ferido, de 17 anos, foi socorrido e não corre risco de morte, segundo o cabo.

O suspeito que dirigia o carro, Carlos Estevão das Neves da Silva, 24, levou um tiro na perna direita, foi medicado e teve alta. Com os dois a PM encontrou um revólver calibre 38 e uma arma de brinque-

do. Carlos Estevão foi autuado por tentativa de homicídio, receptação, corrupção de menores e uso de drogas e também será investigado pelo roubo do veículo.

O menor, de 17 anos, foi autuado por tentativa de homicídio, receptação e uso de drogas. Contra ele tinham dois mandados de busca e apreensão em aberto. Também será investigado pelo roubo do veículo. O menor de 15 anos foi liberado. O de 16 anos vai responder pelo ato infracional análogo ao crime de receptação e uso de drogas.



CARRO ROUBADO por gangue ficou com marcas de tiros por todos os lados

OUTRO MOTORISTA ASSALTADO

"Tenho que pagar prejuízo"

Após receber a notícia de que o carro que havia locado há três dias para trabalhar em um aplicativo de viagem havia sido recuperado pela polícia, o motorista, de 40 anos, esteve na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), na manhã de ontem.

A vítima também lamentou o prejuízo. "Tenho que pagar o prejuízo", disse ele.

A TRIBUNA - Como foi anunciado o assalto?

MOTORISTA - Eles pediram para encerrar a corrida. Falei que deu R\$ 24. Um deles tirou R\$ 10 em notas de R\$ 2. Falei me dá mais R\$ 5, que morre aqui. O passageiro falou que não tinha, mas o outro falou para ele dar o dinheiro e me pagar. Peguei os R\$ 10 e falei que estava tranquilo e ia embora. O bandido, que estava sentado atrás de mim, me deu uma gravata e falou: perdeu. O que estava no carro do meu lado sacou a pistola.

> Eles pareciam indecisos?

Quando percebi que seria assaltado, eu tentei uma conversa para eles entenderem que eu poderia ser dali e eles desistirem, por isso eles ficaram apreensivos. Se eu tivesse reagido, do jeito que ele tirou a arma, não conseguiria dar um tiro. Mas me acalmei, porque o prin-



MOTORISTA ficou com o prejuízo

cipal é a vida. Falei que ia sair do carro e desliguei o carro. Mas eles falaram: "Desliga o carro não, rapaz!" Eu desci do carro e eles fugiram.

> O que você fez?

Corri para o orelhão para acionar a locadora para saber se o carro tinha algum sistema de rastreamento para depois acionar a polícia.

> Sua carteira foi achada?

Um policial me ligou e disse que tinham achado minha carteira intacta aqui perto (do Barro Vermelho). Um andarilho achou e entregou na delegacia.

Polícia



RESGATE usa equipamentos para retirar as vítimas (destaques) do Fiat Uno, que ficou totalmente destruído

RIO NOVO DO SUL

Amigos morrem em acidente na BR-101

Marcos Antônio, motorista do Fiat Uno, invadiu a contramão, batendo contra uma carreta. Ele e o amigo Welton Silva morreram

Alessandro de Paula
RIO NOVO DO SUL

Uma batida entre uma carreta e um Fiat Uno na BR 101, em Rio Novo do Sul, matou dois técnicos em telecomunicação que saíram da Serra para realizar serviço em uma empresa de Cachoeiro de Itapemirim.

A batida ocorreu por volta das 9h40, na altura do Km 391, em uma curva, a dois quilômetros da Balança de Rio Novo. Marcos Antônio Ribeiro Soares, 24 anos, que dirigia o Uno, placa OCY-4233, morreu no local.

O amigo dele, Welton Silva Anchesqui, 29, foi socorrido com vida, mas morreu no início da tarde na Santa Casa de Misericórdia de

Cachoeiro de Itapemirim.

Os dois eram amigos e trabalhavam juntos numa empresa de telefonia da Serra. Marcos, segundo amigos, deixou um filho de um ano e a mulher, que está grávida.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Uno seguia no sentido Cachoeiro e teria invadido a contramão, batendo contra a Scania T112, placa MRS-6838.

O motorista da carreta, Arlindo Francisco dos Santos, 64, não sofreu ferimentos, mas ficou muito abalado e precisou ser amparado por moradores da região.

Segundo a PRF, o caminhoneiro passou por teste do bafômetro, que deu negativo. Arlindo relatou para a Polícia Civil que vinha do Rio de Janeiro para descarregar uma carga de farelo de trigo em Vila Velha, quando foi surpreendido na sua mão de direção pelo Uno, que ultrapassava um caminhão baú.

Com o impacto, explicou o caminhoneiro, a frente da carreta levantou e ele não conseguiu controlar a direção, parando na contramão. O Uno foi arrastado pela carreta por cerca de 15 metros.

O caminhoneiro relatou que trabalha há 35 anos na profissão e foi a primeira vez que se envolveu numa batida. O veículo é de sua propriedade e não tem seguro.

O impacto foi tão forte que o pneu estepe, que ficava ao lado do motor, invadiu o interior do carro, atingindo o motorista do Uno. A equipe da concessionária ECO 101 precisou cortar a lataria do veículo para retirar as vítimas.

Após a batida, a rodovia ficou parcialmente interditada e o trânsito no local funcionou no sistema pare e siga até por volta de 14 horas, quando o tráfego foi totalmente liberado.

DEPOIMENTO

"Carona respirava"

"Estava em casa, ouvi o barulho e corri para ver se achava alguém vivo. O motorista do Uno já estava morto e o carona respirava".

Ronaldo Scheidegger, morador

Senado aprova intervenção no Rio

BRASÍLIA

O Senado aprovou, ontem, o decreto de intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Em votação nominal, 55 senadores votaram a favor da intervenção e 13 foram contrários e houve uma abstenção.

Pouco antes do início da sessão, o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) foi designado relator. Ele é suplente de Marcelo Crivella (PRB), que deixou o mandato para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro em 2017.

Com a aprovação pelos deputados e senadores, o documento é transformado em um decreto legislativo que será publicado no Diário Oficial, encerrando sua tramitação. Na Câmara, a aprovação ocorreu na madrugada de ontem, com 340 votos a favor, apenas 72 contra e uma abstenção, depois de

mais de sete horas de sessão.

MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público Federal divulgou na noite de ontem uma nota técnica criticando alguns pontos do decreto feito por Temer.

No texto, a Procuradoria fala na existência de "vícios" no texto do Executivo. A instituição afirma que se esses pontos não forem resolvidos "podem representar graves violações à ordem constitucional e, sobretudo, aos direitos humanos".

O MPF diz ainda ter decidido divulgar a nota depois de Jungmann ter dito que o interventor poderia pedir à Justiça o cumprimento de mandatos coletivos de busca, apreensão e captura.

Inicialmente o ministro falou em mandato coletivo de prisão também. Contudo, depois de repercussão negativa, o governo rejeitou a medida.



PRESIDENTE do Senado, Eunício Oliveira, durante sessão para votação

Equipe não está pronta

Cinco dias após o anúncio da intervenção federal no Rio de Janeiro, o general Walter Souza Braga Netto, nomeado interventor, ainda está montando sua equipe e estudando a situação de violência no estado para traçar um diagnóstico.

Ontem à noite, o Comando Militar do Leste (CML) informou em nota que o grupo de trabalho que vai assessorar o interventor está "sendo formado e será anunciado nos próximos dias".

No comunicado, o CML diz que "várias reuniões têm sido realizadas para que seja feito um diagnóstico da segurança". Enquanto isso, diz o CML, "os órgãos de segurança pública estadual seguem funcionando normalmente".

A nota convoca ainda a população do Rio a colaborar, e diz que "o processo demandará, de todos e de cada um, alguma parcela de sacrifício e de colaboração, em nome da paz social e da sensação de segurança almejadas".

MAIS INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO nas páginas 17, 18 e 22

GIRO RÁPIDO

Arma é encontrada em bagagem de atleta

O judoca olímpico capixaba Nacif Elias foi levado para depor na polícia, após uma arma ser encontrada em sua bagagem, no embarque para a Alemanha, na manhã de ontem, no aeroporto de Vitória.

Nacif defende o Líbano em competições internacionais. Após depor, ele foi liberado. A assessora do atleta disse que a arma é para defesa pessoal de Nacif e ele esqueceu de tirar da bolsa antes de viajar.

Zeladora é encontrada morta em quitinete

A zeladora, Elaine Maria de Oliveira, de 54 anos, foi encontrada morta dentro da quitinete onde o namorado dela mora, na noite de segunda-feira, na rua Ana Siqueira, no bairro Alvorada, em Vila Velha.

O namorado da vítima é apontado pela polícia como suspeito. Elaine foi morta com cinco facadas. A polícia investiga o caso.



RUA ANA SIQUEIRA: assassinato

Justiça concede prisão domiciliar a grávidas

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira, 20, que mulheres grávidas ou com filho de até 12 anos, ou mães de filhos deficientes que estejam presas preventivamente têm direito de ir para a prisão domiciliar.

Ao menos 4 mil mulheres podem ser beneficiadas com a determinação. A decisão foi dada em um pedido da Defensoria Pública da União.

PM morre sugado por cano em Minas

Depois de seis dias, bombeiros encontraram o corpo do sargento Francisco Pereira Filho ontem, na represa Boa Sorte, em Paracatu, região Noroeste de Minas.

O sargento participava de um treinamento de mergulho na represa quando foi sugado por um cano no último dia 14. Outro militar dos Bombeiros que participava do treinamento tentou resgatar Pereira Filho, mas sem sucesso.

Jardel Sabino de Deus

É professor de Direito Penal na Doctum Vitória, assessor jurídico no TJES e doutorando em Direito pela FDV

As pessoas não podem aceitar (ou acreditar) com passividade o que o teatro eleitoreiro vem tentando emplacar

O que há por trás da intervenção militar no Rio?

Nos últimos dias, assistimos a decretação de intervenção militar no sistema de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o que deixou muitas pessoas esperançosas pela chegada de dias melhores quanto ao controle da violência urbana e da criminalidade. Vã expectativa.

Afora a latente inconstitucionalidade incorporada no decreto de um governo despido de representatividade e que só age em nome do capital e sempre em prol do mercado, algumas questões relevantes se levantam para o debate.

Intervenções indiretas do Exército, não declaradas como a atual, já ocorreram naquele Estado desde o início dos anos 90, e um traço comum a todas elas são a concentração das tropas nas comunidades periféricas, além da repressão desmedida, típica de tropas que não possuem o menor preparo para lidar nem com aquilo para que foram originalmente criadas e, menos ainda, com situações de crises urbanas como essa.

Também não é novidade que o Rio de Janeiro enfrenta uma verdadeira síncope nos seus diversos órgãos de gestão

(e por que não intervir em todos?), o que inclui aqueles destinados à segurança pública, provocada pelo aparelhamento político-partidário estatal em razão de sucessivos governos de inoperância, covardia com os mais pobres e seus servidores que amargam meses de atraso salarial, corrupção e verdadeiras orgias com o dinheiro público em benefício algumas pessoas.

A questão que fica é saber se de fato, como midiaticamente nos tentam convencer os governos estadual e federal (sobretudo este último), é o tráfico existente nas comunidades que seria o responsável por todas as mazelas cariocas. Afinal, como apregoam os "bolsonarianos" surgidos nos últimos tempos, se a violência militar é que resolve, por que os maiores índices de violência

urbana ainda permanecem a níveis piores que os de guerras declaradas?

Por certo a presença forte do Estado somente enquanto órgão de repressão nas comunidades, e não como implementador de políticas sociais e de segurança pública sérias e perenes, possui um efeito reverso daquele que se deseja, promovendo uma sociedade de riscos incalculáveis, propiciando aos seus atores - governador, presidente, generais etc -, a autopromoção, o favorecimento e os votos.

As pessoas não podem aceitar (ou acreditar) com passividade aquilo que o teatro eleitoreiro já anunciado vem tentando emplacar. Afinal, como dito na letra do sambista carioca Arlindo Cruz: "nem sempre a maldade humana está em quem porta um fuzil (...) tem gente (e muita) de terno e gravata matando o Brasil".

AGAZETA

Diretor de Jornalismo: ABDO CHEQUER abdo@redgazeta.com.br | Editor-chefe: ANDRÉ HEES ahees@redgazeta.com.br | Editora Executiva de Integração: ELAINE SILVA elainesilva@redgazeta.com.br | Editores de Produção: ABDO FILHO afilho@redgazeta.com.br e GERALDO NASCIMENTO gnascimento@redgazeta.com.br | Editor de Fechamento: EDUARDO FACHETTI efachetti@redgazeta.com.br | Editor Digital: AGLISSON LOPES aslopes@redgazeta.com.br | Editor Visual: ALISON SILVA apsilva@redgazeta.com.br | Editora de Qualidade: ANDRÉIA PEGORETTI apeorette@redgazeta.com.br

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS


Na rede. Unicef e Facebook criam um robô contra pornografia de vingança

O Unicef e o Facebook apresentaram ontem uma plataforma de inteligência artificial para ajudar adolescentes e jovens a compreender os riscos de se compartilhar imagens íntimas na internet.

Por meio da plataforma, batizada de Caretas, adolescentes a partir de 13 anos poderão interagir através de um bot no Messenger com a personagem fictícia Fabi, uma jovem que está se recuperando do fim de um relacionamento quando descobre que seu ex-namorado vazou um vídeo íntimo dos dois. Também serão apresentadas formas efetivas de buscar ajuda em casos de violência on-line, como a

ONG SaferNet Brasil (www.helpline.org.br).

Para iniciar uma conversa com a Fabi, basta entrar em www.facebook.com/ProjetoCaretas/ e clicar em "Enviar Mensagem".

O sistema foi testado com 7,4 mil adolescentes entre junho e novembro de 2017, totalizando 1,6 milhão de mensagens. Pouco mais de 40% deles concluiu a experiência. Destes, apenas 39,7% declararam saber o que era sexting e como se proteger da violência on-line e do cyberbullying antes de participar da experiência. Após a conclusão dos passos, o percentual cresceu para 90,5%. 

AGAZETA
TERÇA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

CIDADES 9

INQUÉRITO

PM investiga diretoria de associação

Motivo é a publicação nas redes sociais de matérias com supostas acusações ao comando

de **VILMARA FERNANDES**
fernandes@redgazeta.com.br

Toda a diretoria da Associação de Cabos e Soldados da Polícia e dos Bombeiros Militares (ACS) está sendo alvo de um inquérito policial militar. A acusação é de que eles publicaram matérias, em redes sociais, com supostas acusações ao Comando da PM, o que fere o regulamento militar.

Por este motivo os diretores da associação estão sendo investigados por cometimento de crime militar ou transgressão disciplinar.

Em uma das matérias, que tratava de bairros dominados pelo tráfico, o processo aponta um parágrafo em que as ofensas foram dirigidas ao Comando da PM, citado como "fantoche". "Enquanto os Policiais Militares

capixabas cumprem o seu papel os questionamentos que ficam são: há reciprocidade verdadeira por parte do governo e do comando que é seu fantoche?", diz o texto.

Em outra, sobre o policial Nero Walker, já demitido da PM e que está preso por, entre outras acusações, envolvimento na greve dos policiais em fevereiro do ano passado, é citado na publicação que o PM é o "prisioneiro dos adeptos da corrupção jurídica", ao se referir ao inquérito militares conduzidos pela corporação.

No site da ACS, em matéria divulgada no último dia 18, é destacado que o motivo da investigação da diretoria seria perseguição. "A mais pura e destilada vingança do governo! Este governo que fez ressurgir a lei da mordaza contra a atual diretoria da Associação de Cabos e Soldados que, pelo simples fato da entidade defender os interesses da cate-

goria a qual representa, está sendo retaliada de maneira vergonhosa por quem deveria se ocupar em administrar o Estado e diminuir os índices de violência em terras capixabas", destaca a matéria da associação.

De acordo com o advogado da Associação, Victor Abreu, o inquérito trata-se de um erro grave. Ele relata que a ACS contratou uma jornalista a quem deu total liberdade para produzir as matérias e assiná-las. "Foi dada a ela liberdade para produção das pautas - escolha dos temas abordados - e para escrever as matérias. Tudo formalizado em contrato. E o que desejamos agora é criminalizar o trabalho jornalístico que foi desenvolvido", disse.

Abreu acrescenta que os diretores já estão sendo ouvidos e que a intenção da corregedoria "é limitar a expressão dos militares".

SITE DA ACS/REPRODUÇÃO

Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares do Estado do Espírito Santo

(27) 3324-1946
contato@acsptm.org.br

INÍCIO INSTITUCIONAL SERVIÇOS LEGISLAÇÃO PLANO DE SAÚDE ASSOCIE-SE GALERIAS DE FOTOS LINKS ÚTEIS FALE CONOSCO

Aprensão revela bairro dominado pelo tráfico



Uma grande apreensão de armas de fogo de grosso calibre no bairro Serra Dourada I, no município da Serra, na noite desta quarta-feira (17), por militares da 3ª Cia do 6º BPM, levantou um questionamento: será que não existem mesmo áreas controladas pelo tráfico e a grande vida como afirmou recentemente para a imprensa o comandante geral da PM? A mando do governo?

Durante o desenvolvimento os policiais foram avisados por moradores do bairro que alguns homens estavam entrando em um terreno situado perto de uma igreja. Previamente os policiais haviam sido dirigidos e encaminhados ao local, com o objetivo de proteger a população do tráfico.

No terreno apontado pelos moradores os militares encontraram cinco capangas de grosso calibre em plena funcionamento, cinco pistolas de diversos calibres munições, 12 munições de vários calibres, além de substâncias para o refino de cocaína alojadas em dois pacotes.

A ocorrência poderia ser "uma ocorrência como outra qualquer" ou uma "chiquetagem corriqueira", mas essa apreensão significa muito mais! Diversos homicídios foram evitados se não fosse a taxa desde o mês está elevada no Estado, muitos crimes jogados pelos traficantes pelo mesmo por não podem ficar envolvidos. Foram evitados crimes contra o patrimônio, boques e receber também foram evitados e a guerra do tráfico perdeu nesta quarta-feira (17) esta batalha.

Diferentemente do mundo "profissional" que o comando insiste "em viver", com este arranque: apreensão pelos militares que não são valorizados e ainda sofrem com a negligência de um governo autoritário, em que não se valoriza ninguém. Será que Serra Dourada I não estava dominada pelo tráfico?

Quem responde esta pergunta é um comerciante de 43 anos, morador do bairro Serra Dourada I há 24 anos e por meio de seu representante pediu para não ser identificado, ele conta que o tráfico de drogas é uma triste realidade. "Tem casa que os traficantes mandam e desmarram. Fazer o que querem, cobram os moradores e poder público vive às costas para nós".

Uma das vítimas, de 32 anos e mãe de dois adolescentes também responde ao questionamento: "O tráfico de drogas aqui no bairro é em muitos bairros no município da Serra e forte. Infelizmente quem manda mesmo são os bandidos. Eu acho que o comandante deveria ir nestes bairros para ver a realidade", destacou.

Enquanto os Policiais Militares capixabas cumprem o seu papel os questionamentos que ficam são: há reciprocidade verdadeira por parte do governo e do comando que é seu fantoche? Será que o comando e o governo dão a contrapartida para que o militar tire a dominância do tráfico na área em que ele trabalha?

Reportagem: Assessoria de Imprensa ACSPTM/ES

Reprodução de matéria que continha supostas acusações ao comando da PM

"Profissionais estão sujeitos às consequências", diz polícia

Por intermédio de nota, a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) informou que todos os que atuam na corporação estão submetidos a legislação militar e, assim, sujeitos às consequências advindas de uma eventual prática de crimes ou transgressões disciplinares.

"A Polícia Militar informa que, como instituição castrense, segue os preceitos legais esta-

belecidos em legislação própria que tutelam os valores basilares da hierarquia e disciplina", diz o texto, que prossegue: "Todos os profissionais submetidos a esta legislação estão sujeitos às consequências advindas de uma eventual prática de atos contrários aos preceitos éticos e profissionais da instituição, garantidos, em respeito ao Estado Democrático de Direito, acesso

à ampla defesa e ao contraditório", afirmou a corporação, em nota.

A nota enviada pela corporação se encerra reafirmando compromisso com a segurança e a ordem. "A Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) reitera seu compromisso com a sociedade capixaba na garantia de sua segurança e manutenção da ordem pública", conclui o texto enviado pela Polícia Militar.

Dirigente da entidade é preso por execuções

O diretor jurídico da Associação de Cabos e Soldados Militares do Estado (ACS), soldado Fábio Silva de Souza, foi preso, na manhã de ontem, acusado de ter matado dois homens, em Valparaíso, na Serra. O mandado de prisão, expedido pela 3ª Vara Criminal do município, foi cumprido por policiais da Delegacia de Crimes Contra a Vida da Serra.

O crime aconteceu no dia 2 de fevereiro de 2015. O delegado Rodrigo Sandi Mori, que chefiou as investigações, contou como o fato ocorreu, após análise de imagens de câmeras de videomonitoramento de empresas da região, além do depoimento de testemunhas.

O soldado alegou que estava no ponto de ônibus, quando os dois indivíduos, identificados como Alfredo de Souza Garcia e Keivid Rosa Carvalho, ambos de 21 anos, chegaram de bicicleta. Eles teriam anunciado um



Local onde crime aconteceu, em um ponto de ônibus do bairro Valparaíso, na Serra, em fevereiro de 2015

assalto, e o PM reagiu sacando a arma, uma pistola ponto 40. "Ele atirou primeiro na testa de um, que morreu na hora, e depois baleou o que estava perto dele. O policial recarregou a arma e efetuou mais disparos", afirmou o delegado.

Após atirar, o militar ain-

da subiu na bicicleta deles e foi embora, levando o veículo. Desde então, três anos após o fato, o soldado nunca havia comunicado a nenhuma autoridade o que aconteceu. "O policial não comunicou o fato ao Cidodes, no dia do crime, e nem à Corregedoria da PM. Em razão disso,

foi solicitado o mandado de prisão temporária dele, para termos a versão dos fatos", disse Sandi Mori.

Após a morte da dupla, as investigações foram iniciadas e o nome de Fábio chegou através de uma denúncia. O chefe da DCCV da Serra confirmou se ele ainda

pertencia aos quadros da PM e oficiou à Corregedoria, para que a arma que o militar utilizava fosse periciada. "O resultado deu positivo, tanto para os projéteis extraídos dos corpos das vítimas, quanto das cápsulas coletadas no local."

Ontem, Fábio foi preso

DEFESA

Segundo o advogado da ACS, Tadeu Fraga, a prisão foi uma forma de proteger a investigação e garante que o diretor jurídico da ACS, função que exerce desde 2016, está disposto a ajudar nas investigações do caso. Ele diz que o PM espera que tudo seja esclarecido. "Foi uma prisão temporária, de 30 dias, decretada pela 3ª Vara Criminal da Serra para proteger uma investigação em andamento desde 2015, e que só agora identificou o Fábio como indiciado."

NOVIDADE

Empresários vão poder abrir negócios em menos de um mês

Programa vai unificar processos para diminuir tempo e burocracia na abertura de empresas

▲ **EDUARDO DIAS**
edias@redgazeta.com.br

Um empresário com a intenção de abrir um novo negócio no Espírito Santo demora aproximadamente 110 dias para conseguir todas as liberações necessárias dos órgãos de regulamentação. Um longo processo burocrático que gera muitas reclamações e que, por vezes, é apontado como uma grande barreira para os empreendedores.

A criação de um novo programa do governo do Estado, no entanto, promete ajudar os empresários locais a conseguir as liberações para abrir empresas em menos de um mês. Trata-se do Programa Simplifica ES. Com ele, o andamento dos processos de registro e legalização de empreendimentos econômicos pode ser concluído em até 24 dias.

O secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal, deu mais detalhes sobre o programa. O lançamento do Facilita ES aconteceu na manhã de ontem, no Palácio Anchieta, em Vitória. "Em vez de ter um



Junta Comercial é um dos órgãos do Estado que integram o novo sistema

REPRODUÇÃO/SITE SINDIPUBLICOS

BUROCRACIA



"A tendência é para que, com esse número de processos sendo integrado, o tempo gasto na abertura de empresas seja reduzido para os empresários"

BRUNO FUNCHAL
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Isenção de imposto em geração de energia solar

Além do programa que pretende reduzir o tempo para a abertura de novas empresas, também foi sancionada ontem a lei que concede a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para micro e minigeração de energia distribuída.

A lei formaliza a adesão do Estado ao Convênio 16/2015, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Serão beneficiados aqueles que produzem até 1 megawatt (MW) de energia por mês pelo sistema de compensação com as companhias distribuidoras. Atualmente, micro e minigeradores de energia são tributados quando consomem a carga excedente de sua produção que foi injetada na rede distribuidora, no caso a EDP Escelsa.

O secretário da Fazenda, Bruno Funchal, explicou que a pessoa gera energia durante o dia, mas não consome tudo e joga no sistema o que sobrou. Agora, a carga extra ficará como crédito.

TEMPO

110 dias

Tempo médio gasto, hoje em dia, para a abertura de negócios no Espírito Santo.

pleito para a Junta Comercial, para a Fazenda, para o Iema (órgão ambiental) e para os Bombeiros, vai ser tudo no mesmo processo. A tendência é para que, com esse número de processos sendo integrado, o tempo gasto na abertura de empresas seja reduzido para os empresários", explicou Funchal.

ESCRITÓRIO

Funchal também destacou que o processo será integrado entre os municí-

pios capixabas e deve começar a funcionar no próximo mês de abril. Além de um portal na internet, on-

de os interessados poderão acompanhar o andamento do processo junto aos órgãos, também será criado um escritório do empreendedor para orientar a abertura de negócios. O escritório vai funcionar no prédio da Junta Comercial, no bairro Santa Lúcia, em Vitória.

Na avaliação de membros do governo, o programa vai estimular novos negócios no Estado, aumentando a competitividade das empresas locais, a ge-

ração emprego e renda.

Além da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, também fazem parte do programa a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), o Corpo de Bombeiros, o Instituto Estadual de Recursos Hídricos (Iema), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), a Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh) e a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa).

DECISÃO EM BRASÍLIA

TST reduz reajuste dos rodoviários

Categoria afirmou ter sido pega de surpresa, mas garantiu que não haverá nova greve

◀ O Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) conseguiu na Justiça reduzir o reajuste dos rodoviários de 3% para 1,8%. A decisão foi do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, e é válida até o julgamento final do recurso.

Na decisão, que é do dia 9 de fevereiro, o TST acata parcialmente o recurso proposto pelas empresas do Sistema Transcol suspendendo os efeitos da sentença do

dissídio coletivo. O julgamento do dissídio aconteceu no dia 10 de janeiro no Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Espírito Santo (TRT-ES), quando a categoria havia conseguido 3% de reajuste.

Por meio de nota, o GVBus informou que, com a nova decisão, "fica determinada a suspensão do reajuste de 3% nos salários e benefícios concedidos aos rodoviários. Dessa forma, salários e benefícios serão corrigidos no percentual de 1,80%, a partir de 22 de janeiro de 2018 até o julgamento final do recurso ordinário."

Segundo o presidente do



BERNARDO COUTINHO - 28/10/2017

Ônibus do Transcol: rodoviários terão 1,8% de aumento

Sindicato dos Rodoviários, Edson Bastos, a categoria foi pega de surpresa. "O processo de dissídio ainda corre no TRT, aqui no Estado, está

em fase de embargos. Foi uma surpresa pra mim e pra a categoria", afirmou. Bastos ressaltou que, oficialmente, ainda não foi notifi-

cado da decisão.

No entanto, cartazes foram afixados nas garagens da Grande Vitória informando os motoristas e cobradores da decisão. "O pessoal ficou triste. O reajuste já foi pequeno, bem menor do que a gente almejava, eles foram lá e reduziram mais ainda. Certamente eles não sabem quanto é o salário de um motorista e de um cobrador", lamentou.

SEM GREVE

Por mais que a categoria considere a liminar "absurda", o presidente do sindicato descartou qualquer tipo de manifestação ou paralisação do serviço. "Nós va-

mos conhecer essa liminar, saber em que ela foi baseada. O nosso setor jurídico está trabalhando nisso e vai até Brasília conversar com o ministro que deu a decisão. Liminar se dá e se cassa".

Segundo a GVBus, mesmo com a decisão do TRT-ES, o salário dos rodoviários ainda não havia sido reajustado pois havia recurso em andamento. Os trabalhadores estavam recebendo o salário anterior acompanhado de uma folha a parte, onde vinha registrado o valor do reajuste. A partir da decisão do TST, esse valor será suspenso. (Natalia Bourguignon)

CRIME NO MORRO DO MORENO

Justiça mantém presa bancária acusada de estuprar adolescente

Andrea Martinez foi pega em flagrante com o menino de 13 anos dentro de carro

de KATILAINE CHAGAS
kchagas@redgazeta.com.br

A Justiça determinou a prisão preventiva da mulher acusada de estuprar um menino de 13 anos no último sábado, no Morro do Moreno, em Vila Velha.

A prisão em flagrante da bancária Andrea Martinez, 46, foi convertida em preventiva na audiência de custódia realizada no último domingo. O caso está sob sigilo de Justiça pois a vítima é menor de idade.

Andrea foi presa em flagrante, após um pedestre denunciar que ocupantes de um carro estavam fazendo sexo. No local, policiais constataram a violação sexual, dentro de uma Mitsubishi ASX, onde ela e o menino de 13 anos estavam.

“Quando cheguei, per-



BERNARDO COUTINHO



REPRODUÇÃO CÂMERA DE VIDEOMONITORAMENTO

Carro da mulher onde aconteceu o crime. Acima, Andrea deixa o veículo enrolada em uma toalha

cebi que estava acontecendo algo pelo calor que fazia dentro do ambiente e, ao fazer a abordagem, constatei o ato no banco do motorista. Ele até me entregou a camisinha”, declarou em entrevista o soldado Everaldo Ervatti.

O menino contou que estava na praia vigiando

carros com um amigo quando a bancária os convidou “para namorar”. Ele aceitou e o colega não.

Após a abordagem, ela saiu enrolada numa toalha e pediu para se vestir. Ela está no Centro Prisional Feminino, em Cariacica. Não há acusações anteriores contra ela.

INVESTIGAÇÃO

O delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) confirmou que também será investigada a informação dada pelo menino durante seu depoimento de que há casos anteriores de estupro em sua família.

“Isso também está sendo averiguado”, afirmou o delegado. Não há registros de denúncias anteriores sobre essas acusações.

O delegado confirmou que o menino está muito abalado. “Ele chorou muito, foi encaminhado para atendimento psicossocial e nós vamos acompanhar esse início agora, até como forma de apoio.”

O caso do menino, é o

terceiro em cinco anos em que a autora é mulher a chegar à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), segundo o delegado Lorenzo Pazolini, titular da delegacia.

“Isso é importante ser ressaltado. Qualquer contato sexual com menores de 14 anos caracteriza estupro de vulnerável”, defendeu o delegado.

Mandados coletivos para pegar criminosos

⚡ O ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou ontem que não haverá pedido de prisão coletivo por parte do governo, no Rio, durante a intervenção federal na Segurança do Estado. Mais cedo, o ministro citou um mandado de "captura" coletivo no Estado. Porém, à noite, Jungmann afirmou que, na verdade, o pedido será de mandatos coletivos de busca e apreensão.

"Me referi anteriormente a mandado coletivo de captura. Na verdade, o mandado coletivo é de busca e apreensão. Este mandado de busca e apreensão



WILTON JUNIOR/AE - 07/02/2018

Exército aborda homem em comunidade do Rio

é feito pelas polícias, não é feito pelas Forças Armadas e só é feito a partir de uma ordem judicial e acompa-

nhado pelo Ministério Público", disse Jungmann, após se reunir com o presidente da Câmara, Rodrigo

Maia (DEM-RJ).

Pela manhã, Jungmann havia dito que o objetivo era conseguir cercar toda uma rua ou mesmo comunidade para capturar criminosos. Hoje, os mandados são restritos a uma casa específica. Jungmann alegou que os bandidos se movem e acabam escapando.

O ministro da Defesa afirmou, ainda, que homens das Forças Armadas, agentes da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança bloqueavam todas as rodovias de acesso ao Rio de Janeiro e pontos considerados de alta incidência de roubo de carga.

Maioria da bancada capixaba é a favor

⚡ A maioria da bancada capixaba disse que votaria a favor da manutenção da intervenção. No começo da noite, no início da sessão, procurados pela reportagem, dos dez deputados, sete votariam a favor, dois contra e um estará ausente (Paulo Foletto, do PSB).

Para o líder da maioria na Câmara, Lelo Coimbra (PMDB), o decreto foi "corajoso" e tentará reverter o quadro da violência no Rio.

Já Helder Salomão (PT), é contrário à medida, assim como Givaldo Vieira (PT). "O governo desrespeita os

preceitos democráticos, revela sua face autoritária, sua incompetência e vai penalizar os mais pobres".

Mesmo entre os que votariam a favor, a medida divide opiniões. "Votarei favorável, apesar de que essa ação isolada por si só não resolve a violência no Estado", afirmou Sérgio Vidigal (PDT).

Norma Ayub (DEM) classificou a intervenção como "arriscada", mas também seria a favor, assim como Carlos Manato (SDD), Evair Vieira de Melo (PV), Doutor Jorge Silva (PHS) e Marcus Vicente (PP).

ESPECIAL SEGURANÇA

GOVERNO DECIDE SUSPENDER
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Equipe já trabalha com agenda alternativa para a economia

◀ O governo decidiu suspender a tramitação da reforma da Previdência, porém, já trabalha com uma nova agenda na pauta de votações do Congresso, com 15 projetos na área econômica que vai tentar aprovar ao longo do ano.

De acordo com o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, o governo ouviu informalmente alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e chegou a conclusão de que não havia condições de contornar o impedimento legal de que propostas de emenda à Constituição (PECs) sejam votadas durante a vigência de uma intervenção federal, como a que está vigorando na área de segurança no Rio de Janeiro.

"Hoje, a análise que se tem, após o debate, consultas informais a alguns ministros do STF, é que a tramitação da reforma es-



Marun: reforma suspensa devido à intervenção

tá suspensa em função da decretação da intervenção", admitiu Marun.

Ele acrescentou: "Suspender o decreto (para votar a reforma) é uma situação controversa. Você suspende o decreto e depois reedita esse decreto?", questiona.

Escalado pelo governo

FABIO POZZEOM/AGÊNCIA BRASIL

para negociar a reforma com os parlamentares, Marun disse que não está feliz, mas admitiu que o governo não conseguiu os votos necessários. Ele concluiu dizendo que a reforma não sairá da pauta do país, sinalizando que o tema fará parte da campanha eleitoral e ficará para

o próximo governo: "A PEC sai do Congresso e vai para os palanques", disse o ministro. Segundo ele, há a possibilidade de, a depender do resultado das urnas, haver um acordo com o próximo presidente para retomar a discussão.

Na sexta-feira, ao assinar o decreto, Temer anunciou que a intervenção seria suspensa no momento em que a proposta tivesse os votos suficientes para ser votada. Entretanto, no encontro de ontem, chegou-se à conclusão de que revogar o decreto poderia desmoralizar a intervenção, diante do risco de não aprovar a reforma. O governo estaria se antecipando à uma provável decisão do STF nesse sentido, acatando pedido dos partidos da oposição.

Na manhã de ontem, antes da decisão de suspender a tramitação da reforma, houve protestos em várias cidades do país, inclusive Vitória, contra o projeto.

Prioridade é votar propostas econômicas

◀ Ministros do governo Michel Temer se reuniram ontem para discutir e anunciar uma nova agenda do governo na pauta de votações do Congresso. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, anunciou uma lista de 15 projetos na área econômica que o governo tentará aprovar, já que a tramitação da reforma da Previdência foi suspensa em razão de decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro.

A legislação proíbe, durante vigência de intervenção federal, a aprovação de emendas à Constituição. A reforma da Previdência foi apresentada como uma PEC e a inter-

venção no Rio, na área de segurança pública, tem previsão de durar até 31 de dezembro deste ano.

Entre os projetos, constam a reforma do PIS/Cofins e a simplificação tributária, reoneração da folha (que resultará em aumento de tributos para empresas), regulamentação do teto remuneratório, a privatização da Eletrobras e a autonomia do Banco Central. Segundo Padilha, o governo definiu a nova pauta a partir das falas dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira, sobre a suspensão da tramitação da reforma da Previdência. (GL)

PAUTAS NA FILA PREFERENCIAL

- ▼ Reforma do PIS/Cofins e a simplificação tributária
- ▼ Autonomia do Banco Central
- ▼ Marco legal de licitações e contratos
- ▼ Nova lei de finanças públicas
- ▼ Regulamentação do teto remuneratório
- ▼ Privatização da Eletrobras
- ▼ Reforço das agências reguladoras
- ▼ Depósitos voluntários

- no Banco Central
- ▼ Redução da desoneração da folha
- ▼ Programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais
- ▼ Cadastro positivo
- ▼ Duplicata eletrônica
- ▼ Distrito
- ▼ Atualização da Lei Geral de Telecomunicações
- ▼ Extinção do Fundo Soberano

Mudança nas regras pode ser via projeto de lei

◀ Depois de anunciar a suspensão da tramitação da reforma da Previdência, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, tentou demonstrar que o governo não ficará paralisado com a

interrupção das articulações de sua principal medida. Segundo ele, está em análise uma nova pauta do governo, em conjunto com o Congresso, mas ele disse que não poderia dar detalhes.

Ele evitou também dizer se o governo vai tentar encaminhar ajustes na Previdência via projeto de lei. Há mudanças, como a regra de cálculo dos benefícios do INSS, que podem ser feitas por esse caminho. Já as alterações para servidores públicos requerem alteração na Constituição - o que está inviabi-

lizado durante a intervenção na segurança pública do Rio. O ministro rechaçou a acusação de que o governo encontrou no decreto de intervenção no Rio uma desculpa para adiar mais uma vez a votação da reforma da Previdência. "O governo não precisa se desculpar por não aprovar a reforma".



SULLIVAN SILVA

Protesto em Vitória

Um grupo de manifestantes saiu da Praça Oito, no Centro de Vitória, e seguiu em direção à Agência da Previdência Social, na Avenida Beira-Mar, em protesto contra a reforma da Previdência.



NILTON FUKUDA/AE

Bonenco de Temer

Imagem do presidente Michel Temer e faixas contra a reforma marcaram o protesto realizado na capital paulista. Houve manifestações convocadas por sindicatos no Brasil inteiro.



CRIS FAGA/AE

Avenida fechada

A Avenida Paulista foi fechada durante a manifestação realizada pelas centrais sindicais. Os manifestantes também criticaram a intervenção federal no Rio de Janeiro.

Política.

AGAZETA | 16

TERÇA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

 Editora: Samanta Nogueira | snogueira@redgazeta.com.br
 WhatsApp: (27) 98135.8261 | Telefone: (27) 3321.8332
 ATENDIMENTO AO ASSINANTE: (27) 3321-8699

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



FOTOS: FERNANDO MADEIRA

Manifestantes contra a censura ao projeto das artes e religiosos protestaram nas galerias da Assembleia

REPERCUSSÕES

“Não foi uma discussão racional, com argumentos honestos. Houve mistura de um monte de coisa sem relação com nada”

SERGIO MAJESKI (PSDB) DEPUTADO

“Se chegar essa aberração aqui, não fará bem às nossas crianças. Essas coisas levam o país aonde ele está”

EUSTÁQUIO FREITAS (PSB) DEPUTADO

“Não cabe à Casa legislar sobre esse fato. Deve ser decidido pelo Congresso”

SANDRO LOCUTOR (PROS) DEPUTADO

“O projeto é constitucional; acho que podemos legislar sobre ele”

JOSIAS DA VITÓRIA (PDT) DEPUTADO

“Quando dizem que não apoiamos as famílias, isso não é passível de aceitar. Votamos pela inconstitucionalidade”

RODRIGO COELHO (PDT) DEPUTADO

“Sou da base do governo, mas tinha minha convicção própria e votei contra. Em meu entendimento, fere os princípios da família”

GILSINHO LOPES (PR) DEPUTADO

“Não votei porque tive uma reunião. (Sobre?) Não posso falar”

RAFAEL FAVATTO (PEN) DEPUTADO

CENSURA ÀS ARTES NO ESTADO É BARRADA

Deputados voltam atrás e mantêm veto ao projeto

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

A votação na Assembleia Legislativa que manteve, por 17 votos a nove, o veto do governador Paulo Hartung (PMDB) ao projeto de lei que pretendia censurar exposições artísticas com “teor pornográfico” foi um festival de contradições e mais um alerta para a maneira como os parlamentares analisam as propostas.

O texto da proposta era claro: proibir “fotografias, textos, desenhos, pinturas, filmes e vídeo que exponham o ato sexual ou a nudez humana” em espaços públicos. Caso aprovado, a eventual exposição de grandes obras de arte da humanidade no Estado estaria ameaçada.

A argumentação dos defensores do projeto girou em torno de “não incentivar a pedofilia”, “ser contra estupro”, “defender a família” e “ser temente a Deus”.

É que o projeto de Euclério nasceu por conta da polêmica envolvendo uma performance no Museu de Arte Moderna de São Paulo

no ano passado. Um vídeo mostrando uma coreógrafa e a filha dela, criança, tocando os pés do artista viralizou e foi amplamente criticado. O museu avisava que havia nudez exposta.

“Pornografia travestida de arte não é arte. Daqui a pouco vão dizer que o estupro de vulnerável no Morro do Moreno é arte também”, disse Euclério Sampaio (PDT), autor da proposta, em menção ao crime cometido no último domingo. Em discurso ontem, disse ser defensor da família e filósofo: “Sabem qual é a base da teoria marxista? É destruir a família”.

O projeto havia sido aprovado em outubro com apenas um voto contrário, o do deputado Sergio Majeski (PSDB). Ontem, 17 parlamentares decidiram votar pelo veto e, portanto, contra o projeto. As mudanças de posição deixaram no ar a dúvida sobre se o governo dos deputados é maior do que as próprias convicções.

O líder do governo na Assembleia, Rodrigo Coelho (PDT), e o chefe da Ca-

sa Civil, José Carlos da Fonseca Jr. (PSD), entraram no circuito para convencer deputados a manter o veto. Coelho negou que tenha havido pressão governista.

Segundo o deputado, os deputados foram convencidos exclusivamente porque o projeto era inconstitucional, como o veto e um novo parecer da Procuradoria da Assembleia indicavam.

Mas os deputados não foram capazes de observar a inconstitucionalidade em outubro, quando a matéria passou quase à unanimidade em plenário?

“Nunca fui nem sou contra a arte. Daqui a pouco vão dizer que estupro de vulnerável é arte também”

— EUCLÉRIO SAMPAIO (PDT) AUTOR DO PROJETO 383/2017

“A primeira votação foi simbólica. Alguns dos 28 favoráveis – um contrário e a abstenção do presidente – não estavam nem presentes no plenário. Ou estavam vendo outro projeto ou conversando sobre outro ponto de pauta. Foi um dia conturbado. Muitos votos se deram dessa maneira. Outros seguiram parecer da Procuradoria que, naquele momento, equivocadamente, deu parecer diferente ao que observamos agora”, afirmou Rodrigo Coelho.

A deputada Luzia Toledo disse que pensou, primeiro, como cristã. “Vou

ser sincera. Naquela votação nós cochilamos. Foi um cochilo dos membros da Comissão de Justiça. Não foi a primeira vez, não vai ser a última vez. Sabe aquela sensação na hora que um colega apresenta um projeto? Até por eu ser uma temente a Deus, foi mais na emoção do que dentro daquilo que sou, legalista, advogada”, disse.

O presidente da Comissão de Cultura, Marcos Bruno (Rede), pediu para se abster de votar. Não era possível. Acabou votando contra o projeto.

Evangélicos, Gildevan Fernandes (PMDB) e Rafael Favatto (PEN) não votaram, mas apareceram no plenário depois. Votassem a favor do veto, ficariam mal com as igrejas. Se contrários, poderiam desagradar o governo. Favatto disse que não apareceu para votar porque estava em reunião. Só não disse com quem nem sobre o quê. Gildevan disse que pegou trânsito e chegou atrasado. Hudson Leal (PTN) marcou presença no início da sessão, mas depois saiu, sem votar.





O ator e artista visual Leonardo Freire foi retirado pela equipe de segurança após abaixar as calças na galeria

Manifestações pela família e pela liberdade

Enquanto deputado discursava, ator tirou parte da roupa e acabou expulso da Assembleia

▲ VINÍCIUS VALFRE
vpereira@redgazeta.com.br

Manifestantes favoráveis e contrários ao projeto acompanharam a sessão das galerias da Assembleia. De um lado, os “defensores da família”. De outro, os contrários à “censura às artes”.

“Essas manifestações vão contra os valores éticos-morais, como preservação da família, preservação da pureza da criança. Sou a favor de toda manifestação artística, desde que não interfira na pureza das crianças”, disse Denner Lopes da Silva, 23 anos, universitário e mem-



DIVULGAÇÃO/DEPUTADOS

bro da Igreja Batista.

Enquanto o deputado Euclério Sampaio (PDT), autor da proposta, discursava na Assembleia, o ator e artista visual Leonardo Freire, 34 anos, virou de costas para o plenário, e

abaixou as calças.

Imediatamente, o pedetista disse que o manifestante deveria ser preso. O presidente da Assembleia, Erick Musso (PMDB), determinou que a equipe de segurança da Casa retiras-

se o ator do prédio e que, se ele resistisse, recebesse ordem de prisão.

Segundo Leonardo Freire, o ato foi um protesto. Ele considerou que as imagens mostradas no painel pelo deputado foram retiradas de contexto e que “artistas reconhecidos nacionalmente foram difamados” por Euclério.

“Minha bunda foi uma resposta a tudo aquilo. Tem hora que tem que dar a bunda para certo tipo de coisas. Não só para ele, mas para todos os falsos moralistas que estão ali. Não são todos, mas a maioria”, disse ele, que é de Vila Velha. Nenhuma medida extra foi tomada pela Assembleia, após a expulsão. (Caíque Verli)

Manoel Goes Neto

É produtor cultural e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)

A arte e a criação vencem os intolerantes oportunistas

As classes artísticas e culturais do nosso Estado estão felizes pelo veto dessa lei talibã e inconstitucional, que ignorava o pilar maior da nossa Constituição Federal de 1988 em vigor, que disciplina o trinômio democracia-censura-liberdade de expressão e informação, que consagra em seu Artigo 220§2º e que de forma clara e precisa proíbe toda e qualquer forma de censura, garantindo a total liberdade de expressão.

Nosso diálogo democrático, conversando com a maioria dos deputados estaduais, foi vencedor na manutenção do veto do governador Paulo Hartung, ao absurdo Projeto de Lei 383/2017, de autoria do deputado Euclério Sampaio, uma manifestação expressa e equivocada de inconstitucionalidade, que pretendia de forma oportunista e eleitoreira estipular uma análise prévia às obras artísticas como, filmes, livros, pinturas, performances e espetáculos musicais e teatrais, em um ato claro de censura.

Os maiores e mais antigos centros culturais do mundo localizados em toda a Europa, e em tantos outros países, reforçam a importância da arte como parte do desenvolvimento social, cultural e cognitivo do ser humano, e auxilia no processo de construção de identidade e cidadania. Nestes grandes centros, a arte é também um bem público livre, e possui um papel fundamental no desenvolvimento da educação, da economia e das atividades turísticas.

A história da arte e suas relações com a sociedade, nos mostra que a representação do corpo, em qualquer linguagem artística, não pode ser confundida com pornografia. O corpo humano está presente em toda a história da arte ocidental, seja como tema para representação da figura humana, seja como forma de expressão da subjetividade e interpretação do mundo. O corpo é limpo, é natural, é vida.

Os espaços culturais públicos do Estado possuem curadores preparados e competentes, voltados para a função de analisar trabalhos artísticos e classificá-los de acordo com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor.

Não existe arte pornográfica. Existem arte e pornografia, coisas bem distintas. A arte é um conceito amplo e bastante complexo. A arte é produzida desde os tempos das cavernas, sempre como indagação da existência humana na terra.

Essa contingente minoritário, radical, e oportunista, que desconhece as atividades culturais desenvolvidas no nosso ES, tentaram sem sucesso causar um enorme dano à cultura capixaba, mas prevaleceu o bom senso e a nossa constituição. A arte é, e tem que ser provocadora sempre. Arte é vida. Sempre houve reação contrária à manifestação do artista, um ser realmente especial e diferente dos demais. Defender a liberdade de expressão artística é defender a evolução. A arte e sua criação são livres e imortais.

“A cultura não deve sofrer nenhuma coerção por parte dos poderes político ou econômico, mas ser ajudada por um e por outro, em todas as formas de iniciativa pública e/ou privada.” – Papa João Paulo II

O DESFECHO DO PROJETO

PLACAR DA VOTAÇÃO

▼ Votaram sim (para manter o veto): 17

Almir Vieira (PRP)
Amaro Neto (SDD)
Dary Pagung (PRP)
Eliana Dadalto (PTC)
Enivaldo dos Anjos (PSD)
Hércules Silveira (PMDB)
Jamir Malini (PP)
Janete de Sá (PMN)
José Esmeraldo (PMDB)
Luzia Toledo (PMDB)
Marcelo Santos (PMDB)
Marcos Bruno (Rede)
Nunes (PT)
Raquel Lessa (SDD)

Rodrigo Coelho (PDT)
Sandro Locutor (PROS)
Sergio Majeski (PSDB)

▼ Votaram não (por derrubar o veto): 9

Bruno Lamas (PSB)
Da Vitória (PDT)
Esmael de Almeida (PMDB)
Euclério Sampaio (PDT)
Freitas (PSB)
Gilsinho Lopes (PR)
Padre Honório (PT)
Pastor Marcos Mansur (PSDB)
Theodorico Ferraço (DEM)
▼ Ausentes: 3
Gildevan Fernandes

(PMDB)
Rafael Favatto (PEN)
Hudson Leal (PTN)

▼ Não votou: 1

Erick Musso (PMDB). O presidente só vota em caso de empate.

O PROJETO

▼ PL 383/2017

A matéria pretendia proibir “exposições artísticas ou culturais com teor pornográfico nos espaços públicos do Estado do Espírito Santo”.

▼ Definição

O projeto definiu como

“teor pornográfico” as “expressões artísticas ou culturais que contenham fotografias, textos, desenhos, pinturas, filmes e vídeos que exponham o ato sexual e a nudez humana.

▼ Embarque

Surgiu após polêmica apresentação artística em São Paulo em que uma criança tocou o pé de um artista nu. Para o autor, a aprovação da proposta combateria a “pedofilia” e “protegeria as famílias”.

EVENTO NA CHINA

Viagem rende processo para ex-vereador

MP de Contas quer devolução de dinheiro. Roteiro incluiu passeios e "Pato de Beijing"

⚡ O Ministério Público de Contas quer que o ex-presidente da Câmara de Barra de São Francisco Adilson Gonçalves devolva um total de R\$ 15.288,12 aos cofres municipais, relativos a gastos com diárias e passagens aéreas para participação em um evento na China. A viagem ocorreu em 2011, para participação na Feira de Mármore e Granito de Xiamen, e durou 13 dias. "Apenas os dias 6, 7 e 8 de março de 2011 foram dire-

cionados ao motivo primordial da viagem. Os dias que seguiram à participação na feira foram claramente com propósito turístico, em afronta ao princípio da moralidade pública", ressalta o parecer.

O MP de Contas listou as atividades realizadas entre os dias 10 e 15 de março de 2011: tardes e noites livres para compras e atividades independentes; city tour na cidade de Xangai, incluindo visita ao Templo do Buda de Jade, ao Jardim Yuyuan e calçadão da cidade; degustação do "delicioso Pato Laqueado de Beijing"; city tour na cida-



Jardim Yuyuan, em Xangai, um dos locais visitados

de de Beijing, incluindo visita ao Palácio Imperial, à Praça Tian Na Men e ao Palácio de Verão; apresenta-

ção de acrobacia; visita à Grande Muralha da China, ao Estádio Nacional Ninho do Pássaro e ao Centro Na-

VIAGEM

13

dias

Foi o tempo de duração da viagem do vereador, segundo MP de Contas.

cional de Natação Cubo Aquático; em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, dois dias com tardes e noites livres para compras e atividades independentes.

Foram R\$ 10.402,56 em diárias e R\$ 4.885,56 em passagens aéreas, tudo

pago pela Câmara de Barra de São Francisco.

O Ministério Público acompanhou integralmente o posicionamento da equipe técnica ao considerar que "claramente tais atividades não atendem o interesse público, ferindo ainda princípios como os da finalidade e da moralidade" e acrescentou que os propósitos da viagem não se compatibilizam com as funções típicas do Poder Legislativo (fiscalizar e legislar), bem como com as funções atípicas (administrativa e de julgamento)". A reportagem tentou, sem sucesso, contato com o ex-vereador.

AGAZETA
TERÇA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

POLÍTICA | 19

APÓS INTERVENÇÃO NO RIO

Pauta conservadora ganha força no Congresso Nacional

Um dos principais temas é a redução da maioria penal em crimes hediondos

▲ NATÁLIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

A decretação de intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro dá o sinal de que o governo Temer (PMDB) pode estar redefinindo os termos da discussão política e que surja um estímulo ao debate de pautas conservadoras no Congresso Nacional.

Com o protagonismo voltado agora para a agenda da área de segurança, que tem potencial apelo popular, senadores querem retomar a discussão sobre a redução da maioria penal em crimes hediondos, um dos principais temas desta agenda.

A alteração precisa ocorrer por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), algo proibido de ser aprovado durante vigência de intervenção federal. Entretanto, o assunto pode ser um dos que seja reavivado pelos parlamentares, ameaçando também uma possível derrota do governo na reforma da Previdência.

“Nós não faremos segurança pública com seriedade sem reduzir a maioria penal. Não é só baixar de 18 para 16. Cometeu crime hediondo, não importa a faixa etária, perdeu sua condição de menor, e que cumpra a pena da lei”, defende o senador Magno Malta (PR).

A PEC da maioria de pe-



GUSTAVO BEZERRA/AGÊNCIA SENADO

Comissão de Constituição e Justiça do Senado vai analisar projeto que reduz a maioria penal no país

APOIO

“Não mudaremos a segurança pública com seriedade sem fazer a redução da maioria penal. Este é o momento de discutir de verdade”

MAGNO MALTA (PR)
SENADOR

nal já foi votada pela Câmara em 2015 e está parada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) do Senado. O relator do texto é o senador Ricardo Ferraço (PSDB), que está licenciado.

A senadora Rose de Freitas (PMDB) também avalia que esta seja uma hora oportuna para voltar

a discutir o tema.

“Este tema vai voltar, mas não são as crianças e adolescentes os culpados por essa crise de segurança em que o país está. Foram todas as gestões que passaram e não fizeram uma fiscalização mais dura no que é de competência da União, como controle do tráfico de drogas, armas entrando pelas fronteiras”, declarou.

Para a senadora, entretanto, esta agenda não tem relação com a votação da Previdência.

“Não pode ser: já que não deu a Previdência, vamos cuidar da segurança pública. Todas as coisas são deveres de casa”, afirmou.

APELO

A mudança de foco para a pauta de segurança, in-

clusive criando um ministério para o setor, também significa, para o governo Temer, um meio de melhorar sua imagem em ano eleitoral, analisa o mestre em Direitos e Garantias Fundamentais e professor da FDV, Caleb Salomão.

“O grupo que cerca Temer hoje não tem nenhum nome capaz de chegar às eleições com competitividade. E ao dar maior participação das Forças Armadas na política, ele consegue esvaziar as bandeiras de Bolsonaro e pode ser a única forma que ele tenha de conseguir apoio popular”, comentou.

O cientista político da Mackenzie, Rodrigo Prando, acredita que outros temas penais, como relativos ao porte de armas, também podem voltar à

ESTRATÉGIA

“O governo não pode achar que, só porque não deu para fazer a Previdência, vamos cuidar da segurança. Ambos são deveres de casa”

ROSE DE FREITAS
(PMDB) SENADORA

pauta por esta estratégia.

“Ele perde a característica de ser o presidente reformista, mas ataca um problema que é sensível para a população, pois é de mais fácil compreensão e afeta todas as classes. A segurança pública é algo que traz ganhos eleitorais tanto ao Executivo como ao Legislativo”, afirmou.

ENTENDA

VOTAÇÃO DE PECs

▼ Intervenção

A legislação proíbe, durante vigência de intervenção federal, a promulgação de emendas à Constituição. A reforma da Previdência foi apresentada como uma PEC e a intervenção no Rio, na área de segurança pública, tem previsão de durar até 31 de dezembro deste ano.

▼ Divergência jurídica

Há especialistas que afirmam que a lei não deixa claro se há de PECs poderem tramitar durante a intervenção.

MAIORIDADE PENAL

▼ Projeto

A mudança na lei para reduzir a maioria penal para 16 anos em caso de crimes graves também seria por meio de PEC. Senadores da base do governo querem usar a repercussão da intervenção para retomar essas discussões.

▼ Tramitação

Em 2015, na gestão Eduardo Cunha (PMDB), a Câmara aprovou a PEC em dois turnos. O texto está no Senado.

▼ No Senado

O texto ainda vai ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e o relator é o senador Ricardo Ferraço (PSDB). Ia ser pautado em novembro de 2017, mas foi adiado.

JANE DE ARAÚJO/AGÊNCIA SENADO



Eunício Oliveira chega ao Senado com assessor

Acordo para votar projetos de segurança

BRASÍLIA

▲ Atropelados pelo decreto do presidente Michel Temer (PMDB) que instituiu a intervenção federal na área de segurança no Rio de Janeiro, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), não querem perder o protagonismo no comando de mudanças na legislação de combate ao crime organizado.

Com 83% da população do Rio de Janeiro apoiando a intervenção federal e o clamor popular por medidas de combate a violência, os dois

certaram de votar o pacote de segurança que estava em tramitação nas duas Casas por projetos de lei ou projetos de lei complementar.

Hoje, Maia vai discutir a tramitação do anteprojeto que foca na legislação para coibir o tráfico de armas e drogas no país, elaborado pela comissão de juristas comandada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

A comissão foi criada por Rodrigo há 120 dias e o anteprojeto será entregue nos próximos dias. No Senado, Eunício também vai priori-

zar a votação, via projeto de lei, de alterações no Código Penal, na Lei de Execuções Penais, Processo Penal, e no projeto que prevê a construção de colônias agrícolas onde os presos de menor periculosidade vão trabalhar para pagar suas despesas e ajudar suas famílias. Nas consultas feitas pelo Alô Senado, esse é o projeto de maior apelo popular.

A pauta contém dois projetos que alteram o Código Penal. O primeiro extingue o atenuante de pena para jovens entre 18 e 21 anos, e o outro agrava a pena para cri-

mes cometidos próximos a residências ou escolas, em situação de tocaia.

“Combiné com Rodrigo Maia que ele pode mandar os projetos de segurança que votar na Câmara que vou votar em regime de urgência. Sobre PECs, suspenderei a tramitação de todas as propostas enquanto vigorar o decreto. Não é uma determinação minha, é da Constituição”, disse Eunício Oliveira. (Agência O Globo)

➤ MAIS INTERVENÇÃO
NO RIO págs. 12 e 13

Vídeo 'ensina' negros a agir durante ação militar

Um vídeo que ensina como pessoas negras moradoras de comunidades devem agir durante a intervenção federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro viralizou na web e tem quase 2 milhões de visualizações. O objetivo do conteúdo seria evitar mortes.

"A gente não quer demonizar militares, até porque boa parte deles é composta por negros. Infelizmente, a população negra sofre muito mais com a violência", explica Spartakus Santiago, um dos idealizadores do vídeo. Também participou do tutorial Edu Carvalho, do site FavelaDaRocinha.com, e AD Junior, do canal Descolonizando.

Entre as recomendações do vídeo, estão: evitar sair de casa tarde e sem documentos; avisar a conhecidos e familiares onde se está indo e confirmar quando chegar ao local; e portar sempre o celular carregado para documentar as ações.

Outras duas advertências fazem analogia a episódios envolvendo ações policiais no Estado: evitar o uso de guarda-chuva longo ou furadeira, que possam ser confundidos com armas, e nunca levar materiais de limpeza dentro de mochilas e bolsas.

A primeira lembra a morte do fiscal de super-

"Há pesquisas que provam que há um viés racial [em mortes em confrontos policiais]. As pessoas negras sofrem mais."

IGNACIO CANO, PESQUISADOR DA UERJ

mercados Hélio Ribeiro, de 46 anos, atingido por um tiro de fuzil de um militar do Batalhão de Operações Especiais da PM, quando instalava um toldo no terraço, no Andaraí, em 2010.

A segunda remete ao caso do então morador de rua Rafael Braga, preso nos protestos de 2013 levando apenas um desinfetante e condenado a cerca de 4 anos de prisão. Em setembro, o réu conseguiu habeas corpus e passou para regime domiciliar.

Existem levantamentos que apontam que a probabilidade de uma pessoa negra morrer em trocas de tiros desencadeadas por policiais é 8% maior do que a de brancos.

Ignacio Cano, pesquisador do Laboratório de Análise da Violência da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), indica que o perigo é ainda maior para quem vive em favelas: "Os moradores das periferias, em geral, são os que sofrem mais com os conflitos armados".

Superlotação, descaso, rebelião...

Mesmo antes do anúncio da estratégia para a segurança do Rio com a intervenção federal, o Estado registrou uma rebelião na penitenciária Milton Dias Moreira, em Japeri, na Baixada Fluminense.

O motim começou depois da tentativa de fuga frustrada, no domingo, e só terminou na madrugada de ontem. Detentos tentaram escapar durante a contagem de presos.

O grupo fez 18 reféns. O Conselho Nacional de Justiça aponta que mais de 2 mil pessoas cumprem pena no espaço, que tem capacidade para cerca de 880 presos.

O presidente do SindSistema (Sindicato dos Servidores do Sistema Penal), Gutemberg de Oliveira, afirma que o único scanner de corpo na unidade está quebrado há três meses:

"Em média, 1,2 mil pessoas entram aqui durante os horários de visitação. Por isso, era recomendável que não houvesse visita na unidade." A Seap promete apurar a entrada de armas no presídio, mas não se pronunciou sobre a denúncia do SindSistema.

MP investiga Crivella por várias viagens

Giro pela Europa. Prefeito reconhece que viagem não foi oficial, mas diz que foi a serviço da cidade. Riotur é investigada por omissão no Carnaval

Enquanto o prefeito do Rio passava o Carnaval na Europa, o Ministério Público abriu diferentes investigações para apurar supostas irregularidades envolvendo Marcelo Crivella. Além de verificar os propósitos das visitas aos 9 países em pouco mais de um ano de governo, o MP também instaurou inquérito para apurar improbidade administrativa do prefeito e do presidente da empresa municipal de turismo, a Riotur, Marcelo Alves, por falhas e omissões no planejamento do Carnaval.

Na quinta-feira após o Carnaval, um temporal causou estragos na cidade e deixou pelo menos quatro mortos.

O Conselho Regional de Medicina do Rio também investiga se a mãe de Crivella recebeu tratamento diferenciado quando foi atendida no Hospital Municipal Salgado Filho, no Méier, na zona norte. Eris Bezerra Crivella foi internada na unidade na sexta-feira à noite, com o punho fraturado, passou por ci-



Prefeito visitou obras de recuperação da ciclovia Tim Maia | DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DO RIO

rurgia e teve alta no sábado. Ao visitar as obras da ciclovia Tim Maia, em São Conrado, que foi interditada pela Justiça após ter novo trecho destruído, o prefeito disse que a cirurgia foi recomendação do subsecretário de Saúde Complementar da prefeitura, o ortopedista João Berchmans, que é amigo da família.

"A minha mãe foi para uma clínica particular e lá colocou gesso. O doutor João achou que o procedimento

não era adequado. Foi decisão dele atendê-la como emergência. Se minha mãe foi bem tratada nos hospitais do Rio, significa que os hospitais da rede pública estão bons", explicou.

Sobre as viagens à Europa, Crivella disse que, apesar de não ter sido oficial, ele estava à procura de melhorias para o sistema de segurança: "O prefeito não está lavando as mãos". A prefeitura disse que vai fornecer as informações pedidas pelo MP.

Intervenção prevê mandado coletivo de busca e apreensão

Caos no Rio. Com autorização da Justiça, Forças Armadas poderão atuar num bairro todo e não numa ação individual. Medida recebe críticas

DANIEL LOZOYA

O defensor público do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria do Rio de Janeiro afirma que a medida é ilegal e mira direitos, principalmente, das pessoas de baixa renda.

Qual a avaliação sobre a autorização judicial para mandados coletivos?

São uma afronta à Constituição, os tratados internacionais de direitos humanos e à própria lei. É uma violação da garantia da inviolabilidade domiciliar na medida em que o arcabouço jurídico exige uma individualização da residência, da pessoa que é alvo da busca e apreensão.

O governo fala em situação extrema e que já foi usada outras vezes.

Não pode utilizar como uma medida generalizada, uma devassa indiscriminada. E, não por acaso, os alvos são sempre moradores de favelas.

Sem a medida fala-se em dificuldade para a atuação policial.

Dificuldade faz parte do trabalho policial. O respeito às garantias constitucionais e legais são preços que temos que pagar por viver num Estado Democrático de Direito. **METRO BRASÍLIA**



Temer consultou os conselhos após decretar a intervenção, contrariando o que diz a Constituição | MARCOS CORRÊA/PR

As Forças Armadas irão cumprir mandados coletivos de busca e apreensão como parte da intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro.

A medida foi aprovada ontem durante a reunião do presidente Michel Temer com os conselhos da República e de Defesa Nacional, no Palácio da Alvorada.

A sugestão partiu do general Eduardo Villas Boas, comandante do Exército. Com isso, o governo pedirá a emissão dos mandados à Justiça Federal.

As ordens conjuntas são necessárias, segundo o ministro da Defesa, Raul Jungmann, para evitar que bandidos fujam de eventuais alvos. "Na realidade urbanística do Rio de Janeiro, você muitas vezes sai com a busca e apreensão numa casa, numa comunidade e o bandido se desloca. Em lugar de você dizer rua tal, número tal, você vai dizer digamos uma rua inte-

"Não há nenhuma carta branca, nem carta negra, nem carta cinza. Os militares não estarão substituindo o papel das polícias."

RAUL JUNGSMANN, MINISTRO DA DEFESA

ra, uma área ou um bairro. Aquele lugar inteiro é possível que tenha um mandado de busca e apreensão", explicou, negando que seja "carta branca" para exageros dos militares.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a Defensoria Pública do Rio de Janeiro consideram a medida ilegal e estudam acionar a Justiça.

Embora seja militar, o interventor, general Walter Braga Netto, terá papel administrativo e só poderá agir sob ordens do Ministério da Defesa.

O Ministério da Defesa esclareceu que a decisão não inclui prisão e captura, que continuam precisando de decisão da Justiça individual.

Razões

Na reunião, o governo citou motivos para justificar o decreto de intervenção: 43% das correspondências são entregues pelos Correios com escolta; 800 comunidades sob "regime de exceção"; além "futuro comprometido" de alunos que não estão tendo o ano letivo respeitado.

Os líderes da oposição, que fazem parte do conselho, se abstiveram alegando que os motivos apresentados são insuficientes.

Jungmann afirmou que foi avaliada a intervenção financeira no Estado, mas a ideia não prosperou.



MARCELO FREITAS
METRO BRASÍLIA

Pezão diz que ainda não há recursos para segurança

O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (MDB), disse ontem que os órgãos de segurança pública do Rio já estão trabalhando em conjunto com as Forças Armadas, mas afirmou que ainda não foi discutida a possibilidade de mais recursos federais acompanharem a intervenção decretada no Estado na área.

"Até agora, não discutimos nenhum recurso novo para a área de segurança", disse, afirmando que depende da aprovação. "Enquanto não tiver aprovação no Congresso, o Exército Brasileiro não pode entrar [nas favelas]. Mas isso não tem impedido de estarmos permanentemente nos falando", disse.

Ele defendeu que, apesar de não ter os maiores índices de violência do país, o

Rio tem peculiaridades que motivaram a intervenção, como quantidade de estradas federais e tráfico de armas pesadas.

Votação

A Câmara levou à votação ontem o decreto do presidente Michel Temer que permite a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro.

A deputada Laura Carneiro (MDB-RJ), relatora do decreto, defendeu a intervenção, mas cobrou a liberação de recursos para garantir ações de segurança nos próximos anos.

A oposição arrastou a votação e obstruiu a sessão. PSOL, PT, PCdoB e Rede se manifestaram contra o decreto.

A votação não havia sido concluída até o fechamento desta edição. **METRO RIO**



Pezão na reabertura da Biblioteca Parque da Rocinha | TOMAZ SILVA/ABR

Secretário de SP não acredita em migração de bandidos

O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Máximo Alves Barbosa Filho, disse ontem que não acredita na migração de bandidos do Rio de Janeiro com a intervenção federal decretada na área de segurança pública do Estado.

Em entrevista à rádio Bandeirantes ontem, Máximo afirmou que a pasta está monitorando o "movimento da criminalidade no Rio" para que essa migração não ocorra. "Vamos aprimorar a vigilância na área de divisa", afirmou.

O secretário declarou que, nesta semana, tem re-

união agendada com seus correspondentes em Minas e Espírito Santo, os três Estados que fazem divisa com o Rio, para debater o tema.

Questionado se a intervenção no Rio era necessária, Máximo avaliou que "alguma coisa tinha que ser feita por lá, e talvez já tivesse que ter ocorrido antes".

Para o secretário, a nova gestão da segurança pública no Rio não vai prejudicar a relação entre as áreas fluminenses e paulistas. "Só tive um contato anterior com o general [Walter] Braga [Netto] e tive a melhor impressão dele". **METRO**

Vídeo 'ensina' negro a agir em abordagem

Um vídeo que ensina como pessoas negras moradoras de comunidades devem agir durante a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro viralizou na internet e já tem quase 2 milhões de visualizações. O objetivo do conteúdo seria evitar mortes.

"A gente não quer demonizar militares, até porque boa parte deles é composta por negros. Infelizmente, a população negra sofre muito mais com a violência", explica Spartakus Santiago, um dos idealizadores do vídeo. Também partici-

param do tutorial Edu Carvalho, do site FavelaDaRocinha.com, e AD Junior, do canal Descolonizando.

Entre as recomendações do vídeo, estão: evitar sair de casa tarde e sem documentos; avisar a conhecidos e familiares onde está indo e quando chegar ao local; e portar sempre o celular carregado para documentar as ações.

Outras duas advertências fazem analogia a episódios envolvendo ações policiais no Estado: evitar o uso de guarda-chuva e furadeira, que possam ser confundidos com armas, e nunca

levar materiais de limpeza dentro de bolsas.

A primeira lembra a morte do fiscal de supermercados Hélio Ribeiro, de 46 anos, atingido por um tiro do fuzil de um PM do Batalhão de Operações Especiais, quando instalava o toldo no terraço, no Andaraí, em 2010.

A segunda remete ao caso do então morador de rua Rafael Braga, 30, preso nos protestos de 2013 levando apenas um desinfectante e condenado a mais de 4 anos de prisão. Em setembro, o réu conseguiu habeas corpus e passou para regime domiciliar.

Existem levantamentos que apontam que a probabilidade de uma pessoa negra morrer em trocas de tiros desencadeadas por policiais é 8% maior do que para brancos.

Ignácio Cano, pesquisador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), indica que o perigo é ainda maior para quem vive em favelas: "Os moradores das periferias, em geral, são os que sofrem mais com os conflitos armados". **BANDNEWS FM**

Veja o vídeo no metrojornal.com.br

2 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Reportagem Especial

BANDIDOS SE DÃO MAL

Major da PM é assaltado, reage e mata ladrão na BR

Oficial seguia de bicicleta para o trabalho, pela BR-101, na Serra, quando foi rendido por dois bandidos. Militar se identificou e atirou

No momento em que seguia de bicicleta para o trabalho, um major da Polícia Militar, de 45 anos, foi rendido por dois ladrões. O policial entregou sua bicicleta para os bandidos e, para se defender da ação dos criminosos, atirou. Um dos suspeitos foi atingido por um disparo, tentou fugir, mas morreu, na BR-101, na Serra. O crime aconteceu às 4h40 de ontem, no bairro Jardim Tropical. O criminoso que morreu, identificado como Jhones Peixoto Rogério,

22, estava com um cúmplice, o jovem Cleiton Marciel Nascimento dos Santos, de 18, que foi preso. O major, que pediu para não ter o nome divulgado, revelou ontem que estava seguindo para o trabalho, em Vitória, quando foi surpreendido pelos dois assaltantes. "Moro na região de Laranjeiras (Serra) e tenho o costume de ir trabalhar de bicicleta. Estava pedalando no acostamento da pista e os dois, que também estavam em uma bicicleta, pararam na minha

frente", contou o major.

E acrescentou: "O que foi preso estava pedalando e o outro estava armado e sentado no quadro da bicicleta. Ele apontou a arma na minha direção e eu vi que era uma situação de perigo".

Jhones ordenou que o major descesse da bicicleta. "O que foi preso me revistou, mas não encontrou a minha arma, que estava na parte de trás cintura. Eu entreguei a bicicleta e o que estava armado subiu. O que foi preso ficou na bicicleta que estava com eles. Nesse momento eu falei: 'parado, Polícia Militar' e o que estava com a minha bicicleta continuou fugindo e apontando a arma para mim".

O major afirmou que nesse momento efetuou três disparos na direção do criminoso armado. Um dos tiros atingiu a artéria femoral da coxa esquerda de Jhones, que pedalou por alguns metros e caiu.

"Assim que eu atirei, eu fui até uma empresa na região e liguei para o Cíodes. Eu não tinha percebido que um deles tinha sido atingido ainda. Alguns minutos depois, pessoas chegaram comentando que havia dois indivíduos pedindo ajuda na BR", disse o major.

O major saiu da empresa e se depourou com Jhones caído no chão e Cleiton perto do corpo.

Uma radiopatrulha chegou ao local e efetuou a prisão do suspeito.

DEPOIMENTO

"Espera o pior"

"Ele mora sozinho, afastado da família. Já demos vários conselhos para ele sair dessa vida, mas ele não ouve ninguém. Ele e esse rapaz que morreu estão sempre nas ruas, estão acostumados a cometer assaltos e furtos na região. Quando a gente tem um parente nessa situação, só espera a morte ou a prisão mesmo. Não tem outra saída.

Agora fica uma situação ruim para toda a família, que já tentou ajudar de todas as formas. Mas, foi a escola que ele fez para a vida dele. Não há muito o que fazer. Meu irmão passou no local, no momento, viu o movimento e me avisou. Infelizmente a gente já espera o pior".

Motorista, 27 anos, primo do acusado que foi preso, Cleiton Marciel Nascimento dos Santos

Acusado foi autuado por roubo e levado para o presídio

Após ser preso, Cleiton Marciel Nascimento dos Santos foi levado para a 3ª Delegacia Regional da Serra. Ele foi autuado por roubo e foi encaminhado para o Centro de Triagem de Viana.

Nenhuma arma foi encontrada com os suspeitos, contudo o major da PM disse que no momento do assalto eles estavam armados. Já a bicicleta do oficial, que atua como policial militar há 22 anos, foi recuperada.

O corregedor da PM, coronel Reinaldo Brezinski, disse ontem à reportagem que o major continua trabalhando normalmente.

Brezinski informou que será instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as circunstâncias do fato. O major na hora do fato, estava sem farda.

Entretanto, o coronel Brezinski disse que tudo indica que, de fato, o major agiu de forma legítima.

"Ele (major) estava indo para o trabalho quando foi abordado. Ele é um policial exemplar. A princípio nós não vislumbramos nenhuma falha, nenhum tipo de erro na atitude dele. Mas, como de praxe, vamos instaurar o IPM, juntar peças aos autos, ouvir testemunhas, enfim, fornecer todos os elementos para que o Ministério Público e o juiz possam avaliar o fato e adotarem as providências cabíveis, inclusive um eventual arquivamento."



POLICIAIS no local em que Jhones Peixoto Rogério, 22, foi morto por major da PM durante roubo de bicicleta, na Serra

CLEITON MARCIEL NASCIMENTO DOS SANTOS PRESO POR ROUBO

"Fomos assaltar na cara e na coragem"

O jovem Cleiton Marciel Nascimento dos Santos suspeito de render e assaltar um major da PM na madrugada de ontem, na BR-101, na Serra, conversou com a reportagem e afirmou que ele e o cúmplice, que morreu atingido por um tiro, não estavam armados.

O major, entretanto, garantiu que a dupla estava com um revólver e afirmou que acredita que os dois dispensaram a arma no momento em que fugiram.

A TRIBUNA - Para onde você e seu amigo estavam indo quando renderam o policial?

CLEITON MARCIEL - A gente estava indo para casa, em Jardim Tropical. Saímos de um p. (casa de prostituição) em Jardim Linoeiro e a gente estava indo para a casa de bicicleta. Foi quando vimos o policial e o meu amigo resolveu cometer o assalto. Mas a gente não sabia que era policial, pois ele estava à paisana. Se eu soubesse que era policial, não iria assaltar, não sou doido. Mas, demos azar.

> Vocês estavam armados? Não, fomos assaltar na cara e na

coragem. Do jeito que a gente foi, era só 155 caput (furto simples). Não tinha nada de violência. Mas, era um policial né... estava armado, sacou a arma dele e atirou pra cima da gente. Meu amigo estava na bicicleta do policial e eu estava na outra, mais na frente. Por isso não fui atingido também. Eu tive um livramento, foi Deus que fez um milagre na minha vida.

> Ficou com medo de ser atingido também?

Se eu estivesse um pouco mais perto, acho que teria sido atingido sim. Mas, estava distante. E graças a Deus estou aqui vivo, mesmo que vou ficar preso.

> Por que resolveram cometer o assalto?

Não sei. A gente estava passando, vimos ele e deu na cabeça do meu amigo de roubar a bicicleta. Não saímos de casa para fazer isso, foi uma ideia que veio depois.



CLEITON MARCIEL, suspeito de assaltar um major da PM, é colocado no cofre da viatura



PERÍCIA examina corpo de Jhones

Reportagem Especial



MORADOR DE RUA espancado e amarrado em árvore, na Enseada do Suá

Amarrado após levar surra

Em mais um caso de justiça feita com as próprias mãos, um morador de rua, de 33 anos, foi amarrado após ser espancado. Ele foi acusado pelos agressores de tentar assaltar um homem na Enseada do Suá, em Vitória, às 11 horas de ontem.

O agente Alberti, da Guarda Municipal de Vitória, relatou que a equipe foi acionada pelo Ciodes-190 e ao chegar ao local, encontraram o suspeito amarrado na árvore e bastante machucado. "Fomos informados que ele tentou assaltar uma pessoa, que reagiu ao perceber que a arma era de brinquedo."

Os agentes desamarraram o suspeito, o algemaram e o colocaram na viatura, aguardando a chegada da PM. "A população não está aguentando mais. A gente conduz o cidadão à delegacia, ele vai para o presídio, mas é solto na audiência de custódia. A gente trabalha enxugando gelo", lamentou o agente.

Um comerciante, 49, que trabalha na região há cerca de seis meses revelou que o clima de insegurança é grande entre quem mora e trabalha no local. "Os crimes acontecem a qualquer hora."

O suspeito foi conduzido pela PM ao Hospital São Lucas e depois à 1ª Delegacia Regional de Vitória.

A vítima da tentativa de assalto não estava no local onde o suspeito foi detido nem compareceu à delegacia e por isso o acusado foi liberado.

O delegado chefe da 1ª Regional de Vitória, respondendo pelo plantão, Lauro Coimbra, alertou sobre o risco de se fazer justiça com as próprias mãos. Nesse caso, a polícia vai tentar identificar os agressores, através de imagens de câmeras. "Eles poderão responder por lesão corporal, cuja pena é de dois anos, em média, variando conforme a gravidade."

Economia

Abrir empresa vai ficar mais rápido e levar 24 dias

Prazo médio hoje é de 110 dias, período que promete ser reduzido a partir do Simplifica-ES, novo programa do governo do Estado

Andreia Ferreira

Abrir uma empresa no Espírito Santo demora em média, atualmente, 110 dias, de acordo com o governo do Estado. Mas essa realidade está perto de mudar com o Programa Estadual de Desburocratização do Ambiente de Negócios (Simplifica-ES), que promete reduzir o tempo de abertura para 24 dias.

A lei foi sancionada ontem, no Palácio Anchieta, em Vitória, pelo governador Paulo Hartung, em solenidade acompanhada por diversas autoridades, como secretários de Estado, entre eles o da Fazenda, Bruno Funchal, e prefeitos.

"Não é com burocracia absurda que vamos desenvolver nosso Estado. Temos condições de facilitar a vida de quem quer empreender para criar renda, emprego e negócios", disse Hartung.

Com a implantação do programa, o empreendedor terá o tempo otimizado para apresentar documentos. Todo o processo será feito pela internet, no Portal do Empreendedor, no qual será possível informar, uma única vez, os dados necessários para conseguir registro e licenciamento da empresa.

É previsto que a plataforma online comece a funcionar em abril. A partir da agregação dos órgãos no Portal, será reduzida a burocracia na apresentação de documentos para a máquina pública.

Na plataforma estarão integrados todos os órgãos de regulamentação, a exemplo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz); Bombeiros; Vigilância Sanitária; Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema); e Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf).

A fim de orientar a abertura de negócios, será inaugurado, também em abril, o Escritório do Empreendedor, na Junta Comercial do Estado (Jucees), em Vitória.

O secretário de Estado do Desenvolvimento, José Eduardo Azevedo, explicou que o prazo médio será de 24 dias, mas que esse prazo pode se estender conforme o porte da empresa. "Algumas empresas de complexidade menor poderão ser abertas em menos tempo", garantiu.

A Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines), junto à Federação do Comércio (Fecomércio-ES), foi responsável por pautar as medidas de desburocratização. "Novas 15 mil empresas poderão ser abertas no Estado a partir do programa", estimou o primeiro vice-presidente da Fines, José Carlos Zanotelli.



AO MICROFONE, HARTUNG falou sobre o objetivo de alavancar novos negócios e a criação de emprego no Estado

ENTENDA

Novo negócio sem precisar sair de casa

Mais agilidade

> COM O PROGRAMA Estadual de Desburocratização do Ambiente de Negócios (Simplifica-ES), o tempo para o processo de registro e licenciamento ambiental de empresas será reduzido, no Espírito Santo, de 110 dias, em média, para 24, segundo o governo do Estado.

Processos simplificados

> O INVESTIDOR poderá otimizar o

tempo de procedimento de registro pela internet, sem sair de casa.

> ELE VAI acessar o Portal do Empreendedor — previsto para entrar no ar em abril — e inscrever uma única vez todos os dados cadastrais necessários para abrir uma empresa.

> NA PLATAFORMA estarão integrados todos os órgãos estaduais de regulamentação, que vão avaliar os pedidos para a criação de uma empresa.

> O EMPREENDEDOR também recebe-

rá orientação para a abertura de negócios no Escritório do Empreendedor, que vai ser inaugurado em abril e funcionará na Junta Comercial.

Integração dos municípios

> SESENTA e cinco municípios já foram treinados para desenvolver o Simplifica-ES. É previsto que os outros 13 sejam treinados até abril.

Fonte: Governo do Estado, Sedes e Sefaz.

Energia solar fica livre de imposto

Minú e microprodutores de energia fotovoltaica, ou seja, consumidores que optarem por produzir a própria energia, por meio da geração solar, terão isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A lei, que concede a isenção do ICMS, foi sancionada pelo governador Paulo Hartung, no Palácio Anchieta, na manhã de ontem.

Aqueles que produzem até 1 megawatt (MW) serão os beneficiados com a lei, fruto do convênio 16/2015 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).



FUNCHAL: equilíbrio fiscal ajudou

O secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal, destacou que a medida é um pleito antigo dos empresários do Estado: "Isso melhora a matriz energética, vai ao encontro do que queriam os empresários e é um passo muito importante para estimular a energia limpa, o que só foi possível por conta do nosso equilíbrio fiscal."

Com a lei, quem gerar energia solar enviará a produção para o sistema da EDP Espírito Santo. Quando for consumir desse sistema, não haverá incidência de imposto, como explicou Funchal.

VITÓRIA, ES, TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018 ATRIBUNA 23

À espera da janela para mudar de partido

Políticos com ou sem mandato já se movimentam para definir legendas pelas quais disputarão as eleições deste ano

Erick Alencar

O ex-prefeito de Vitória Luiz Paulo Vellozo Lucas mexeu com o mercado político ao anunciar a sua troca do PSDB para o PPS. Da mesma forma, os deputados estaduais Euclério Sampaio (PDT), Josias da Vitória (PDT) e Sergio Majeski (PSDB) disseram que só aguardam a abertura da janela partidária, no próximo dia 7, para migrar.

Da Vitória e Majeski ainda não decidiram em qual sigla se filiarão. Contudo, ambos mantêm conversas com o mesmo PPS do prefeito da capital, Luciano Rezende, dentre outras legendas. Já Euclério tem destino certo: PSB.

"Como a Justiça ainda não resolveu, no primeiro dia eu já saio do PDT e acerto com o PSB", cravou Euclério, que aguarda decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ao pedido que fez para sair do PDT. Divergência, perseguição e a aproximação ao governo do Estado foram apontados por ele como os motivos do rompimento. O PDT nega.

Embalado pelas mesmas razões, Da Vitória afirma que recebe convites há mais de um ano. "Por coincidência, essas siglas estão num ambiente que não está ligado diretamente ao governo do Estado. Em março, vou tomar a decisão", disse. O PPS é o possível destino.

Majeski, por sua vez, estuda propostas de PSB, Rede, Novo e também PPS. O PV interessava, mas os diálogos foram interrompidos desde a morte da ex-presidente



ERICK MUSSO disse que vai discutir eleições apenas "no tempo certo"

te Cidinea Fontana, em outubro de 2017. "Não vou para nenhum partido que limite minhas possibilidades, mas para onde eu possa ser livre para escolher", disse.

O presidente da Assembleia, deputado Erick Musso (PMDB), tem convites do DEM, PV, PSD e pode mudar de sigla por conta da alta concorrência - seis atuais correligionários ocupam cadeiras na Casa. "A todos tenho dito que vou discutir eleições no tempo certo".

Gilshino Lopes (PR) conversa como PMDB, PSDB, PRP, PRB, PEN e Avante, mas só definirá se deixa o atual partido no dia 10.

JANELA PARTIDÁRIA

Mudança sem perder o cargo

> A EMENDA Constitucional 91/2006 disciplina a chamada "janela partidária", que é a previsão de um candidato mudar de partido antes das eleições. Serve para qualquer candidato a cargo eletivo, na qual a troca não acarreta em perda de mandato. > ESTE ANO, ela deve ser aberta no dia 7 de março, portanto sete meses antes do pleito, se estendendo por 30 dias.

Fonte: Advogado Carlos Eduardo Lyrio.

Mazinho vai disputar comando de câmara

A disputa pela presidência da Câmara de Vitória ganhou mais um nome. O vereador Mazinho dos Anjos (PSD) pretende até abrir mão da profissão de advogado para ocupar o cargo.

As normas que regem a advocacia não permitem que advogados exerçam a função de presidente do Legislativo. O vereador disse que não vê problema em deixar de advogar para se dedicar à Câmara.

"Isso não é novidade para mim. Já me afastei por quatro anos quando fui diretor do Iema, por exemplo", disse o parlamentar.

Além de Mazinho, Cléber Felix (PPS), o Clebinho; Luiz Paulo Amorim (PV) e Leonil Dias (PPS) também estão no páreo.



MAZINHO: trânsito com os colegas

Sobre a possibilidade de ser um dos favoritos a ocupar o cargo, Mazinho disse que tem proximidade com colegas. "Eu não posso afirmar que a maioria vota em mim. Mas, tenho bom trânsito com pelo menos 10 dos 15 vereadores".

TRIBUNA LIVRE



TÊLVIO VALIM

Lama que desemboca na Justiça

O Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção, ligado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, tem investigado um esquema fraudulento que envolve empresários e profissionais de saúde suspeitos de vender materiais hospitalares descartáveis reutilizados. Um escândalo recente, que tem sido noticiado massivamente pelos meios de comunicação, a Operação Lama Cirúrgica.

Esse fato, somado a outros que já tem gerado processos, pode ampliar, ainda mais, as estatísticas da judicialização da Medicina. A questão central, nesse caso, são os casos de infecção hospitalar, que estão entre os motivos pelos quais os pacientes mais acionam os tribunais quando se sentem lesados nos serviços prestados por unidades de saúde privadas ou públicas. E não é ainda aleatório. Segundo estimativas, cerca de 100 mil pessoas morrem por ano vítimas de algum tipo de infecção adquirida em hospitais.

Podemos afirmar que não há dúvidas de que os hospitais públicos ou privados podem ser responsabilizados na esfera judicial por episódios de infecção hospitalar. Na área do Direito, dizemos que existe responsabilidade objetiva, pois a unidade de saúde deve estar ciente da qualidade dos produtos que utiliza e compra.

Para isso, basta estabelecer um nexo causal. Se a causa do dano estiver relacionada à responsabilidade do hospital, a unidade é responsabilizada, independentemente de quais foram suas ações ou intenções. É isso que preconiza o Direito Brasileiro.

A responsabilidade civil do hospital é objetiva em relação aos serviços por ele prestados. Assim, as falhas da equipe de profissionais que atuam na instituição configuram "defeito" na prestação do serviço, e a instituição pode ter que indenizar o paciente prejudicado, caso haja uma ação na Justiça. Esse entendimento foi firmado, inclusive, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), gerando jurisprudência.

O STJ, em maio de 2015, determinou que o filho de um idoso que morreu após cirurgia fosse indenizado por danos morais. Os ministros do Superior Tribunal reconheceram a responsabilidade objetiva do hospital, entendendo que havia nexo causal entre o serviço prestado pela unidade e a morte ocorrida.

No recurso ao STJ, o filho alegou que a responsabilidade da pessoa jurídica prestadora de serviços é objetiva e que não foi oferecida a segurança que o consumidor espera de um hospital.

Sustentou ainda que caberia ao

estabelecimento de saúde a comprovação de inexistência de defeito na prestação do serviço, e não a ele provar o oposto. Essa justificativa é válida para o caso de material descartável reutilizado ter sido usado dentro de

hospitais particulares do Estado.

Mesmo sem participar do esquema fraudulento, pacientes que porventura foram prejudicados esperavam que as unidades propiciassem um ambiente seguro.

Casos como esses vão só aumentando a conta da judicialização no Brasil, que tem sido encarada com um fenômeno. De acordo com os dados extraídos da publicação "Números atualizados da judicialização da saúde no Brasil", 1.346.931 processos judiciais de natureza cível foram ajuizados até 31 de dezembro de 2016 e estão tramitando na Justiça. Desses, 427.267 estão relacionados a planos de saúde e 214.947 a tratamentos e ao não fornecimentos de medicamentos pelo SUS.

Têlvio Valim é advogado especialista em defesa médica

Responsabilidade civil do hospital é objetiva em relação aos serviços por ele prestados

AGAZETA
TERÇA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

CIDADES 9

INQUÉRITO

PM investiga diretoria de associação

Motivo é a publicação nas redes sociais de matérias com supostas acusações ao comando

de **VILMARA FERNANDES**
fernandes@redgazeta.com.br

Toda a diretoria da Associação de Cabos e Soldados da Polícia e dos Bombeiros Militares (ACS) está sendo alvo de um inquérito policial militar. A acusação é de que eles publicaram matérias, em redes sociais, com supostas acusações ao Comando da PM, o que fere o regulamento militar.

Por este motivo os diretores da associação estão sendo investigados por cometimento de crime militar ou transgressão disciplinar.

Em uma das matérias, que tratava de bairros dominados pelo tráfico, o processo aponta um parágrafo em que as ofensas foram dirigidas ao Comando da PM, citado como "fantoche". "Enquanto os Policiais Militares

capixabas cumprem o seu papel os questionamentos que ficam são: há reciprocidade verdadeira por parte do governo e do comando que é seu fantoche?", diz o texto.

Em outra, sobre o policial Nero Walker, já demitido da PM e que está preso por, entre outras acusações, envolvimento na greve dos policiais em fevereiro do ano passado, é citado na publicação que o PM é o "prisioneiro dos adeptos da corrupção jurídica", ao se referir aos inquéritos militares conduzidos pela corporação.

No site da ACS, em matéria divulgada no último dia 18, é destacado que o motivo da investigação da diretoria seria perseguição. "A mais pura e destilada vingança do governo! Este governo que fez ressurgir a lei da mordaza contra a atual diretoria da Associação de Cabos e Soldados que, pelo simples fato da entidade defender os interesses da cate-

goria a qual representa, está sendo retaliada de maneira vergonhosa por quem deveria se ocupar em administrar o Estado e diminuir os índices de violência em terras capixabas", destaca a matéria da associação.

De acordo com o advogado da Associação, Victor Abreu, o inquérito trata-se de um erro grave. Ele relata que a ACS contratou uma jornalista a quem deu total liberdade para produzir as matérias e assiná-las. "Foi dada a ela liberdade para produção das pautas - escolha dos temas abordados - e para escrever as matérias. Tudo formalizado em contrato. E o que desejamos agora é criminalizar o trabalho jornalístico que foi desenvolvido", disse.

Abreu acrescenta que os diretores já estão sendo ouvidos e que a intenção da corregedoria "é limitar a expressão dos militares".

SITE DA ACS/REPRODUÇÃO

Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares do Estado do Espírito Santo

(27) 3324-1946
contato@acsptm.org.br

INÍCIO INSTITUCIONAL SERVIÇOS LEGISLAÇÃO PLANO DE SAÚDE ASSOCIE-SE GALERIAS DE FOTOS LINKS ÚTEIS FALE CONOSCO

Aprensão revela bairro dominado pelo tráfico



Uma grande apreensão de armas de fogo de grosso calibre no bairro Serra Dourada I, no município da Serra, na noite desta quarta-feira (17), por militares da 3ª Cia do 6º BPM, levantou um questionamento: será que não existem mesmo áreas controladas pelo tráfico e a grande vida como afirmam recentemente para a imprensa o comandante geral da PM e o comandante do governo?

Durante o patrulhamento os policiais foram avisados por moradores do bairro que alguns homens estavam entrando armas em um terreno situado perto de uma igreja. Previamente os policiais haviam sido dirigidos e encaminhados ao local, com o objetivo de proteger a população e o comércio.

No terreno apontado pelos moradores os militares encontraram cinco capangas calibre 12 em plena funcionamento, cinco pistolas de diversos calibres munições, 12 munições de vários calibres, além de substâncias para o refino de cocaína alojadas em dois pacotes.

A ocorrência poderia ser "uma ocorrência como outra qualquer" ou uma "chiquetagem cortiqueta", mas essa apreensão significa muito mais! Diversos homicídios foram evitados se não fosse a taxa desde o mês está elevada no Estado, muitos crimes jogados pelos traficantes pelo mesmo por não podem ficar envolvidos. Foram evitados crimes contra o patrimônio, boques e receber também foram evitados e a guerra do tráfico perdeu nesta quarta-feira (17) esta batalha.

Diferentemente do mundo "profissional" que o comando insiste "em viver", com este arranque: apreensão pelos militares que não são valorizados e ainda sofrem com a negligência de um governo autoritário, em que não se valoriza ninguém (qualquer bairro). Será que Serra Dourada I não estava dominada pelo tráfico?

Quem responde esta pergunta é um comerciante de 43 anos, morador do bairro Serra Dourada I há 24 anos e por medo de sofrer represálias pediu para não ser identificado, ele conta que o tráfico de drogas é uma triste realidade. "Tem casa que os traficantes mandam e desmarram. Fazer o que querem, cobram os moradores e poder público vive às costas para nós".

Uma das vítimas de cerca de 32 anos e mãe de dois adolescentes também respondeu ao questionamento: "O tráfico de drogas aqui no bairro é em muitos bairros no município da Serra e forte. Infelizmente quem manda mesmo são os bandidos. Eu acho que o comandante deveria ir nestes bairros para ver a realidade", destacou.

Enquanto os Policiais Militares capixabas cumprem o seu papel os questionamentos que ficam são: há reciprocidade verdadeira por parte do governo e do comando que é seu fantoche? Será que o comando e o governo dão a corregedoria para que o militar tire a dominância do tráfico na área em que ele trabalha?

Reportagem: Assessoria de Imprensa ACSPTM/ES

Reprodução de matéria que continha supostas acusações ao comando da PM

"Profissionais estão sujeitos às consequências", diz polícia

Por intermédio de nota, a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) informou que todos os que atuam na corporação estão submetidos a legislação militar e, assim, sujeitos às consequências advindas de uma eventual prática de crimes ou transgressões disciplinares.

"A Polícia Militar informa que, como instituição castrense, segue os preceitos legais esta-

belecidos em legislação própria que tutelam os valores basilares da hierarquia e disciplina", diz o texto, que prossegue: "Todos os profissionais submetidos a esta legislação estão sujeitos às consequências advindas de uma eventual prática de atos contrários aos preceitos éticos e profissionais da instituição, garantidos, em respeito ao Estado Democrático de Direito, acesso

à ampla defesa e ao contraditório", afirmou a corporação, em nota.

A nota enviada pela corporação se encerra reafirmando compromisso com a segurança e a ordem. "A Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) reitera seu compromisso com a sociedade capixaba na garantia de sua segurança e manutenção da ordem pública", conclui o texto enviado pela Polícia Militar.

Dirigente da entidade é preso por execuções

O diretor jurídico da Associação de Cabos e Soldados Militares do Estado (ACS), soldado Fábio Silva de Souza, foi preso, na manhã de ontem, acusado de ter matado dois homens, em Valparaíso, na Serra. O mandado de prisão, expedido pela 3ª Vara Criminal do município, foi cumprido por policiais da Delegacia de Crimes Contra a Vida da Serra.

O crime aconteceu no dia 2 de fevereiro de 2015. O delegado Rodrigo Sandi Mori, que chefiou as investigações, contou como o fato ocorreu, após análise de imagens de câmeras de videomonitoramento de empresas da região, além do depoimento de testemunhas.

O soldado alegou que estava no ponto de ônibus, quando os dois indivíduos, identificados como Alfredo de Souza Garcia e Keivid Rosa Carvalho, ambos de 21 anos, chegaram de bicicleta. Eles teriam anunciado um



Local onde crime aconteceu, em um ponto de ônibus do bairro Valparaíso, na Serra, em fevereiro de 2015

assalto, e o PM reagiu sacando a arma, uma pistola ponto 40. "Ele atirou primeiro na testa de um, que morreu na hora, e depois baleou o que estava perto dele. O policial recarregou a arma e efetuou mais disparos", afirmou o delegado.

Após atirar, o militar ain-

da subiu na bicicleta deles e foi embora, levando o veículo. Desde então, três anos após o fato, o soldado nunca havia comunicado a nenhuma autoridade o que aconteceu. "O policial não comunicou o fato ao Cidodes, no dia do crime, e nem à Corregedoria da PM. Em razão disso,

foi solicitado o mandado de prisão temporária dele, para termos a versão dos fatos", disse Sandi Mori.

Após a morte da dupla, as investigações foram iniciadas e o nome de Fábio chegou através de uma denúncia. O chefe da DCCV da Serra confirmou se ele ainda

pertencia aos quadros da PM e oficiou à Corregedoria, para que a arma que o militar utilizava fosse periciada. "O resultado deu positivo, tanto para os projéteis extraídos dos corpos das vítimas, quanto das cápsulas coletadas no local."

Ontem, Fábio foi preso

DEFESA

Segundo o advogado da ACS, Tadeu Fraga, a prisão foi uma forma de proteger a investigação e garante que o diretor jurídico da ACS, função que exerce desde 2016, está disposto a ajudar nas investigações do caso. Ele diz que o PM espera que tudo seja esclarecido. "Foi uma prisão temporária, de 30 dias, decretada pela 3ª Vara Criminal da Serra para proteger uma investigação em andamento desde 2015, e que só agora identificou o Fábio como indiciado."

NOVIDADE

Empresários vão poder abrir negócios em menos de um mês

Programa vai unificar processos para diminuir tempo e burocracia na abertura de empresas

▲ **EDUARDO DIAS**
edias@redgazeta.com.br

Um empresário com a intenção de abrir um novo negócio no Espírito Santo demora aproximadamente 110 dias para conseguir todas as liberações necessárias dos órgãos de regulamentação. Um longo processo burocrático que gera muitas reclamações e que, por vezes, é apontado como uma grande barreira para os empreendedores.

A criação de um novo programa do governo do Estado, no entanto, promete ajudar os empresários locais a conseguir as liberações para abrir empresas em menos de um mês. Trata-se do Programa Simplifica ES. Com ele, o andamento dos processos de registro e legalização de empreendimentos econômicos pode ser concluído em até 24 dias.

O secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal, deu mais detalhes sobre o programa. O lançamento do Facilita ES aconteceu na manhã de ontem, no Palácio Anchieta, em Vitória. "Em vez de ter um



Junta Comercial é um dos órgãos do Estado que integram o novo sistema

REPRODUÇÃO/SITE SINDIPUBLICOS

BUROCRACIA



"A tendência é para que, com esse número de processos sendo integrado, o tempo gasto na abertura de empresas seja reduzido para os empresários"

BRUNO FUNCHAL
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Isenção de imposto em geração de energia solar

Além do programa que pretende reduzir o tempo para a abertura de novas empresas, também foi sancionada ontem a lei que concede a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para micro e minigeração de energia distribuída.

A lei formaliza a adesão do Estado ao Convênio 16/2015, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Serão beneficiados aqueles que produzem até 1 megawatt (MW) de energia por mês pelo sistema de compensação com as companhias distribuidoras. Atualmente, micro e minigeradores de energia são tributados quando consomem a carga excedente de sua produção que foi injetada na rede distribuidora, no caso a EDP Escelsa.

O secretário da Fazenda, Bruno Funchal, explicou que a pessoa gera energia durante o dia, mas não consome tudo e joga no sistema o que sobrou. Agora, a carga extra ficará como crédito.

TEMPO

110 dias

Tempo médio gasto, hoje em dia, para a abertura de negócios no Espírito Santo.

pleito para a Junta Comercial, para a Fazenda, para o Iema (órgão ambiental) e para os Bombeiros, vai ser tudo no mesmo processo. A tendência é para que, com esse número de processos sendo integrado, o tempo gasto na abertura de empresas seja reduzido para os empresários", explicou Funchal.

ESCRITÓRIO

Funchal também destacou que o processo será integrado entre os municí-

pios capixabas e deve começar a funcionar no próximo mês de abril. Além de um portal na internet, on-

de os interessados poderão acompanhar o andamento do processo junto aos órgãos, também será criado um escritório do empreendedor para orientar a abertura de negócios. O escritório vai funcionar no prédio da Junta Comercial, no bairro Santa Lúcia, em Vitória.

Na avaliação de membros do governo, o programa vai estimular novos negócios no Estado, aumentando a competitividade das empresas locais, a ge-

ração emprego e renda.

Além da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, também fazem parte do programa a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), o Corpo de Bombeiros, o Instituto Estadual de Recursos Hídricos (Iema), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), a Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh) e a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa).

Economia

Abrir empresa vai ficar mais rápido e levar 24 dias

Prazo médio hoje é de 110 dias, período que promete ser reduzido a partir do Simplifica-ES, novo programa do governo do Estado

Andreia Ferreira

Abrir uma empresa no Espírito Santo demora em média, atualmente, 110 dias, de acordo com o governo do Estado. Mas essa realidade está perto de mudar com o Programa Estadual de Desburocratização do Ambiente de Negócios (Simplifica-ES), que promete reduzir o tempo de abertura para 24 dias.

A lei foi sancionada ontem, no Palácio Anchieta, em Vitória, pelo governador Paulo Hartung, em solenidade acompanhada por diversas autoridades, como secretários de Estado, entre eles o da Fazenda, Bruno Funchal, e prefeitos.

"Não é com burocracia absurda que vamos desenvolver nosso Estado. Temos condições de facilitar a vida de quem quer empreender para criar renda, emprego e negócios", disse Hartung.

Com a implantação do programa, o empreendedor terá o tempo otimizado para apresentar documentos. Todo o processo será feito pela internet, no Portal do Empreendedor, no qual será possível informar, uma única vez, os dados necessários para conseguir registro e licenciamento da empresa.

É previsto que a plataforma online comece a funcionar em abril. A partir da agregação dos órgãos no Portal, será reduzida a burocracia na apresentação de documentos para a máquina pública.

Na plataforma estarão integrados todos os órgãos de regulamentação, a exemplo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz); Bombeiros; Vigilância Sanitária; Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema); e Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf).

A fim de orientar a abertura de negócios, será inaugurado, também em abril, o Escritório do Empreendedor, na Junta Comercial do Estado (Jucees), em Vitória.

O secretário de Estado do Desenvolvimento, José Eduardo Azevedo, explicou que o prazo médio será de 24 dias, mas que esse prazo pode se estender conforme o porte da empresa. "Algumas empresas de complexidade menor poderão ser abertas em menos tempo", garantiu.

A Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines), junto à Federação do Comércio (Fecomércio-ES), foi responsável por pautar as medidas de desburocratização. "Novas 15 mil empresas poderão ser abertas no Estado a partir do programa", estimou o primeiro vice-presidente da Fines, José Carlos Zanotelli.



AO MICROFONE, HARTUNG falou sobre o objetivo de alavancar novos negócios e a criação de emprego no Estado

ENTENDA

Novo negócio sem precisar sair de casa

Mais agilidade

> COM O PROGRAMA Estadual de Desburocratização do Ambiente de Negócios (Simplifica-ES), o tempo para o processo de registro e licenciamento ambiental de empresas será reduzido, no Espírito Santo, de 110 dias, em média, para 24, segundo o governo do Estado.

Processos simplificados

> O INVESTIDOR poderá otimizar o

tempo de procedimento de registro pela internet, sem sair de casa.

> ELE VAI acessar o Portal do Empreendedor — previsto para entrar no ar em abril — e inscrever uma única vez todos os dados cadastrais necessários para abrir uma empresa.

> NA PLATAFORMA estarão integrados todos os órgãos estaduais de regulamentação, que vão avaliar os pedidos para a criação de uma empresa.

> O EMPREENDEDOR também recebe-

rá orientação para a abertura de negócios no Escritório do Empreendedor, que vai ser inaugurado em abril e funcionará na Junta Comercial.

Integração dos municípios

> SESENTA e cinco municípios já foram treinados para desenvolver o Simplifica-ES. É previsto que os outros 13 sejam treinados até abril.

Fonte: Governo do Estado, Sedes e Sefaz.

Energia solar fica livre de imposto

Minú e microprodutores de energia fotovoltaica, ou seja, consumidores que optarem por produzir a própria energia, por meio da geração solar, terão isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A lei, que concede a isenção do ICMS, foi sancionada pelo governador Paulo Hartung, no Palácio Anchieta, na manhã de ontem.

Aqueles que produzem até 1 megawatt (MW) serão os beneficiados com a lei, fruto do convênio 16/2015 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).



FUNCHAL: equilíbrio fiscal ajudou

O secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal, destacou que a medida é um pleito antigo dos empresários do Estado: "Isso melhora a matriz energética, vai ao encontro do que queriam os empresários e é um passo muito importante para estimular a energia limpa, o que só foi possível por conta do nosso equilíbrio fiscal."

Com a lei, quem gerar energia solar enviará a produção para o sistema da EDP Espírito Santo. Quando for consumir desse sistema, não haverá incidência de imposto, como explicou Funchal.

DECISÃO EM BRASÍLIA

TST reduz reajuste dos rodoviários

Categoria afirmou ter sido pega de surpresa, mas garantiu que não haverá nova greve

◀ O Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) conseguiu na Justiça reduzir o reajuste dos rodoviários de 3% para 1,8%. A decisão foi do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, e é válida até o julgamento final do recurso.

Na decisão, que é do dia 9 de fevereiro, o TST acata parcialmente o recurso proposto pelas empresas do Sistema Transcol suspendendo os efeitos da sentença do

dissídio coletivo. O julgamento do dissídio aconteceu no dia 10 de janeiro no Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Espírito Santo (TRT-ES), quando a categoria havia conseguido 3% de reajuste.

Por meio de nota, o GVBus informou que, com a nova decisão, "fica determinada a suspensão do reajuste de 3% nos salários e benefícios concedidos aos rodoviários. Dessa forma, salários e benefícios serão corrigidos no percentual de 1,80%, a partir de 22 de janeiro de 2018 até o julgamento final do recurso ordinário."

Segundo o presidente do



BERNARDO COUTINHO - 28/10/2017

Ônibus do Transcol: rodoviários terão 1,8% de aumento

Sindicato dos Rodoviários, Edson Bastos, a categoria foi pega de surpresa. "O processo de dissídio ainda corre no TRT, aqui no Estado, está

em fase de embargos. Foi uma surpresa pra mim e para a categoria", afirmou. Bastos ressaltou que, oficialmente, ainda não foi notifi-

cado da decisão.

No entanto, cartazes foram afixados nas garagens da Grande Vitória informando os motoristas e cobradores da decisão. "O pessoal ficou triste. O reajuste já foi pequeno, bem menor do que a gente almejava, eles foram lá e reduziram mais ainda. Certamente eles não sabem quanto é o salário de um motorista e de um cobrador", lamentou.

SEM GREVE

Por mais que a categoria considere a liminar "absurda", o presidente do sindicato descartou qualquer tipo de manifestação ou paralisação do serviço. "Nós va-

mos conhecer essa liminar, saber em que ela foi baseada. O nosso setor jurídico está trabalhando nisso e vai até Brasília conversar com o ministro que deu a decisão. Liminar se dá e se cassa".

Segundo a GVBus, mesmo com a decisão do TRT-ES, o salário dos rodoviários ainda não havia sido reajustado pois havia recurso em andamento. Os trabalhadores estavam recebendo o salário anterior acompanhado de uma folha a parte, onde vinha registrado o valor do reajuste. A partir da decisão do TST, esse valor será suspenso. (Natalia Bourguignon)

CRIME NO MORRO DO MORENO

Justiça mantém presa bancária acusada de estuprar adolescente

Andrea Martinez foi pega em flagrante com o menino de 13 anos dentro de carro

de KATILAINE CHAGAS
kchagas@redgazeta.com.br

A Justiça determinou a prisão preventiva da mulher acusada de estuprar um menino de 13 anos no último sábado, no Morro do Moreno, em Vila Velha.

A prisão em flagrante da bancária Andrea Martinez, 46, foi convertida em preventiva na audiência de custódia realizada no último domingo. O caso está sob sigilo de Justiça pois a vítima é menor de idade.

Andrea foi presa em flagrante, após um pedestre denunciar que ocupantes de um carro estavam fazendo sexo. No local, policiais constataram a violação sexual, dentro de uma Mitsubishi ASX, onde ela e o menino de 13 anos estavam.

“Quando cheguei, per-



BERNARDO COUTINHO



REPRODUÇÃO CÂMERA DE VIDEOMONITORAMENTO

Carro da mulher onde aconteceu o crime. Acima, Andrea deixa o veículo enrolada em uma toalha

cebi que estava acontecendo algo pelo calor que fazia dentro do ambiente e, ao fazer a abordagem, constatei o ato no banco do motorista. Ele até me entregou a camisinha”, declarou em entrevista o soldado Everaldo Ervatti.

O menino contou que estava na praia vigiando

carros com um amigo quando a bancária os convidou “para namorar”. Ele aceitou e o colega não.

Após a abordagem, ela saiu enrolada numa toalha e pediu para se vestir. Ela está no Centro Prisional Feminino, em Cariacica. Não há acusações anteriores contra ela.

INVESTIGAÇÃO

O delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) confirmou que também será investigada a informação dada pelo menino durante seu depoimento de que há casos anteriores de estupro em sua família.

“Isso também está sendo averiguado”, afirmou o delegado. Não há registros de denúncias anteriores sobre essas acusações.

O delegado confirmou que o menino está muito abalado. “Ele chorou muito, foi encaminhado para atendimento psicossocial e nós vamos acompanhar esse início agora, até como forma de apoio.”

O caso do menino, é o

terceiro em cinco anos em que a autora é mulher a chegar à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), segundo o delegado Lorenzo Pazolini, titular da delegacia.

“Isso é importante ser ressaltado. Qualquer contato sexual com menores de 14 anos caracteriza estupro de vulnerável”, defendeu o delegado.

Mandados coletivos para pegar criminosos

◀ O ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou ontem que não haverá pedido de prisão coletivo por parte do governo, no Rio, durante a intervenção federal na Segurança do Estado. Mais cedo, o ministro citou um mandado de "captura" coletivo no Estado. Porém, à noite, Jungmann afirmou que, na verdade, o pedido será de mandatos coletivos de busca e apreensão.

"Me referi anteriormente a mandado coletivo de captura. Na verdade, o mandado coletivo é de busca e apreensão. Este mandado de busca e apreensão



WILTON JUNIOR/AE - 07/02/2018

Exército aborda homem em comunidade do Rio

é feito pelas polícias, não é feito pelas Forças Armadas e só é feito a partir de uma ordem judicial e acompa-

nhado pelo Ministério Público", disse Jungmann, após se reunir com o presidente da Câmara, Rodrigo

Maia (DEM-RJ).

Pela manhã, Jungmann havia dito que o objetivo era conseguir cercar toda uma rua ou mesmo comunidade para capturar criminosos. Hoje, os mandados são restritos a uma casa específica. Jungmann alegou que os bandidos se movem e acabam escapando.

O ministro da Defesa afirmou, ainda, que homens das Forças Armadas, agentes da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança bloqueavam todas as rodovias de acesso ao Rio de Janeiro e pontos considerados de alta incidência de roubo de carga.

Maioria da bancada capixaba é a favor

◀ A maioria da bancada capixaba disse que votaria a favor da manutenção da intervenção. No começo da noite, no início da sessão, procurados pela reportagem, dos dez deputados, sete votariam a favor, dois contra e um estará ausente (Paulo Foletto, do PSB).

Para o líder da maioria na Câmara, Lelo Coimbra (PMDB), o decreto foi "corajoso" e tentará reverter o quadro da violência no Rio.

Já Helder Salomão (PT), é contrário à medida, assim como Givaldo Vieira (PT). "O governo desrespeita os

preceitos democráticos, revela sua face autoritária, sua incompetência e vai penalizar os mais pobres".

Mesmo entre os que votariam a favor, a medida divide opiniões. "Votarei favorável, apesar de que essa ação isolada por si só não resolve a violência no Estado", afirmou Sérgio Vidigal (PDT).

Norma Ayub (DEM) classificou a intervenção como "arriscada", mas também seria a favor, assim como Carlos Manato (SDD), Evair Vieira de Melo (PV), Doutor Jorge Silva (PHS) e Marcus Vicente (PP).

ESPECIAL SEGURANÇA

GOVERNO DECIDE SUSPENDER
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Equipe já trabalha com agenda alternativa para a economia

◀ O governo decidiu suspender a tramitação da reforma da Previdência, porém, já trabalha com uma nova agenda na pauta de votações do Congresso, com 15 projetos na área econômica que vai tentar aprovar ao longo do ano.

De acordo com o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, o governo ouviu informalmente alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e chegou a conclusão de que não havia condições de contornar o impedimento legal de que propostas de emenda à Constituição (PECs) sejam votadas durante a vigência de uma intervenção federal, como a que está vigorando na área de segurança no Rio de Janeiro.

"Hoje, a análise que se tem, após o debate, consultas informais a alguns ministros do STF, é que a tramitação da reforma es-



Marun: reforma suspensa devido à intervenção

tá suspensa em função da decretação da intervenção", admitiu Marun.

Ele acrescentou: "Suspender o decreto (para votar a reforma) é uma situação controversa. Você suspende o decreto e depois reedita esse decreto?", questiona.

Escalado pelo governo

FABIO POZZEOM/AGÊNCIA BRASIL

para negociar a reforma com os parlamentares, Marun disse que não está feliz, mas admitiu que o governo não conseguiu os votos necessários. Ele concluiu dizendo que a reforma não sairá da pauta do país, sinalizando que o tema fará parte da campanha eleitoral e ficará para

o próximo governo: "A PEC sai do Congresso e vai para os palanques", disse o ministro. Segundo ele, há a possibilidade de, a depender do resultado das urnas, haver um acordo com o próximo presidente para retomar a discussão.

Na sexta-feira, ao assinar o decreto, Temer anunciou que a intervenção seria suspensa no momento em que a proposta tivesse os votos suficientes para ser votada. Entretanto, no encontro de ontem, chegou-se à conclusão de que revogar o decreto poderia desmoralizar a intervenção, diante do risco de não aprovar a reforma. O governo estaria se antecipando à uma provável decisão do STF nesse sentido, acatando pedido dos partidos da oposição.

Na manhã de ontem, antes da decisão de suspender a tramitação da reforma, houve protestos em várias cidades do país, inclusive Vitória, contra o projeto.

Prioridade é votar
propostas econômicas

◀ Ministros do governo Michel Temer se reuniram ontem para discutir e anunciar uma nova agenda do governo na pauta de votações do Congresso. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, anunciou uma lista de 15 projetos na área econômica que o governo tentará aprovar, já que a tramitação da reforma da Previdência foi suspensa em razão de decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro.

A legislação proíbe, durante vigência de intervenção federal, a aprovação de emendas à Constituição. A reforma da Previdência foi apresentada como uma PEC e a inter-

venção no Rio, na área de segurança pública, tem previsão de durar até 31 de dezembro deste ano.

Entre os projetos, constam a reforma do PIS/Cofins e a simplificação tributária, reoneração da folha (que resultará em aumento de tributos para empresas), regulamentação do teto remuneratório, a privatização da Eletrobras e a autonomia do Banco Central. Segundo Padilha, o governo definiu a nova pauta a partir das falas dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira, sobre a suspensão da tramitação da reforma da Previdência. (GL)

PAUTAS NA FILA PREFERENCIAL

- ▼ Reforma do PIS/Cofins e a simplificação tributária
- ▼ Autonomia do Banco Central
- ▼ Marco legal de licitações e contratos
- ▼ Nova lei de finanças públicas
- ▼ Regulamentação do teto remuneratório
- ▼ Privatização da Eletrobras
- ▼ Reforço das agências reguladoras
- ▼ Depósitos voluntários

- no Banco Central
- ▼ Redução da desoneração da folha
- ▼ Programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais
- ▼ Cadastro positivo
- ▼ Duplicata eletrônica
- ▼ Distrito
- ▼ Atualização da Lei Geral de Telecomunicações
- ▼ Extinção do Fundo Soberano

Mudança nas regras pode
ser via projeto de lei

◀ Depois de anunciar a suspensão da tramitação da reforma da Previdência, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, tentou demonstrar que o governo não ficará paralisado com a

interrupção das articulações de sua principal medida. Segundo ele, está em análise uma nova pauta do governo, em conjunto com o Congresso, mas ele disse que não poderia dar detalhes.

Ele evitou também dizer se o governo vai tentar encaminhar ajustes na Previdência via projeto de lei. Há mudanças, como a regra de cálculo dos benefícios do INSS, que podem ser feitas por esse caminho. Já as alterações para servidores públicos requerem alteração na Constituição - o que está inviabi-

lizado durante a intervenção na segurança pública do Rio. O ministro rechaçou a acusação de que o governo encontrou no decreto de intervenção no Rio uma desculpa para adiar mais uma vez a votação da reforma da Previdência. "O governo não precisa se desculpar por não aprovar a reforma".



SULLIVAN SILVA

Protesto em Vitória

Um grupo de manifestantes saiu da Praça Oito, no Centro de Vitória, e seguiu em direção à Agência da Previdência Social, na Avenida Beira-Mar, em protesto contra a reforma da Previdência.



NILTON FUKUDA/AE

Boneco de Temer

Imagem do presidente Michel Temer e faixas contra a reforma marcaram o protesto realizado na capital paulista. Houve manifestações convocadas por sindicatos no Brasil inteiro.



CRIS FAGA/AE

Avenida fechada

A Avenida Paulista foi fechada durante a manifestação realizada pelas centrais sindicais. Os manifestantes também criticaram a intervenção federal no Rio de Janeiro.

Política.

AGAZETA | 16

TERÇA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

 Editora: Samanta Nogueira | snogueira@redgazeta.com.br
 WhatsApp: (27) 98135.8261 | Telefone: (27) 3321.8332
 ATENDIMENTO AO ASSINANTE: (27) 3321-8699

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



FOTOS: FERNANDO MADEIRA

Manifestantes contra a censura ao projeto das artes e religiosos protestaram nas galerias da Assembleia

REPERCUSSÕES

“Não foi uma discussão racional, com argumentos honestos. Houve mistura de um monte de coisa sem relação com nada”

SERGIO MAJESKI (PSDB) DEPUTADO

“Se chegar essa aberração aqui, não fará bem às nossas crianças. Essas coisas levam o país aonde ele está”

EUSTÁQUIO FREITAS (PSB) DEPUTADO

“Não cabe à Casa legislar sobre esse fato. Deve ser decidido pelo Congresso”

SANDRO LOCUTOR (PROS) DEPUTADO

“O projeto é constitucional; acho que podemos legislar sobre ele”

JOSIAS DA VITÓRIA (PDT) DEPUTADO

“Quando dizem que não apoiamos as famílias, isso não é passível de aceitar. Votamos pela inconstitucionalidade”

RODRIGO COELHO (PDT) DEPUTADO

“Sou da base do governo, mas tinha minha convicção própria e votei contra. Em meu entendimento, fere os princípios da família”

GILSINHO LOPES (PR) DEPUTADO

“Não votei porque tive uma reunião. (Sobre?) Não posso falar”

RAFAEL FAVATTO (PEN) DEPUTADO

CENSURA ÀS ARTES NO ESTADO É BARRADA

Deputados voltam atrás e mantêm veto ao projeto

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

A votação na Assembleia Legislativa que manteve, por 17 votos a nove, o veto do governador Paulo Hartung (PMDB) ao projeto de lei que pretendia censurar exposições artísticas com “teor pornográfico” foi um festival de contradições e mais um alerta para a maneira como os parlamentares analisam as propostas.

O texto da proposta era claro: proibir “fotografias, textos, desenhos, pinturas, filmes e vídeo que exponham o ato sexual ou a nudez humana” em espaços públicos. Caso aprovado, a eventual exposição de grandes obras de arte da humanidade no Estado estaria ameaçada.

A argumentação dos defensores do projeto girou em torno de “não incentivar a pedofilia”, “ser contra estupro”, “defender a família” e “ser temente a Deus”.

É que o projeto de Euclério nasceu por conta da polêmica envolvendo uma performance no Museu de Arte Moderna de São Paulo

no ano passado. Um vídeo mostrando uma coreógrafa e a filha dela, criança, tocando os pés do artista viralizou e foi amplamente criticado. O museu avisava que havia nudez exposta.

“Pornografia travestida de arte não é arte. Daqui a pouco vão dizer que o estupro de vulnerável no Morro do Moreno é arte também”, disse Euclério Sampaio (PDT), autor da proposta, em menção ao crime cometido no último domingo. Em discurso ontem, disse ser defensor da família e filósofo: “Sabem qual é a base da teoria marxista? É destruir a família”.

O projeto havia sido aprovado em outubro com apenas um voto contrário, o do deputado Sergio Majeski (PSDB). Ontem, 17 parlamentares decidiram votar pelo veto e, portanto, contra o projeto. As mudanças de posição deixaram no ar a dúvida sobre se o governo dos deputados é maior do que as próprias convicções.

O líder do governo na Assembleia, Rodrigo Coelho (PDT), e o chefe da Ca-

sa Civil, José Carlos da Fonseca Jr. (PSD), entraram no circuito para convencer deputados a manter o veto. Coelho negou que tenha havido pressão governista.

Segundo o deputado, os deputados foram convencidos exclusivamente porque o projeto era inconstitucional, como o veto e um novo parecer da Procuradoria da Assembleia indicavam.

Mas os deputados não foram capazes de observar a inconstitucionalidade em outubro, quando a matéria passou quase à unanimidade em plenário?

“Nunca fui nem sou contra a arte. Daqui a pouco vão dizer que estupro de vulnerável é arte também”

— EUCLÉRIO SAMPAIO (PDT) AUTOR DO PROJETO 383/2017

“A primeira votação foi simbólica. Alguns dos 28 favoráveis – um contrário e a abstenção do presidente – não estavam nem presentes no plenário. Ou estavam vendo outro projeto ou conversando sobre outro ponto de pauta. Foi um dia conturbado. Muitos votos se deram dessa maneira. Outros seguiram parecer da Procuradoria que, naquele momento, equivocadamente, deu parecer diferente ao que observamos agora”, afirmou Rodrigo Coelho.

A deputada Luzia Toledo disse que pensou, primeiro, como cristã. “Vou

ser sincera. Naquela votação nós cochilamos. Foi um cochilo dos membros da Comissão de Justiça. Não foi a primeira vez, não vai ser a última vez. Sabe aquela sensação na hora que um colega apresenta um projeto? Até por eu ser uma temente a Deus, foi mais na emoção do que dentro daquilo que sou, legalista, advogada”, disse.

O presidente da Comissão de Cultura, Marcos Bruno (Rede), pediu para se abster de votar. Não era possível. Acabou votando contra o projeto.

Evangélicos, Gildevan Fernandes (PMDB) e Rafael Favatto (PEN) não votaram, mas apareceram no plenário depois. Votassem a favor do veto, ficariam mal com as igrejas. Se contrários, poderiam desagradar o governo. Favatto disse que não apareceu para votar porque estava em reunião. Só não disse com quem nem sobre o quê. Gildevan disse que pegou trânsito e chegou atrasado. Hudson Leal (PTN) marcou presença no início da sessão, mas depois saiu, sem votar.





FERNANDO MADEIRA

O ator e artista visual Leonardo Freire foi retirado pela equipe de segurança após abaixar as calças na galeria

Manifestações pela família e pela liberdade

Enquanto deputado discursava, ator tirou parte da roupa e acabou expulso da Assembleia

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Manifestantes favoráveis e contrários ao projeto acompanharam a sessão das galerias da Assembleia. De um lado, os “defensores da família”. De outro, os contrários à “censura às artes”.

“Essas manifestações vão contra os valores éticos-morais, como preservação da família, preservação da pureza da criança. Sou a favor de toda manifestação artística, desde que não interfira na pureza das crianças”, disse Denner Lopes da Silva, 23 anos, universitário e mem-



DIVULGAÇÃO/DEPUTADOS

bro da Igreja Batista.

Enquanto o deputado Euclério Sampaio (PDT), autor da proposta, discursava na Assembleia, o ator e artista visual Leonardo Freire, 34 anos, virou de costas para o plenário, e

abaixou as calças.

Imediatamente, o pedetista disse que o manifestante deveria ser preso. O presidente da Assembleia, Erick Musso (PMDB), determinou que a equipe de segurança da Casa retiras-

se o ator do prédio e que, se ele resistisse, recebesse ordem de prisão.

Segundo Leonardo Freire, o ato foi um protesto. Ele considerou que as imagens mostradas no painel pelo deputado foram retiradas de contexto e que “artistas reconhecidos nacionalmente foram difamados” por Euclério.

“Minha bunda foi uma resposta a tudo aquilo. Tem hora que tem que dar a bunda para certo tipo de coisas. Não só para ele, mas para todos os falsos moralistas que estão ali. Não são todos, mas a maioria”, disse ele, que é de Vila Velha. Nenhuma medida extra foi tomada pela Assembleia, após a expulsão. (Caíque Verli)

O DESFECHO DO PROJETO

PLACAR DA VOTAÇÃO

▼ **Votaram sim (para manter o veto): 17**

Almir Vieira (PRP)
Amaro Neto (SDD)
Dary Pagung (PRP)
Eliana Dadalto (PTC)
Enivaldo dos Anjos (PSD)
Hércules Silveira (PMDB)
Jamir Malini (PP)
Janete de Sá (PMN)
José Esmeraldo (PMDB)
Luzia Toledo (PMDB)
Marcelo Santos (PMDB)
Marcos Bruno (Rede)
Nunes (PT)
Raquel Lessa (SDD)

Rodrigo Coelho (PDT)
Sandro Locutor (PROS)
Sergio Majeski (PSDB)

▼ **Votaram não (por derrubar o veto): 9**

Bruno Lamas (PSB)
Da Vitória (PDT)
Esmael de Almeida (PMDB)
Euclério Sampaio (PDT)
Freitas (PSB)
Gilsinho Lopes (PR)
Padre Honório (PT)
Pastor Marcos Mansur (PSDB)
Theodorico Ferraço (DEM)
▼ **Ausentes: 3**
Gildevan Fernandes

(PMDB)
Rafael Favatto (PEN)
Hudson Leal (PTN)

▼ **Não votou: 1**

Erick Musso (PMDB). O presidente só vota em caso de empate.

O PROJETO

▼ **PL 383/2017**

A matéria pretendia proibir “exposições artísticas ou culturais com teor pornográfico nos espaços públicos do Estado do Espírito Santo”.

▼ **Definição**

O projeto definiu como

“teor pornográfico” as “expressões artísticas ou culturais que contenham fotografias, textos, desenhos, pinturas, filmes e vídeos que exponham o ato sexual e a nudez humana.

▼ **Embarque**

Surgiu após polêmica apresentação artística em São Paulo em que uma criança tocou o pé de um artista nu. Para o autor, a aprovação da proposta combateria a “pedofilia” e “protegeria as famílias”.

Manoel Goes Neto

É produtor cultural e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)

A arte e a criação vencem os intolerantes oportunistas

As classes artísticas e culturais do nosso Estado estão felizes pelo veto dessa lei talibã e inconstitucional, que ignorava o pilar maior da nossa Constituição Federal de 1988 em vigor, que disciplina o trinômio democracia-censura-liberdade de expressão e informação, que consagra em seu Artigo 220§2º e que de forma clara e precisa proíbe toda e qualquer forma de censura, garantindo a total liberdade de expressão.

Nosso diálogo democrático, conversando com a maioria dos deputados estaduais, foi vencedor na manutenção do veto do governador Paulo Hartung, ao absurdo Projeto de Lei 383/2017, de autoria do deputado Euclério Sampaio, uma manifestação expressa e equivocada de inconstitucionalidade, que pretendia de forma oportunista e eleitoreira estipular uma análise prévia às obras artísticas como, filmes, livros, pinturas, performances e espetáculos musicais e teatrais, em um ato claro de censura.

Os maiores e mais antigos centros culturais do mundo localizados em toda a Europa, e em tantos outros países, reforçam a importância da arte como parte do desenvolvimento social, cultural e cognitivo do ser humano, e auxilia no processo de construção de identidade e cidadania. Nestes grandes centros, a arte é também um bem público livre, e possui um papel fundamental no desenvolvimento da educação, da economia e das atividades turísticas.

A história da arte e suas relações com a sociedade, nos mostra que a representação do corpo, em qualquer linguagem artística, não pode ser confundida com pornografia. O corpo humano está presente em toda a história da arte ocidental, seja como tema para representação da figura humana, seja como forma de expressão da subjetividade e interpretação do mundo. O corpo é limpo, é natural, é vida.

Os espaços culturais públicos do Estado possuem curadores preparados e competentes, voltados para a função de analisar trabalhos artísticos e classificá-los de acordo com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor.

Não existe arte pornográfica. Existem arte e pornografia, coisas bem distintas. A arte é um conceito amplo e bastante complexo. A arte é produzida desde os tempos das cavernas, sempre como indagação da existência humana na terra.

Essé contingente minoritário, radical, e oportunista, que desconhece as atividades culturais desenvolvidas no nosso ES, tentaram sem sucesso causar um enorme dano à cultura capixaba, mas prevaleceu o bom senso e a nossa constituição. A arte é, e tem que ser provocadora sempre. Arte é vida. Sempre houve reação contrária à manifestação do artista, um ser realmente especial e diferente dos demais. Defender a liberdade de expressão artística é defender a evolução. A arte e sua criação são livres e imortais.

“A cultura não deve sofrer nenhuma coerção por parte dos poderes político ou econômico, mas ser ajudada por um e por outro, em todas as formas de iniciativa pública e/ou privada.” – Papa João Paulo II

EVENTO NA CHINA

Viagem rende processo para ex-vereador

MP de Contas quer devolução de dinheiro. Roteiro incluiu passeios e "Pato de Beijing"

⚡ O Ministério Público de Contas quer que o ex-presidente da Câmara de Barra de São Francisco Adilson Gonçalves devolva um total de R\$ 15.288,12 aos cofres municipais, relativos a gastos com diárias e passagens aéreas para participação em um evento na China. A viagem ocorreu em 2011, para participação na Feira de Mármore e Granito de Xiamen, e durou 13 dias. "Apenas os dias 6, 7 e 8 de março de 2011 foram dire-

cionados ao motivo primordial da viagem. Os dias que seguiram à participação na feira foram claramente com propósito turístico, em afronta ao princípio da moralidade pública", ressalta o parecer.

O MP de Contas listou as atividades realizadas entre os dias 10 e 15 de março de 2011: tardes e noites livres para compras e atividades independentes; city tour na cidade de Xangai, incluindo visita ao Templo do Buda de Jade, ao Jardim Yuyuan e calçada da cidade; degustação do "delicioso Pato Laqueado de Beijing"; city tour na cida-



Jardim Yuyuan, em Xangai, um dos locais visitados

de de Beijing, incluindo visita ao Palácio Imperial, à Praça Tian Na Men e ao Palácio de Verão; apresenta-

ção de acrobacia; visita à Grande Muralha da China, ao Estádio Nacional Ninho do Pássaro e ao Centro Na-

VIAGEM

13

dias

Foi o tempo de duração da viagem do vereador, segundo MP de Contas.

cional de Natação Cubo Aquático; em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, dois dias com tardes e noites livres para compras e atividades independentes.

Foram R\$ 10.402,56 em diárias e R\$ 4.885,56 em passagens aéreas, tudo

pago pela Câmara de Barra de São Francisco.

O Ministério Público acompanhou integralmente o posicionamento da equipe técnica ao considerar que "claramente tais atividades não atendem o interesse público, ferindo ainda princípios como os da finalidade e da moralidade" e acrescentou que os propósitos da viagem não se compatibilizam com as funções típicas do Poder Legislativo (fiscalizar e legislar), bem como com as funções atípicas (administrativa e de julgamento)". A reportagem tentou, sem sucesso, contato com o ex-vereador.

AGAZETA
TERÇA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

POLÍTICA | 19

APÓS INTERVENÇÃO NO RIO

Pauta conservadora ganha força no Congresso Nacional

Um dos principais temas é a redução da maioria penal em crimes hediondos

▲ NATÁLIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

A decretação de intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro dá o sinal de que o governo Temer (PMDB) pode estar redefinindo os termos da discussão política e que surja um estímulo ao debate de pautas conservadoras no Congresso Nacional.

Com o protagonismo voltado agora para a agenda da área de segurança, que tem potencial apelo popular, senadores querem retomar a discussão sobre a redução da maioria penal em crimes hediondos, um dos principais temas desta agenda.

A alteração precisa ocorrer por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), algo proibido de ser aprovado durante vigência de intervenção federal. Entretanto, o assunto pode ser um dos que seja reavivado pelos parlamentares, ameaçando também uma possível derrota do governo na reforma da Previdência.

“Nós não faremos segurança pública com seriedade sem reduzir a maioria penal. Não é só baixar de 18 para 16. Cometeu crime hediondo, não importa a faixa etária, perdeu sua condição de menor, e que cumpra a pena da lei”, defende o senador Magno Malta (PR).

A PEC da maioria de pe-



GUSTAVO BEZERRA/AGÊNCIA SENADO

Comissão de Constituição e Justiça do Senado vai analisar projeto que reduz a maioria penal no país

APOIO

“Não mudaremos a segurança pública com seriedade sem fazer a redução da maioria penal. Este é o momento de discutir de verdade”

MAGNO MALTA (PR)
SENADOR

nal já foi votada pela Câmara em 2015 e está parada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) do Senado. O relator do texto é o senador Ricardo Ferraço (PSDB), que está licenciado.

A senadora Rose de Freitas (PMDB) também avalia que esta seja uma hora oportuna para voltar

a discutir o tema.

“Este tema vai voltar, mas não são as crianças e adolescentes os culpados por essa crise de segurança em que o país está. Foram todas as gestões que passaram e não fizeram uma fiscalização mais dura no que é de competência da União, como controle do tráfico de drogas, armas entrando pelas fronteiras”, declarou.

Para a senadora, entretanto, esta agenda não tem relação com a votação da Previdência.

“Não pode ser: já que não deu a Previdência, vamos cuidar da segurança pública. Todas as coisas são deveres de casa”, afirmou.

APELO

A mudança de foco para a pauta de segurança, in-

clusive criando um ministério para o setor, também significa, para o governo Temer, um meio de melhorar sua imagem em ano eleitoral, analisa o mestre em Direitos e Garantias Fundamentais e professor da FDV, Caleb Salomão.

“O grupo que cerca Temer hoje não tem nenhum nome capaz de chegar às eleições com competitividade. E ao dar maior participação das Forças Armadas na política, ele consegue esvaziar as bandeiras de Bolsonaro e pode ser a única forma que ele tenha de conseguir apoio popular”, comentou.

O cientista político da Mackenzie, Rodrigo Prando, acredita que outros temas penais, como relativos ao porte de armas, também podem voltar à

ESTRATÉGIA

“O governo não pode achar que, só porque não deu para fazer a Previdência, vamos cuidar da segurança. Ambos são deveres de casa”

ROSE DE FREITAS
(PMDB) SENADORA

pauta por esta estratégia.

“Ele perde a característica de ser o presidente reformista, mas ataca um problema que é sensível para a população, pois é de mais fácil compreensão e afeta todas as classes. A segurança pública é algo que traz ganhos eleitorais tanto ao Executivo como ao Legislativo”, afirmou.

ENTENDA

VOTAÇÃO DE PECs

▼ Intervenção

A legislação proíbe, durante vigência de intervenção federal, a promulgação de emendas à Constituição. A reforma da Previdência foi apresentada como uma PEC e a intervenção no Rio, na área de segurança pública, tem previsão de durar até 31 de dezembro deste ano.

▼ Divergência jurídica

Há especialistas que afirmam que a lei não deixa claro se há de PECs poderem tramitar durante a intervenção.

MAIORIDADE PENAL

▼ Projeto

A mudança na lei para reduzir a maioria penal para 16 anos em caso de crimes graves também seria por meio de PEC. Senadores da base do governo querem usar a repercussão da intervenção para retomar essas discussões.

▼ Tramitação

Em 2015, na gestão Eduardo Cunha (PMDB), a Câmara aprovou a PEC em dois turnos. O texto está no Senado.

▼ No Senado

O texto ainda vai ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e o relator é o senador Ricardo Ferraço (PSDB). Ia ser pautado em novembro de 2017, mas foi adiado.

JANE DE ARAÚJO/AGÊNCIA SENADO



Eunício Oliveira chega ao Senado com assessor

Acordo para votar projetos de segurança

BRASÍLIA

▲ Atropelados pelo decreto do presidente Michel Temer (PMDB) que instituiu a intervenção federal na área de segurança no Rio de Janeiro, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), não querem perder o protagonismo no comando de mudanças na legislação de combate ao crime organizado.

Com 83% da população do Rio de Janeiro apoiando a intervenção federal e o clamor popular por medidas de combate a violência, os dois

certaram de votar o pacote de segurança que estava em tramitação nas duas Casas por projetos de lei ou projetos de lei complementar.

Hoje, Maia vai discutir a tramitação do anteprojeto que foca na legislação para coibir o tráfico de armas e drogas no país, elaborado pela comissão de juristas comandada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

A comissão foi criada por Rodrigo há 120 dias e o anteprojeto será entregue nos próximos dias. No Senado, Eunício também vai priori-

zar a votação, via projeto de lei, de alterações no Código Penal, na Lei de Execuções Penais, Processo Penal, e no projeto que prevê a construção de colônias agrícolas onde os presos de menor periculosidade vão trabalhar para pagar suas despesas e ajudar suas famílias. Nas consultas feitas pelo Alô Senado, esse é o projeto de maior apelo popular.

A pauta contém dois projetos que alteram o Código Penal. O primeiro extingue o atenuante de pena para jovens entre 18 e 21 anos, e o outro agrava a pena para cri-

mes cometidos próximos a residências ou escolas, em situação de tocaia.

“Combiné com Rodrigo Maia que ele pode mandar os projetos de segurança que votar na Câmara que vou votar em regime de urgência. Sobre PECs, suspenderei a tramitação de todas as propostas enquanto vigorar o decreto. Não é uma determinação minha, é da Constituição”, disse Eunício Oliveira. (Agência O Globo)

➤ MAIS INTERVENÇÃO
NO RIO págs. 12 e 13

NOVIDADE

Empresários vão poder abrir negócios em menos de um mês

Programa vai unificar processos para diminuir tempo e burocracia na abertura de empresas

▲ **EDUARDO DIAS**
edias@redegazeta.com.br

Um empresário com a intenção de abrir um novo negócio no Espírito Santo demora aproximadamente 110 dias para conseguir todas as liberações necessárias dos órgãos de regulamentação. Um longo processo burocrático que gera muitas reclamações e que, por vezes, é apontado como uma grande barreira para os empreendedores.

A criação de um novo programa do governo do Estado, no entanto, promete ajudar os empresários locais a conseguir as liberações para abrir empresas em menos de um mês. Trata-se do Programa Simplifica ES. Com ele, o andamento dos processos de registro e legalização de empreendimentos econômicos pode ser concluído em até 24 dias.

O secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal, deu mais detalhes sobre o programa. O lançamento do Facilita ES aconteceu na manhã de ontem, no Palácio Anchieta, em Vitória. "Em vez de ter um



Junta Comercial é um dos órgãos do Estado que integram o novo sistema

REPRODUÇÃO/SITE SINDIPUBLICOS

BUROCRACIA



"A tendência é para que, com esse número de processos sendo integrado, o tempo gasto na abertura de empresas seja reduzido para os empresários"

BRUNO FUNCHAL
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Isenção de imposto em geração de energia solar

Além do programa que pretende reduzir o tempo para a abertura de novas empresas, também foi sancionada ontem a lei que concede a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para micro e minigeração de energia distribuída.

A lei formaliza a adesão do Estado ao Convênio 16/2015, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Serão beneficiados aqueles que produzem até 1 megawatt (MW) de energia por mês pelo sistema de compensação com as companhias distribuidoras. Atualmente, micro e minigeradores de energia são tributados quando consomem a carga excedente de sua produção que foi injetada na rede distribuidora, no caso a EDP Escelsa.

O secretário da Fazenda, Bruno Funchal, explicou que a pessoa gera energia durante o dia, mas não consome tudo e joga no sistema o que sobrou. Agora, a carga extra ficará como crédito.

pleito para a Junta Comercial, para a Fazenda, para o Iema (órgão ambiental) e para os Bombeiros, vai ser tudo no mesmo processo. A tendência é para que, com esse número de processos sendo integrado, o tempo gasto na abertura de empresas seja reduzido para os empresários", explicou Funchal.

ESCRITÓRIO

Funchal também destacou que o processo será integrado entre os municí-

TEMPO

110 dias

Tempo médio gasto, hoje em dia, para a abertura de negócios no Espírito Santo.

pios capixabas e deve começar a funcionar no próximo mês de abril. Além de um portal na internet, on-

de os interessados poderão acompanhar o andamento do processo junto aos órgãos, também será criado um escritório do empreendedor para orientar a abertura de negócios. O escritório vai funcionar no prédio da Junta Comercial, no bairro Santa Lúcia, em Vitória.

Na avaliação de membros do governo, o programa vai estimular novos negócios no Estado, aumentando a competitividade das empresas locais, a ge-

ração emprego e renda.

Além da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, também fazem parte do programa a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), o Corpo de Bombeiros, o Instituto Estadual de Recursos Hídricos (Iema), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), a Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh) e a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa).

Vídeo 'ensina' negros a agir durante ação militar

Um vídeo que ensina como pessoas negras moradoras de comunidades devem agir durante a intervenção federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro viralizou na web e tem quase 2 milhões de visualizações. O objetivo do conteúdo seria evitar mortes.

"A gente não quer demonizar militares, até porque boa parte deles é composta por negros. Infelizmente, a população negra sofre muito mais com a violência", explica Spartakus Santiago, um dos idealizadores do vídeo. Também participou do tutorial Edu Carvalho, do site FavelaDaRocinha.com, e AD Junior, do canal Descolonizando.

Entre as recomendações do vídeo, estão: evitar sair de casa tarde e sem documentos; avisar a conhecidos e familiares onde se está indo e confirmar quando chegar ao local; e portar sempre o celular carregado para documentar as ações.

Outras duas advertências fazem analogia a episódios envolvendo ações policiais no Estado: evitar o uso de guarda-chuva longo ou furadeira, que possam ser confundidos com armas, e nunca levar materiais de limpeza dentro de mochilas e bolsas.

A primeira lembra a morte do fiscal de super-

"Há pesquisas que provam que há um viés racial [em mortes em confrontos policiais]. As pessoas negras sofrem mais."

IGNACIO CANO, PESQUISADOR DA UERJ

mercados Hélio Ribeiro, de 46 anos, atingido por um tiro de fuzil de um militar do Batalhão de Operações Especiais da PM, quando instalava um toldo no terraço, no Andaraí, em 2010.

A segunda remete ao caso do então morador de rua Rafael Braga, preso nos protestos de 2013 levando apenas um desinfetante e condenado a cerca de 4 anos de prisão. Em setembro, o réu conseguiu habeas corpus e passou para regime domiciliar.

Existem levantamentos que apontam que a probabilidade de uma pessoa negra morrer em trocas de tiros desencadeadas por policiais é 8% maior do que a de brancos.

Ignacio Cano, pesquisador do Laboratório de Análise da Violência da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), indica que o perigo é ainda maior para quem vive em favelas: "Os moradores das periferias, em geral, são os que sofrem mais com os conflitos armados".

Superlotação, descaso, rebelião...

Mesmo antes do anúncio da estratégia para a segurança do Rio com a intervenção federal, o Estado registrou uma rebelião na penitenciária Milton Dias Moreira, em Japeri, na Baixada Fluminense.

O motim começou depois da tentativa de fuga frustrada, no domingo, e só terminou na madrugada de ontem. Detentos tentaram escapar durante a contagem de presos.

O grupo fez 18 reféns. O Conselho Nacional de Justiça aponta que mais de 2 mil pessoas cumprem pena no espaço, que tem capacidade para cerca de 880 presos.

O presidente do SindSistema (Sindicato dos Servidores do Sistema Penal), Gutemberg de Oliveira, afirma que o único scanner de corpo na unidade está quebrado há três meses:

"Em média, 1,2 mil pessoas entram aqui durante os horários de visitação. Por isso, era recomendável que não houvesse visita na unidade." A Seap promete apurar a entrada de armas no presídio, mas não se pronunciou sobre a denúncia do SindSistema.

MP investiga Crivella por várias viagens

Giro pela Europa. Prefeito reconhece que viagem não foi oficial, mas diz que foi a serviço da cidade. Riotur é investigada por omissão no Carnaval

Enquanto o prefeito do Rio passava o Carnaval na Europa, o Ministério Público abriu diferentes investigações para apurar supostas irregularidades envolvendo Marcelo Crivella. Além de verificar os propósitos das visitas aos 9 países em pouco mais de um ano de governo, o MP também instaurou inquérito para apurar improbidade administrativa do prefeito e do presidente da empresa municipal de turismo, a Riotur, Marcelo Alves, por falhas e omissões no planejamento do Carnaval.

Na quinta-feira após o Carnaval, um temporal causou estragos na cidade e deixou pelo menos quatro mortos.

O Conselho Regional de Medicina do Rio também investiga se a mãe de Crivella recebeu tratamento diferenciado quando foi atendida no Hospital Municipal Salgado Filho, no Méier, na zona norte. Eris Bezerra Crivella foi internada na unidade na sexta-feira à noite, com o punho fraturado, passou por ci-



Prefeito visitou obras de recuperação da ciclovia Tim Maia | DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DO RIO

rurgia e teve alta no sábado. Ao visitar as obras da ciclovia Tim Maia, em São Conrado, que foi interditada pela Justiça após ter novo trecho destruído, o prefeito disse que a cirurgia foi recomendação do subsecretário de Saúde Complementar da prefeitura, o ortopedista João Berchmans, que é amigo da família.

"A minha mãe foi para uma clínica particular e lá colocou gesso. O doutor João achou que o procedimento

não era adequado. Foi decisão dele atendê-la como emergência. Se minha mãe foi bem tratada nos hospitais do Rio, significa que os hospitais da rede pública estão bons", explicou.

Sobre as viagens à Europa, Crivella disse que, apesar de não ter sido oficial, ele estava à procura de melhorias para o sistema de segurança: "O prefeito não está lavando as mãos". A prefeitura disse que vai fornecer as informações pedidas pelo MP.

Intervenção prevê mandado coletivo de busca e apreensão

Caos no Rio. Com autorização da Justiça, Forças Armadas poderão atuar num bairro todo e não numa ação individual. Medida recebe críticas

DANIEL LOZOYA

O defensor público do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria do Rio de Janeiro afirma que a medida é ilegal e mira direitos, principalmente, das pessoas de baixa renda.

Qual a avaliação sobre a autorização judicial para mandados coletivos?

São uma afronta à Constituição, os tratados internacionais de direitos humanos e à própria lei. É uma violação da garantia da inviolabilidade domiciliar na medida em que o arcabouço jurídico exige uma individualização da residência, da pessoa que é alvo da busca e apreensão.

O governo fala em situação extrema e que já foi usada outras vezes.

Não pode utilizar como uma medida generalizada, uma devassa indiscriminada. E, não por acaso, os alvos são sempre moradores de favelas.

Sem a medida fala-se em dificuldade para a atuação policial.

Dificuldade faz parte do trabalho policial. O respeito às garantias constitucionais e legais são preços que temos que pagar por viver num Estado Democrático de Direito. **METRO BRASILIA**



Temer consultou os conselhos após decretar a intervenção, contrariando o que diz a Constituição | MARCOS CORRÊA/PR

As Forças Armadas irão cumprir mandados coletivos de busca e apreensão como parte da intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro.

A medida foi aprovada ontem durante a reunião do presidente Michel Temer com os conselhos da República e de Defesa Nacional, no Palácio da Alvorada.

A sugestão partiu do general Eduardo Villas Boas, comandante do Exército. Com isso, o governo pedirá a emissão dos mandados à Justiça Federal.

As ordens conjuntas são necessárias, segundo o ministro da Defesa, Raul Jungmann, para evitar que bandidos fujam de eventuais alvos. "Na realidade urbanística do Rio de Janeiro, você muitas vezes sai com a busca e apreensão numa casa, numa comunidade e o bandido se desloca. Em lugar de você dizer rua tal, número tal, você vai dizer digamos uma rua inte-

"Não há nenhuma carta branca, nem carta negra, nem carta cinza. Os militares não estarão substituindo o papel das polícias."

RAUL JUNGSMANN, MINISTRO DA DEFESA

ra, uma área ou um bairro. Aquele lugar inteiro é possível que tenha um mandado de busca e apreensão", explicou, negando que seja "carta branca" para exageros dos militares.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a Defensoria Pública do Rio de Janeiro consideram a medida ilegal e estudam acionar a Justiça.

Embora seja militar, o interventor, general Walter Braga Netto, terá papel administrativo e só poderá agir sob ordens do Ministério da Defesa.

O Ministério da Defesa esclareceu que a decisão não inclui prisão e captura, que continuam precisando de decisão da Justiça individual.

Razões

Na reunião, o governo citou motivos para justificar o decreto de intervenção: 43% das correspondências são entregues pelos Correios com escolta; 800 comunidades sob "regime de exceção"; além "futuro comprometido" de alunos que não estão tendo o ano letivo respeitado.

Os líderes da oposição, que fazem parte do conselho, se abstiveram alegando que os motivos apresentados são insuficientes.

Jungmann afirmou que foi avaliada a intervenção financeira no Estado, mas a ideia não prosperou.



MARCELO FREITAS
METRO BRASILIA

Pezão diz que ainda não há recursos para segurança

O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (MDB), disse ontem que os órgãos de segurança pública do Rio já estão trabalhando em conjunto com as Forças Armadas, mas afirmou que ainda não foi discutida a possibilidade de mais recursos federais acompanharem a intervenção decretada no Estado na área.

"Até agora, não discutimos nenhum recurso novo para a área de segurança", disse, afirmando que depende da aprovação. "Enquanto não tiver aprovação no Congresso, o Exército Brasileiro não pode entrar [nas favelas]. Mas isso não tem impedido de estarmos permanentemente nos falando", disse.

Ele defendeu que, apesar de não ter os maiores índices de violência do país, o

Rio tem peculiaridades que motivaram a intervenção, como quantidade de estradas federais e tráfico de armas pesadas.

Votação

A Câmara levou à votação ontem o decreto do presidente Michel Temer que permite a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro.

A deputada Laura Carneiro (MDB-RJ), relatora do decreto, defendeu a intervenção, mas cobrou a liberação de recursos para garantir ações de segurança nos próximos anos.

A oposição arrastou a votação e obstruiu a sessão. PSOL, PT, PCdoB e Rede se manifestaram contra o decreto.

A votação não havia sido concluída até o fechamento desta edição. **METRO RIO**



Pezão na reabertura da Biblioteca Parque da Rocinha | TOMAZ SILVA/ABR

Secretário de SP não acredita em migração de bandidos

O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Máximo Alves Barbosa Filho, disse ontem que não acredita na migração de bandidos do Rio de Janeiro com a intervenção federal decretada na área de segurança pública do Estado.

Em entrevista à rádio Bandeirantes ontem, Máximo afirmou que a pasta está monitorando o "movimento da criminalidade no Rio" para que essa migração não ocorra. "Vamos aprimorar a vigilância na área de divisa", afirmou.

O secretário declarou que, nesta semana, tem re-

união agendada com seus correspondentes em Minas e Espírito Santo, os três Estados que fazem divisa com o Rio, para debater o tema.

Questionado se a intervenção no Rio era necessária, Máximo avaliou que "alguma coisa tinha que ser feita por lá, e talvez já tivesse que ter ocorrido antes".

Para o secretário, a nova gestão da segurança pública no Rio não vai prejudicar a relação entre as áreas fluminenses e paulistas. "Só tive um contato anterior com o general [Walter] Braga [Netto] e tive a melhor impressão dele". **METRO**

Vídeo 'ensina' negro a agir em abordagem

Um vídeo que ensina como pessoas negras moradoras de comunidades devem agir durante a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro viralizou na internet e já tem quase 2 milhões de visualizações. O objetivo do conteúdo seria evitar mortes.

"A gente não quer demonizar militares, até porque boa parte deles é composta por negros. Infelizmente, a população negra sofre muito mais com a violência", explica Spartakus Santiago, um dos idealizadores do vídeo. Também partici-

param do tutorial Edu Carvalho, do site FavelaDaRocinha.com, e AD Junior, do canal Descolonizando.

Entre as recomendações do vídeo, estão: evitar sair de casa tarde e sem documentos; avisar a conhecidos e familiares onde está indo e quando chegar ao local; e portar sempre o celular carregado para documentar as ações.

Outras duas advertências fazem analogia a episódios envolvendo ações policiais no Estado: evitar o uso de guarda-chuva e furadeira, que possam ser confundidos com armas, e nunca

levar materiais de limpeza dentro de bolsas.

A primeira lembra a morte do fiscal de supermercados Hélio Ribeiro, de 46 anos, atingido por um tiro do fuzil de um PM do Batalhão de Operações Especiais, quando instalava o toldo no terraço, no Andaraí, em 2010.

A segunda remete ao caso do então morador de rua Rafael Braga, 30, preso nos protestos de 2013 levando apenas um desinfectante e condenado a mais de 4 anos de prisão. Em setembro, o réu conseguiu habeas corpus e passou para regime domiciliar.

Existem levantamentos que apontam que a probabilidade de uma pessoa negra morrer em trocas de tiros desencadeadas por policiais é 8% maior do que para brancos.

Ignácio Cano, pesquisador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), indica que o perigo é ainda maior para quem vive em favelas: "Os moradores das periferias, em geral, são os que sofrem mais com os conflitos armados". **BANDNEWS FM**

Veja o vídeo no metrojornal.com.br


Na rede. Unicef e Facebook criam um robô contra pornografia de vingança

O Unicef e o Facebook apresentaram ontem uma plataforma de inteligência artificial para ajudar adolescentes e jovens a compreender os riscos de se compartilhar imagens íntimas na internet.

Por meio da plataforma, batizada de Caretas, adolescentes a partir de 13 anos poderão interagir através de um bot no Messenger com a personagem fictícia Fabi, uma jovem que está se recuperando do fim de um relacionamento quando descobre que seu ex-namorado vazou um vídeo íntimo dos dois. Também serão apresentadas formas efetivas de buscar ajuda em casos de violência on-line, como a

ONG SaferNet Brasil (www.helpline.org.br).

Para iniciar uma conversa com a Fabi, basta entrar em www.facebook.com/ProjetoCaretas/ e clicar em "Enviar Mensagem".

O sistema foi testado com 7,4 mil adolescentes entre junho e novembro de 2017, totalizando 1,6 milhão de mensagens. Pouco mais de 40% deles concluiu a experiência. Destes, apenas 39,7% declararam saber o que era sexting e como se proteger da violência on-line e do cyberbullying antes de participar da experiência. Após a conclusão dos passos, o percentual cresceu para 90,5%. 

2 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Reportagem Especial

BANDIDOS SE DÃO MAL

Major da PM é assaltado, reage e mata ladrão na BR

Oficial seguia de bicicleta para o trabalho, pela BR-101, na Serra, quando foi rendido por dois bandidos. Militar se identificou e atirou

No momento em que seguia de bicicleta para o trabalho, um major da Polícia Militar, de 45 anos, foi rendido por dois ladrões. O policial entregou sua bicicleta para os bandidos e, para se defender da ação dos criminosos, atirou. Um dos suspeitos foi atingido por um disparo, tentou fugir, mas morreu, na BR-101, na Serra. O crime aconteceu às 4h40 de ontem, no bairro Jardim Tropical. O criminoso que morreu, identificado como Jhones Peixoto Rogério,

22, estava com um cúmplice, o jovem Cleiton Marciel Nascimento dos Santos, de 18, que foi preso. O major, que pediu para não ter o nome divulgado, revelou ontem que estava seguindo para o trabalho, em Vitória, quando foi surpreendido pelos dois assaltantes. "Moro na região de Laranjeiras (Serra) e tenho o costume de ir trabalhar de bicicleta. Estava pedalando no acostamento da pista e os dois, que também estavam em uma bicicleta, pararam na minha

frente", contou o major.

E acrescentou: "O que foi preso estava pedalando e o outro estava armado e sentado no quadro da bicicleta. Ele apontou a arma na minha direção e eu vi que era uma situação de perigo".

Jhones ordenou que o major descesse da bicicleta. "O que foi preso me revistou, mas não encontrou a minha arma, que estava na parte de trás cintura. Eu entreguei a bicicleta e o que estava armado subiu. O que foi preso ficou na bicicleta que estava com eles. Nesse momento eu falei: 'parado, Polícia Militar' e o que estava com a minha bicicleta continuou fugindo e apontando a arma para mim".

O major afirmou que nesse momento efetuou três disparos na direção do criminoso armado. Um dos tiros atingiu a artéria femoral da coxa esquerda de Jhones, que pedalou por alguns metros e caiu.

"Assim que eu atirei, eu fui até uma empresa na região e liguei para o Cíodes. Eu não tinha percebido que um deles tinha sido atingido ainda. Alguns minutos depois, pessoas chegaram comentando que havia dois indivíduos pedindo ajuda na BR", disse o major.

O major saiu da empresa e se depourou com Jhones caído no chão e Cleiton perto do corpo.

Uma radiopatrulha chegou ao local e efetuou a prisão do suspeito.

DEPOIMENTO

"Espera o pior"

"Ele mora sozinho, afastado da família. Já demos vários conselhos para ele sair dessa vida, mas ele não ouve ninguém. Ele e esse rapaz que morreu estão sempre nas ruas, estão acostumados a cometer assaltos e furtos na região. Quando a gente tem um parente nessa situação, só espera a morte ou a prisão mesmo. Não tem outra saída.

Agora fica uma situação ruim para toda a família, que já tentou ajudar de todas as formas. Mas, foi a escola que ele fez para a vida dele. Não há muito o que fazer. Meu irmão passou no local, no momento, viu o movimento e me avisou. Infelizmente a gente já espera o pior".

Motorista, 27 anos, primo do acusado que foi preso, Cleiton Marciel Nascimento dos Santos

Acusado foi autuado por roubo e levado para o presídio

Após ser preso, Cleiton Marciel Nascimento dos Santos foi levado para a 3ª Delegacia Regional da Serra. Ele foi autuado por roubo e foi encaminhado para o Centro de Triagem de Viana.

Nenhuma arma foi encontrada com os suspeitos, contudo o major da PM disse que no momento do assalto eles estavam armados. Já a bicicleta do oficial, que atua como policial militar há 22 anos, foi recuperada.

O corregedor da PM, coronel Reinaldo Brezinski, disse ontem à reportagem que o major continua trabalhando normalmente.

Brezinski informou que será instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as circunstâncias do fato. O major na hora do fato, estava sem farda.

Entretanto, o coronel Brezinski disse que tudo indica que, de fato, o major agiu de forma legítima.

"Ele (major) estava indo para o trabalho quando foi abordado. Ele é um policial exemplar. A princípio nós não vislumbramos nenhuma falha, nenhum tipo de erro na atitude dele. Mas, como de praxe, vamos instaurar o IPM, juntar peças aos autos, ouvir testemunhas, enfim, fornecer todos os elementos para que o Ministério Público e o juiz possam avaliar o fato e adotarem as providências cabíveis, inclusive um eventual arquivamento."



POLICIAIS no local em que Jhones Peixoto Rogério, 22, foi morto por major da PM durante roubo de bicicleta, na Serra

CLEITON MARCIEL NASCIMENTO DOS SANTOS PRESO POR ROUBO

"Fomos assaltar na cara e na coragem"

O jovem Cleiton Marciel Nascimento dos Santos suspeito de render e assaltar um major da PM na madrugada de ontem, na BR-101, na Serra, conversou com a reportagem e afirmou que ele e o cúmplice, que morreu atingido por um tiro, não estavam armados.

O major, entretanto, garantiu que a dupla estava com um revólver e afirmou que acredita que os dois dispensaram a arma no momento em que fugiram.

A TRIBUNA - Para onde você e seu amigo estavam indo quando renderam o policial?

CLEITON MARCIEL - A gente estava indo para casa, em Jardim Tropical. Saímos de um p. (casa de prostituição) em Jardim Linoeiro e a gente estava indo para a casa de bicicleta. Foi quando vimos o policial e o meu amigo resolveu cometer o assalto. Mas a gente não sabia que era policial, pois ele estava à paisana. Se eu soubesse que era policial, não iria assaltar, não sou doido. Mas, demos azar.

> Vocês estavam armados? Não, fomos assaltar na cara e na

coragem. Do jeito que a gente foi, era só 155 caput (furto simples). Não tinha nada de violência. Mas, era um policial né... estava armado, sacou a arma dele e atirou pra cima da gente. Meu amigo estava na bicicleta do policial e eu estava na outra, mais na frente. Por isso não fui atingido também. Eu tive um livramento, foi Deus que fez um milagre na minha vida.

> Ficou com medo de ser atingido também?

Se eu estivesse um pouco mais perto, acho que teria sido atingido sim. Mas, estava distante. E graças a Deus estou aqui vivo, mesmo que vou ficar preso.

> Por que resolveram cometer o assalto?

Não sei. A gente estava passando, vimos ele e deu na cabeça do meu amigo de roubar a bicicleta. Não saímos de casa para fazer isso, foi uma ideia que veio depois.



CLEITON MARCIEL, suspeito de assaltar um major da PM, é colocado no cofre da viatura



PERÍCIA examina corpo de Jhones

Reportagem Especial

CONDOMÍNIOS LINHA-DURA

Moradores reagem e recorrem à Justiça

Contrários à alguma regra imposta ou punição aplicada pelos condomínios, moradores têm recorrido à Justiça para tentar reverter as situações.

Entre os casos mais comuns que chegam ao Judiciário estão os de moradores que buscam manter seus animais em casa ou contestam impedimentos por causa de inadimplência.

A advogada cível Anne Lacerda de Brito explicou que esses casos envolvendo animais são comuns, mas não há um consenso por parte da Justiça.

“O entendimento cabe a cada juiz, mas tem aumentado os casos em que a Justiça entende que se não houver incômodo ou risco à segurança dos demais moradores, é possível criar animais nas dependências do prédio.”

O advogado Raphael Coelho revelou que entre os casos de sanções aplicadas que geraram ação judicial está o de uma moradora que foi multada em R\$ 10 mil em um condomínio de Vitória.

“Ela alugava um apartamento e o proprietário alugou o salão de festas em seu nome, sem que ela soubesse. Ele realizou uma festa, que terminou com uma série de infrações, como reclamações de

som alto e quebradeira. Ela foi multada e se recusou a pagar.”

O advogado contou que o condomínio entrou na Justiça, mas a moradora conseguiu comprovar que não sabia da festa.

Ele reforçou que, mesmo definido em assembleias, algumas regras de convenções são contestadas, já que ferem outras legislações, como o Código Civil.

“A convenção não é soberana, já que nem tudo pode ser estipulado nelas. O ideal é que os moradores consultem um advogado para evitar questionamentos futuros.”

O advogado imobiliário Diovano Rosetti também frisou que há algumas situações em que não é preciso ser tão linha-dura.

“Há casos em que o condomínio proíbe inadimplentes de usar área de lazer, de usar até o elevador, e coloca isso na convenção. É uma medida altamente polêmica”, disse.

Diovano citou um exemplo que aconteceu com uma aposentada na Praia do Canto, em Vitória, que mora no 6º andar. Era um apartamento por andar. A moradora devia cerca de R\$ 14 mil ao condomínio e o elevador deixou de parar no seu andar. Ela entrou na Justiça e o condomínio foi condenado a pagar R\$ 10 mil por dano moral.



OPINIÕES



“Têm aumentado os casos em que a Justiça entende que os animais podem continuar na residência”

Anne Lacerda de Brito, advogada



“Está existindo muita intolerância entre as pessoas. Viver em comunidade tem que ter muita renúncia”

Diovano Rosetti, advogado imobiliário

Aposentada sofre derrota

Desde o dia 6 de novembro de 2017 impedida pela Justiça de entrar em seu apartamento em Jardim Camburi, Vitória, a aposentada Nair Lucia da Rocha perdeu mais uma batalha na Justiça.

O Tribunal de Justiça do Estado julgou ontem o recurso da aposentada de 62 anos com relação à liminar em que a Justiça determinou a “exclusão” dela do condomínio em que vivia.

A liminar, de agosto de 2017, foi mantida. A ação foi movida pelo próprio condomínio após muitas reclamações de moradores sobre seu comportamento considerado “antissocial”.

Ela já havia recorrido, mas a Justiça manteve a decisão em novembro. Ontem, segundo o advogado do condomínio Gilberto Queiroz, a decisão foi mantida por unanimidade pelos desembargadores.

O processo principal movido pelo condomínio contra Nair segue tramitando. Ela continua sendo a

proprietária do apartamento e sua filha, de 24 anos, mora no local.

Entre as situações citadas no processo, segundo moradores, a aposentada teria jogado sacolas de lixo na escada do condomínio e papel higiênico na porta de um dos apartamentos, conforme foi constatado pelas câmeras do circuito interno, além de ter deixado roupas íntimas na sauna e ofendido verbalmente a zeladora.

Após a decisão, Nair disse que, mais uma vez, foi vítima de situações “forçadas” pelo condomínio.

“Foi apresentado um CD com imagens de um dia em que fui ao prédio falar com a minha filha, mas o interfere estava quebrado. Para chamá-la, tive que bater no portão. Os moradores alegaram que eu estava tentando invadir o local, o que não é verdade.”

Nair reforçou que vai continuar recorrendo à instâncias superiores. “Vou para Brasília. Estou morando de favor na casa de dois idosos. Não vou desistir”, disse.

“É preciso ter boa convivência”

Muitos conflitos entre vizinhos podem ser evitados quando adotamos regras de boa convivência, segundo afirmam especialistas.

O advogado imobiliário Maximiliano Neubauer disse que o bom senso deve prevalecer sempre. “É preciso ter boa convivência.”

A escritora e consultora em Etiqueta e Marketing Pessoal, Lígia Marques, destacou que conviver não é fácil com aqueles que escolhem, imagine com pessoas desconhecidas.

“É muito difícil administrar um espaço dividido por tantas pessoas diferentes como em um condomínio residencial, seja vertical ou horizontal. Porém, se todos fizerem um pequeno esforço para viverem em paz, todos sairão ganhando. Não é nada complicado, basta boa vontade, educação e disposição em fazer a convivência melhor.”

Entre os exemplos citados por ela, está conhecer e respeitar as regras que regem o condomínio onde a pessoa reside.

“Procure sempre participar das assembleias. É lá que os assuntos de interesse de todos são discutidos.”



LÍGIA MARQUES: respeitar horário

dos e votados. Quem não comparece fica sem condições de discutir depois. Ainda em assembleias, saiba ser ‘voto vencido’, e não altere nunca o tom de voz. Por mais que você não concorde com algumas regras, terá que obedecê-las, pois foram aprovadas pela maioria.”

No salão de festas e churrasqueiras, Lígia Marques diz que é preciso respeitar os horários de uso, assim como as demais regras estabelecidas.

Já o assessor jurídico do Sindicato Patronal de Condomínios e Empresas de Administração de Condomínios no Estado, Roberto Merçon, disse que quando um cidadão vai morar em um condomínio, ele tem que saber que existem regras.

“É preciso pensar que na parede do lado de lá, no andar de cima ou embaixo, moram outras pessoas e elas merecem respeito.”

DICAS PARA UMA BOA RELAÇÃO EM CONDOMÍNIOS

1 CONHEÇA AS NORMAS do condomínio e não faça barulho após o horário de silêncio.

2 USE SEMPRE O BOM SENSO. Não é porque está no horário permitido, que pode fazer o barulho que quiser.

3 NOS DIAS DE FESTA - desde que não ocorram sempre - avise ou até convide vizinhos para a confraternização, ou mande um cartão se desculpando antes pelo incômodo.

4 LEMBRE-SE, seu cachorro não deve perturbar o sossego e o descanso dos outros moradores. Cães

que latem demais precisam receber alguma atenção em relação a isso.

5 USE SEMPRE as entradas de serviço quando estiver com seu animal e seja breve no trajeto até a rua.

6 CASO SEU PET faça sujeira na área comum, limpe-a você mesmo imediatamente.

7 CASO O CACHORRO de um morador faça muito barulho, antes de registrar queixa, verifique se outros condôminos se sentem incomodados e faça a queixa em conjunto.

8 O CORRETO é limitar o horário para brincadeiras de crianças dentro do apartamento até as 22 horas.

9 USO DE TAPETE EMBORRACHADO nos quartos das crianças e carpetes ajudam a evitar a propagação do som para outras unidades.

10 NÃO PERMITA que os filhos gritem ou corram em áreas que não sejam destinadas para brincadeiras.

Fonte: Lígia Marques, consultora em etiqueta e marketing pessoal e escritora.



NAIR LUCIA DA ROCHA se vestiu de palhaço após ser expulsa de condomínio

Reportagem Especial



MORADOR DE RUA espancado e amarrado em árvore, na Enseada do Suá

Amarrado após levar surra

Em mais um caso de justiça feita com as próprias mãos, um morador de rua, de 33 anos, foi amarrado após ser espancado. Ele foi acusado pelos agressores de tentar assaltar um homem na Enseada do Suá, em Vitória, às 11 horas de ontem.

O agente Alberti, da Guarda Municipal de Vitória, relatou que a equipe foi acionada pelo Ciodes-190 e ao chegar ao local, encontraram o suspeito amarrado na árvore e bastante machucado. "Fomos informados que ele tentou assaltar uma pessoa, que reagiu ao perceber que a arma era de brinquedo."

Os agentes desamarraram o suspeito, o algemaram e o colocaram na viatura, aguardando a chegada da PM. "A população não está aguentando mais. A gente conduz o cidadão à delegacia, ele vai para o presídio, mas é solto na audiência de custódia. A gente trabalha enxugando gelo", lamentou o agente.

Um comerciante, 49, que trabalha na região há cerca de seis meses revelou que o clima de insegurança é grande entre quem mora e trabalha no local. "Os crimes acontecem a qualquer hora."

O suspeito foi conduzido pela PM ao Hospital São Lucas e depois à 1ª Delegacia Regional de Vitória.

A vítima da tentativa de assalto não estava no local onde o suspeito foi detido nem compareceu à delegacia e por isso o acusado foi liberado.

O delegado chefe da 1ª Regional de Vitória, respondendo pelo plantão, Lauro Coimbra, alertou sobre o risco de se fazer justiça com as próprias mãos. Nesse caso, a polícia vai tentar identificar os agressores, através de imagens de câmeras. "Eles poderão responder por lesão corporal, cuja pena é de dois anos, em média, variando conforme a gravidade."

4 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Cidades/Polícia

FALE COM OS EDITORES GIOVANA RANGEL E RODRIGO COUTO
E-MAILS: cidades@redetribuna.com.br / policia@redetribuna.com.br

FEBRE AMARELA

Pacientes vão à Justiça depois de tomar vacina

Após um ano do surto da febre amarela no Estado, pacientes que tiveram reações à vacina brigam por indenização na Justiça

Francine Spinassé
Maryangela Souza

Responsável por mais de 100 mortes no Estado em 2017, a febre amarela provocou corrida aos postos em busca da vacina no ano passado. Após um ano do surto, pacientes que tiveram reações à vacina, chegando até a UTI de hospitais, recorrem à Justiça em busca de indenizações.

De acordo com o advogado Rodrigo Tiussi, entre os casos em que foi ajuizada uma ação há o de uma criança que tinha 1 ano quando tomou uma vacina de febre amarela em uma unidade de saúde, em março de 2017.

"Duas semanas após tomar a vacina, ela começou a apresentar febre. Após os pais buscarem atendimento algumas vezes, ela foi internada na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) de um hospital particular de Vitória, onde ficou por quatro dias", relatou.

O advogado explicou que o diagnóstico dado pelos médicos foi de uma encefalite (inflamação do cérebro), apontada como efeito da vacina. "Essa é uma reação grave incluída na bula e, segundo médicos, pode ser apresentada até 30 dias após a pessoa ser imunizada".

Apesar do tempo em que ficou internada, os problemas gerados pela reação ainda permanecem.

"Após a melhora do quadro clínico, a criança não pôde receber doses de vacinas feitas a partir de vírus vivo. Por isso, deixou de se imunizar como precisava. A família mudou a rotina, deixou de sair para locais com aglomerações. Só recentemente, é que está sendo vacinada

e voltando à normalidade".

O advogado reforçou que a ação pede indenização por danos morais à família e foi proposta no início do mês contra a União, responsável pela disponibilização da vacina aos postos de saúde no País.

"O problema é que, embora a vacinação se imponha como uma medida de saúde pública, o Poder Público não pode deixar de oferecer amparo àqueles que, mesmo por exceção, vieram a desenvolver reações", argumentou.

Além desse caso, o advogado também citou que outro paciente, de 20 anos, ajuizou uma ação após tomar a vacina e apresentar síndrome de Guillain-Barré (caracterizada por uma reação inflamatória que atinge o sistema nervoso, causando a perda de força muscular).

Rodrigo Tiussi reforçou que os pacientes que tiveram reações às vacinas têm direito à reparação por parte do governo federal, tanto de indenizações por danos morais quanto materiais que vierem a ter.



O ADVOGADO Rodrigo Tiussi relatou casos de ações movidas por pacientes

VITÓRIA, ES, TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018 ATRIBUNA 23

À espera da janela para mudar de partido

Políticos com ou sem mandato já se movimentam para definir legendas pelas quais disputarão as eleições deste ano

Erick Alencar

O ex-prefeito de Vitória Luiz Paulo Vellozo Lucas mexeu com o mercado político ao anunciar a sua troca do PSDB para o PPS. Da mesma forma, os deputados estaduais Euclério Sampaio (PDT), Josias da Vitória (PDT) e Sergio Majeski (PSDB) disseram que só aguardam a abertura da janela partidária, no próximo dia 7, para migrar.

Da Vitória e Majeski ainda não decidiram em qual sigla se filiarão. Contudo, ambos mantêm conversas com o mesmo PPS do prefeito da capital, Luciano Rezende, dentre outras legendas. Já Euclério tem destino certo: PSB.

"Como a Justiça ainda não resolveu, no primeiro dia eu já saio do PDT e acerto com o PSB", cravou Euclério, que aguarda decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ao pedido que fez para sair do PDT. Divergência, perseguição e a aproximação ao governo do Estado foram apontados por ele como os motivos do rompimento. O PDT nega.

Embalado pelas mesmas razões, Da Vitória afirma que recebe convites há mais de um ano. "Por coincidência, essas siglas estão num ambiente que não está ligado diretamente ao governo do Estado. Em março, vou tomar a decisão", disse. O PPS é o possível destino.

Majeski, por sua vez, estuda propostas de PSB, Rede, Novo e também PPS. O PV interessava, mas os diálogos foram interrompidos desde a morte da ex-presidente



ERICK MUSSO disse que vai discutir eleições apenas "no tempo certo"

te Cidinea Fontana, em outubro de 2017. "Não vou para nenhum partido que limite minhas possibilidades, mas para onde eu possa ser livre para escolher", disse.

O presidente da Assembleia, deputado Erick Musso (PMDB), tem convites do DEM, PV, PSD e pode mudar de sigla por conta da alta concorrência - seis atuais correligionários ocupam cadeiras na Casa. "A todos tenho dito que vou discutir eleições no tempo certo".

Gilshino Lopes (PR) conversa como PMDB, PSDB, PRP, PRB, PEN e Avante, mas só definirá se deixa o atual partido no dia 10.

JANELA PARTIDÁRIA

Mudança sem perder o cargo

> A EMENDA Constitucional 91/2006 disciplina a chamada "janela partidária", que é a previsão de um candidato mudar de partido antes das eleições. Serve para qualquer candidato a cargo eletivo, na qual a troca não acarreta em perda de mandato. > ESTE ANO, ela deve ser aberta no dia 7 de março, portanto sete meses antes do pleito, se estendendo por 30 dias.

Fonte: Advogado Carlos Eduardo Lyrio.

Mazinho vai disputar comando de câmara

A disputa pela presidência da Câmara de Vitória ganhou mais um nome. O vereador Mazinho dos Anjos (PSD) pretende até abrir mão da profissão de advogado para ocupar o cargo.

As normas que regem a advocacia não permitem que advogados exerçam a função de presidente do Legislativo. O vereador disse que não vê problema em deixar de advogar para se dedicar à Câmara.

"Isso não é novidade para mim. Já me afastei por quatro anos quando fui diretor do Iema, por exemplo", disse o parlamentar.

Além de Mazinho, Cléber Felix (PPS), o Clebinho; Luiz Paulo Amorim (PV) e Leonil Dias (PPS) também estão no páreo.



MAZINHO: trânsito com os colegas

Sobre a possibilidade de ser um dos favoritos a ocupar o cargo, Mazinho disse que tem proximidade com colegas. "Eu não posso afirmar que a maioria vota em mim. Mas, tenho bom trânsito com pelo menos 10 dos 15 vereadores".

TRIBUNA LIVRE



TÊLVIO VALIM

Lama que desemboca na Justiça

O Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção, ligado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, tem investigado um esquema fraudulento que envolve empresários e profissionais de saúde suspeitos de vender materiais hospitalares descartáveis reutilizados. Um escândalo recente, que tem sido noticiado massivamente pelos meios de comunicação, a Operação Lama Cirúrgica.

Esse fato, somado a outros que já tem gerado processos, pode ampliar, ainda mais, as estatísticas da judicialização da Medicina. A questão central, nesse caso, são os casos de infecção hospitalar, que estão entre os motivos pelos quais os pacientes mais acionam os tribunais quando se sentem lesados nos serviços prestados por unidades de saúde privadas ou públicas. E não é ainda aleatório. Segundo estimativas, cerca de 100 mil pessoas morrem por ano vítimas de algum tipo de infecção adquirida em hospitais.

Podemos afirmar que não há dúvidas de que os hospitais públicos ou privados podem ser responsabilizados na esfera judicial por episódios de infecção hospitalar. Na área do Direito, dizemos que existe responsabilidade objetiva, pois a unidade de saúde deve estar ciente da qualidade dos produtos que utiliza e compra.

Para isso, basta estabelecer um nexo causal. Se a causa do dano estiver relacionada à responsabilidade do hospital, a unidade é responsabilizada, independentemente de quais foram suas ações ou intenções. É isso que preconiza o Direito Brasileiro.

A responsabilidade civil do hospital é objetiva em relação aos serviços por ele prestados. Assim, as falhas da equipe de profissionais que atuam na instituição configuram "defeito" na prestação do serviço, e a instituição pode ter que indenizar o paciente prejudicado, caso haja uma ação na Justiça. Esse entendimento foi firmado, inclusive, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), gerando jurisprudência.

O STJ, em maio de 2015, determinou que o filho de um idoso que morreu após cirurgia fosse indenizado por danos morais. Os ministros do Superior Tribunal reconheceram a responsabilidade objetiva do hospital, entendendo que havia nexo causal entre o serviço prestado pela unidade e a morte ocorrida.

No recurso ao STJ, o filho alegou que a responsabilidade da pessoa jurídica prestadora de serviços é objetiva e que não foi oferecida a segurança que o consumidor espera de um hospital.

Sustentou ainda que caberia ao

estabelecimento de saúde a comprovação de inexistência de defeito na prestação do serviço, e não a ele provar o oposto. Essa justificativa é válida para o caso de material descartável reutilizado ter sido usado dentro de

hospitais particulares do Estado.

Mesmo sem participar do esquema fraudulento, pacientes que porventura foram prejudicados esperavam que as unidades propiciassem um ambiente seguro.

Casos como esses vão só aumentando a conta da judicialização no Brasil, que tem sido encarada com um fenômeno. De acordo com os dados extraídos da publicação "Números atualizados da judicialização da saúde no Brasil", 1.346.931 processos judiciais de natureza cível foram ajuizados até 31 de dezembro de 2016 e estão tramitando na Justiça. Desses, 427.267 estão relacionados a planos de saúde e 214.947 a tratamentos e ao não fornecimentos de medicamentos pelo SUS.

Têlvio Valim é advogado especialista em defesa médica

Responsabilidade civil do hospital é objetiva em relação aos serviços por ele prestados

LEI DÁ GRATUIDADE PARA POLICIAIS EM EVENTOS

Prefeitura de Cariacica questiona regra aprovada na Câmara

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redegazeta.com.br

Já está em vigor a lei do município de Cariacica que dá aos policiais militares, civis e bombeiros o direito de entrar gratuitamente em eventos públicos artísticos, esportivos e culturais da cidade. Mas a nova legislação, que também estende o benefício a bares, boates e casas de show, vem esbarrando em divergências entre o poder legislativo e o executivo: a norma foi publicada pela Câmara Municipal mesmo após o veto da prefeitura, que agora entrará na Justiça para reverter a situação.

A Lei 5819, de 2017, passou a valer desde o dia 23 de janeiro deste ano. De acordo com o documento, as únicas exigências para que os agentes públicos garantam a entrada franca são a apresentação da carteira funcional e do porte de arma, caso estejam armados no local. "Os profissionais não precisam estar em serviço e nem fardados", ressalta o texto.

Mas a punição para os estabelecimentos que descumprirem a regra é severa. O valor da multa a ser paga por eles equivale a 100 vezes o valor do ingresso. Se o preço não for pago, o local pode ser interdito por 30 dias e, na pior das hipóteses, deverá



Prefeitura de Cariacica: Executivo informou que está protocolando uma ação de inconstitucionalidade

ter o alvará de funcionamento cassado caso essas duas primeiras medidas não sejam tomadas. Já em jogos de futebol e em eventos de grande porte, a multa será paga pelos produtores, que ficarão impedidos de realizar novas atrações em Cariacica até quitarem a dívida.

NA SERRA

Uma lei semelhante também foi aprovada na Serra no final do ano passado, dando gratuidade para

policiais, bombeiros e guardas municipais em sessões de cinema, teatro, shows, feiras, exposições, eventos culturais e esportivos da cidade. Lá, os familiares que estejam acompanhando os agentes (cônjuge e filhos estudantes de até 12 anos) também têm direito a um desconto de 50%. Já as sanções impostas aos estabelecimentos são as mesmas.

AÇÃO NA JUSTIÇA

Mas enquanto na Prefeitura da Serra o Projeto de

Lei não gerou descontentamento, em Cariacica a prefeitura já está protocolando uma ação de inconstitucionalidade, que será ajuizada no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). Conforme justifica o procurador-geral da cidade, Eduardo Dalla Bernardina, o prefeito Juninho considerou que a legislação fere o princípio da isonomia do poder público por beneficiar uma determinada categoria de trabalhadores em detrimento das demais.

"Há também a observância do princípio da livre iniciativa, que trata da possibilidade de um particular realizar seu negócio livre de maiores intervenções do Estado", explica Bernardina, que pondera: "Na minha opinião, muito embora o reconhecimento desses agentes seja louvável pelo trabalho que eles exercem e os riscos que enfrentam, é uma situação inconstitucional porque daria um privilégio sem pensar nos demais grupos de servidores.

ANÁLISE

Privilégio de um grupo

A referida lei (de Cariacica) pode sim ser declarada inconstitucional, pois há vícios de materialidade, haja vista que ofende os princípios da impessoalidade, da razoabilidade e a supremacia do interesse público sobre o privado. Além de privilegiar grupos de pessoas em detrimento aos demais, criam ônus a ser custeado pelo setor privado. Deve-se buscar qual é a origem da questão. Baixos salários? Que policiais e bombeiros ganham tão pouco que nada sobra para custear o próprio lazer e de sua família? Se esta é a origem da criação da lei, não é esta a solução mais acertada, visto que assim o Estado está transferindo sua obrigação ao setor privado, que terá que conceder gratuidades a essas categorias.

SIMONE MONTENEGRO
ADVOGADA ESPECIALISTA
EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL

"Sou contrária à lei. Isso (gratuidade) acabará saindo do bolso do povo"

ROSINEIA CRISTÓVÃO
ARTESÃ, 40 ANOS



"Sou favorável desde que haja limite de militares. É mais lazer para eles"

JOSÉ ROBERTO RIBEIRO
SERVIDOR PÚBLICO, 53 ANOS



Federação teme prejuízo no comércio

A decisão nos municípios de Cariacica e da Serra de autorizar a gratuidade em eventos para policiais e bombeiros é vista com preocupação pelo presidente da Federação do Comércio do Estado

(Fecomércio), José Lino Sepulcri. Para ele, a situação deve ser analisada com mais cautela, a fim de não prejudicar financeiramente o setor de comércio e de eventos.

"Hoje nós já convive-

mos com tributos elevados para contemplar as áreas sociais. Não quero tirar o mérito dos agentes, que prestam um importante serviço para a segurança. Acredito que se houvesse um desconto

parcial seria um importante benefício e impactaria menos a iniciativa privada", afirma Sepulcri.

Por outro lado, há também quem veja a nova legislação como uma possível oportunidade para os

negócios. Segundo Luciana Reginatto, que é proprietária da casa de shows Matrix Music Hall, localizada em Cariacica, o estabelecimento já tem o costume de não cobrar a entrada dos policiais e, por

isso, não haverá grandes mudanças.

"Nesse período de crise, em que nós também somos afetados, talvez essa seja uma forma de estimulá-los a saírem mais e eles podem trazer acompanhantes junto, o que seria bom para nós", analisa a empresária.

Economia.

Aeroportômetro

148

dias de atraso para a conclusão da obra

AGAZETA | 22

QUARTA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Editora: Joyce Meriguetti | jmeriguetti@redgazeta.com.br

WhatsApp: (27) 98135.8261 | Telefone: (27) 3321.8327

ATENDIMENTO AO ASSINANTE: (27) 3321-8699

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

MUDANÇA NA PREVIDÊNCIA
VAI MANTER PRIVILÉGIOS

Governo planeja alterações apenas para trabalhadores do INSS

LÚISA TORRE
ltorre@redgazeta.com.br

Após desistir da reforma da Previdência, por força do decreto que determina uma intervenção federal no Rio de Janeiro, e que impossibilita que a Constituição seja modificada durante sua vigência, o governo estuda separar pontos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência que podem ser tratados via projeto de lei (PL) ou medida provisória (MP).

Dessa maneira, porém, a reforma – que foi vendida pelo governo como um ataque a privilégios – manteria desigualdades na hora da aposentadoria, principalmente porque a maior parte das regras para servidores públicos só pode ser mudada via emenda constitucional.

Em 2017, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 268,8 bilhões, sendo R\$ 182,5 o rombo do INSS e R\$ 86,3 bilhões do regime dos servidores públicos da União.

Diversos itens podem ser endereçados por MP ou PL, que requerem menos votos e não têm nenhum impedimento para tramitar no momento. Entre as regras previdenciárias que poderiam ser alteradas, estão a forma de cálculo dos benefícios do INSS, eleva-



Previdência: forma de cálculo das aposentadorias pode vir a ser alterada por MP

GUILHERME FERRARI - 30/11/2015

ção do tempo mínimo de contribuição na aposentadoria por idade (hoje de 15 anos) e idade mínima do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Já as regras de aposentadoria e pensão dos servidores públicos dependem de alteração na Constituição, o que não pode ocorrer enquanto perdurar a intervenção no Rio de Janeiro.

Na visão do doutor em contabilidade e professor da Fucape, Fernando Galdi, o país tem vários problemas de privilégios que precisam ser discutidos e tratados de

ROMBO

R\$ 268,8

bilhões

Foi o déficit da Previdência em 2017, somando o INSS e o regime dos servidores da União.

R\$ 86,3

bilhões

É o rombo só do regime dos servidores civis e militares da União.

maneira mais profunda.

“Não mexer na aposentadoria dos servidores seria manter privilégios. O sistema hoje tem desigualdade entre tratamento recebido por trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público. Se a gente quiser uma Previdência mais justa, mais igualitária, esse ponto tem que ser atacado. A Previdência hoje é um sistema que mais concentra a renda do que distribui”, afirma.

Qualquer reforma que não contribua para promover um ambiente de igualdade e não enfrente privilégios

não é favorável em termos de justiça social, diz o economista Eduardo Araújo.

“O importante seria reformar para tornar um ambiente de igualdade. Não só a questão do funcionalismo público em relação ao setor privado, como também dentro do próprio funcionalismo, como é o caso dos militares e dos profissionais da educação. Tem também a questão dos tetos que deveriam incidir sobre os ganhos de pessoas que têm remunerações elevadas”, observa.

No entanto, se depender das lideranças do governo no Congresso, é pouco provável que a ideia de desmembrar a reforma em projetos e MPs prospere.

O relator da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, Arthur Maia, afirmou ontem que não vê “ânimo” para votar qualquer novo projeto sobre o assunto no Congresso neste ano. Ele destacou ainda que não vê como alguns pontos do texto poderão ser tratados sem mexer na Constituição.

Segundo Maia, os dois grandes pontos da reforma exigem mudança na Constituição: a idade mínima e o estabelecimento de um teto para a aposentadoria de servidores públicos nos Estados e municípios. (Com informações da Agência O Globo e da Agência Estado)

ENTENDA

O QUE PODE SER APROVADO POR MP OU PL

Para trabalhadores do regime privado

▼ Tempo de contribuição

Atualmente, o tempo mínimo de contribuição para se aposentar por idade é de 15 anos. O governo propôs elevar esse tempo para 25 anos.

▼ Fórmula de cálculo

O valor da aposentadoria hoje é calculado com base nas maiores contribuições, o que pode ser modificado para ficar como o governo queria: contribuição por 40 anos para ter 100% do benefício.

▼ Fim da fórmula 85/95

Está em vigor a fórmula 85/95 (soma de tempo de contribuição e idade para mulheres e homens, respectivamente), que permite receber o benefício integral. Sem a fórmula, os contribuintes ficam sujeitos ao fator previdenciário, que reduz o valor do benefício para quem se aposenta jovem.

▼ Pensão por morte

Atualmente, a pensão por morte é integral. A proposta defendida pelo governo era reduzir o benefício para 50%, com adicional de 10% por dependente.

▼ Benefício de Prestação Continuada (BPC)

A idade mínima para acesso ao benefício pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda com mais de 65 anos poderia ser alterada.

PARA SERVIDORES

▼ Regulamentação de aposentadorias especiais

Essa aposentadoria, com idade mínima menor, é concedida a algumas categorias ou quando a pessoa tem deficiência física. Apenas as de policiais estão regulamentadas. Mas seria necessário um projeto de lei complementar, que exige 257 votos a favor.

Congresso pode barrar novas leis

Enterrada a reforma da Previdência via Proposta de Emenda à Constituição, o governo ainda vai definir se adotará alguma medida para mudar regras e tentar conter o rombo bilionário da Previdência via projeto de lei ou Medida Provisória. Há um cardápio de iniciativas que podem ser endereçadas

por esses instrumentos, mas, se depender das lideranças do governo, é pouco provável que isso prospere.

O risco de nada ser feito neste ano para conter o avanço do rombo é real, deixando a responsabilidade para o próximo presidente. Principalmente diante da avaliação, entre as lideran-

ças do governo, de que já será necessário um esforço grande para aprovar as 15 medidas “prioritárias”. Além disso, o envio de PLs ou MPs para endereçar pontos específicos da Previdência poderia transmitir a mensagem de que o governo está tentando “driblar” parlamentares.



Propostas podem sofrer resistência no Congresso

LUIZ MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

AGAZETA
QUARTA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

VITÓRIA

Briga em sala de cinema acaba na delegacia

Discussão por causa de cadeira para assistir a sessão motivou até agressão a jovem

▲ **BIANCA VAILANT**
▲ **LAILA MAGESK**

Por causa de uma disputa de cadeiras, uma confusão tomou conta da sessão das 19h10 do filme "50 Tons de Liberdade", na noite de segunda-feira, em um shopping de Vitória. Na briga, que teve pipoca voando e refrigerante deramado, um homem deu um soco no olho de uma jovem de 24 anos e rolou as escadas do cinema com mais duas mulheres.

A vítima, que prefere não se identificar, chamou a polícia no local, prestou queixa na noite de segunda e fez exame de corpo de delito na manhã de ontem. Agora, ela pretende entrar na Justiça contra o homem que a agrediu.

O motivo da briga também aparece no Boletim de Ocorrência enviado pela jovem ao Gazeta Online. Segundo o documento, a agressão aconteceu por causa de um desentendimento dentro do cinema devido aos lugares nume-

TESTEMUNHA



"Eu não tinha nada a ver com a história. Sobrou pra mim e para uma amiga minha do lado"

MYLLENA BOREL
MODELO, 22 ANOS

rados. Também no boletim, o homem acusado pela jovem afirma que a confusão começou porque foi agredido verbalmente depois que contestou o lugar onde ela estava sentada e que a numeração constava no bilhete dele.

Ainda segundo o boletim, todos foram levados para a 1ª Delegacia Regional de Vitória, onde a jovem disse estar com uma leve lesão na mão e também com

pernas e olho direito machucados. Já a esposa do homem, afirma que foi lesionada nas pernas, braços e nádegas. Ambas dizem que as lesões foram por causa da briga.

A CONFUSÃO

De acordo com a jovem, a confusão, que durou cerca de 20 minutos, aconteceu numa área alta do cinema. Os envolvidos no tumulto caíram da escada e rolaram por cerca de cinco degraus. A amiga da jovem tentou apartar a briga, mas a confusão só acabou quando outras pessoas ajudaram.

A vítima afirmou que a segurança não ajudou muito a solucionar a questão. "O menino só ficou olhando. Eu já estava meio alterada, porque o cara tinha me dado o soco, falei para o funcionário me ajudar, pelo menos, a catar o meu celular e os meus documentos", disse.

DESDOBRAMENTOS

Depois da briga, a jovem acionou a polícia, relatou a agressão e resolveu denunciar o rapaz. "Acionei meu advogado, conversei com



Pipoca e copos de refrigerante ficaram espalhados pelo chão após a confusão

ele desde ontem, e vou entrar com uma ação contra ele na Justiça pelo fato de ter me agredido. Eu não sou feminista, mas nunca admito que homem bata em mulher. Achei muita covardia da parte dele ter me dado um soco", contou.

A modelo Myllena Borel, 22 anos, conta que caiu da escada do cinema e ficou com o rosto vermelho no meio do tumulto.

"Nossa! Eu não tinha nada a ver com a história. Sobrou pra mim e para uma amiga minha do lado. Deram um banho de refrigerante na minha amiga. Uma loucura naquele cinema. Eu fui correr, porque achei que era tiro, estava assustada, e caí daquela escada até lá embaixo", relata a jovem.

De acordo com a modelo, ela ficou com medo de

acontecer algo pior. "Quando eu saí correndo, meu pé virou e eu caí de cara. Fiquei com o rosto todo vermelho", contou.

CINEMA

O filme foi reiniciado, e os clientes que optaram por deixar a sessão receberam cortesia para voltar em outra data. A rede de cinemas, em nota, lamentou o ocorrido.

CONFUSÃO

"ELE ME DEU UM SOCO NO OLHO DIREITO"

Mulher agredida
24 anos

▲ Na entrevista abaixo, a mulher de 24 anos explica a sua versão sobre o caso.

Como aconteceu a confusão?

Chegamos no local e havia algumas pessoas que estavam sentadas em qualquer cadeira. Sentaram no meu lugar e eu não questionei, tinha cadeira sobrando. Nisso que eu sentei em outro local, um rapaz chegou atrasado com a esposa e a mãe dele.

Ele foi subir a escada, tropeçou, caiu e jogou refrigerante em todo mundo da minha carteira de fila e sequer pediu desculpas. A gente não reclamou. Estava na primeira cadeira um senhor, minha amiga, eu e mais duas senhoras na sequência. Eram as cadeiras que ele tinha de direito. Sem pedir licença, ele passou na carteira de cadeiras e falou com as duas senhoras que estavam sentadas no lugar dele. Sem educação nenhuma, ele acendeu a lanterna, foi olhando as numerações e falou para as duas senhoras se retirarem. Eu falei: 'Cara, sentaram no meu lugar e eu não estou reclamando. Então custa você sentar em ou-



tro tipo de cadeira?' Ele já na ignorância respondeu que custa sim, porque tinha pagado e começou a reclamar. **Você continuou sentada?** As duas senhoras saíram e eu fiquei aguardando o rapaz da bilheteria ir até o local para ver onde era

a minha cadeira. Minha amiga falou que tinha uma cadeira vazia. Quando eu levantei para sentar na cadeira que ela cedeu para mim, ele pegou e jogou o copo de refrigerante. Ele já tinha jogado a pipoca antes. **Em que momento ele jogou pipoca em**

você?

Peguei e entreguei para o rapaz o meu bilhete para saber qual era a minha cadeira. Na hora que ele jogou o refrigerante, eu peguei o pacote de pipoca da mão da minha amiga e joguei em cima dele. Aí a mãe dele puxou o meu cabelo. Nessa hora, ele me deu um soco no olho direito. Eu luto mais ou menos taekwondo, peguei e dei uma voadora tanto na mãe que puxou o meu cabelo quanto nele pelo fato de ter me dado o soco. Na hora que ele me deu o soco, eu desequilibrei e caí na escada rolando: eu, a mulher dele e a mãe. Elas começaram a me agredir da mesma forma também.

ANÁLISE

"Explodem por qualquer coisa"

▲ Nós estamos no limite emocional, completamente estressados. As pessoas estão explodindo por qualquer coisa. Estamos fazendo coisas demais, depressa demais, e tudo que é demais te tira do equilíbrio. Ficamos todos desequilibrados. Toda essa pressão desencadeia nesses surtos. Não estamos dialogando, respondendo e nem ouvindo. Usamos o instinto ao invés da razão. É tudo muito primitivo, precisamos de mais paciência, nos acalmar e desacelerar.

ZENAIDE MONTEIRO
PSICOTERAPEUTA

WHATSAPP DO GAZETA ONLINE

WHATSAPP DO GAZETA ONLINE

REPORTAGEM ESPECIAL



FOTOS: FERNANDO MADEIRA

Reforço policial atuou nas ruas de Central Carapina após morte de jovem. Várias equipes foram mobilizadas; revolta se instaurou na região

CONFRONTO E CENÁRIO DE GUERRA NA SERRA

Morte de jovem durante operação policial causou indignação

ELIS CARVALHO
MAYRA BANDEIRA

Um jovem de 18 anos morreu durante uma operação da Polícia Civil, na tarde de ontem, em Central Carapina, na Serra. A morte causou indignação em moradores do bairro, que apedrejaram duas viaturas, sendo uma delas a do delegado que comandava a ação.

A revolta se estendeu até o início da noite e terminou com carros quebrados e um protesto na BR 101. Ônibus deixaram de circular no bairro e escolas e parte do comércio ficaram fechados.

Uma equipe da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Serra chegou a Central Carapina, por volta das 14h30, para cumprir um mandado de prisão contra Paulo Sérgio de Oliveira Júnior, 25 anos, suspeito dos dois últimos homicídios ocorridos no bairro.

A informação da polícia é de que ele estava dentro de uma casa, na Rua Ceará. A residência foi cercada por uma equipe de sete poli-

ciais. Quando entraram pelos fundos do imóvel, os investigadores já se depararam com Deusimar Lucas Cunha Neves.

O jovem, que já tem passagem pela polícia por tráfico de drogas e foi detido há 15 dias por suspeita de homicídio, estava armado com uma pistola calibre ponto 40, segundo a PC.

Deusimar apontou a arma para os policiais e um deles atirou de imediato contra o jovem, que foi atingido por oito tiros, nas regiões das pernas e peito.

Os outros dois suspeitos que estavam na residência conseguiram fugir, inclusive Paulo Sérgio, que era alvo da operação. Contra ele constam cinco

mandados de prisão em aberto por homicídio.

Na fuga, Paulo Sérgio deixou para trás uma pistola calibre 9 milímetros, modificada e com capacidade para 30 tiros. De acordo com a polícia, Deusimar era integrante da "Gangue da Vala", uma das mais violentas de Central Carapina.

Familiares de Deusimar se revoltaram com a morte dele e jogaram pedras na viatura descharacterizada da DCCV da Serra. A pedra atingiu o vidro traseiro do veículo. Neste momento, foi solicitado o reforço da Polícia Militar.

MAIS PEDRAS

A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e a Perícia Criminal foram acionadas para o local e recebidas à pedradas assim que chegaram no bairro.

O vidro de trás, onde fica o cofre da viatura, ficou estilhaçado com a pedra. Moradores ainda atiraram pedras contra os policiais.

O clima no bairro ficou tenso e a equipe de reportagem, inclusive, se abrigou embaixo de uma escada para não ser alvo das pedradas também.

Para ajudar a controlar a situação no bairro, foram deslocadas para o local equipes da Força Tática e Grupo de Apoio Operacional (GAO) da PM, e do Grupo de Operações Táticas (GOT) da PC, além de investigadores da DCCV da Serra, DHPP e da perícia.

"CLUBE DE TIRO"

Na casa alvo da operação, a polícia descobriu um muro onde os suspeitos praticavam tiro ao alvo. O local estava repleto de marcas de balas e, segundo a polícia, era usado para o treinamento de traficantes.

Os conflitos no bairro nos últimos meses tem sido constantes, motivados por gangues que disputam o controle do tráfico de drogas na região.



— "Não venham para cima da polícia, não vamos recuar. Somos treinados para revidar"

— RODRIGO SANDI MORI
DELEGADO



Brasil & Mundo.

AGAZETA | 14
QUARTA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

ESPECIAL SEGURANÇA

REFORÇO NA SEGURANÇA
DO ES COMEÇA AMANHÃ

Hartung diz que policiamento será nas divisas com Rio e Minas

SAMANTA NOGUEIRA
snogueira@redgazeta.com.br

O governo do Espírito Santo colocará em prática amanhã o já anunciado reforço de segurança nas divisas do Estado com o Rio de Janeiro. O plano de contingência foi autorizado pelo governador Paulo Hartung (PMDB) e será detalhado hoje por sua equipe.

A medida foi tomada após ser decretada a intervenção federal no Rio, que há tempos sofre com a violência e com o descaso na segurança pública.

Em entrevista para A GAZETA, o governador afirmou que o eixo "óbvio" que estará sob cuidados é a BR 101, principal ligação entre o Estado vizinho e o Espírito Santo. Destacou, no entanto, que eixos alternativos, também na divisa com Minas Gerais, terão policiamento reforçado, sem detalhar os locais.

Hartung, assim como já manifestou o secretário de Segurança, André Garcia, não vê o Estado como destino de criminosos fluminenses. "Esses traficantes que estão no Rio, o negócio deles está lá. Esse negócio não anda de um Estado para o outro", observou.

Contudo, frisou que a precaução se faz necessária porque pode haver mudanças na rota de transporte de drogas e armas.

Na segunda-feira, o governador se reuniu com o secretário de Segurança e com o comandante da Polícia Mi-



O governador Paulo Hartung concedeu entrevista em seu gabinete, no Palácio Anchieta, no Centro de Vitória

litar, coronel Nylton Rodrigues, para discutir o plano de contingenciamento. No mesmo dia, Garcia também esteve com a cúpula da PM.

"Vai ter um trabalho bacana na fronteira, já está planejado. A nossa turma do alto comando da Polícia Militar se esmerou para fazer um bom plano", disse.

Apesar da atenção nas divisas, Hartung garantiu que não haverá prejuízo no policiamento de outras áreas do Estado. Citou a Operação Verão, no litoral capixaba, como sucesso de concentração de esforços para garantir a segurança pública.

A Polícia Rodoviária Federal dará suporte às ações dos policiais do Estado. Pa-

“
Polícias e sistema prisional sozinhos não dão conta. O Rio não é caso de repressão. É uma questão social”

—
PAULO HARTUNG (PMDB)
GOVERNADOR DO ESTADO

ra isso, o governador solicitou que André Garcia reforce o pedido para devolução do efetivo da PRF cedido ao Rio, durante reunião, amanhã, em São Paulo, com o ministro da Justiça, Torquato Jardim.

Em setembro do ano passado, o pleito foi feito pelo próprio Hartung ao ministro. Porém, até então, não foi atendido.

MEDIDA EXTREMA

O governador classificou a intervenção federal como uma medida extrema – usada pela primeira vez desde a promulgação da Constituição de 1988. Para o peemedebista, esse é um caminho que deve ser evitado. Por

outro lado, afirmou ser importante considerar a situação de descontrole no Rio.

"Tomou-se a decisão. Não está claro para mim o nível de planejamento que foi montando antes de a decisão ser anunciada. A impressão que me dá é que está sendo feito a posteriori. Melhor que o faça. Esse é um passo que precisa produzir resultado para a sociedade carioca e para o Brasil."

Dentro desse planejamento da intervenção, Hartung opinou ser fundamental reoxigenar as polícias fluminenses, reestruturar o sistema prisional e elaborar políticas sociais para criar oportunidades para os jovens daquele Estado.

Como ponto positivo da intervenção e do anúncio do governo federal de criar um Ministério da Segurança, Hartung citou "a quebra da tradição do jogo de empurra" sobre a responsabilidade dos entes federados com a segurança pública.

"Todas as experiências exitosas no mundo, que eu já li, que melhoraram a área de combate à violência e que conseguiram implementar a cultura da paz nas comunidades envolveram municípios, Estados e governo central", destacou.

Hartung avaliou ainda que a criação de políticas públicas permanentes para a área não precisaria ser feita por um ministério específico. Afirmou que poderia ser resolvida na pasta da Justiça.

"Não vejo problema ter um ministério. Há ministérios de algumas áreas que não significam nada para a população. O importante é desenhar a política pública federal clara em relação à segurança."

GOVERNO TEMER

Questionado se a intervenção seria uma estratégia para sobrevida do governo de Michel Temer (PMDB), afirmou que a motivação do correligionário é irrelevante. "Na vida, independentemente do que motiva o ser humano a tomar uma atitude, se a atitude que ele toma vai ao encontro de uma aspiração da sociedade, já é um elemento positivo".

Governo desiste de mandados coletivos

O governo federal desistiu de adotar mandados coletivos de busca e apreensão durante o período de intervenção da Segurança do Rio, segundo o ministro da Justiça, Torquato Jardim. Ele afirmou que serão expedidos mandados para um número determinado de pessoas, mas não serão co-

letivos. Segundo ele, os mandados trarão nomes e endereços dos alvos.

"Não é um mandado coletivo. São mandados de busca e apreensão que, conforme a operação, serão dedicados a um grupo de pessoas. A intervenção federal não suspende nenhum direito fundamental", disse.

Fontes do Ministério da Defesa ligadas ao ministro Raul Jungmann, afirmaram ao jornal O Globo que, se for necessário, o artifício dos mandados coletivos será usado sim.

O presidente da OAB-ES criticou o uso desse tipo de mandado. "Eles são crime de abuso de autoridade por

parte de quem os expedem. Admitir que, em nome do combate à violência se pode quebrar garantias constitucionais é de uma gravidade sem par", criticou.

O Ministério Público Federal (MPF) também emitiu nota considerando a medida ilegal e contrária a direitos fundamentais.



Torquato Jardim explicou como serão os mandados

ESPECIAL SEGURANÇA

RELATOR: "INTERVENÇÃO É IMPORTANTE E NECESSÁRIA"

Senador também defendeu mais recursos para a segurança

O senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), relator do decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, afirmou que a ação é "necessária e importante". Ele apresentou ontem à noite o voto favorável à medida. Assim como a relatora na Câmara, deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ), Lopes diz que vai encaminhar sugestões de propostas para garantir recursos às operações no Estado. A aprovação no Senado é o último passo para a continuidade da intervenção que está em vigor desde a última sexta-feira.

A discussão da intervenção no Rio de Janeiro no Senado começou por volta das 20 horas de ontem e até o fechamento desta edição, após quase quatro horas de discussão, ainda não havia sido concluída. Vários senadores fizeram discursos contra e a favor da medida definida pelo presidente Michel Temer (PMDB).

O senador Eduardo Lopes foi escolhido para o pos-



O relator Eduardo Lopes (PRB-RJ) durante a discussão do projeto que aprova a intervenção na segurança do Rio

to de relator pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Lopes é suplente de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que deixou o mandato de senador para assumir a Prefeitura do Rio. Logo após ser anunciado

como relator do decreto, o senador concedeu entrevista e já se declarou favorável à intervenção. "Eu vejo a intervenção como necessária e importante para o estado do Rio de Janeiro. Não dá para viver e ver a sociedade

vivendo uma paranoia e refém daquilo que vemos lá dia a dia, com arrastões, assaltos, enfim, uma violência muito grande", declarou.

Questionado sobre se há uma previsão de custos para a intervenção, Eduardo

Lopes disse que ainda não, mas que o assunto está sendo debatido pelos governos com os militares.

Vários senadores se inscreveram para defender ou criticar o tema. Um dos mais combativos, Lindbergh Fa-

rias (PT-RJ), afirmou que a intervenção tem "motivações claramente políticas". Ele criticou a política de austeridade do atual governo e também o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB). "O Rio está sangrando, e não tem governo para salvar", disse.

A favor do decreto, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) diz que o Rio de Janeiro ficou mais vulnerável aos problemas devido a seus governantes recentes e criticou a oposição. Para ele, não há alternativa a não ser aprovar o decreto de intervenção. "Qualquer posição contrária é embate político, não é defesa efetiva da população do Rio."

CÂMARA

Na madrugada de ontem, a Câmara aprovou a intervenção por 340 votos a 72 (houve uma abstenção). Dos deputados capixabas, apenas Givaldo Vieira e Hélder Salomão, ambos do PT, votaram contra. Paulo Foletto esteve ausente.

Após ameaça a militares, operação prende 11 em favela

As Forças Armadas e agentes das polícias Civil e Militar prenderam 11 pessoas, todas maiores, em flagrante ou em cumprimento de mandados, durante operação, ontem na comunidade Kelson's, na Penha, Zona Norte do Rio, que fica ao lado de um centro de formação da Marinha. O balanço final da ação foi divulgado no fim da tarde.

Desde o começo do ano, a segurança no local foi reforçada após dois episódios de ameaças aos militares da Marinha.

Durante a operação de ontem, houve apreensão de cinco pistolas e um revólver, dois simulacros de pistola, seis granadas, seis carregadores de pistola, 11 rádios transmissores



Militares realizaram diversas abordagens durante a operação na favela Kelson's, na Zona Norte do Rio

além de um caminhão, dois carros, quatro motos, várias peças de carros, grande quantidade de drogas e munições.

Ainda nesta manhã de terça, três mil militares das

Forças Armadas e agentes das polícias Civil e Militares atuaram em bloqueios nos acessos a várias comunidades na Zona Norte do Rio.

A ação integrada, que foi considerada a maior opera-



ção realizada, até o momento teve início na noite desta segunda (19), com a ocupação de vários pontos da cidade e o bloqueio rodoviário que fazem divisa com o estado do Rio e passam por

São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, como a BR-116, na Baixada Fluminense. As ações não estão vinculadas à intervenção federal decretada na última sexta-feira (16).

Ainda ontem, um sargento do Exército foi morto após uma tentativa de assalto no Estrada Rio-São Paulo, altura de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio. Segundo o Batalhão da área, Bruno Cazuca dirigia um carro na via no momento em que bandidos faziam um arrastão. O militar reagiu ao assalto e foi baleado.

Também ontem, houve um intenso tiroteio na Cidade de Deus. De acordo com a assessoria de imprensa das Unidades de Polícia Pacificadora, policiais da UPP Cidade de Deus e do 18º BPM (Jacarepaguá) o confronto começou na Quadra 15. Os agentes foram recebidos a tiros durante patrulhamento e revidaram os disparos. Não há informações de feridos.